

Anderson Pereira Portugal
Ricardo Lanzarini
Rossvelt José Santos
(organizadores)

TERRITORIALIDADES DO TURISMO

dinâmicas e desafios dos mercados receptivos



**Anderson Pereira Portuguez
Ricardo Lanzarini
Rosselvelt José Santos**
(organizadores)

TERRITORIALIDADES DO TURISMO
dinâmicas e desafios dos mercados receptivos

Ituiutaba, MG

2019



© Anderson Pereira Portuguese, Ricardo Lanzarini, Rosselvelt José Santos, 2019.

Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese.

Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigbin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento – Grupo Turismo:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Profa. Maria Izabel de Carvalho Pereira (Revisora).

Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese

Prof. Dr. Ricardo Lanzarini

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Prof. Dr. Giovanni F. Seabra

Prof. Drnd. Bruno de Freitas

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Territorialidades do turismo: dinâmicas e desafios dos mercados receptivos. Anderson Pereira Portuguese / Ricardo Lanzarini / Rosselvelt José Santos (org). Ituiutaba: Barlavento, 2019, 344 p.

ISBN: 978-85-68066-84-3

I. Território. 2. Turismo. 3. Mercado. 4. Hotelaria.

I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. II. LANZARINI, Ricardo

III. SANTOS, Rosselvelt José Santos.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ITUIUTABA**



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - UFU



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DO PONTAL – ICH/UFU**



EDITORA BARLAVENTO

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma coletânea de textos referentes ao estudo do fenômeno turístico como mecanismo de desenvolvimento regional e formação/ocupação de territórios em suas mais variadas expressões sociais, culturais, ambientais e econômicas. É organizado pela Editora Barlavento, que vem contribuindo, em larga escala, para a disseminação do conhecimento científico nas áreas de Educação, Direito, Saúde, Arte, Religião, Turismo e Ciências Humanas.

A Barlavento foi criada no ano de 2013 com a proposta de oferecer livros gratuitos e de qualidade para alunos do ensino superior, fundamental e médio no Brasil. Nessa perspectiva, a Barlavento oportuniza a publicação gratuita ou de baixo custo de trabalhos acadêmicos relevantes para a construção do pensamento científico e a formação intelectual de alunos e pesquisadores, contemplando a todos por meio do livre acesso a publicações de pesquisadores nacionais e internacionais. Especialmente para o Turismo foi criada uma linha de pesquisas que inclui livros de variados temas e coletâneas de artigos temáticos que são lançadas com periodicidade anual, incentivando estudos nas áreas de planejamento e organização do turismo, hotelaria, hospitalidade, eventos, gestão de pessoas, sustentabilidade, estudos da cultura e do patrimônio cultural, de gênero e diversidade, entre outras questões.

Esta obra, intitulada *Territorialidades do Turismo: dinâmicas e desafios dos mercados receptivos*, apresenta doze textos que versam, especialmente, sobre as múltiplas facetas da

territorialidade do turismo, tanto em áreas urbanas quanto naturais protegidas, com destaque para modelos turísticos consolidados no território brasileiro e no exterior, assim como sobre o processo de transformação dos lugares em cenários turísticos a serem consumidos. Essa turistificação é pensada a partir das relações de empoderamento da comunidade local, considerando-se os impactos positivos e negativos gerados, com destaque para as relações que se estabelecem entre visitantes e visitados, em prol de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e democráticos, que incluam a responsabilidade socioambiental, seja da parte de seus produtores, seja dos consumidores. Apresentam-se, também, modelos de economia compartilhada que refletem tanto na organização social quanto na cultura e no meio ambiente, com a proposição de novos roteiros e territórios ressignificados. Para além das relações com o território, o turista ganha destaque no que tange à qualidade do atendimento a ele prestado. sua acessibilidade e vulnerabilidade frente a eventos naturais extremos.

Convido o leitor, então, a desfrutar desta obra em toda a sua diversidade e riqueza de conteúdo em prol da Ciência e do Turismo.

Boa leitura!

Ricardo Lanzarini
Março de 2019

SUMÁRIO

Capítulo 1 Reflexões sobre a multiterritorialidade e o fenômeno do turismo <i>Juliana Carneiro, Aguinaldo Cesar Fratucci.....</i>	10
Capítulo 2 A busca por experiências de encontro e a sociabilidade entre turistas e residentes <i>Michel Jairo Vieira Silva.....</i>	42
Capítulo 3 Territorialização, territorialidade e turismo em unidades de conservação do baixo rio Negro/Amazonas <i>Luana Cristina Dos Santos Dias, Jocilene Gomes Da Cruz.....</i>	80
Capítulo 4 Das práticas marítimas ao processo de metropolização turística no litoral Cearense <i>Frederico Do Nascimento Rodrigues, Eustógio W. C. Dantas.....</i>	105
Capítulo 5 A evolução e consolidação da atividade turística no território de Barreirinhas-MA <i>Eustógio Wanderley Correia Dantas, Flávio Ataíde Júnior.....</i>	137
Capítulo 6 Acessibilidade e turismo: planejamento em questão <i>Sirley Conceição Ferreira.....</i>	161
Capítulo 7 As possíveis relações entre a economia compartilhada em meios de hospedagem e alguns impactos inerentes ao turismo <i>Daniel De Renzo Barretti.....</i>	180
Capítulo 8 Formas de organização social relativas ao turismo em Pipa- Tibau Do Sul/RN <i>Josemery Alves, Sofia Bento, Márcia Ribeiro, Livia Miranda</i>	200

<p>Capítulo 9 ¿Es factible repetir el modelo del camino de santiago en México? la ruta cristera y la ruta del peregrino <i>Rogelio Martínez Cárdenas, María Del Carmen Mínguez García</i>.....</p>	229
<p>Capítulo 10 Perspectivas para um turismo sustentável e democrático – Miraporanga - Uberlândia - MG <i>Rosselvelt José Santos, Mônica Arruda Zuffi</i>.....</p>	263
<p>Capítulo 11 A capital do Ceará espaiada no litoral pelo turismo e a responsabilidade socioambiental de hotéis da praia de Cumbuco <i>Luzia Neide Coriolano Sonale Paiva Cidrão</i>.....</p>	283
<p>Capítulo 12 A atenção ao turista em situações de vulnerabilidade em decorrência de eventos naturais extremos <i>Anderson Pereira Portuguese, E Rildo Aparecido Costa</i></p>	315
Sobre Os Organizadores	332
Sobre Os Autores	334

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE A MULTITERRITORIALIDADE E O FENÔMENO DO TURISMO¹

*Juliana Carneiro
Aguinaldo Cesar Fratucci*

Introdução

Acompanhando o crescimento da prática do turismo na contemporaneidade, os estudos acadêmicos sobre o fenômeno turístico também têm avançado a partir das mais variadas vertentes multidisciplinares. A interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo como fenômeno espacial, social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo, avança as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo de saber. Por isso, cabe à academia propor novas abordagens, a partir de concepções interdisciplinares (MOESCH, 2004).

A tradição dos estudos monodisciplinares implicou aos estudos do turismo certo reducionismo na compreensão de sua episteme. Soma-se a isso, a banalização de algumas conceituações e conseqüentemente, da sua denominação ora como indústria, negócio, atividade ou setor. A falta de diálogo entre as disciplinas e a apropriação metodológica isolada de cada campo disciplinar podem empobrecer ainda mais esse

¹ Capítulo estruturado a partir do referencial teórico da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Turismo UFF (PPGTUR UFF) intitulada “A multiterritorialidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ)”, defendida em junho de 2018 pela autora Juliana Carneiro, sob orientação do professor Aguinaldo Cesar Fratucci. A pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES e da FAPERJ

campo de conhecimento (MOESCH; BENI, 2017). Nesse cenário, propomos construir uma teoria que dê conta das práticas turísticas por meio da interdisciplinaridade, em que a cada momento o turismo é produzido e produtor (simultaneamente), numa recursão organizacional na qual a parte está no todo e o todo está na parte (MOESCH, 2004).

Nesse sentido, antevemos que a intersecção entre Turismo e Geografia se dá a partir das dinâmicas realizadas no espaço, ultrapassando a noção do turismo somente como objeto da análise geográfica, uma vez que os estudos do Turismo também podem contribuir para a área de conhecimento da Geografia.

Müller (2014), ao analisar as publicações na revista *Tourism Geographies*, entre os anos de 1999 e 2013, constatou que o número de autores externos à Geografia está crescendo, indicando que o campo da Geografia do Turismo está se expandindo para além da própria disciplina. Até o momento de encerramento daquela pesquisa (2013), 31% das publicações estavam filiadas a departamentos de Geografia e 28% vinculadas a departamentos de Turismo. Segundo o autor, esse fato pode vir a fortalecer o campo dos estudos do Turismo, fornecendo maior autonomia de pesquisa em relação à Geografia.

Ancorados nessa aparente tendência de estudos das áreas em conjunto, propomos contribuir para o diálogo sobre o turismo como fenômeno social espacial e a multiterritorialidade, conceito geográfico recente, apropriado e discutidos por diversos autores, especialmente por Haesbaert (2004, 2007, 2014).

O turismo entendido como um fenômeno socioespacial se concretiza a partir dos processos de apropriação do espaço por seus agentes sociais produtores e, por consequência, a multiterritorialidade se apresenta como uma discussão

congruente a ele. Isso se dá pelo fato de a multiterritorialidade ser resultado da sobreposição territorial no espaço, incluindo a intensificação e complexificação de processos de des/reterritorialização múltiplos, multiterritoriais, de diferentes indivíduos e grupos sociais, em diferentes escalas, com possibilidades de articulações mais ou menos reticulares e o reconhecimento das lógicas funcional e simbólica.

De maneira geral, os trabalhos sobre turismo e multiterritorialidade no Brasil são advindos basicamente da área de Geografia (RODRIGUES, 2006; ASSIS, 2009; NABOZNY; FONTANA, 2011; CALVENTE, 2013), o que justifica nosso esforço de construir debates e relações sobre os processos espaciais do turismo a partir do olhar do Turismo, nos debruçando sobre algumas discussões envolvendo a multiterritorialidade e o fenômeno do turismo.

Para tanto, iniciamos com alguns apontamentos sobre o território, processos de territorialização e multiterritorialidade. Posteriormente, ao nos aprofundarmos sobre o turismo como fenômeno socioespacial e multiterritorial, tratamos de ponderar sobre espaço turístico, território turístico, agentes sociais produtores, mobilidades (diferenciadas) e fluxos, para discutirmos as possibilidades de aplicação do conceito de multiterritorialidade para a compreensão dos territórios turistificados.

Território, processos de territorialização e multiterritorialidade

Partimos do pressuposto de que o espaço antecede o território, uma vez que o espaço ao ser representado se torna território, pois alguém já se apropriou dele, mesmo que apenas simbolicamente, revelando relações marcadas pelo poder

(RAFFESTIN, 1993). Portanto, o território deve ser observado na multiplicidade de suas manifestações e também na multiplicidade de poderes nele incorporado através dos múltiplos sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2007).

O espaço sempre foi o *locus* da produção social e, por isso sem produção não há espaço e vice-versa, em movimentos recursivos. O espaço, como realidade, é uno e total; a sociedade como um todo atribui, a cada um de seus movimentos, valores diferentes para cada fração apropriada do espaço, construindo territórios, seja qual for a escala da observação. Nessas frações cada ponto de espaço é solidário aos demais, em todos os momentos contribuindo para o que se denomina como a totalidade do espaço. Esse tipo de análise apenas efetua uma separação lógica, a fim de permitir um melhor conhecimento do real (SANTOS, 2008).

Milton Santos (1994, p. 15) ao tecer considerações acerca do movimento do “retorno ao território” às pautas centrais da Geografia, destaca que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. E por isso, o território “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, desde o poder mais material das relações econômicas políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Tal entendimento nos permite considerar que o território é composto por dimensões funcionais e simbólicas. O território é funcional especialmente pelo seu papel como recurso (basicamente os recursos naturais, matérias-primas), muito pautado pelo valor de troca, podendo ser expresso em processos de dominação e controle físico de produção e lucro. Já pela ótica simbólica, o território está relacionado com a identidade, através de processos de apropriação como símbolo, abrigo e segurança

afetiva. Tais dimensões nunca se manifestam em estado puro, uma vez que todo território funcional tem sempre alguma carga simbólica, e todo território simbólico tem sempre algum caráter funcional, por menos explícito que seja. Nesse sentido, os estudos dos processos de territorialização devem levar em consideração as duas dimensões – simbólica e funcional - concomitantemente (HAESBAERT, 2004; 2007).

O conceito de território abrange também, discussões sobre duas lógicas básicas de territorialização: zonal e reticular. A primeira privilegia a homogeneidade e a exclusividade pelo controle de áreas e limites ou fronteiras de maneira contínua; como exemplo, podemos indicar o território-zona do Estado. Já a segunda lógica evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais, vista pelo controle de fluxos e polos de conexões ou redes, de maneira descontínua (território-rede). A lógica reticular do território-rede é ao mesmo tempo complementar e concorrente à lógica zonal dos territórios tradicionais e, é por isso que elas não devem ser observadas de forma isolada. À superfície relativamente homogênea e praticamente sem movimento (zonal, tradicional), acrescentamos outra, mais complexa, em que a rede aparece como um de seus elementos constituintes, o território-rede. Ao mesmo tempo, o território-zona não está completamente dissociado de características reticulares, ele só se definiria como tal pela predominância das dinâmicas zonais sobre as reticulares (HAESBAERT, 2004, 2014; FRATUCCI, 2008; 2014).

Ao discorrer sobre a ideia de território-rede, Souza (2013) prefere denominá-lo de território descontínuo, tendo em vista a ponte conceitual entre o território em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a rede (onde não há contiguidade espacial, nó), em que “cada território descontínuo

é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (SOUZA, 2013, p. 93/94).

Entendendo que os processos de territorialização, ou seja, de dominação e/ou apropriação do espaço, variam muito ao longo dos tempos e dos espaços, o conceito de território, agora complexificado, se desdobra em outras variações como territorialização (o processo de criação de um território), desterritorialização (a destruição dos vínculos territoriais) e ainda a reterritorialização (‘adequação’ a um novo território) (HAESBAERT, 2014).

Com esses processos de abertura e fechamento de territorialidades mais intenso, dinâmico e volátil da atualidade, Haesbaert (2004), em alguns casos, prefere falar não em desterritorialização mas em multiterritorialidade, uma vez que nos processos de desterritorialização, muito mais do que perdendo ou destruindo territórios, vivenciamos, na maioria das vezes, a intensificação e complexificação de um processo de reterritorialização muito mais múltiplo, multiterritorial.

Experimentamos diversos movimentos complexos de territorialização, com múltiplas formas de organização territorial, que incluem a vivência concomitante de diversos territórios ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento. A essa nova realidade, Haesbaert (2004) chamou de multiterritorialidade, entendida também como a ocorrência de diversos territórios sobrepostos no mesmo espaço. A multiterritorialidade indica que, além de condição genérica para a existência de um território (funcional), a sua dimensão simbólico-identitária também se faz presente.

Podemos entender que a multiterritorialidade tanto pode ser associada a uma mirada mais funcional, no sentido da mobilidade concreta através de diversos territórios, como a uma

mirada no sentido mais simbólico, que por sua vez, são não obrigatoriamente coincidentes (HAESBAERT, 2014).

Segundo Haesbaert (2004), sempre teríamos vivido uma multiterritorialidade, pois a vivência de vários territórios ao mesmo tempo não é algo novo, visto que toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Todavia, a multiterritorialidade contemporânea está articulada reticularmente ou em territórios-rede, enquanto a multiterritorialidade ‘moderna’, mais zonal, estava articulada em territórios de redes. Essa mudança não é vista apenas quantitativa, pelo maior número de territórios sobrepostos, mas também qualitativamente. Temos a possibilidade de combinar a intervenção e a vivência ao mesmo tempo de uma enorme gama de diferentes territórios, onde não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou aonde irão (res)surgir.

A multiterritorialidade moderna, resultado de uma sobreposição simultânea de múltiplos territórios, por encaixe de vários territórios-zona, todos dentro do mesmo padrão de relações de poder, tem relação direta com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas. Isto pode ser relacionado com a definição de territorialidade de Sack (2011), pautada na tentativa, seja por um indivíduo ou por um grupo social, de afetar, influenciar ou controlar fenômenos e relações, com a intenção de delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Para Haesbaert (2004) este controle, dependendo do tipo (mais funcional ou mais simbólico) e dos sujeitos que o promovem (a grande empresa, o Estado, os grupos locais etc.), adquire níveis de intensidade diversificados.

Para Lévy (2001) esta realidade estaria pautada no espaço das mobilidades organizadas, articuladas em redes fortemente

hierarquizadas e fracamente comutadas com territórios. Imagina-se um nó central, o lugar de residência, por exemplo, em que se conectam numerosas e diversas arestas, conduzindo para o lugar de trabalho, o supermercado, o cruzamento rodoviário, a estação, os emissores de programas televisivos ou os servidores telemáticos.

Já a multiterritorialidade contemporânea (pós-moderna), aparentemente mais complexa, reticular, pelo seu caráter sucessivo onde se conjugam territórios descontínuos ou territórios-rede, permite percorrer consecutivamente diversos territórios, estando mais relacionada com o controle dos fluxos. Nesse contexto de redes, a mobilidade física também é facilitada, permitindo a classe hegemônica contemporânea deslocamentos mais flexíveis. É importante acrescentar a esta mobilidade física (multiterritorialidade sucessiva) a mobilidade virtual ou uma multiterritorialidade simultânea (territórios-rede flexíveis) (HAESBAERT, 2007).

Nas mobilidades contemporâneas, as zonas urbanas se mostram mais densas, visto que os nós das redes são territórios multidimensionais fortes (residência, trabalho, diversos lugares de percurso de formação, de consumo e de cultura) e as linhas são os “lugares-movimento”. Existem outros territórios de formas menos circulares e de temporalidades mais curtas, mas ainda assim, territórios expressivos e contínuos (estações, aeroportos, trens, restaurantes de beira de estrada ou mesmo as cabines de automóveis) (LÉVY, 2001).

Haesbaert (2004) afirma que a “nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço é indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes”. Destaca ainda que nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no

enraizamento, no fixo, mas também na mobilidade. Por isso, “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 279).

Por outro lado, essa experiência da mobilidade também pode reforçar desigualdades e exclusões, ao somente permitir que grupos mais privilegiados usufruam de uma multiplicidade de territórios móveis, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja na sua conexão em rede por vários pontos do mundo, geradora de territórios-rede flexíveis. Nesse contexto, o que é relevante é ter acesso aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro das redes ou aos pontos de conexão que permitam lidar com as múltiplas modalidades de territorialidade existentes. Por isso, as redes possuem caráter ao mesmo tempo “territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais interno ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais externo ou desarticulador de territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 293).

O que importa não é apenas o estar em movimento, mas a possibilidade que temos de desencadear esse movimento quando precisarmos ou desejarmos. Dado isso, tais realidades móveis não ocorrem para todos e muitos menos se manifestam nas mesmas intensidades. Se, para alguns grupos as distâncias se comprimiram com os novos meios tecnológicos possibilitando o trânsito por múltiplos territórios, para muitos outros as distâncias se tornaram proporcionalmente até maiores em relação a outros territórios. Ao viver em uma espécie de clausura, seja econômica, seja (ainda) física, seja cultural e/ou política, permanecem presos na velha territorialidade funcional

construída entre a casa e o trabalho (HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

Diante disso, podemos afirmar que a territorialização se faz hoje em grande parte no contexto desses diversos territórios-rede. Por outro lado, a mobilidade, como instrumento de poder, não só no que tange a desigualdade no acesso a diferentes velocidades e tipos de deslocamento, como também sobre como o deslocamento rápido de uns, afeta o tipo de deslocamento e acesso a recursos de outros. Para Massey (1993 *apud* HAESBAERT, 2004), essa mobilidade diferencial e o controle de alguns grupos podem enfraquecer de forma ativa o poder de outras pessoas, ou seja, a compressão espaço-tempo de alguns grupos pode destruir o poder de outros grupos. De alguma forma, territorializar-se implica, atualmente, na ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes. No entanto, tais redes jamais são completamente desmaterializadas, sempre (re)desenhando materialmente territórios, reterritorializando, criando novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade. Atrelado a uma forte carga simbólica inédita muitas vezes na própria velocidade e volatilidade impostas pela lógica do mercado.

Neste contexto, um desdobramento da multiterritorialidade é a transterritorialidade. Para Haesbaert (2014, p. 285), “a transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades.” Enquanto a multiterritorialidade pode implicar a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo, a transterritorialidade vai além. Envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, de uma escala a outra, mas a

transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida com a vivência concomitante de múltiplos territórios, articulados e sobrepostos (HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

O interesse se encontra na condição de possibilidade de inserção em “território alheio” (que também passa, assim, de forma ambivalente, a ser nosso), a partir de movimentos de entrada, saída e/ou trânsito por essas territorialidades, tanto no sentido funcional quanto simbólico. A transterritorialidade não se resume à multiterritorialidade em seu sentido mais estritamente funcional, ou seja, a vivência de múltiplos territórios não basta para sua consecução. É preciso efetivamente a partilha de distintos referenciais territoriais simbólicos de algum modo acumulados ao logo do processo de (multi)territorialização e transterritorialidade, podendo ocorrer sem que os sujeitos obrigatoriamente transitem fisicamente por múltiplos territórios.

Turismo - fenômeno socioespacial contemporâneo

Ao considerarmos o turismo como fenômeno devemos entendê-lo para muito além de seu exercício como atividade turística, uma vez que é resultado de práticas sociais que trazem consigo discussões de caráter mais subjetivo.

Mas, o que é o fenômeno (turístico)? Segundo Moesch (2004, p. 353), fenômeno “é a atualidade imediatamente dada à observação empírica efetiva, positivamente efetuada, manifestando-se numa constatação”. Ao entender o objeto turístico em si como o fenômeno, torna-se inerente a sua apropriação de forma ampliada, tendo como categorias formadoras o caráter humano, social, cultural, ambiental, além do econômico, possibilitando assim a percepção do seu todo.

A atividade econômica resulta do acontecer do fenômeno socioespacial do turismo e, por isso não deve ser estudada, ordenada e planejada de forma apartada dele, uma vez que um é produtor e produto do outro, recursivamente. Segundo Fratucci (2014, p. 91), a “dicotomia que observamos entre a complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por afastar duas categorias de análise que no fundo são complementares e que se retroalimentam constantemente” em relações recursivas intensas (MORIN, 2005). “Sem a Ciência do Turismo, o Turismo como atividade industrial não teria sentido; sem o reducionismo determinista do Turismo como indústria, a Ciência do Turismo não teria história” (MOESCH, 2004, p. 369).

A Geografia traz sua visão do turismo como fenômeno socioespacial, que diante de sua constelação ou sistema de conceitos enriquece os estudos do Turismo, e vice-versa. Este sistema de conceitos está mergulhado na categoria espaço (espaço-tempo e espaço geográfico) e se (re)ordena constantemente a partir das problemáticas enfrentadas e das bases teóricas-filosóficas que são acionadas para melhor defini-las. O primeiro círculo envolto no espaço é o conceito de região, que pode ser considerada como um conceito relacionado com as distintas i-lógicas de construção do espaço geográfico. Os outros conceitos que formam essa constelação ficam em sua volta equidistantemente: o primeiro é o conceito de ambiente que é a relação sociedade-natureza; outro é território, conceito relacionado às relações de poder, articulado também através das variações des-re-territorialização; o conceito de lugar que é pautado no espaço vivido, no subjetivo das interrelações sociais; e, por último, a paisagem seria o espaço como representação (HAESBAERT, 2014).

Tal organização conceitual pode nos auxiliar na escolha dos caminhos teóricos sobre o Turismo e Geografia que desejamos seguir. Portanto, para esse exercício reflexivo que propormos, nos pautamos nas discussões sobre espaço turístico e território turístico por entender que dialogam mais diretamente com as discussões sobre multiterritorialidade.

Multiterritorialidade dos agentes sociais do turismo

Partilhamos do entendimento de Santos (2008), segundo o qual o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que não devem ser considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Por isso, ao entender que o turismo é uma das variáveis que se realizam no espaço, a partir do uso do território, Telles e Valduga (2015, p. 8) propõem entender o fenômeno “não somente como uma camada técnica sobreposta ao espaço, mas como abertura interpretativa de uma realidade”.

Diante disso, o espaço turístico, aqui entendido como a porção do espaço apropriada pelos diferentes agentes sociais produtores do turismo, não se encerra em si; ele é o espaço receptor ao mesmo tempo em que é o espaço emissor. É o espaço da desterritorialização e da reterritorialização (incluindo a multiterritorialidade), do nomadismo e do sedentarismo (entendido também a partir da i-mobilidade), formado também pelas redes técnicas, que podem ser imperfeitas e que permitem os fluxos (VALDUGA, 2012), que somados aos fixos compõem o espaço geográfico.

Portanto, o turismo como uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território tem o espaço geográfico como seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2001). O espaço

turístico não deve ser limitado à ideia de destino e de espaço de oferta e demanda, uma vez que deve ser observado a partir da inseparabilidade entre sujeito/tempo/espaço e de sua complementaridade com o eixo origem/ligação/destino (VALDUGA, 2012), relações construídas pelo movimento e ação (produção) de cada um dos seus agentes sociais produtores.

Telles e Valduga (2015) ao defenderem o uso do termo espaço turístico realizam movimentos de desconstrução e reconstrução conceituais. Primeiro, a partir da separação do espaço turístico em: espaço geográfico do turismo (o espaço varia de acordo com correntes do pensamento geográfico atendendo à sua característica eminentemente social); e espaço aplicado do turismo (perspectivas que apenas tangenciam o espaço, eximindo-se de seu teor conceitual, e das superações paradigmáticas da própria geografia). Posteriormente, realizam a reconstrução do espaço turístico atentando à contribuição epistemológica interdisciplinar, a partir do entendimento da multiescalaridade e multidimensionalidade do fenômeno, resultantes das ações e reações dos diferentes agentes sociais que, de modo quase sempre dialógico e recursivo, produzem o turismo.

A multiescalaridade é o fator que leva em consideração a simultaneidade de ações, noção dialógica dos vetores territoriais e convergência das noções de espaço e tempo e sistemas de ideias e ações, fluxos temporais. O olhar a partir da multidimensionalidade do espaço turístico abrange seu caráter cultural, político e econômico em coexistência, sendo a totalidade do território como expressão não setorial de uma realidade em transformação, que conduz a discutir, por fim, a turistificação. Neste contexto, a turistificação é vista como um desencadeamento de ações recursivas a partir de usos turísticos específicos que adquirem particularidades em cada lugar.

Turistificação como totalidade, e não como reducionismo analítico, permitindo a ampliação do olhar para a análise do espaço turístico (TELLES; VALDUGA, 2015).

O turismo em toda sua complexidade é expresso pelas relações sociais e pela materialização territorial que engendra no processo de produção do espaço. Portanto, ainda que o fenômeno não se restrinja aos aspectos físicos, não podemos negar a concretude do espaço turístico expressa pelo seu território (RODRIGUES, 1997), com características majoritariamente funcionais.

O turismo contemporâneo visto como fenômeno socioespacial através de seus agentes sociais produz o espaço a partir de processos territorializantes (FRATUCCI, 2014), não só pautados pelos fixos, mas também pelos fluxos e mobilidades de cada um deles. Uma mobilidade como atribuição de sentido, sobretudo, quando relacionada como elemento de destaque da territorialização. Por isso, “o turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade” (CRUZ, 2001, p. 12).

Entendendo que o espaço antecede o território, e que o mesmo só se concretiza a partir dos processos de apropriação e uso dos agentes sociais, Fratucci (2014) recomenda a utilização da categoria território do turismo, apoiado nas proposições de Knafou (1996), para quem o turismo, visto como fenômeno socioespacial contemporâneo, se apropria dos espaços pela sua produção e os tornam territórios turísticos, a partir de processos que ele denomina como turistificação. Sobre um mesmo trecho de espaço ocorrem diversos processos de territorialização que se superpõem formando o território do turismo, composto pelos territórios produzidos de cada um dos agentes sociais responsáveis pelo acontecer do fenômeno turístico.).

A definição dos agentes sociais deve ser escolha de cada pesquisador de acordo com suas bases teóricas e epistemológicas, a partir de seu entendimento da realidade observada. Em nossa percepção, acreditamos que a ocorrência desses diversos territórios dos agentes sociais do turismo sobrepostos no mesmo espaço pode ser melhor analisada pela ótica da multiterritorialidade.

Isso se manifesta com base no entendimento do território como categoria de análise e da prática focalizado a partir das relações de poder, seja por dominação ou por apropriação. O conceito de território evidencia-se hoje em um sentido multiescalar e multidimensional que, por sua vez, só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto na perspectiva de convivência dos diversos tipos de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007).

E, é nesse sentido que Rodrigues (2006), ao tratar sobre o fenômeno do turismo, afirma que o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza é transformado por ela, através de um processo dialético (para nós, também dialógico) de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade.

Segundo aquela autora, o turismo é uma prática social marcada pelo hibridismo territorial, afirmação que corrobora as colocações de Haesbaert (2014) sobre as territorialidades contemporâneas. Os territórios se sobrepõem subjugados às novas temporalidades, e o resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre um processo contínuo de criação e recriação de territorialidades recursivas. Nesse contexto, todos os sujeitos inseridos no fazer turismo “são envolvidos em relações sociais complexas que modificam de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em

partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo” (RODRIGUES, 2006, p. 301).

Tais processos de territorialização são realizados por indivíduos ou grupos, por isso, no âmbito dos estudos do Turismo atualmente, torna-se inconcebível estudar a geografia de uma cidade, de uma região, ou ainda de um país, sem se interessar pelas pessoas que nela vivem. Entender o espaço apenas como palco ou como mero pano de fundo para os acontecimentos não é suficiente. Torna-se imprescindível olhar a cidade também como um espaço vivido, grande propulsor e fomentador para os acontecimentos de ordem política, econômica e cultural no desenvolvimento das cidades, a partir de relações de poder exercidas pelo uso dos territórios. E, nesse contexto, entender que o turismo é resultado da ação e interação de diferentes agentes sociais, com lógicas e demandas específicas que vão muito além do binômio turista-trade turístico. Outros grupos de agentes sociais são responsáveis pelo espaço produzido para o turismo, que devem ser incluídos nas reflexões sobre o fenômeno, destacado entre eles os trabalhadores do setor e a população das comunidades receptoras.

Segundo Lévy (2001), no âmbito do espaço urbano, há uma infinidade de cidades numa cidade. Uma multidão de micro acontecimentos que (re)produzem o espaço a partir do indivíduo. No interior deste conjunto cada um pode inventar a sua cidade, escolhendo os lugares que lhe interessam e eliminando outros.

Um primeiro estágio para esse entendimento pode ser dado no sentido de levar em consideração que a ação humana tende a transformar o meio natural em espaço social, isto é, o meio é moldado pela intervenção do homem no decorrer da história. Os processos de apropriação espacial variam no tempo

e espaço e, o turismo, como prática social, contribui para (re)configurar essas localidades através dos seus agentes sociais a partir dos seus processos de territorialização, pautados em seus fixos e fluxos, e também nas diversas possibilidades de suas mobilidades.

Para Fratucci (2008), os agentes sociais produtores do turismo e da atividade por ele gerada são ativos e passivos e estabelecem uma rede complexa de relações circulares, recursivas e complementares. Nesse cenário, observamos o agente como fator capaz de produzir um efeito sobre determinado fato ou atividade, “os agentes sociais produtores do turismo compõem-se de pessoas, grupos sociais, empresas/firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso” (FRATUCCI, 2008, p.74).

O turista, principal agente do fenômeno, se apropria apenas dos pontos do espaço que deseja visitar e onde deseja realizar a experiência (programada ou não), compondo uma rede mais ou menos densa, conforme suas expectativas e o destino visitado. Se territorializam temporariamente com menor ou maior intensidade, estabelecendo redes de relacionamentos mais ou menos fluidas, por isso possuem territorialidade flexível e sazonal pautados pela lógica do ócio/lazer e se apropriam dos valores materiais e imateriais dos destinos turísticos.

Os agentes do mercado turístico são orientados pela lógica do capital da qual surge a partir das necessidades geradas pelos deslocamentos temporários do turista. O trade turístico se apropria desse mesmo espaço, a partir de uma lógica reticular ou zonal norteada pelos interesses de reprodução do capital, conforme a sua maior ou menor adesão com o espaço do destino turístico. O empresário exógeno, normalmente representado por

grandes empresas e empreendimentos, tende a adotar uma lógica mais reticular, flexível, enquanto o empresário local, quase sempre de menor porte, adota a lógica zonal, mas permanente, tendo em vista sua relação com aquele território extrapolar os interesses econômicos, abrangendo suas relações pessoais de vida.

Já os agentes produtores representantes do Estado, a princípio deveriam adotar uma lógica zonal, uma vez que suas políticas, diretrizes e ações devem envolver todo o território sob o seu comando institucional. Em teoria, agem no sentido de utilizar o turismo como uma ferramenta para implantação de processos de desenvolvimento locais, além de estabelecer regras e normas para o sistema turístico. Eventualmente, o Estado lança mão de projetos, políticas ou diretrizes que priorizam determinadas parcelas do seu território em detrimento de outros.

Já no que tange a comunidade local, sua territorialidade nos destinos turísticos é modificada, mais ou menos intensamente. Se territorializam a partir de uma lógica zonal, mas estável, uma vez que tem naquele trecho do espaço o seu lugar de vida, seu espaço cotidiano, vivido. A população residente (a princípio não envolvida com o turismo) é o agente social ‘menos reconhecido’ pelo sistema turístico, mas de importância estratégica para o seu funcionamento, pois cede o direito de uso do seu lugar de moradia permanente para o uso temporário dos turistas sempre.

Complementando esse jogo complexo de territorialização, os trabalhadores diretos retratam o grupo de agentes sociais que tem no turismo o meio principal de obtenção de renda para sua sobrevivência, podendo ser informais e formais. Já os trabalhadores indiretos têm importante função no turismo de um destino, graças à complexidade da cadeia produtiva. Os trabalhadores do setor turístico ora se apropriam do espaço a

partir da lógica zonal, misturando seu lugar de vida, espaço de vivido, com o seu espaço de trabalho, ora se apropriam do espaço de maneira reticular, vislumbrando o destino turístico apenas como espaço de trabalho.

Na primeira possibilidade, os trabalhadores do turismo podem ser considerados como parte da comunidade local, porém seus vínculos com o fenômeno do turismo são dados, sobretudo, a partir de relações de trabalho. Tal fator faz com que suas territorialidades se diferenciem quando comparados aos moradores de modo geral.

Por outro lado, na segunda perspectiva, parte dos indivíduos deste grupo pode não ser representante da comunidade local estudada, quer seja, moradores. Isso porque tal trabalhador pode residir em localidades vizinhas e realizar movimentos pendulares diários para exercer sua atividade laboral, situação típica das regiões metropolitanas ou e de regiões turísticas compostas por diversos municípios. A título de exemplo, ao delimitar um município específico como objeto de pesquisa, seus trabalhadores podem ser oriundos de municípios próximos e essa caracterização pode influenciar na premissa metodológica da análise territorial.

Na prática, todas essas territorialidades não se revelam separadas, mas sim, sobrepostas no espaço, ou seja, multiterritoriais. Por isso, a partir de uma visão hologramática dos territórios de todos os agentes sociais, percebemos movimentos complexos de des/reterritorialização, em diferentes escalas e intensidades. Tais ações e articulações dos agentes produtores entre si e com outros agentes culminam com a formação de redes regionais, mais ou menos densas e flexíveis, que comportam todos os processos de produção dos espaços turísticos.

Em consonância às discussões sobre sobreposição territorial e articulações zonais e reticulares dos agentes sociais, ao considerar as problematizações intrínsecas ao conceito de território, percebemos que o caráter abrangente e rico da multiterritorialidade nos permite também observar o fenômeno do turismo a partir dos fluxos, mobilidades e seus processos de transterritorialização, levando em consideração os usos territoriais a partir das dimensões funcionais e simbólicas.

Tais colocações se baseiam no fato de que as nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento, no fixo, mas também na mobilidade, tendo como pano de fundo um espaço em movimento, no e pelo movimento, que por sua vez é dotado de significado e de expressividade para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (HAESBAERT, 2004). Dado isso, o caráter de movimento da multiterritorialidade pode nos ajudar a compreender mais atentamente como os espaços apropriados pelo e para o turismo, levando em consideração seus processos territorializantes.

Ponderações sobre experiências contemporâneas da mobilidade parecem explicar, direta ou indiretamente, muito do fenômeno turístico, mas nem sempre suas especificidades são levadas em consideração pelos estudiosos do tema. Isso porque quase sempre o turismo é estudado de maneira limitada, com maiores atenções as suas vertentes econômicas ou operacionais, como a restrição aos estudos dos transportes (ALLIS, 2016). Portanto, é essencial reconhecer que o turismo implica em diversas formas de viagens que perpassam pela movimentação (ou imobilização). Mais do que movimentar pessoas (turistas) entre polos geradores e destinos turísticos, observamos o movimento de “ideias e modelos de sociedade, capitais, trabalhadores, rejeitos (inclusive poluição ambiental), quase

sempre sem uma divisão clara entre um ou outro” (ALLIS, 2016, p. 103).

Além disso, não se deve limitar o debate das mobilidades aos turistas, pois o fazer turismo é apenas uma forma de mobilidade temporária, e por isso é relacionada também a outras formas de movimento, como dos outros agentes sociais produtores do turismo. Esta questão nos lembra Fratucci (2014), quando afirma que o espaço apropriado pelo e para o turismo é maior que o *território do turista*, uma vez que o *território do turismo* é resultado dos somatórios dos territórios sobrepostos de todos os seus agentes sociais produtores.

Esse exercício de ampliação do olhar nos permite reconhecer e valorizar todos os envolvidos no acontecer do turismo, não só no fazer turístico. Deve-se abranger o fenômeno socioespacial em todos os seus meandros, e não somente à prática da atividade econômica pelo turista. Todavia, dado o fenômeno do turismo depender majoritariamente dos processos de apropriação e descolamentos do turista, de seu local de residência ao destino escolhido, os outros processos de territorialização e deslocamentos não têm sido estudados mais a fundo.

Os indivíduos e grupos se movimentam realizando processos de des/reterritorialização, tanto em seu caráter simbólico quanto funcional, dos quais podemos também entender a partir das discussões contemporâneas sobre mobilidade. Tendo como orientação o novo paradigma das mobilidades, assumimos que “os fenômenos sociais mais importantes só serão satisfatoriamente analisados se eles forem colocados em movimento” (URRY, 2007, p. 7 *apud* ALLIS, 2016).

Os agentes que possuem a lógica reticular mais presente, como os trabalhadores e os turistas, à primeira vista, possuem, a

priori, mobilidades funcionais mais intensas, pois realizam movimentos pendulares programados. Os primeiros podem ser diários ou temporários (trabalhadores que migram sazonalmente), enquanto os segundos realizam movimentos pendulares mais ou menos longos e sazonais. Ao partirmos do princípio que tais agentes sociais realizam um movimento cíclico, a partir de processos de des/reterritorialização, sempre de retorno ao ponto de partida, podemos apontar algumas questões relevantes.

Ao observar o encontro do turista e do trabalhador no lugar turístico, percebemos que a diferença entre seus usos territoriais recai sobre a possível distinção entre a vivência de múltiplos territórios (trabalhador) e a efetiva multiterritorialidade articulada em territórios flexíveis (turista), que podem ser traduzidos, respectivamente, pela imobilidade do trabalhador diante da mobilidade nítida do turista, revelando tal aparente dicotomia entre esses dois agentes sociais do turismo. Esta relação está pautada em mobilidades diferenciadas, resultado da nuance irônica das mobilidades turísticas: para que uns exerçam suas mobilidades outros devem permanecer imobilizados.

A mobilidade diferencial e o controle de alguns grupos podem enfraquecer de forma ativa o poder de outras pessoas, ou seja, a compressão espaço-tempo de alguns grupos pode destruir o poder de outros grupos. Nesse contexto, tal flexibilidade territorial do mundo contemporâneo possibilita que alguns grupos, em geral, os mais privilegiados economicamente experienciem uma multiplicidade de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja na sua conexão em rede pelo espaço planetário.

Diante disso, a análise da composição dos territórios-rede nos espaços apropriados pelos agentes sociais produtores do

turismo permite “compreender os meios pelos quais os agentes hegemônicos ligados à atividade projetam relações de poder estabelecidas através de redes, engendrando formas de dominação que, em muitos casos, têm alcance global”. (BRANDÃO, 2009, p. 195).

Reafirmando esta ideia, lembramos que, na visão de Santos (1994), a rede seria um instrumento que possibilita a conexão do local com o global a partir de relações verticalizadas (reticulares), enfraquecendo assim as articulações horizontais (contínuas) focadas no lugar. Por isso, o autor insiste recuperar a discussão sobre o espaço banal, o que seria o território de todos. A noção de espaço banal ressurge para contrapor a lógica de redes, que segundo Santos (1994), se configuram como território daquelas formas e normas ao serviço de alguns, cujo comando, produção, disciplinarização, normatização e racionalidade é imposto pelo mercado universal e pelos governos mundiais no âmbito da globalização perversa.

O capital espacial não é para todos, uma vez que as desigualdades são óbvias, mas não podem ser facilmente classificáveis segundo uma escala única ou dual. Por isso, essa divergência pode se demonstrar flexível uma vez que seus territórios possuem reflexos de diferentes intensidades relacionados às dimensões funcional e simbólico. Não podemos mensurar a mobilidade de determinado grupo ou indivíduo somente pela quantidade de deslocamentos físicos, funcionais, mas também incluir as suas relações simbólicas com o território do turismo. Tal movimento pode ser dotado de significado e de expressividade para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui.

Nesse sentido, a mobilidade é tão espacial quanto geográfica e, ao mesmo tempo é também, tão central para a experiência humana do mundo quanto para o local (escala

reduzida). É praticada, experimentada, incorporada, representada pela interface entre os corpos físicos móveis, e também pelas mobilidades representadas. Faz parte do processo de produção social do tempo e do espaço, em que pessoas móveis nunca são simplesmente pessoas, são um modo de ser/estar no mundo (CRESSWELL, 2006).

Com base no exame dos territórios zonais é possível compreender, além do papel político-econômico, funcional e jurídico-institucional do turismo projetado no espaço, as relações simbólicas e culturais daqueles que visitam os lugares turísticos, por exemplo. Elas têm papel preponderante na construção de representações geográficas destes locais, bem como das comunidades receptoras que, por meio da vivência e da experiência cotidiana, reproduzem práticas sociais de caráter territorial (BRANDÃO, 2009).

Lembrando que as lógicas reticulares e zonais dos territórios são ao mesmo tempo complementares e concorrentes: à superfície relativamente homogênea e praticamente sem movimento (zonal, tradicional), acrescentamos outra, mais complexa, em que a rede aparece como um de seus elementos constituintes, o território-rede; ao mesmo tempo, o território-zona não está completamente dissociado de características reticulares, ele só se definiria como tal pela predominância das dinâmicas zonais sobre as reticulares. Nesse sentido, ao analisarmos os agentes sociais que possuem a lógica zonal mais predominante, como os agentes do poder público do turismo e os moradores dos destinos turísticos, reforçamos a não estagnação e rigidez completa de suas territorializações.

Portanto, é notória a necessidade de deslocar esforços para a compreensão da multiterritorialidade do turismo levando em consideração a análise das dinâmicas e relações de poder presentes nesses territórios que, por sua vez, se configuram a

partir da relação dialógica no agrupamento, articulação e configuração dos territórios-rede e dos territórios-zona, com base em suas dimensões funcional e simbólica, levando em consideração os processos de des/reterritorialização de todos os agentes sociais produtores do turismo.

Questões a serem refletidas e desenvolvidas

A possibilidade de pensarmos o fenômeno turístico a partir da sua multiterritorialidade nos oferece uma ampla gama de recursos para ampliar nossas tentativas de análise, mais especificamente a partir das ações e interações dos seus agentes sociais. Tendo em vista as propostas de Haesbaert (2007, p. 40/41) sobre a multiterritorialidade, sugerimos alguns pontos de reflexão para entender melhor a dinâmica territorial dos agentes sociais do turismo:

a) Discussões sobre territorialidade e mobilidade relativas ao fenômeno do turismo podem ser observadas pela ótica da vivência sincrônica de múltiplos territórios e a efetiva multiterritorialidade articulada em territórios mais ou menos flexíveis, expressa pelos territórios reticulares e zonais (território-rede e território-zona), se configurando nas redes regionais do turismo. Ao pensar sobre aspectos da mobilidade funcional/física (por onde, como e quando se deslocam) e simbólica/identitária (quais são seus referenciais espaciais simbólicos nos territórios apropriados, pelos níveis de identificação), incluímos todos os tipos de deslocamentos, os movimentos pendulares, migratórios sazonais ou permanentes.

b) Como o fenômeno do turismo se apresenta complexo, diversos agentes estão envolvidos nesta dinâmica recursiva e complementar, resultando em articulações territoriais mais ou menos sobrepostas e densas. Ainda que essa realidade seja

figurada em um tipo de sistema, no qual devemos olhar o conjunto, cada agente possui peculiaridades e seus processos de apropriação espacial se realizam de formas distintas, assim como suas ações no espaço. Portanto, defendemos levar em conta as especificidades de cada agente social que “promovem a multiterritorialização e as profundas distinções em termos de objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas possui” (HAESBAERT, 2007, p. 40), observando suas práticas, funções, gênero, classe social, atribuições e atividades na atividade econômica.

O reconhecimento de atributos específicos de cada grupo ou indivíduo nos auxilia a entender as relações de poder impressas no espaço e as possíveis disputas territoriais, tanto no sentido funcional quanto simbólico. Essa questão nos direciona para a próxima discussão sobre a multiterritorialidade e o turismo.

c) O reconhecimento da multiterritorialidade pode ser marcada pelo acúmulo desigual de múltiplas territorialidades ao longo do tempo. Nesse sentido, o fenômeno do turismo é marcado por múltiplas "geometrias de poder", como aquela dada pela dicotomia da mobilidade dos turistas e trabalhadores. A diferença entre seus usos territoriais recai sobre a possível distinção entre a vivência de múltiplos territórios (trabalhador) e a efetiva multiterritorialidade articulada em territórios flexíveis (turista), que podem ser traduzidos, respectivamente, pela imobilidade do trabalhador diante da mobilidade nítida do turista, revelando tal aparente discrepância entre esses dois agentes sociais do turismo. Esta relação está pautada em mobilidades diferenciadas, resultado da nuance irônica das mobilidades turísticas: para que uns exerçam suas mobilidades outros devem permanecer imobilizados

Por fim, com a intenção de propor novos assuntos e temas para aprofundamento, ao assumirmos que um mesmo indivíduo ou grupo social exerce processos relacionados com a transterritorialidade, ao transitar por distintas territorialidades em movimentos de entrada, saída e/ou trânsito/estar-entre, tanto no sentido funcional quanto simbólico, se levarmos em consideração esses “outros” territórios, podemos obter artifícios para analisar os outros sistemas que compõem a realidade.

A ideia de espaço turístico (noção mais abrangente) tende a ir contra a unilateralidade da análise geográfica do fenômeno e por isso, inserir os subsistemas que o compõe é essencial para caminhar em direção à compreensão da complexidade do seu entendimento. Os indivíduos e grupos que usam do espaço, de um modo geral, possuem distintas motivações e apropriações de acordo com seus diferentes territórios que se sobrepõe de maneira mais flexível ou não.

Se pensarmos que um indivíduo “está-entre” territórios, ocasionando uma situação muito mais híbrida e nova, estudar as transterritorialidades dos agentes sociais produtores do turismo pode nos auxiliar no entendimento das “interações estabelecidas entre eles e deles com os outros sistemas que forma o meta-sistema onde se inserem”. Isso porque, um mesmo indivíduo pode possuir distintas territorialidades através do exercício de diversos papéis, produzindo diferentes territórios.

Referências

ALLIS, Thiago. Em busca das mobilidades turísticas. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, vol. 23, n.º. 2, 2016, pp. 94-117.

ASSIS, Lenilton Francisco. Do território usado à multiterritorialidade: Reflexões sobre o lazer e o turismo em

segundas Residências no nordeste brasileiro. *Geosp* - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 26, pp. 45 - 58, 2009

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. O turismo na contemporaneidade: Algumas considerações a partir de uma perspectiva geográfica. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, vol. 26, nº. 3, set/dez, 2009.

CALVENTE, M. C. M. H. Turismo e território-rede: o problema da multiterritorialidade restrita das populações tradicionais. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 13, n. 1, abril, 2013, pp. 120-133.

CRESSWELL, Tim. *On the Move: Mobility in the Modern Western World*. Nueva York y Londres: Routledge, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. n.14, v.1, 87-96, 2014.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 308 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, ano IX, nº17; Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *Revista GEOgraphia*, Niterói: RJ, vol. 12, nº 24, 2010.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 62 – 74.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. *GEOgraphia*. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano 3, nº. 6, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. *Epistemologia Social do Turismo*. Tese (Doutorado) - ECA/USP, São Paulo, 2004.

MOESCH, Marutschka Martini; BENI, Mário Carlos. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo, *Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica*, vol. 19, nº 3, set/dez, 2017.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MÜLLER, Dieter. K. ‘Tourism geographies are moving out’ – a comment on the current state of institutional geographies of tourism geographies. *Geographia Polonica*, Volume 87, Issue 3, 2014. p. 353-365.

NABOZNY, Almir; FONTANA, Cleder. Estar Turista (turiestar), Discursos Espaciais e Sentidos de Eficiência Multiterritorial: uma breve análise do Plano Aquarela (2003-

2006) / Embratur. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 15, nº.2, maio/ago, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Ballesteri. Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

RODRIGUES, Adyr Ballesteri. *Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SACK, Robert. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M (Org). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5ª ed, 2008.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; VALDUGA, Vander. O “espaço turístico” a partir da multiescalaridade territorial: Complexidade e sistematização conceitual. *ABET*, Juiz de Fora, vol.5, nº. 3, set./dez. 2015, p. 8 – 16.

VALDUGA, Vander. Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 17/18, 2012.

CAPÍTULO 2

A BUSCA POR EXPERIÊNCIAS DE ENCONTRO E A SOCIABILIDADE ENTRE TURISTAS E RESIDENTES

Michel Jairo Vieira da Silva

Introdução

Que tipo de desenvolvimento por meio do turismo queremos?

Ao discutir ideias sobre *desenvolvimento* da sociedade (que nesse caso não se dissociam do fenômeno turístico), percebe-se que nas últimas décadas esse conceito vem passando por um redimensionamento a partir de uma ótica mais polissêmica, abrangente, libertária. As novas abordagens desvencilham-se de um acervo científico e político que associava desenvolvimento quase que exclusivamente à ideia de crescimento econômico. Ou seja, as agendas de desenvolvimento propostas por alguns pensadores mais atuais (e já não tão atuais assim) apresentam ótica menos reducionista do conceito. Eles alertam que “o que importa é liberarmos-nos da influência de um paradigma mecanicista emprestado das ciências físicas e que se traduz principalmente por uma excessiva concentração de atenção sobre um volume da poupança e do investimento” (Sachs, 1986, p. 32).

Inúmeros eram os estudos que compreendiam o desenvolvimento considerando parâmetros que revelavam mais exclusivamente as forças de produção e acumulação de capital de uma cidade, estado, nação ou continente (Singer, 1982). Amparados nessas pesquisas, equivocadamente, o desenvolvimento “do e pelo” turismo esteve “associado às suas condições socioeconômicas, basicamente ao nível de

distribuição da renda, ao tamanho da renda, e às condições de acesso ao mercado” (Rabahy, 2003, p. 16).

As abordagens sobre o turismo são alicerçadas, sejam na perspectiva da experiência frenética da viagem (turistas) e do consumo desenfreado dos destinos (gerando impactos econômicos principalmente), sejam na preocupação com o autóctone e propostas de desenvolvimento. Não se nega aqui a relevância dos aspectos econômicos, mas na balança do desenvolvimento é de fundamental importância também valorizar as dimensões sociais, culturais e ambientais com alternativas que possam harmonizar a relação de seus atores: turistas, residentes, poder público e poder privado.

Nesses formatos mais amplos, percebe-se reflexões que envolvem a ética, a liberdade e a participação popular na idealização, implementação e manutenção de mecanismos sociopolíticos (Putnam, 1996). Essa agenda ganha um espaço importante na atual forma de buscar o desenvolvimento associado ao fenômeno turístico. Tais abordagens realizadas sobre o tema (nesse caso com a interface do turismo) acrescentam elementos que englobam todas as esferas da sociedade – poder público, iniciativa privada e sociedade organizada (representantes de classe, ONG’s [Organizações Não Governamentais] – e instituições de ensino superior) em uma pauta mais ampla. Quanto a isso, Krippendorf (2003, p. 17) alerta:

As teorias, os cálculos econômicos, programas políticos e doutrinas não são de nenhuma ajuda neste caso específico. Devemos ir além, invocando especialmente a intuição e a fantasia social, definidas com a aptidão de não crer no caráter definitivo da ordem estabelecida, de propor novos conceitos, de formular soluções substantivas. (Krippendorf, 2003, p. 101)

E quanto a esse alerta, que nos convida a refletir sobre uma perspectiva mais ampla e complexa sobre o turismo é que as próximas páginas se baseiam, trazendo um debate fundamental sobre o turismo enquanto instrumento para o desenvolvimento.

Desenvolver para “turistificar” X “turistificar” para desenvolver

Mesmo diante desse olhar mais flexível e avante, com uma nova concepção acerca do desenvolvimento, alguns destinos ainda são analisados a partir de modelos de gestão que se espelham na perspectiva mecanicista, com um viés meramente financeiro e consumista. Fórmula essa normalmente guiada por moldes econômicos implantados em destinos, cidades, países hegemônicos (Singer, 1982). Territórios com históricos, formação cultural, recursos humanos e materiais, além de formas de apropriação do seu espaço distintos – ainda podem ser compreendidos e vitimizados por ações propostas mediante essa comparação desigual e discrepante e ações descontextualizadas (Rodrigues, 2004).

É preciso alertar para esse tipo de entendimento comparativo – denunciando agravos na abordagem do desenvolvimento quando se refere, principalmente, a países subdesenvolvidos (como é o caso do Brasil). Destinações que precipitadamente em diversos momentos colocam países hegemônicos como exemplos “messiânicos” a serem seguidos.

Assim, desenvolver-se, na ótica dessas regiões (nações, estados, cidades) menos desenvolvidas, estaria na certeza de que sua economia cresce menos do que possivelmente poderia. Sendo assim, o *Éden* onde se pretende chegar é ao *status* de primeiro mundo. Ou seja, de uma maneira bastante simplista e ingênua de pensar e agir, “o desenvolvimento é o processo de

passagem de um sistema (subdesenvolvido) a outro (desenvolvido)” (Singer, 1982, p. 26), se utilizando das mesmas receitas de sucesso.

Tal lógica, quando explicitada por diversos autores – seja quando retratam regiões hegemônicas, ou fazendo referência a cenários de países subdesenvolvidos – aponta claramente a força do mercado como o principal motivador das ações sobre os destinos turísticos. Percebe-se nele um papel de protagonista e também de vilão. Sua ação pode ser expressa quando sobrepõe a complexa rede de interações que envolvem também a sociedade e sua escala de valores; o meio ambiente e seus recursos (como se seus recursos fossem finitos), e o papel do estado e suas políticas públicas.

Nessa dinâmica, o *crescimento* econômico parece ser, equivocadamente, sinônimo de *desenvolvimento*. “At the heart of dissatisfaction, disquiet and disillusionment with development lie the intellectual and philosophical underpinnings that development is dependent on economic growth”² (Mowforth & Munt, 2007, p. 37). Essa “economicização” – que na vida do cidadão comum se traduz na busca constante pelo desenfreio e insaciável consumo - caminha por todas as áreas da vida do indivíduo, e da vida em coletividade – da ordem social, aqui em destaque nas cidades turísticas. Ou seja, pensar assim é entender que tudo se tornou claramente objeto a ser consumido, sendo as campanhas e ações sobre a cidade resultantes de “iniciativas baseadas no consumo do espaço” (Sánchez, 2003, p. 383).

Os lugares explorados pelo turismo são, em grande parte, vendidos como cenários produzidos sobre uma base paisagística preexistente que, associada a aspectos

² No centro da insatisfação, da inquietação e da desilusão com o desenvolvimento, estão os fundamentos intelectuais e filosóficos de que o desenvolvimento depende do crescimento econômico (Tradução própria).

culturais, históricos e geográficos, constitui a matéria-prima para o processo contínuo de produção e consumo do espaço (Da Silva, 2004, p. 21).

Nessa perspectiva, a experiência turística transcende seu caráter de encontro, de momentos de conhecimento do outro, de autoconhecimento, da hospitalidade; e passa a ser encarada como cenário onde a oferta (destino) apresenta à demanda (turista) as paisagens estandardizadas a serem consumidas. Esse consumo, muitas vezes, é criticado tendo em vista a excessiva artificialização dos atrativos, a segregação, e a degradação do meio ambiente – tendo como resultado consumo desregulado e mal planejado.

Cette exploitation effrénée masque deux evidences: les beautés de la nature sont assurément des biens gratuits, ce qui ne signifie pas pour autant qu'il soient disponibles en quantités illimitées. D'autre part, leur qualité et leur force d'attrait ne sont pas garanties por l'éternité. Toute exploitation abusive provoque des détériorations durables. Il est evident que l'industrie touristique ignore ces vérités pourtant frappants³ (Krippendorf, 1977, p. 48).

Nessa lógica, o cuidado com o meio ambiente e com comunidades receptoras (em pequenas vilas ou grandes cidades), podem ser negligenciados ou substituídos pelo crescimento financeiro. À medida que cresce a demanda

³ Esse desenfrear das máscaras de exploração apresenta duas evidências: as belezas da natureza são, certamente, bens livres, o que não significa que elas estão disponíveis em quantidades ilimitadas. Por outro lado, a sua qualidade e força, de atração não são garantidas pela eternidade. Qualquer abuso causa dano duradouro. É óbvio que a indústria do turismo ignora essas verdades mais marcantes (Tradução própria).

turística, e em seguida sua especulação, emerge proporcionalmente o número de “devorados”, aqui representados pela natureza, pela ocupação do urbano agora exclusivo para o turismo, e população receptora negligenciada. Povo esse que não encontra no turismo o sentido do bem receber espontâneo, mas o servir pensando exclusivamente no dinheiro quando não sua expulsão.

Essa receita que foge de uma visão mais coerente de desenvolvimento pode ser comum em países desenvolvidos. Porém, em regiões mais pobres ou desiguais, mas com vastos recursos naturais e artificiais, a questão é mais crítica, sendo eles induzidos a importar mais para atender às necessidades turísticas internacionais. Tendo em vista a ampliação de reflexões e ideias de desenvolvimento para além da questão predominantemente economicista, percebe-se a aproximação entre o tema *desenvolvimento* e as reflexões que envolvem a ética e a participação popular na idealização, implementação, acesso a espaços, integração, manutenção de mecanismos sociopolíticos.

Essas questões são trabalhadas amplamente por Sen (2000) ao propor uma leitura mais humanizada, mais participativa, numa agenda democrática e com destaque para regiões subdesenvolvidas do mundo. Busca-se alertar para necessidades de desenvolvimento não alcançadas exclusivamente pela acumulação de capital, mas pela valorização das capacidades individuais e coletivas da sociedade para conquista de espaços sociais e direitos na condução de cidades, estados, nações.

Outros autores que encaram – diante da pauta do desenvolvimento – questões de democracia participativa são Boaventura Santos e Avtrizer (2003). Eles criticam em certa medida o mercado global como grande regulador da sociedade atual, sugerindo uma contemporânea gramática social onde

ocorram empoderamentos com foco em emancipação, participação, e solidariedade como meio de desenvolvimento mediante a racionalidade e olhar coletivo (comunidade). Para esses e outros pesquisadores é importante valorizar as particularidades de cada lugar, pluralidades e formas de pensar o desenvolvimento, como pensa Nóbrega (2013). Essas questões ganham um espaço destacável na atual forma de se buscar o desenvolvimento expresso na paisagem turística.

Apesar de em algumas regiões (turísticas ou não), projetos e ações que se debruçam sobre o social ainda serem vistos como “despesa ou custo”, e injeção e apoio ao viés econômico “estratégia ou investimento”, a qualidade de vida dos cidadãos vem ganhando notoriedade nas discussões. A capacidade articuladora, transformadora da sua própria realidade, não apenas a partir de fatores financeiros, mas democráticos, que abarquem melhoria na educação, saúde, seguridade, propriedade e lazer, têm fatias consideráveis no “grande bolo” da nova abordagem de desenvolvimento. E isso não está apenas em proposições de autores “visionários”, mas na realidade de alguns destinos turísticos (de pequeno, médio ou grande porte) ao redor do mundo.

É preciso considerar, inequivocamente, que desenvolver requer equilibrar interpretações e ações de caráter economicista e enfoques mais progressistas, humanistas e democráticos – principalmente em países que têm uma alta desigualdade social e questões estruturantes graves a resolver. Essa postura mais orgânica é certamente o maior desafio da esfera pública e de seus desdobramentos sobre a esfera privada e o cidadão comum. Tal obstáculo a ser superado passa pela ação de todo o grupo social.

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que

elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo (Sen, 2000, p. 32).

Alcançar esse patamar de exercício da participação necessária e eficiente do cidadão nas decisões do lugar é entendê-lo como o agente mais importante de todo o processo. É reconhecer nele a origem e a finalidade de toda e qualquer decisão econômica, política e social. A população da cidade (pequena ou grande), dessa forma, assume seu papel ativo nos projetos de crescimento do PIB [Produto Interno Bruto]. Ela também deve torna-se mentora do seu próprio modelo de desenvolvimento (inclusive através do turismo), que não deve estar necessariamente alicerçado nos moldes da produção e do capital hegemônico.

Todavia, o mérito dessa maneira de alavancar o desenvolvimento recai – como já mencionado – sobre entraves (forças) econômicos, que sucumbem à capacidade reacionária de muitos grupos sociais. Tais forças têm um poder de manipulação que por ora sufoca esse ideal de desenvolvimento mais participativo e equitativo, impondo em pequena ou grande escala um desenvolvimento desigual (Smith, 1988). Nessa lógica, o turismo pode ser compreendido como mais um exemplo (como em outras áreas produtivas) da centralização das ações do capital (muitas vezes internacional e hegemônico) em áreas funcionalmente turísticas – aqui na escala urbana-citadina.

Nessa mesma concepção, o poder público corrobora para seu lucro, à medida que seus cidadãos comuns se veem à margem do processo decisório, de suas benesses, e até mesmo dos empregos, e lazer nessas áreas agora turistificadas. O que resulta de tal processo é um claro retrato da desigualdade urbana

(área nobre e turística X área periférica e pobre) de desenvolvimento que dita maior segregação. Ou seja, em diversos lugares do mundo o turismo (com alto alcance e impacto): “Vem se desenvolvendo (...) sobre uma elevada capacidade de dinamização dos lugares turistificados, circulação de pessoas e reprodução do capital, mas também gerando e/ou acirrando segregação e exclusão social” (Azevedo et al., 2013, p. 16). Nessa realidade de exclusão, temas como desemprego, a deficitária qualidade do ensino, segurança, saúde, moradia, mobilidade, lazer, valorização cultural, além de uma rede de comunicação vendida ou censurada, são sintomas do “desempenho dos governos estatais e municipais, que, via de regra, não estão suficientemente habilitados, técnica e politicamente, para assumirem suas funções” (Clementino, 2002, p. 129).

Para além dessas questões, outras se encontram nesse cenário desigual. O processo de globalização, além de apresentar oportunidades, evidencia tendências que em países subdesenvolvidos merecem uma grande atenção. “Los Estados han perdido gran parte de la soberanía que tuvieron, y los políticos mucha de su capacidad para influir en los acontecimientos. [...] la era do Estado-nación ha terminado” (Giddens, 2000, p. 21).

Isso é resultado de um *neoliberalismo* caracterizado pela abertura para o mercado internacional e privatização de estatais, em que o Estado e, conseqüentemente, da sociedade civil organizada, se rendem gradativamente aos interesses do capital, na contrapartida desse novo entendimento – que soa agora visionário – de desenvolvimento.

E, no intuito de entender o “caminho das pedras” desse novo olhar sobre desenvolvimento - tendo interface com o turismo, é que se questiona: – É preciso desenvolver-se

enquanto território marcado pela garantia de direitos sociais básicos, portanto, pela justiça social e cidadania, para poder receber o turismo? Ou é possível utilizar o turismo enquanto instrumento para fomentar o desenvolvimento dessas localidades?

Para Ascher (1984 citado em Cazes, 1996, p. 80), “não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável”. Diante dessa premissa, há de se concordar que é preciso solidificar condições mínimas de cidadania, infraestrutura, participação, qualidade de vida e qualificação da cidade receptora para, em seguida, permitir a chegada do turismo e sua integração aos interesses, sujeitos e espaços. Essa equação aparentemente simples, na prática, exige uma reflexão que parece visionária diante da pressa de alguns setores e pressão de outros para a instalação e desenvolvimento “desenfreado” do turismo, que para muitos autores deve ser tratado de forma ordenada e com parcimônia.

Pensar o Turismo X Planejar o Turismo

Com o desejo de avançar em propostas sobre como gerir o turismo de maneira mais solidária, endógena, essa discussão vem alertar pensadores e planejadores sobre a forma como a atividade turística é visualizada em uma grande quantidade de destinos turísticos. E é com esse entendimento do turismo como fomentador de oportunidades de melhoria da qualidade de vida, da fundamentação de uma relação de igualdade entre visitantes e locais e de integração entre ambos, que este trabalho avança.

A complexa atividade turística – e podemos retomar o terceiro mundo, inclusive – em muitos destinos é encarada como “a galinha dos ovos de ouro”. É empregada como a resolução de todo um processo histórico de estagnação econômica e social –

conflitos, miséria. A implantação da atividade é vista frequentemente como uma “milagrosa” solução para todos os problemas que afligem esses lugares: desemprego, divisas magras, infraestrutura pública deficiente, setores da economia em decadência, entre outros problemas. Mazelas essas que podem ser observadas nos pequenos e grandes centros urbanos, além de áreas rurais, litorâneas e de floresta. Ou seja, a gestão pública:

Promete uma viagem de inclusão, como se o desenvolvimento de uma atividade econômica, dentro dos moldes do capitalismo, pudesse transformar as relações sociais, dentre elas até mesmo as contradições inerentes entre capital e trabalho, desconsiderando a complexidade do fenômeno e eliminado completamente os inúmeros conflitos estruturais e as mazelas do poder (Ramos, 2010, p. 15).

De certo modo, visando fortalecer o discurso que ratifica o turismo como vetor de desenvolvimento que, “diga-se de passagem”, tem mais a ver com as intencionalidades do próprio capital, muitos gestores adotam estratégias de desenvolvimento via tal atividade, evidenciadas pelo crescente número de órgãos, políticas, programas e projetos para fomentar a agenda do fenômeno turístico, que é visto em muitas situações como uma última carta ante as desilusões vividas em outros setores da economia e da sociedade.

O turismo vem se consolidando como área de estudo com perceptível volume de artigos científicos, e tem se tornado uma disciplina reconhecida. Mas é como setor econômico promotor do “emprego e renda” nos palanques e nas agendas governamentais, que os olhares mais generalistas consideram ser possível captar o desenvolvimento (econômico, social, cultural e

ambiental) quase que instantaneamente através dele e de qualquer forma. Tudo para alcançar as promessas de empregabilidade, renda, valorização cultural, qualidade de vida, modernização etc.

Todas essas benesses são fáceis de alcançar a partir do turismo? As regras do jogo são simples e claras? Os riscos de gerar novos impactos e acentuar antigos problemas são conhecidos? A vitória dos autóctones é garantida? O meio ambiente e a população integrados ao turismo realmente agradecerão?

Respondendo a todas essas perguntas com um súbito “sim” (sem relativismos), cidades localizadas em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, buscam investir no turismo. Elas preparam infraestrutura em alguns casos exclusivamente para a atividade, sem considerar muitas vezes os obstáculos, os problemas, as particularidades – o cenário político, geográfico, social e econômico do destino turístico (Rabahy, 2003).

Tem-se como exemplo claro disso as políticas públicas de turismo desenvolvidas no Brasil entre o fim do século XX e início do XXI – destaque para o PNMT⁴ [Plano Nacional de Municipalização do Turismo] (que investiu em uma política desarticulada e com baixo impacto sobre o fenômeno turístico em parte do Brasil). Então, o que acaba por ocorrer é uma sequência de ações que não promovem avanços em postos de trabalho, e arrecadação de impostos (aspectos multiplicadores importantes para a qualidade de vida local).

⁴ Plano público federal (1994-2001) que incentivava o desenvolvimento turístico a partir de um protagonismo municipal que em muitas cidades tornou-se inviável por não considerar fortemente uma articulação entre municípios, que geraria mais consistente oferta turística (princípio de complementaridade) e captação de visitantes.

No sentido contrário ao que se almeja, os obstáculos para o desenvolvimento dos destinos podem se evidenciar ainda mais. Esse despreparo de promover e monitorar o turismo contribui para o uso indiscriminado do solo, exploração da população e de outros recursos, por parte das empresas estrangeiras (hoteleiras, de agenciamento e transportes). Iniciativa privada essa que, seguindo os incentivos, e “captura” do Estado, na maioria dos casos, intimida o desenvolvimento de empresas locais e pequenas, enviando a maior parte dos resultados dos faturamentos para o seu país de origem.

Os postos de trabalho promovidos com a chegada dessas empresas e do turismo como um todo podem ser contabilizados, mas não são os mais rentáveis e justos para o autóctone em muitos casos. As análises políticas e econômicas de apoio à atividade turística, quando se trata de empregos gerados, normalmente sublimam a precariedade desses postos (sazonalidade, subqualificação, baixos salários, sobrecarga de trabalho) e sua recorrência nas relações trabalhistas informais.

Não se pretende aqui negar as benesses advindas do turismo. “La difusión del turismo [...] debe permitir a muchas de nuestras regiones encontrar una nueva vocación, en una época que preconiza el declive de las actividades tradicionales”⁵ (Maheu, 1969 citado em Urbain, 1993, p. 18). Mas não se pode esconder que as condições de trabalho, de apropriação do espaço, que fogem de um planejamento harmonioso (sazonalidade, ciclos de vida dos destinos, competitividade selvagem), podendo gerar grandes problemas.

Acrescenta-se mais um dado que incorre na ideia de que o turismo vem antes do desenvolvimento, e que em alguns casos

⁵ A difusão do turismo [...] deve permitir que muitas das nossas regiões encontrem uma nova vocação, num momento de declínio de atividades tradicionais (Tradução própria).

acaba por gerar equívocos – o pensar a atividade como única ou principal fonte de renda (monocultura). Apostar “todas as suas fichas” na atividade (ou em apenas um segmento da atividade) é limitar investimentos a um setor extremamente sensível a catástrofes ambientais, entraves políticos e militares, problemas de saúde pública (epidemias), crises econômicas, entre outros fatores. Conhecidas são as cidades que se viram arruinadas (ou sofrendo temporariamente) pelo fim ou brusca interrupção ou queda da atividade turística, motivada por algum problema maior, desarticulando e desequilibrando a economia de toda uma região que dependia do turismo.

Sendo assim, tem-se aqui a ideia de que o desenvolvimento social, econômico e político que assegure a qualidade de vida e os direitos dos residentes diante do fenômeno de viagem, é um fator importante para a implantação do turismo. Ou seja, traços necessários do “bom turismo” são as condições básicas que o antecedem. Essas condições correspondem a uma série de fatores da vida pública e privada do autóctone. Personagem que encontra em muitos casos poucos canais para expressar autonomia dentro e fora das áreas de interesse turístico e participa timidamente do processo decisório que envolve a atividade e suas zonas de alcance.

Ao levantar a baixa autodeterminação do residente das regiões-alvo do turismo, sugere-se levar em consideração esse ator que por ora não está sendo valorizado na gestão do turismo. A população, em sua atuação, precisa ser entendido como fundamental para o formato que se deseja imprimir ao turismo no seu lugar de moradia. Considerar a população local como um agente eminentemente importante e indissociável das decisões e resultados – não apenas das forças que comandam o fenômeno turístico, mas de todas as que envolvem a vida em sociedade – é trabalhar uma das características fundamentais de um turismo

conciliador. Mas é também o ideal de desenvolvimento refletido por Smith (1988) e defendido por Sen (2000). A partir do princípio-base da liberdade, o indivíduo tem a capacidade agir e se relacionar livremente, com notório poder de decisões no seu próprio meio de vivências.

Para Amartya Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. Ou seja, é preciso valorizar a condição do sujeito em sua totalidade, em seu espaço vivido, o sentido de fluidez e liberdade que este desfruta, como turista e como residente. É necessário que os idealizadores e planejadores de destinações turísticas comecem a valorizar o autóctone, e estruturar, em parceria com ele, o plano de desenvolvimento daquele lugar, dentro dessa nova vertente que passeia pela criação de canais de participação do residente e de sua presença nos espaços turísticos em condição de igualdade com quem o visita. Entretanto, assim como em outras esferas de decisão, principalmente em regiões desiguais e pobres, a participação local – que deveria ser vista como uma possibilidade para melhor *turistificar-se* e desenvolver-se – não ocorre com frequência. O envolvimento dos agentes locais (representantes de classe, ONGs, instituições de ensino – a sociedade civil organizada) com o turismo é tímido.

E o que poderia ser uma saída para um turismo endógeno e inclusivo, que pudesse trazer um desenvolvimento com as feições, interesses e valores dos sujeitos do lugar, não se vislumbra. Tudo isso sendo desarticulado e muitas vezes manipulado pelos interesses do capital. Para a iniciativa privada, com maior força dentro dessas estruturas, o que mais interessa é

que a viagem seja empreendida. Visam, antes de mais nada, o crescimento, no curto prazo, do volume de vendas e de fluxos de pessoas, e não o desenvolvimento no longo prazo de um turismo que se configure em parceria com os residentes.

Os residentes acabam por ser excluídos pelo poder público (indicado pelo privado) do processo decisório no controle do espaço e “educação” de sua paisagem. Porém, alguns estudos buscam mostrar saídas para essa exclusão do cidadão comum. Moreno (2002 citado em Rodrigues, 2003, p. 15) avança em uma possibilidade de saída semelhante – o que se conhece por *desenvolvimento de base local* (por ele estudado em áreas rurais).

Segundo ele, tal proposta “manifesta-se como um processo de reestruturação econômica e social em que o *nível local* ganha peso quanto à responsabilidade na concepção, implantação e gestão de projetos que mobilizem os recursos de um dado território, tanto físicos, quanto sociais e culturais”. Ou seja, através de plebiscitos, conselhos, comitês, ou convenções, a sociedade, em seu direito civil, deve ser ouvida no processo de planejamento turístico que terá efeitos sobre seu ambiente e meio de vida.

A difusão dentro e fora das academias, dessas ideias de desenvolvimento endógeno, vem ocorrendo em diversos destinos turísticos de pequeno ou grande porte. Mas ainda prevalece a dinâmica centralizadora na mão do capital e dos seus agentes. E os resultados dessa não horizontalidade nas decisões do turismo tem gerado questões sérias também de outra ordem – a segregação social impressa na dificuldade de acesso aos canais de reivindicação, como também aos espaços e benefícios da atividade turística.

De certo modo, entende-se que diante dos primeiros passos do desenvolvimento da atividade turística, a população

residente seja complacente com todas as decisões do mercado, e com os acordos do governo – ela muitas vezes ainda está inebriada com as benesses instantâneas que o discurso do turismo traz. Porém, tomar decisões e apoderar-se do destino, subjugando a vontade dos autóctones, pode gerar impactos irreparáveis no cenário ambiental, cultural, social e econômico. Ressalta-se que o turismo é e pode ser encarado como um vetor transformador, promotor de emprego, renda, entre outros benefícios. Porém, é preciso encará-lo de maneira articulada, participativa e consciente. Caso contrário, o resultado é um destino mal gerido e impactado negativamente.

Reconhecendo esses lugares prejudicados pela má administração do turismo, diversos autores na contemporaneidade sugerem reflexões que dialogam e permitem um maior embasamento e discussão do que ficou conhecido posteriormente como *turismo sustentável*. Preocupados com o meio ambiente, com o autóctone e sua cultura, tendo o entendimento da importância de melhor gerir os recursos atuais para garantir seu uso em longo prazo, essa iniciativa surge a partir de pesquisas que perceberam que:

Muitas regiões turísticas liquidam seus recursos, sem se dar conta de que estão perdendo, cada vez mais, a própria independência. (...) Os exemplos são imensos, em que a população nativa vendeu o solo por preços baixíssimos a terceiros como terrenos para a construção, deixando, assim, escapar das mãos o trunfo mais importante na luta pelo controle do desenvolvimento econômico. O produto da venda é usado para financiar as necessidades mais urgentes. E quando, afinal, os preços dos terrenos aumentam os autóctones, uma vez mais, são prejudicados, pois outras pessoas detêm o bom negócio. Ao final, chega-se, às vezes, à situação em que o preço

dos terrenos e os aluguéis pagos pelos estrangeiros são tão elevados que um autóctone não pode mais se dar ao luxo de morar na própria comunidade, e muito menos de construir uma casa para morar. (Krippendorf, 2003, p. 77).

Como já indicado, a segregação socioespacial se manifesta ante a má administração do turismo – não apenas mediante apatia no processo decisório, mas também na expansão dos autóctones das áreas turísticas.

Turismo que integra X Turismo que segrega

A criação de guetos turísticos, bolhas turísticas, simulacros, enclaves – onde a experiência do turista é articulada para o “desencontro” com o residente (agora isolado e impedido de circular pela área turística) e sua realidade – são também presentes em diversos destinos turísticos. Atrativos esses cobertos por uma luminosa artificialidade, que nem sempre engana, mas encanta o turista e se coloca como um modelo de planejamento bastante seguido, mas com evidências de segregação.

Mais uma vez, “evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si” (Calvino, 1990, p. 30). Esse fragmento do livro *Cidades Invisíveis*, quando associado à atividade turística, promove uma discussão quanto aos resultados da inserção desse setor não mais nos planos e promessas do governo e da iniciativa privada, mas na realidade – no cotidiano do cidadão comum, que deveria ser o princípio e o fim dos resultados do turismo. Entretanto, assim como o entendimento de desenvolvimento, e a forma de

participação popular, o resultado no dia a dia do autóctone é muitas vezes tímido ou imperceptível.

Independente dos possíveis impactos negativos que o turismo pode gerar, surge outro conflito: a segregação do espaço turístico. Essa segregação inicia-se no espaço de moradia e trabalho. Os mais pobres, que moram mal e não têm condições financeiras de sustentar-se com dignidade [...] Mesmo quando moram em cidades turísticas, utilizam-se pouco das atrações oferecidas, pois não possuem tempo – porque trabalham – ou não têm acesso – porque moram longe – ou são discriminados pela cobrança de taxas para o consumo das atrações. Existem, portanto, guetos de lazer nas cidades (Da Silva, 2004, p. 38).

Ao referir-se à segregação no espaço urbano (não dedicando-se especificamente ao turismo), Sposito (2011) nos permite compreender que esse fenômeno de cidade fatiada, sitiada, dividida está em grandes centros urbanos e em pequenas cidades, gerando também outros movimentos – inclusive de autosegregação. “Trata-se de aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação socioespacial (Sposito, 2011, p. 142).

E o que está além desse muro (ora visível, ora invisível), que segrega e fragmenta no turismo, é o já repetido aqui problema da aculturação, fetichismo para o turismo. A questão urbana ou rural, de elementos culturais acrescidos de uma dinâmica toda particular, permite a existência de dois ritmos e cenários socioespaciais distintos, sendo a área turística uma espécie de reprodução de guetos turísticos isoladores ou sitiados dentro dos grandes centros urbanos – esses últimos com

distinção e segregação oficiosa – fragmentados e distanciados do resto das cidades onde são edificadas. Essa realidade em nada parece com o ideal integrador do turismo, que deveria buscar em áreas urbanas ou não uma realidade em que:

cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver. No entanto, são cenas que são compartilhadas, pelos turistas, com outras pessoas que são a maioria – a estética e a cultura da cidade e seus residentes é que saúdam o visitante. Essa “forma” complexa molda a experiência à medida que os visitantes interagem com atrações e infraestruturas geralmente desenvolvidas para fins não turísticos; residentes locais, que são tipicamente os usuários majoritários dessas atrações e dessa infraestrutura; e a atividade econômica da cidade, que não está relacionada (exclusivamente) ao turismo (Hayllar; Griffin & Edwards, 2011, p. 13).

Porém, as formas de apropriação do turismo pelo destino – ou do destino pelo turismo – são diversas, e nem sempre respeitam o acesso aos espaços e aos direitos humanos, ou seja, o direito de SER. Essa apropriação implica conhecimento e investimento e, ao mesmo tempo, a expulsão, explícita ou não, de antigos ocupantes. Essa expulsão (física ou simbólica), guiada pelos altos ou médios investimentos, gera mudança em todas as esferas do cotidiano local, promovendo todas as formas de valoração do TER.

E com o investimento desordenado no turismo, pode haver uma desastrosa transformação urbana, que colabore com a desvalorização dos hábitos, da cultura do autóctone, resultando na perda, inclusive, da autenticidade e identidade paisagística e arquitetônica construída ao longo de sua história.

Le choc entre le patrimoine qui s'est constitué au fil des années, acquérant une valeur historique, et les nouvelles formes d'exploitation prend des proportions tragiques. On ne connaît pratiquement pas d'exemples réussis d'intégration de nouvelles constructions dans un cadre original⁶ (Krippendorf, 1977, p. 70).

Assim, receber a atividade turística em determinados lugares, quando o planejamento contempla interesses de uma minoria (normalmente representantes do capital), sobretudo sem a participação social popular, é reconhecer o risco de tais impactos, sendo necessário levar em consideração as recorrentes mudanças no cotidiano dos residentes, que deixam suas atividades tradicionais em nome do turismo. Inúmeros são os casos de regiões litorâneas brasileiras, por exemplo, onde os ofícios tradicionais, como pescador ou artesão, deram lugar a subempregos na área da hotelaria, recreação, restauração, informais em muitos casos – e com ocupação de subempregos. Para além disso, ocorre o aumento do consumo de energia elétrica, água, e, conseqüentemente, do padrão financeiro de vida desse ou daquele lugar. E nem sempre se faz tais ressalvas para promover novos destinos turísticos.

Dessa forma, apegar-se ao discurso objetivo e reducionista de que facilmente o turismo gera emprego, renda, qualidade de vida, nessas regiões, é ingenuamente acreditar que tais pessoas terão oportunidades no turismo. Pessoas essas que na maioria das vezes tem baixa ou nenhuma escolaridade, experiência nenhuma em qualquer outra atividade senão a que sempre fizeram e que lhes garantiu a sobrevivência, sendo também

⁶ O confronto entre o patrimônio que se tem construído ao longo dos anos com a aquisição de um valor histórico, e novas formas de exploração, toma proporções trágicas. Mal sabemos de exemplos de integração bem-sucedida de novas construções em um ambiente original (tradução própria).

desinformadas quanto aos direitos como cidadão/trabalhador. Na verdade, em diversas circunstâncias, esses moradores não são integrados à atividade, e se assim o forem, serão em cargos de baixa remuneração.

A atividade turística é complexa, e com ela se instaura também uma infraestrutura de lazer, restauração, hospedagem, apoio e acesso, nos agora destinos turísticos. Torna-se rapidamente evidente a nova dinâmica urbana que se mostra no dia a dia do lugar, e a chegada desses representantes do “desenvolvimento”, da “evolução”, da “civildade”, traz também agravos para a permanência do antigo morador. Isso compromete diretamente a liberdade de que estamos falando, baseados em Amartya Sen, liberdade essa que se constitui enquanto fim primordial e meio para o desenvolvimento.

Para além disso, há também questões de desapropriação dos espaços para o turismo, terras compradas pelo capital internacional, adquiridas por preços ínfimos e subfaturados. Tal movimento também acelera a expulsão dos autóctones que, em função de todos esses fatores anteriormente referenciados, acabam por se deslocar para áreas distantes da turística, e não mais passam a fazer parte do processo como verdadeiros beneficiados pela atividade, como antes se acreditava. A população perde espaço para o poder do capital turístico, e segue o caminho da periferia, do gueto, da marginalização, da favelização, do desemprego, da segregação até dos seus valores, cultura, história.

Esses destinos, de certo modo, esquecem seu passado, sendo os moradores inseridos como mão de obra turística, e elementos isolados da memória do autóctone apropriados pela atividade, auxiliando na experiência fictícia de viagem.

Atribuindo temas aos lugares, os planeadores, inadvertidamente, congelam suas identidades e

estupidificam as potencialidades de se desenvolverem organicamente, apagando, por um lado, as suas inúmeras histórias, enquanto por outro limitam o seu futuro a uma narrativa previamente ordenada (Chang, 2000 citado em Crang, 2004, p. 100).

O que também se apresenta agora nesses espaços é a negação de sua condição cultural, identitária e muitas vezes econômica. Os destinos – sejam rurais, litorais ou urbanos, passam então a valorizar “a ficção e a dramaturgia, o espetáculo e a sensação, uma vez que a autenticidade não é necessariamente uma preocupação” (Da Silva, 2004, p. 30).

Assim, em diversos casos, o turismo se apropria com voracidade e alta tecnologia, promovendo grande mudança do destino, que passa a assumir nexos espetacularizados da realidade local, quando não totalmente alheios ao entorno – com construções temáticas, ou ainda sofisticadas e seletivas, como também com hegemonia na apropriação de toda espécie de recurso que possa lhe servir no processo de acumulação de riqueza e geração de lucro.

Por outro lado, o desenvolvimento associado ao turismo precisa ser visto a partir de uma ótica sob a qual se ampliem as liberdades reais que as pessoas desfrutam, no fato concreto e na condição real de emancipação e inclusão nos processos sociais.

Porém, inserido nesse confinamento orquestrado para seu exclusivo lazer, o turista não encontra o residente em condição de igualdade (apenas como trabalhador do turismo). Tendo em vista que se esse morador estivesse na condição de lazer cidadão ocupando o espaço turístico, de alguma maneira estaria ele “destoando” da imagem e do imaginário criado pelo turista (o princípio de pureza de Bauman - 1998). A viagem turística é guiada por um roteiro manobrado em pequena ou grande medida pelo *trade* (público e privado): destacando o falseamento, a

manipulação e a fantasia. A relação do turista com o destino é superficializada e conduzida para uma baixa edificação de laços com a paisagem visitada, ou pelo menos ao que é autêntico e espontâneo nesse destino. Destino esse cenarizado para alinhar-se ao discurso das agências de emissivo, peças publicitárias e todo um trabalho de marketing (público e privado) que atua para uma prática compacta e falseada tradução.

Quando no son los conductores de las agencias, son vuestros guías y vuestros intérpretes quienes dirigen vuestros pasos y vuestras acciones, quienes os aturden con su verborrea y sus camelos, quienes deciden en última estancia sobre o que debéis o no debéis ver. Y de esta manera la realidad os llega deformada, como un texto que se lee a través de una traducción⁷ (Louis Bertrand, 1934 citado em Urbain, 1993, p. 226).

O destino é artificializado para que o cenário suplante a vida local, sendo a experiência de viagem uma “autenticidade encenada”. Quanto a isso, Maccannel (1999) adverte que o que parece “bastidor”, típico, franco e desprezioso, acabou por passar por uma maquiagem para o consumo.

I have suggested that for the study of tourism settings front and back be treated as ideal poles of a continuum, poles linked by a series of front regions decorated to appear as back regions, and back regions set up to accommodate outsiders. I have suggested the term stage setting for these intermediary types of social space but is

⁷ Quando não são os condutores das agências, são os seu guias e seus intérpretes que dirigem seus passos e suas ações, que atordoam sua verborragia e blefes, que decidem em última instância o que deve ou não deve fazer. E assim distorce a realidade que vem a você, como um texto que é lido através de uma tradução (tradutor).

no need to be rigid about the matter of the name of this place, so long its structural features and their influences on ideas are understood⁸ (Maccannell, 1999, p. 105 – grifo meu).

Em meio a essa transformação para o consumo, e à medida que o sistema de mercado turístico sobrepõe e subjuga o local, a comunidade se perde na especulação desses equipamentos e novos costumes, que, unidos a cada vez maior ausência de residentes, abrem caminho para os interesses apenas do capital. Capital esse que objetiva tornar o destino espetacularizado aos olhos do turista, uma invenção de lugar. “O imperativo do divertimento consumista transformou radicalmente o estatuto e a função desta, tornando-a uma cidade feita para o prazer, o entertainment” (Lipovetsky & Serroy, 2015, p. 319).

Trata-se de verticalidades e induções que, via de regra, desvalorizam e muitas vezes suprimem o que existe de articulação social, coletiva e horizontal. São, portanto, forças e vetores de hegemonia tal capazes de estabelecer controle total sobre determinados espaços, citadinos ou não, praias, montanhas, territórios diversos. Esse movimento perpassa a autenticidade na experiência turística.

Entretanto, em muitos casos, o máximo que se consegue é reproduzir algo sem atribuir-lhe o sentido que merece, fazendo da cultura do lugar alegoria fora do contexto, ao

⁸ Tenho sugerido que para o estudo de cenários turísticos de fachada e de bastidores sejam tratados como polos ideais de continuidade, polos ligados por uma série de fachadas decoradas para parecer com bastidores, e bastidores criados para acomodar visitantes. Sugeri o termo **autenticidade encenada** para esse tipo intermediário de espaço social (tradução própria, [grifo meu]).

invés de valorizá-la, inserindo então elementos desconectados para representar o destino, ou ainda padronizando espaços para atender ao turismo internacional ([grifo meu], Silva, 2011, p. 22).

Ocorre a desintegração da antiga identidade local e práticas culturais do residente, enquanto que para o visitante, consolida-se o imaginário geográfico de um destino espetacularizado, e na mesma medida pouco relacional com o entorno. Quando não, é possível encontrar, e com muita frequência, situações em que se associa turisticamente a cidade a um único ou poucos traços, como acontece quando um destino decide investir em tematização (nem sempre vinculada à cultura local), implantando elementos (decoreção, programação, estruturas, narrativas) que a ele se referem.

A explicação mais fundamental para a proliferação de ambientes temáticos nas últimas décadas tem sido relativamente bem aceita. Isto é, os temas estão ligados a produtos mundanos e a lugares como estratégia competitiva para aumentar lucros. Numa economia de mercado, cada vez mais baseada no consumo do que na produção, significados e identidades forjadas são cada vez mais importantes para criar diferenças perceptíveis em produtos que são realmente bastante semelhantes (Paradis, 2004, p. 230).

Quanto a esse movimento, Lipovetsky e Serroy (2015, p. 318) acreditam que existe uma forte concorrência entre as cidades para se destacar em atrativos, a dimensão estética tornou-se um fator-chave destinado a incentivar o turismo, atrair os investidores, os organizadores de congressos, a nova classe dos “manipuladores de símbolo”. Em muitos países, esses manipuladores estandardizam (tudo fica “meio igual”) as

estruturas e a oferta da área turística, afastando-se de da população e de sua cultura antes presente. Fazem isso por reconhecer ser mais “sensato” e “hábil” dar uma repaginada – modernizada – sofisticada no destino, do que qualificar e interagir com o espaço.

Não se quer aqui descolorir os evidentes pontos positivos da atividade turística em inúmeras localidades. Todavia, muitos estudos de caso descrevem a coexistência de dois lugares dessemelhantes em um mesmo espaço – o lugar onde se concentra o fenômeno turístico e o lugar do cotidiano residente.

Esquemas-Perspectivas de Integração/ Segregação

O entendimento de processos de integração/segregação entre visitantes e moradores em destinos turísticos, em um primeiro momento parece objetivamente claro de se observar. Porém, em cada destino em que se instalam, esses processos se apresentam de maneira distinta, seguindo algumas características que podem nortear maior ou menor nível de integração/segregação entre os sujeitos. Isso pode se revelar na análise de paisagens geográficas que abarcam destinos turísticos.

Mesmo considerando complexas situações que envolvem participação popular, pressão ou parceria do poder privado e seu capital sob o estado e cidadão comum, eficiência ou inabilidade do poder público, o que se percebe é que esses processos de integração/ segregação /fragmentação estão associados objetivamente a três grandes dimensões. Estas que seriam: *planejamento urbano da cidade (poder público), ação do poder público e privado sobre a segmentação turística, além das particularidades da configuração territorial da cidade e suas áreas funcionais turísticas*. Esses determinantes aqui estudados podem imprimir - em cada lugar uma dinâmica distinta de

convivência do turista com o urbano, mas com diversas similaridades. A partir de semelhanças, reconhece-se aqui dois esquemas-perspectivas de integração a seguir:

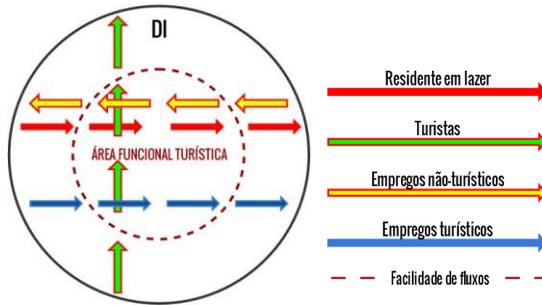


Figura 1. Destino Integrador [DI]

- *Planejamento Urbano da Cidade-Cenário* [PUC-C] – As agendas, projetos, ações governamentais de incentivo ao turismo, mobilidade e lazer público para a cidade (eventos culturais, sociais e esportivos, parques, equipamentos históricos e de consumo, circuitos, rotas etc.), além de espaço e equipamentos privados juntos permitem aos turistas e residentes programações semelhantes de entretenimento.
- *Ação Pública e Privada sobre o Turismo* [APPT] – O segmento-motivação turístico divulgado pela iniciativa privada (mesmo reconhecendo o papel do estado nesse processo) coincide com uma prática que valoriza a permanência do residente em seu local, estimula o encontro, a atratibilidade cultural, patrimônio histórico e social do destino turístico (seu capital cultural) e natural, adotando a diversidade de tipos de turismo. Esse poder privado é representado por agências de turismo emissor e/ou receptor, meios de hospedagem, serviços de A&B e compras, promotor de uma experiência turística que destaca as características tradicionais da cidade ofertada, com

aparente diversidade e concentração de esforços em diversos segmentos turísticos.

▪ *Configuração Territorial [CT]* – A área de interesse funcional turístico está inserida na dinâmica cidadã, em alguns casos pulverizada em pontos diferentes da cidade, sendo difícil dissociá-la das demais áreas consideradas não turísticas. Os espaços de circulação e pontos de visitação turística coincidem com locais de moradia, trabalho (empregos comumente ligados a diversos setores, para além dos advindos da atividade turística) e sítios de práticas de lazer do residente das mais diversas classes sociais. Em alguns casos, a configuração territorial que antecede a chegada do turismo é um fator importante dessa integração.

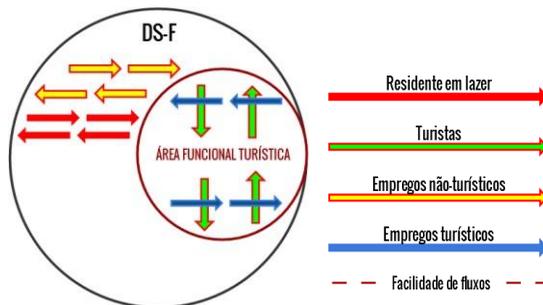


Figura 2. Destino Segregador-Fragmentado [DS-F]

▪ *Planejamento Urbano da Cidade-Cenário [PUC-C]* – As agendas, projetos, ações governamentais de incentivo ao turismo, mobilidade e lazer público para a cidade (eventos culturais, sociais e esportivos, parques, equipamentos históricos e de consumo, circuitos, rotas etc.) permitem aos turistas programações de entretenimento diferentes das vividas pelo residente. Os turistas concentram-se em áreas

funcionais turísticas claramente estabelecidas e sitiadas para a sua fixação.

- Ação Pública e Privada sobre o Turismo [APPT] – O segmento-motivação turístico divulgado e estimulado pela iniciativa privada (mesmo reconhecendo o papel do estado nesse processo) coincide com uma prática que valoriza atividades caracterizadas pela exclusividade e isolamento turístico (ilhas turísticas). Esse poder privado é representado por agências de turismo emissor e/ou receptor, meios de hospedagem, serviços de A&B e compras, promotor de uma experiência turística que destaca elementos descaracterizados da cidade, oferecendo opções de lazer e conforto eminentemente turísticas, com baixa diversidade e concentração de esforços em poucos ou em apenas um segmento turístico.
- Configuração Territorial [CT] – A área de interesse funcional turístico está centralizada em área específica-exclusiva para a prática do turismo de difícil acesso aos residentes. Os espaços de circulação e os pontos de visitação turística são periféricos e sitiados para a permanência do turista nesses espaços da cidade, tendo o residente dificuldades para adentrar e se utilizar dessas áreas. As áreas funcionais turísticas coincidem com locais de trabalho do residente (emprego estritamente ligado à atividade turística), mas pouco ou não com suas práticas de lazer.

Essas percepções de integração em destinos turísticos enfatizam que os principais determinantes desse encontro se dão na dimensão do planejamento público, segmentação de mercado e configuração territorial. Isso surge como uma espécie de prisma que norteia um conhecimento sabidamente complexo, em uma estrutura mais objetiva. Isso não significa, no entanto, que cada uma dessas três dimensões seja estática e que tenha

maior ou menor força ou articulação do que outra em destinos diferentes.

É possível observar cidades em que a configuração territorial do destino – sua geografia – associada a escolhas de espaços para ocupar a dinâmica turística, de alguma maneira já dificulta ou facilita a interação entre sujeitos, tendo os dois outros elementos (poder público e segmentação) outros pesos – causais ou consequentes desse primeiro.

Em diversos destinos urbanos ao redor do mundo, principalmente os mais desiguais socialmente, com altos índices de violência, com problemas de saneamento e mobilidade, observa-se o poder público desenvolvendo ações e obras de isolamento, confinamento. Mas também podem ser encontrados lugares onde ocorre igualdade no uso dos espaços pelo sujeito que circula na cidade, permitindo – ao invés de aprisionamento, uma liberdade de locomoção e convivência.

Ainda é possível observar destinos onde a iniciativa privada trabalha com maior liberdade e poder sobre as outras dimensões, atuando sozinha ou pressionando o poder público a realizar ações de isolamento e priorização do turismo em detrimento dos moradores. Mas esse setor pode ser também auxiliar em pautas sobre o encontro entre os sujeitos. A iniciativa privada ainda tem a capacidade de diversificar o produto turístico, com segmentos e programações amistosas em áreas de convívio residente, e se utilizando do seu capital cultural e patrimonial em favor da experiência turística e de seu lucro.

Assim, querer estudar tais dimensões, é saber da relevância dessas forças para a prática do turismo e entendê-las como fatores que dificultam, mas que podem auxiliar no desenvolvimento socioespacial. Nessa perspectiva, é fundamental acreditar em propostas equilibradas e conciliadoras

de desenvolvimento, não apenas fazendo críticas ao capital e as suas ações diante da atividade turística e da paisagem. Mas também propondo um turismo mais preocupado em minimizar os impactos sobre seus atores e cenários (residentes e seu patrimônio cultural, natural e recursos).

Considerações finais: por pensamentos e planejamentos de turismo inclusivo

Nessa agenda, é preciso pensar, literalmente, em um turismo concordante e simétrico que permita desenvolver caminhos para o aprazimento de todos os atores – população local, turistas e empresários do turismo. Mas que isso não atinja os recursos ambientais e sociais – que atue sobre uma política de marketing justa, e priorização de um modelo de desenvolvimento de políticas de turismo que não esteja centrado em propósitos apenas econômicos. Essas políticas devem preservar a natureza, a cultura, e a sociedade, emergindo um turismo inclusivo. Isto é, que se promova a inclusão dos que habitam as comunidades e os lugares onde o turismo se instala, e não o contrário.

É preciso concordar com HARVEY (2013) – temos que desenvolver uma agenda que garanta o acesso, direito e cidadania dos sujeitos na gestão e fluidez da cidade (neste caso, turistificada). Que se valorize a racionalidade do território em sua totalidade, onde os indivíduos possam manifestar seus valores, seus saberes, experiências do cotidiano e, nesse contexto, a interação positiva entre autóctones e visitantes, a integração entre os espaços citadinos e turísticos se tornem premissas do tipo de turismo mais inclusivo. Maccannell (1999) avança nesse debate e vislumbra destinos onde os espaços

edificados para o turismo esteja claramente inserido no cotidiano de lazer do residente (e vice-versa).

Essa concordância e simetria também passa pela humanização da viagem (Krippendorf, 2003), prezando pela indução de experiências mais fluidas e espontâneas (deixa-se claro que aqui não se quer julgar graus de refinamento e perfil de turistas). Viagens que deixem os visitantes mais emancipados e autônomos, com melhores condições de contato com a cidade, gerando mais comunidade e menos isolamento, mais solidariedade e menos egoísmo, mais cooperação e menos concorrência. Porém, para alcançar esse patamar, é preciso que haja também uma relação de cooperação e arranjo entre os interesses dos operadores do turismo (público e privado) e as comunidades receptoras.

Tentando conciliar as necessidades do autóctone, com a dos operadores turísticos e visitantes, é preciso avançar no encorajamento a uma economia diversificada (Krippendorf, 2003), que não esteja vinculada única e exclusivamente à atividade turística (que é de natureza sazonal e sensível). Além disso, é imprescindível a permanência do controle e do poder de decisão sobre o destino nas mãos do residente e não exclusivamente do capital turístico, normalmente externo e preocupado fortemente com o lucro, e pouco envolvido com aspectos sociais e ambientais.

É preciso ainda valorizar a mão de obra, a memória, a história, e a cultura local (arquitetura, materiais e ofícios, expressões artísticas, literárias, folclóricas, gastronômicas em sua plenitude) como conduta fundamental para pensar um destino turístico integrado, justo e digno para os verdadeiros donos do solo, apesar de reconhecer que tais elementos não são cristalizados e que estão em eterna adaptação.

Apesar de destacarem a valorização da cultura, e maior interação entre turistas e residentes, para alguns autores, os enclaves, simulacros (a exemplo de resorts ou parques temáticos) não são de todo condenáveis (Krippendorf, 2003) – mesmo reconhecendo que esse modelo não é o mais adequado. Apesar de serem claros exemplos de segregação e baixas divisas para locais, tais “bolhas turísticas” podem (devem) promover o benefício econômico do destino, através de empregos de qualidade, cuidado com os recursos naturais e relação mais orgânica com o entorno.

Todavia, estando sempre a favor da maior interação e formação de um turista mais crítico, sugere-se aqui a criação de mecanismos de interação entre autóctones e visitantes com a consolidação de novas práticas turísticas onde o encontro entre sujeitos seja uma das atrações do lugar. Essas viagens permitiriam a transformação do atual turista em alguém mais ávido pelo autoconhecimento, reflexão sobre seu entorno e conhecimento de mundo. Dessa maneira, a então atividade conhecida como uma peça de status e consumo, seria encarada como um instrumento transformador de modo crítico e ideológico para quem recebe, mas também para quem visita.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo a diversidade de interesses turísticos no mundo contemporâneo, acredita-se que viajar é um ato “sagrado” de autoconhecimento, de valorização do outro em sua semelhança e diferença (Figueiredo, 2010, p. 271). Isso se dá a partir da relação com outras culturas e realidades, preocupado também com o destino a ser visitado, com os moradores, com o meio ambiente (urbano ou natural). Esse turismo, quando nas tomadas de decisão do poder público, ação privada e com envolvimento direto do cidadão, estaria prioritariamente preocupado com as condições sociais e materiais dos destinos onde vivem, administram e investem,

consonante com um processo mais voltado para a inclusão dos sujeitos em toda a experiência nessa cidade, estado, nação turística.

Referências

Azevedo, F. F., Locatel, C., Silva, R., & Gurgel, E. (2013). *A internacionalização do turismo no mundo subdesenvolvido (Brasil e Moçambique): problematizando a sustentabilidade turística*. Peru: Observatório geográfico América Latina, EGAL.

Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Zahar.

Calvino, Í. (1990). *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras.

Cazes, G. (1996). Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In A. B. Rodrigues (Org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec.

Clementino, M. L. (2002) Políticas públicas e promoção econômica das cidades. In M. Valença, & R. C. Gomes (Orgs.). *Globalização & desigualdade* (pp. 122-135). Natal: A.S. Editores.

Crang, M. (1998). *Cultural Geography*. Londres: Routledge.

Da Silva, M. G. L. (2004). *Cidades Turísticas: identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph.

Figueiredo, S. L. (2010) *Viagens e viajantes*. São Paulo: Editora Annablume.

Giddens, A. (2000) *Um mundo desbocado: los efectos de la globalización en nuestras vidas* Madrid: Grupo Santillana de Ediciones.

Harvey, D. (2013, July). O direito á cidade. *Revista Piauí*. [website] Recuperado de: [Recuperado de http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade](http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade).

Hayllar, B, Grririn, T., & Edwards (2011). Turismo em áreas urbanas: compreendendo o campo de estudo. In B. Hayllar et al. (Orgs.). *Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos* (pp. 1-7). Rio de Janeiro: Elsevier.

Krippendorf, J. (1977). *Les devoreurs de paysages: le tourisme doit-il de truire les sites out le font vivre?*. Lausanne: Editions 24 heures.

Krippendorf, J. (2003). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.

Lipovetsky, G, & Serroy, J. (2015). *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.

Maccannell, D. (1999). *The Tourist: a new theory of the leisure class*. California: University of California Press.

Mowforth, M, & Munt, I. (2007). *Tourism and sustainability: development and the new tourism in the thirid world*. New York: Routledge.

Nóbrega, W. (2013). Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços do estado do Pará. In F. Azevedo, W. Nóbrega, & C. Maranhão (Orgs.). *Turismo em foco* (pp. 92-115). Belém: NAEA.

Paradis, T. (2004). Temática, turismo e a cidade da fantasia. Geografias culturais do turismo. In A. Lew, C. M. Hall, & A. Williams (Orgs.) *Compêndio de turismo* (pp. 225-240). Lisboa: Ciência e tecnologia.

Pires, P. (2002) Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso Turístico. In: E. Yázig; A. F. Carlos; R. C. Da Cruz, (Orgs). *Turismo – espaço, paisagem e cultura*. (pp. 161-177) São Paulo: Hucitec.

Putnam, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardin. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

Rabahy, W. (2003). *Turismo e Desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Barueri: Manole.

Ramos. S. P. (2010). Turismo e desenvolvimento local: uma “viagem de inclusão?”. In S. P. Ramos, & L. Cerdan (Orgs.). *Turismo, políticas e desenvolvimento humano* (pp. 15-38). Porto Alegre: Asterisco.

Rodrigues, A. B. (2003). Patrimonio, territorio y emprendedorismo: pilares del desarrollo del turismo con base local. *Revista Aportes y transferencias*, 2(7), 11-30, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina.

Rodrigues, A. M. (2004). Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In C. Serrano, H. Brunhs, & M. T. Luchiari (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo* (pp. 171-188). Campinas: Papirus.

Sachs, I. (1986). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. Tradução de Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice.

Sánchez, F. (2003). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.

Santos, B. S. & L. Avtrizer (2003). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In Santos, B. S. *Democratizar a democracia*. (pp. 39-81). Porto: Afrontamento.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, M. (2011). *Segregação socioespacial e turismo: estudo da representação fílmica de Natal- RN criada pelos turistas e residentes*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Rio Grande do Norte, RN, Brasil.

Singer, P. (1982). *Desenvolvimento e Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Smith, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sposito, M. E. B. (2011). A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In A. F. Carlos, M. Souza, & M. E. B. Sposito (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* (pp. 123-145). São Paulo: Contexto.

Urbain, JD. (1993). *El idiota que viaja: relatos de turistas*. Madrid: Endymion.

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADES E TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BAIXO RIO NEGRO/AMAZONAS

*Luana Cristina dos Santos Dias
Jocilene Gomes da Cruz*

Introdução

Atualmente se avolumam as discussões concernentes às questões indígenas, principalmente quanto à equidade social, o que estimula um discurso benevolente, mas não considera, ou até mesmo desconhece, o cerne e desdobramentos nos campos em que se reproduzem conflitos, construções e reinvenções de saberes.

É fundamental posicionar o estado do Amazonas e a relevância dos povos indígenas. De acordo com o IBGE (2010), aproximadamente 168,7 mil indivíduos se autodeclararam indígenas, a mesma pesquisa aponta ainda 64 etnias e mais de 60 línguas distintas no Amazonas. Contudo, essa riqueza ultrapassa tais mensurações numéricas, pois a diversidade cultural indígena é única e de fundamental importância na construção da sociedade, desconsiderada na atual conjuntura política do Brasil, quando se verificam desrespeitos aos direitos dos povos indígenas que colocam em risco toda essa riqueza.

Essas reflexões fazem parte de um estudo socioantropológico realizado em âmbito do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM), grupo de pesquisa constituído por pesquisadores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Dentre as linhas de pesquisa, encontra-se o Turismo e suas inter-relações com a cultura,

particularmente, a cultura indígena no contexto do turismo, bem como os processos de territorialização, formação de comunidades indígenas, construção de novas territorialidades, uso e gestão do território.

Vale destacar que os processos de territorialização foram intensificados por cisões que aconteceram em momentos distintos, porém, ocasionadas por motivações semelhantes. Em termos gerais, relacionam-se a conflitos em torno da divisão do trabalho e do dinheiro advindo do turismo, bem como do desejo em criar seus próprios espaços e autonomia frente à vida comunitária, que representa o elemento central na obtenção de renda.

Dentre os objetivos do estudo socioantropológico estão a caracterização socioeconômica, cultural e ambiental de comunidades indígenas e a apreensão das dinâmicas de cada uma delas no que tange as atividades turísticas que desenvolvem, considerando a cultura e as relações com o lugar (territórios habitados), os sujeitos sociais envolvidos (indígenas e não indígenas), os impactos positivos e negativos dessas atividades.

As comunidades estão localizadas no Baixo Rio Negro, nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé e Puranga Conquista, foram criadas recentemente e vivem em meio a conflitos envolvendo diferentes agentes sociais. Os órgãos gestores das RDS ainda as designam como “núcleos indígenas” não as incluindo em seus mapas. Aqui elas são apresentadas individualmente pela forma que se auto designam: núcleo Diakuru e aldeia Tuyuka (RDS Tupé), comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista). As comunidades são multiétnicas e foram formadas por indígenas provindos do Alto Rio Negro que migraram de suas terras e, no

final da década de 1990 começaram a desenvolver o turismo no Baixo Rio Negro.

As motivações que movimentam e dispersam os indígenas por todo o rio Negro, as dinâmicas territoriais, a ressignificação da cultura e as novas territorialidades empreendidas pelos indígenas, particularmente no Baixo Rio Negro, são importantes de serem problematizadas a partir das próprias visões das comunidades sobre suas dinâmicas na contemporaneidade.

Na região, um número significativo de comunidades (indígenas e não indígenas) desenvolvem experiências próprias com o turismo pelo qual viabilizam uma fonte de renda. O próprio ordenamento do turismo também se constitui em cenários de conflitos e relações assimétricas oriundas das relações entre diferentes agentes sociais e seus interesses. A Comunidade Indígena Tatuyo, foco principal dessa análise, é um caso emblemático. Algumas dessas reflexões tem como objetivo refletir a experiência da comunidade Tatuyo com o turismo. A pesquisa se alicerça, principalmente, na compreensão da comunidade no que tange a organização do território para o turismo e para o bem viver conforme a cultura indígena e as relações interculturais.

A pesquisa pauta-se, sobretudo, no que Oliveira (1996) aponta como as três etapas de apreensão dos fenômenos sociais, o "Olhar, o Ouvir e o Escrever" que num primeiro momento parecem tão familiares e, por isso, tão triviais. [...] Enquanto no Olhar e no Ouvir disciplinados se realiza nossa "percepção", será no Escrever que o nosso "pensamento" se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social (OLIVEIRA, 1996, p. 15). Os processos de "observar e ouvir" foram fundamentais para conhecer, analisar e compreender a dinâmica da comunidade Tatuyo, além de

sinalizar as dificuldades na gestão do território e as oportunidades que merecem ser refletidas, todas essas questões objetivam elaborar um panorama do turismo na comunidade e apresentar as atuais estratégias de uso do território tanto para o turismo quanto para as demais atividades desenvolvidas pelos comunitários.

Por esses vieses tem-se sistematizado dados significativos sobre experiência com o turismo, e das dinâmicas socioculturais que acontecem cotidianamente e estão diretamente ligadas ao turismo. Nesse sentido situam-se as relações de poder, a movimentação de indivíduos, informações e ideias que influenciam na identidade enquanto são reelaboradas as territorialidades no território.

O processo de criação das RDS do Tupé e Puranga Conquista

De acordo com a Fundação Vitória Amazônica (FVA, 2011), o rio Negro possui ecossistemas associados às águas pretas (mais ácidas, com menos nutrientes) como campinas, igapós e matas de terra firme. É um dos principais delimitadores biogeográficos da bacia amazônica, com “baixa” densidade populacional humana, economia baseada no extrativismo, agricultura de subsistência e alta diversidade cultural. (OLIVEIRA e PERES, 2000, p. 12).

O Baixo Rio Negro se caracteriza por uma relação complexa de cunho étnico, a relação entre indígenas e não-indígenas é contínua e se efetiva em relações simétricas e assimétricas. “O baixo Rio Negro no momento da chegada dos colonizadores era habitado principalmente pelos povos Tarumã, Manaós e Barés” (SEMMAS, 2017, p. 29), atualmente é composto por diversas etnias indígenas (Desana, Tukano, Baré, Tuyuka, Bará, dentre outras) migrantes principalmente da região

do Alto e Médio Rio Negro e de outras calhas de rio. A seguir são caracterizadas as duas Unidades de Conservação (UC) localizadas do Baixo Rio Negro, analisadas nesse estudo, as RDS do Tupé e Puranga Conquista.

Conforme o Plano de Gestão a RDS do Tupé está localizada à margem esquerda do rio Negro, integralmente no município de Manaus, sua área corresponde à 11.973 hectares. [...] A RDS do Tupé é gerenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS, 2017, p. 23). O acesso a RDS do Tupé é exclusivamente fluvial, o nome “Tupé” é indígena, do Tupi, significa “trançado feito com talas de uma planta chamada arumã”, essa planta é utilizada na fabricação de esteiras, abanos, tapetes, dentre outros utensílios utilizados cotidianamente pelos povos que residem nas comunidades.

Em 2005, conforme o Decreto Municipal nº 8.044, foi criada a RDS do Tupé, com a missão de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente, desenvolvidas por estas populações (SEMMAS, 2017, p. 8). A RDS do Tupé é composta, oficialmente, por seis comunidades: Agrovila, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Colônia Central, São João do Tupé e Tatulândia.

Sobre a RDS Puranga Conquista, os aspectos de criação estão ligados ao Parque Estadual - PAREST Rio Negro Setor Sul criado em 1995, por meio do Decreto Estadual nº 16.497. Sua área inicial equivalia a 257.422 hectares. No entanto, a área destinada à referida UC de Proteção Integral, foi ao longo dos anos, objeto de reduções [...] visando a criação de uma nova UC de Uso Sustentável componente do Mosaico do Baixo Rio

Negro, a RDS Puranga Conquista, criada pela mobilização dos moradores, pois o Parque Estadual, invisibilizou a existências das comunidades e estas, por sua vez, se impuseram e contribuíram fortemente para o redimensionamento e recategorização do mesmo. (ISA, 2014).

O processo de criação da RDS Puranga Conquista é relevante no pois as comunidades que fazem parte da referida RDS (Deus proverá, tatulandia, Caióé, Baixote, Araras, Bela Vista, Santa Maria, Terra Preta, Vila Nova do Chta, Pagodão, Barreirinha, Boa Esperança, Nova esperança, São Francisco do Solimõeszinho e Nova Canaã) mantêm uma relação estreita com o território e firmam suas territorialidades na reelaboração e ressignificação da cultura. De modo geral as comunidades desenvolvem agricultura de subsistência, extrativismo animal e vegetal em pequena escala, sendo o turismo a atividade central nas comunidades indígenas.

O turismo adotado pelas comunidades indígenas na RDS Puranga Conquista é peculiar e deve ser analisado a partir das experiências vivenciadas pelas comunidades que o realizam. Não se tem intenção de categorizar tais experiências a partir de categorias estabelecidas, como ecoturismo, por exemplo, que para o Mtur⁹ (BRASIL, 2010), é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. Pode-se dizer que esses elementos estão intrínsecos nas experiências das comunidades, mas elas também possuem outras configurações.

As iniciativas de turismo em diferentes comunidades do Baixo Rio Negro tem como propósito proporcionar maior

⁹ Mtur: Ministério do Turismo

contato dos turistas com a natureza e os habitantes locais, pautando-se no Turismo de Base Comunitária, fundamentado em autores como Zaoual (2009), Irving (2009), Sampaio (2005), Bursztyn *et al* (2009) dentre outros, apresentando como principais premissas: a contraposição ao turismo de massa, associação entre natureza, cultura e economia, busca por qualidade de vida, coletividade, inclusão, valorização da cultura local, sentimento de pertencimento, conhecimento endógeno e o protagonismo local.

O propósito é tornar o turismo uma atividade consolidada, determinante na relação estabelecida com o território, valorização de memórias, desenvolvimento econômico e qualidade de vida, além da autonomia das comunidades na gestão das atividades econômicas que compõem a dinâmica do território, tornando-as realmente atividades comunitárias.

Estudos na área do turismo discutem a questão da valorização cultural e afirmação da identidade étnica, o que evidencia a necessidade de mudanças nas relações e na forma como o turismo tem sido implementado em comunidades, baseado sobretudo nos modelos de planejamento exógeno a partir de outras experiências com o turismo porém, o melhor caminho seria a condução da atividade turística pelas próprias comunidades.

O protagonismo local é importante no processo de implementação do turismo constituindo-se de uma “base endógena da iniciativa e desenvolvimento local” (IRVING, 2009, p. 112), que reconheça a importância do conhecimento endógeno para o fortalecimento do turismo e valorização da cultura, além de buscar maior autonomia nas decisões permitindo uma divisão mais equitativa dos benefícios econômicos e sociais.

O processo de criação das duas RDS é relevante no âmbito das comunidades indígenas que mantêm uma relação estreita com o território e firmam suas territorialidades na reelaboração e ressignificação da cultura, além das territorialidades construídas e repassadas pelas gerações.

O surgimento de novas comunidades nas RDS do Tupé e Puranga Conquista

A criação das quatro novas comunidades indígenas (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo) têm suas origens diretamente ligadas à comunidade São João do Tupé e aos desmembramentos que ocorreram desde a chegada da primeira família indígena do Alto Rio Negro, no final dos anos 1990 e iniciou a implementação do turismo na região, esse grupo familiar era formado por dois irmãos da etnia Desana.

Do final da década de 1990 ao início dos anos 2000 a família indígena passou a residir na comunidade São João do Tupé onde iniciaram os primeiros trabalhos com o turismo. “No começo a comunidade [São João do Tupé] não aceitava o turismo, mas eles [os irmãos] prometeram melhorias na comunidade” (Diário de campo - 27/04/2018), relatou um indígena residente da comunidade Tatuyo. Continuaram seus trabalhos na agricultura, paralelamente à implementação do turismo, construíram uma oca, residências, então o turismo começou a gerar divisas, a agricultura deu lugar ao turismo indígena e, futuramente, as cisões.

A figura 1 apresenta a localização das quatro comunidades indígenas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, todavia, se destaca que as comunidades ainda não foram inseridas nos documentos oficiais dos órgãos gestores das referidas RDS. O

mapa a seguir foi elaborado pela equipe do NEICAM com o intuito de legitimar a existência das comunidades.

O potencial paisagístico e a proximidade da capital amazonense Manaus atraem um quantitativo de turistas que torna o turismo lucrativo (principalmente para as agências de turismo e hotéis), porém, é necessária a fiscalização quanto aos impactos socioambientais negativos que um grande contingente de visitantes pode causar, visto que manter a atividade equilibrada é um desafio constante na gestão do turismo em áreas protegidas.

O primeiro desmembramento aconteceu na comunidade São João do Tupé, no grupo familiar indígena liderado pelos irmãos que geriram a atividade turística em parceria até 2002 quando os conflitos culminaram com o desentendimento entre os mesmos.

Desenvolvendo a mesma atividade, os irmãos se tornaram concorrentes e permaneceram assim até a saída de um deles da comunidade São João do Tupé o que aconteceu entre 2011 e 2012, iniciando o processo de desterritorialização das famílias indígenas da comunidade São João do Tupé e a criação de novas territorialidades em torno do turismo.

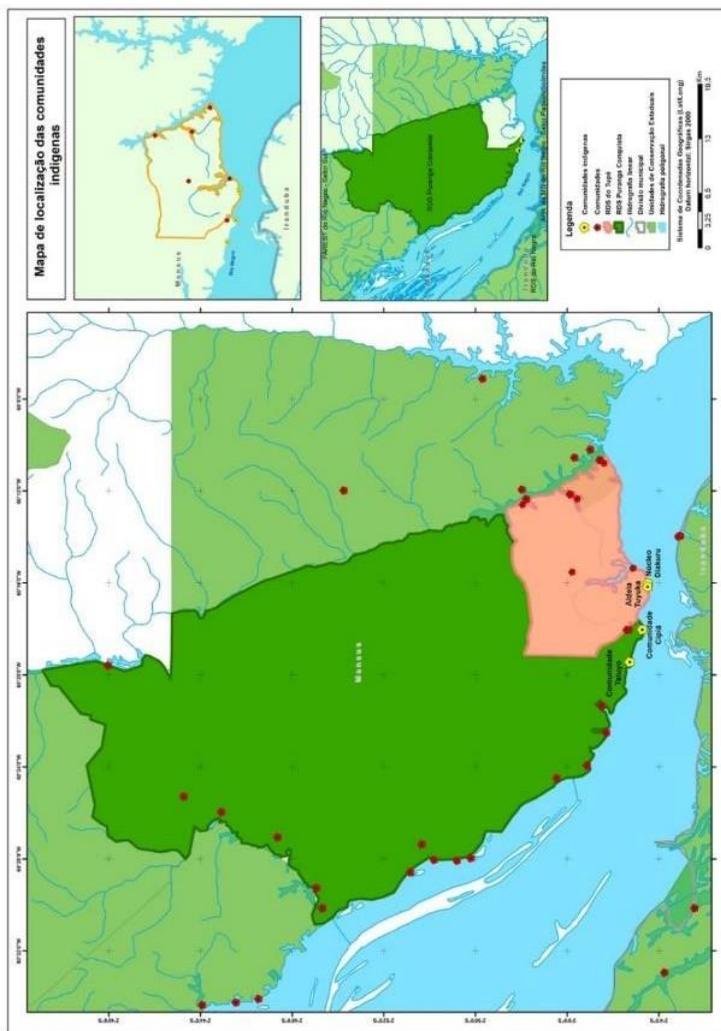


Figura 1: Localização das comunidades indígenas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista.

Fonte: CRUZ, M.E.G da (2018).

Esse primeiro desmembramento deu origem à comunidade Cipiá, fundada no território da comunidade Tatulândia (RDS Puranga Conquista), visava garantir renda às famílias indígenas por meio da continuação do turismo antes exercido na comunidade São João do Tupé.

A comunidade é formada por indígenas das etnias Desana, Tuyuka, Tukano, dentre outras. Atualmente está sendo reordenada, uma parte se manterá organizada de forma “rústica”, como relatado pelo líder, com a oca e as residências construídas com madeira e palha, para atender a demanda turística. As novas residências dos comunitários estão sendo construídas em alvenaria, madeira e cobertura de alumínio, em outra parte da comunidade. A figura 2 apresenta a composição da comunidade Cipiá.

Figura 2: Oca de apresentação na comunidade Cipiá, RDS Puranga Conquista



Fonte: DIAS, 2018.

Atualmente a comunidade é composta por sete famílias. Dispor de um quantitativo de indígenas em comunidades que trabalham com o turismo é relevante no sentido de atender satisfatoriamente a demanda turística nas apresentações, ou seja, para os turistas “quanto mais pares, melhor”, as apresentações ficam visualmente mais atrativas quando compostas por muitos indígenas.

O segundo desmembramento deu origem à comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista). A primeira oca foi construída entre 2011 e 2012 em 2014 decidiram mudar para a praia com o intuito de melhorar a acessibilidade dos turistas, principalmente de idosos e crianças, atualmente a comunidade é composta por nove famílias com indígenas das etnias Tatuyo, Karapana, Tukano, Tariano e Kubeo que trabalham com apresentações de dança e venda de artesanato.

Figura 3: Oca de apresentação na comunidade Tatuyo, RDS Puranga Conquista.



Fonte: CRUZ, 2018.

No início de 2016 outro grupo se desmembrou da comunidade São João do Tupé, dando origem ao núcleo Diakuru e a aldeia Tuyuka, localizadas a poucos metros de distância uma da outra, ambas estão localizadas na RDS do Tupé e trabalham com turismo e venda de artesanato.

A figura 4 mostra a oca de apresentação da aldeia Tuyuka.

Figura 4: Maloca de apresentação da aldeia Tuyuka, RDS do Tupé.



Fonte: DIAS, 2018.

A aldeia Tuyuka é formada pelas etnias Tuyuka, Tukano e Bará, anualmente, o turismo é prejudicado no período de enchente, as águas do rio Negro adentram a oca impossibilitando as apresentações com isso, o turismo fica inviável. Atualmente se dedicam cada vez mais à agricultura familiar uma vez que o turismo tem se mostrando menos rentável.

A poucos metros de distância se localiza o núcleo Diakuru, segundo a liderança se denominam “núcleo” por não se verem ainda como comunidade, o território é utilizado apenas para o turismo como um espaço de trabalho. Diferente das demais comunidades, decidiram não praticar a agricultura, por isso a dedicação dos indígenas é exclusiva ao turismo.

Figura 5: Núcleo Diakuru, RDS do Tupé.



Fonte: CRUZ, 2018.

Os indígenas do núcleo Diakuru, inclusive o líder possuem residência na comunidade São João do Tupé e se deslocam diariamente para as apresentações e venda de artesanato.

É importante destacar que, nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, anterior à formação das comunidades, as atuais lideranças mantiveram uma relação de convivência estreita entre si, reforçadas, na maioria das vezes, pelos laços de parentesco. O turismo como principal atividade econômica nas duas RDS condiciona relações de poder, dessa forma, refletir a atividade é

fundamental no panorama do ordenamento turístico e os impactos (ambientais, sociais, econômicos e culturais) que o mesmo acarreta.

A cultura do local receptor é uma importante motivação no momento de eleger um destino turístico, porém “os impactos provocados pelo turismo na cultura merecem especial tratamento quando os objetivos são contrários ou conflitantes ou as diferentes culturas se repelem, provocando difícil aceitação ao ateio do turismo” (NETO DE JESUS, 2014, p. 230). Por essa razão, o turismo e comunidade indígena requer um ordenamento voltado para o bem-estar dos indígenas que trabalham na atividade, uma vez que o encontro, a troca de experiências podem vir a se tornar não um encontro, mas um confronto, ao suprir primeiramente as aspirações da demanda turística em detrimento das necessidades dos indígenas.

Os efeitos gerados pela atividade turística contribuem para um mercado promissor sobre a “comercialização” de culturas, a cultura indígena estaria inserida nesse contexto. Tal produção gerada pelo turismo amplia a possibilidade de uma alternativa econômica, criada e desenvolvida por povos indígenas tanto no Brasil como exterior, e promove transformações de territórios indígenas em territórios turísticos (NETO DE JESUS, 2014, p. 231).

Vale aqui salientar que os indígenas das quatro comunidades expõem um quadro populacional oscilante, devido à mobilidade desses sujeitos, existem famílias que vivem permanentemente no local e aquelas recém-chegadas que ainda procuram organizar sua vida na comunidade. Para melhor compreensão da dinamicidade e movimento desses povos indígenas pelo rio Negro, destaca-se que os movimentos característicos do processo de territorialização estariam intrínsecos às construções simbólicas no território, ao

enraizamento da cultura indígena e às relações cotidianas produzidas no território. Imbricado às relações de poder, o território das comunidades indígenas é produzido e consumido/vivenciado pelos próprios moradores, nesse caso, os povos indígenas que, mesmo sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como local de vivência.

A relação de apropriação do território pelos povos indígenas é fortalecida na importância simbólica atribuída aos recursos que a terra oferece, sendo eles essenciais para a sobrevivência, ademais, abriga “os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade - relações de parentesco, etc.” (DIEGUES, 2001, p. 65). Para Diegues, o território depende do meio físico e das relações sociais que nele existem, também ele (o território) é o *locus* das representações e do imaginário mitológico que direciona a vida dos grupos que o “territorializam”.

Nas relações concebidas no uso do território, Saquet e Briskievicz (2009, p. 8) explicam a territorialidade como um processo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais tanto individual quanto coletiva, corresponde também às atividades diárias dos homens com sua natureza exterior. Os autores apontam a territorialidade como resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a organização das atividades cotidianas, ou seja, o território é resultado das territorialidades efetivadas pelos indivíduos, é gerado por ações coletivas. Sposito (2008) corrobora que a territorialidade é a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano.

A situação atual das comunidades indígenas apresenta-se em contextos diferenciados, caracterizando-se ainda pela

designação de legado ou herança cultural que lhes confere sentimento de ser, ter e pertencer a seus territórios específicos. A discussão sobre a territorialidade desses grupos tradicionais envolve suas formas de uso do espaço e seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia. Isso quando se aloca a questão da territorialidade como fator primordial para a construção da própria identidade do grupo, mesmo porque o processo de territorialização de grupos indígenas, ao mobilizar-se em uma coletividade organizada, acaba por unificar uma identidade própria que incidem em sua representação e reestruturação cultural (NETO DE JESUS, 2014, p. 226-227).

A territorialidade é produzida e consumida simultaneamente por meio de múltiplas relações de caráter identitário que acontecem mediante a assimilação e exclusão que sistematizam o patrimônio cultural por meio da simbologia da qual ela se constitui. Para Saquet e Briskievicz (2009 p. 9) “as territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios”.

Na relação identidade e diferença estão presentes as relações de poder, mais que isso, elas se apresentam em meio a uma relação de dependência, pois reflete a tendência a tomar como base de julgamento seus próprios aspectos identitários. Woodward (2014) esclarece que a identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelo qual ela é representada. Conforme a autora, uma identidade, para existir, depende de algo de fora dela, a saber, a “outra” identidade, a identidade é distinguida e evidenciada por aquilo que ela não é, ou seja, é marcada pela diferença e essa diferença é sustentada pela exclusão, a identidade é marcada pela diferença, mas parece

que algumas diferenças são vistas como mais importantes que outras, em lugares e momentos particulares.

A territorialidade, construída nas comunidades indígenas, atravessada pela relação identidade e diferença influencia e é influenciada simultaneamente por elementos internos e externos, isto é, envolve diversos grupos sociais, semelhantes ou distintos, esse movimento modifica o território ao passo que as próprias territorialidades se ressignificam. “A territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território” (SAQUET, 2008, p. 79). Em algumas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro, as relações estabelecidas no território estão estreitamente ligadas ao turismo, grande parte das relações socioeconômicas e territoriais são traçadas para o turismo e seu desenvolvimento nas comunidades.

No Baixo Rio Negro, ocorre a movimentação constante de indígenas, a motivação, em sua maioria, é semelhante: a busca por melhores condições e qualidade de vida. Nos territórios que foram sendo ocupados sucessivamente nas RDS do Tupé e Puranga Conquista se reconhece o “enraizamento” com base em aspectos multiétnicos da cultura indígena agregados aos aspectos ressignificados e vivenciados cotidianamente no contexto comunitário.

Para o território e seu uso no turismo, Neto de Jesus (2014 p. 230) discorre dois fatores principais, sendo eles: “A valorização cultural estimulada pela prática social do turismo e a divisão social territorial do trabalho”. Por esses vieses os espaços utilizados pelo turismo são valorizados, sobretudo, pelos fatores socioculturais e ambientais transformados em atrativos turísticos, não permanecendo estáticos, uma vez que tanto o turismo quanto a própria dinâmica cultural se responsabilizam pelas mudanças.

O turismo nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro busca valorizar a cultura indígena e garantir uma atividade econômica rentável. A geração de renda e a divisão equitativa da arrecadação com o turismo seria uma consequência de um trabalho coletivo de fortalecimento e autonomia das comunidades.

Ao fazer coletivo comunitário compete alcançar a independência na gestão dos atrativos turísticos pelas próprias comunidades por meio do empreendedorismo. Essa discussão envolve o lugar do turismo na cultura, sua função como fomento na implementação de uma cadeia produtiva e, sobretudo, para a autonomia da comunidade receptora.

O próximo tópico considera importante mostrar brevemente as experiências de turismo da comunidade Tatuyo voltando-se aos seus aspectos socioculturais, econômicos e ambientais.

A experiência da comunidade indígena Tatuyo com o turismo

Os povos indígenas, cada vez mais têm tornado o turismo uma alternativa de geração de renda, preservação do meio ambiente e valorização da cultura.

Para Leal (2009, p. 243), sobre o envolvimento dos povos indígenas com o turismo, é necessário relativizar, uma vez que é preciso desenvolver uma reflexão sobre como tais povos têm extraído condições de garantir sua existência nesse cenário capitalista desigual, utilizando a atividade turística como possibilidade de revitalização cultural.

O turismo étnico ou etnoturismo, para o Mtur (2010) constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Esse tipo de turismo envolve as

comunidades que preservam seus legados étnicos como e seu modo de vida.

Mas, afinal, pode-se definir as experiências da comunidade indígena Tatuyo como etnoturismo? Vale assinalar que o turismo implementado por povos indígenas no Baixo Rio Negro é constituído por agentes internos e externos ao contexto indígena, para atender a demanda turística, a cultura se reelabora e se ressignifica por meio das estratégias coletivas que fomentam a imagem que a comunidade quer transmitir. A imagem que o “outro” espera dele, uma imagem exotizada e fora do contexto dinâmico da cultura.

A experiência da comunidade indígena Tatuyo, traz algumas reflexões sobre o cenário em que se constroem suas territorialidades e suas práticas com o turismo – seu modo próprio de executar tal atividade.

A comunidade Tatuyo é multiétnica, o líder comunitário é da etnia Tatuyo, proveniente da região do Alto Rio Negro. Atualmente, a comunidade é composta por sete famílias indígenas, contabilizando 37 (trinta e sete) pessoas: 15 (quinze) homens, 10 (dez) mulheres e 12 (doze) crianças todas vindas da mesma região que o líder, em momentos diferentes, motivados por fatores igualmente diversos, mas com algumas similitudes, dentre as quais a procura por “melhores condições de vida”, frase expressa por todos os representantes das sete famílias.

O turismo é uma atividade intrínseca e diretamente vinculada ao surgimento da comunidade Tatuyo, trata-se da atividade central para obtenção de renda, uma vez que não há um território extenso que possibilite a agricultura para a comercialização, o espaço que cabe a cada morador se limita ao plantio de subsistência.

O ordenamento da atividade turística na comunidade se consolidou na ressignificação de aspectos da cultura indígena. O

artesanato (pulseiras, colares, cocares, filtros dos sonhos e zarabatanas) e as apresentações de rituais formam o produto turístico elaborado para atender a demanda de visitantes, também é possível fazer trilhas na floresta e pernoite, para cada produto/serviço turístico há uma precificação diferenciada estabelecida pela comunidade.

Nesse contexto, os conflitos crescem, a disputa por turistas é constante, pois o próprio processo de criação das comunidades vincula-se a prática do turismo. Observou-se durante a pesquisa de campo que a comunidade Tatuyo firma suas parcerias com agências de turismo e hotéis que levam os hóspedes para essa experiência na cultura indígena. Porém, muitos turistas se deslocam com atravessadores informais, chamados “pirangueiros” que negociam um preço irrisório com a comunidade, gerando inúmeros conflitos.

Durante o trabalho de campo foi possível identificar diferentes fragilidades na comunidade Tatuyo, no que tange o apoio dos órgãos indigenistas, qualidade no serviço público e fiscalização da atividade turística. Em 2017, foi firmado um acordo entre as lideranças das quatro comunidades recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, que trabalham com o turismo, além da Funai, Fei Ministério Público. O acordo estipulava um preço fixo, individual e por grupo, a fixação desse valor teve como objetivo aumentar a rentabilidade das comunidades e valorizar a cultura indígena, uma vez que estavam sendo pagos valores irrisórios. Porém, o acordo não foi cumprido e desencadeou uma série de conflitos entre as comunidades e os atravessadores informais “pirangueiros” que trabalham sem cadastro no Cadastur¹⁰, com as negociações desleais o antigo quadro de baixo preço nas visitas retornou.

¹⁰ Cadastur: Cadastro dos prestadores de serviços turísticos, que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em

Para além da atividade turística, problemas de logística estão presentes, a ausência de embarcações afeta diretamente a vida dos comunitários e o acesso a serviços básicos como educação de saúde. É fundamental que essa realidade seja discutida e fiscalizada pelos órgãos de defesa dos direitos dos povos indígenas, uma vez que a comunidade, localizada na beira da praia, que pratica a atividade turística desde 2014 sequer aparece no mapa da RDS Puranga Conquista. Para estabilizar a organização comunitária é necessário apoio ao turismo como principal atividade econômica para subsistência, além de melhorar a qualidade no acesso a serviços públicos como educação, saúde e benefícios sociais que são os principais desafios incumbidos à comunidade.

Considerações finais

Nesse estudo foi contextualizada, em linhas gerais, as experiências das comunidades localizadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo) com o turismo, focando na comunidade indígena Tatuyo. As análises até aqui empreendidas evidenciam que as relações da comunidade com o território visam firmar novas territorialidades, nas quais concebe o turismo como uma das ferramentas utilizadas para tal.

Entende-se que essa é uma questão fundamental no que tange as reflexões sobre a dinamicidade e movimento dos povos indígenas por toda extensão do rio Negro. É relevante destacar que os membros da comunidade Tatuyo vieram da região do Alto Rio Negro, e os movimentos característicos do processo de territorialização estão intrínsecos às construções simbólicas no território, ao enraizamento e às relações de poder cotidianas que se reproduzem nas

operação. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/5020-cadastur.html>>

territorialidades. Isto posto, pensar a cultura indígena na perspectiva do turismo compreende refletir que, em determinado território, comportam relações simétricas e assimétricas, no qual as relações de poder, a circularidade de indivíduos e informações fortalecem as identidades enquanto constrói e/ou reproduz as territorialidades em um dado espaço.

O debate sobre as dinâmicas de uso do território de comunidades indígenas, não localizadas em terras indígenas é complexo e requer uma abordagem multidimensional que reconheça as dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais inerentes ao ordenamento territorial.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). *Ecoturismo: orientações básicas*. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.

DIEGUES. Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2001.

FVA - Fundação Vitória Amazônica. *Unini – O Rio da Sustentabilidade: bases socioambientais para a gestão da bacia do rio Unini e de suas unidades de conservação*. / FVA; WWF; Gordon & Betty Moore Foundation, 2011

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012 Disponível em:<

http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf > Acesso em: 26 de outubro de 2018

IRVING, Marta de Azevedo (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.

ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <
<http://uc.socioambiental.org> > Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. *O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico* In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

NETO DE JESUS. Djanires Lageano. *Turismo indígena como alternativa de valorização cultural*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, pp.223-239.

OLIVEIRA, Ana Gita de; PERES, Sidnei. *Relatório sobre a identificação da população indígena e ribeirinha do Baixo Rio Negro - Município de Barcelos/AM*. Instituto Socioambiental – ISA. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever*. Revista de Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), v. 39, nº 1 São Paulo, 1996.

Disponível em: <
<https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>>

SAMPAIO, Carlos Alberto. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. *Territorialidade e identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial*. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma abordagem territorial*. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org.). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SEMMAS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. *Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Volume II – Planejamento*. Manaus, AM, 2017

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Prefácio*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

ZAOUAL, Hassan (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.

CAPÍTULO 4

DAS PRÁTICAS MARÍTIMAS AO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA NO LITORAL CEARENSE

*Frederico do Nascimento Rodrigues
Eustógio W. C. Dantas*

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a zona costeira cearense que possui 573 km de extensão, apresentando-se como espaço de usos múltiplos. Nesse contexto, fez-se um estudo diacrônico para se analisar os processos históricos que levaram o espaço litorâneo cearense da condição de ambiente de trabalho e das classes menos abastadas a local frequentado por uma elite em ascensão que reivindicava por espaços de lazer na praia. Nesse sentido, incorporou-se o marítimo na vida dos cidadãos por meio das práticas marítimas modernas.

Os banhos de mar são responsáveis pelo surgimento das primeiras casas de repouso especializadas em práticas terapêuticas, estas acolheram os enfermos que buscavam as qualidades curativas do mar, valorizando-se dessa forma o bem respirar. O espaço litorâneo cearense foi contemplado inicialmente pelos tratamentos terapêuticos, banhos de mar e caminhadas na praia seguidas do veraneio. Com o advento das práticas marítimas modernas, observou-se tímido, mas latente processo de urbanização nas áreas litorâneas de Fortaleza. Inicialmente incidiu na praia de Iracema e gradualmente ampliou-se. Nos anos de 1970 urbanizou-se a praia do Meireles e incorporou-se gradualmente não só na capital, mas nos

municípios vizinhos, a prática do veraneio e posteriormente, também, o fenômeno do turismo.

Dentre as políticas públicas de turismo em escala local (Ceará) e regional (Nordeste) tem-se destaque para o PRODETURIS e PRODETUR/NE, políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças”, fins dos anos 1980. O turismo foi introduzido no estado gradativamente, a partir dos planos de mudança instituídos por Tasso Jereissati¹¹. Nesse momento, passou-se a considerar o turismo como eixo propulsor da economia. Antes da década de 1990 observava-se uma atividade que poderia potencializar a economia estadual, mas que ainda era considerada de pouca relevância. Os investimentos concentravam-se no setor secundário (indústria), as políticas públicas eram direcionadas para essa atividade que se apresentava com maior importância que o turismo, atividade do setor terciário que possuía ações e políticas desarticuladas, tendo único objetivo de trazer turistas ao estado sem nutrir preocupação com o desenvolvimento da macroeconomia estadual, os fluxos e a captação de lucros apresentavam-se de forma mais preponderante.

Antes da expansão das práticas marítimas modernas ligadas ao lazer e ao turismo, o que se observavam nos municípios litorâneos próximos à capital (Fortaleza), eram práticas marítimas de cunho tradicional como a pesca, que pouco ou nada interferiam na dinâmica ambiental costeira. Ao se romperem os limites fronteiriços da cidade, por meio de uma

¹¹ Ex-governador do estado do Ceará, teve três gestões, sendo uma delas em 1987-1990 onde instituiu-se o PRODETURIS, política de cunho e investimentos de escala estadual. Anterior ao PRODETUR/NE, o PRODETURIS serviu para destacar áreas potencialmente turísticas do estado, dessa forma direcionaram-se os investimentos do PRODETUR/NE I para áreas mais específicas.

elite que reivindicava por novos espaços litorâneos além-metrópole, cujo objetivo era a prática do veraneio e posteriormente turismo, essa realidade mudou. A população autóctone/alóctone levou consigo o estilo de vida característico das demandas de lazer na metrópole, não abandonando a cidade, longe disso, ao se valorizar a paisagem litorânea por meio do lazer, da instalação das casas de segunda residência, do advento do turismo, levaram-se peculiaridades, características e modo de viver das cidades e, para isso, necessitou-se de toda infraestrutura urbana e tecnológica e, com isso, imprimiram-se significativos impactos ao ambiente costeiro, diferente daquilo que se via com as práticas tradicionais. Construíram-se novos caminhos que conduziram a população ao mar e ao marítimo, desencadeando um processo na contemporaneidade denominado de “Metropolização turística”.

Litoral cearense: a incorporação do marítimo

O Ceará, estado que compõe o Nordeste do Brasil, possui área total de 148.825,6 km² o que representa 9,57% do Nordeste e 1,74% do território nacional, apresentando-se com a 4º maior extensão da região e 17º posição entre os estados brasileiros. O estado carrega consigo peculiaridades do processo histórico de formação do espaço, caracterizado por uma urbanização concentrada que elevou a capital Fortaleza da condição de cidade à metrópole. De acordo com Costa e Amora (2015, p.32), podem-se caracterizar três momentos distintos para a produção do espaço cearense: 1960 predomínio da economia agroexportadora; década de 1960 até meados dos anos 1980, período marcado pela integração junto ao mercado nacional, atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (política de industrialização); meados da década de 1980, fim da SUDENE, maior autonomia dos estados,

emergência da guerra fiscal entre unidades da federação, num contexto denominado de reestruturação produtiva; articulação do campo político, econômico e social em escala nacional e internacional. Araújo (2012, p. 22) também enumera três fases para o Ceará até os anos de 1940, fase da agricultura; entre 1940 e 1950, o desenvolvimento da indústria; e nas três últimas décadas, o turismo.

Por meio do governo de Ciro Gomes (1991-1994) o Ceará ingressou no Programa de Ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. O Programa apresentou-se como divisor de águas, fragmentando o litoral cearense em duas porções, tendo como fio condutor a metrópole Fortaleza. O lado leste, denominado costa do sol nascente, estendeu-se de Fortaleza até Icapuí com extensão de 210 km. O lado oeste, costa do sol poente, vai até Barroquinha com 363 km, totalizando os 573 km de extensão litorânea que o Ceará possui como se pode observar na figura 1, que apresenta todos os municípios litorâneos cearenses.

Figura 1 – Municípios litorâneos do estado do Ceará



Fonte: IBGE, 2015; Organização: RODRIGUES, F. N.; DANTAS, E. W. C.; SILVA, R. B. e MELO, F. J. S.

No PRODETUR I participaram Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, e no PRODETUR II foram os municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Aquiraz. Cabe lembrar, segundo Araújo (2012, p. 74), que paralelo ao PRODETUR II havia outra fase intitulada de PRODETUR NACIONAL, com caráter político administrativo que se diferenciava das outras por estar desvinculada do BNB, ligando-se diretamente ao MTUR; de acordo com o pesquisador o intuito era acelerar as ações. Conforme destaca Barbosa e Coriolano (2016, p. 256), o PRODETUR enquanto programa regional de turismo enquadrou-se em âmbito temporal, espacial e político e dividiu-se em duas fases: planejamento e atuação, onde se

vislumbravam oficialmente atividades em 1995, com o PRODETUR NE I, sendo finalizado em 2005; em 2002 ampliou-se a área de atuação no estado por meio do PRODETUR NE II, que se finalizou em 2012; no ano de 2010 emergindo então sob denominação de PRODETUR Nacional.

A capital cearense também se destacou no transporte aéreo, visto que recentemente passou a contar com voos para Bogotá (Colômbia), Buenos Aires (Argentina), Caiena (Guiana Francesa), Cidade do Panamá (Panamá), Frankfurt (Alemanha), Miami, Orlando (EUA), Paris (França), Ilha do Sol (Cabo Verde), Milão (Itália) e Lisboa (Portugal). Fortaleza também conta com cerca de 52% de visitantes de origem internacional, o restante dos estrangeiros desembarca em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Natal (SETUR, 2014).

Nesse contexto, observa-se que o espaço urbano de Fortaleza se modifica, incorporam-se conjuntos de atividades, equipamentos e infraestruturas que se inserem na cadeia produtiva do turismo dando apoio à atividade. Aumenta-se a população da cidade, o uso de equipamentos e serviços, esgarça-se o tecido urbano da metrópole para municípios vizinhos, num processo denominado de metropolização turística.

Confirma-se a teoria de Bernal (2004, p. 150) de que no Ceará, assim como em todo o Nordeste, o urbano resultou do peso da agricultura e da pecuária, que conduziu o processo de organização do espaço, diferenciando-se do que ocorreu no sul e sudeste do Brasil, onde o grande responsável pela urbanização foi o processo de industrialização. Segundo a autora, o algodão e a inserção desse produto no mercado internacional projeta Fortaleza como importante centro urbano.

Na análise de Dantas (2009, p. 9), a capital Fortaleza tornou-se importante a partir do momento que o comércio marítimo ganhou notoriedade e desenvolveu-se, motivado pela

Guerra de Secessão, que fragilizou o fornecimento de algodão americano ao mercado internacional, fazendo com que a cidade entrasse no cenário econômico, por meio do processo de produção e exportação algodoeiro. Ressalta-se que no período colonial, a economia cearense apoiou-se no binômio gado-algodão. A primeira atividade ocupou e povoou o sertão cearense, o algodão transformou Fortaleza no maior centro coletor da produção algodoeira, consolidando-a como principal núcleo urbano do Ceará na segunda metade do século XIX.

No final do século XX, o interesse pelo mar apresentou-se com tônica verdadeira, pode-se dizer que essa mudança se deu entre os séculos XVI-XVIII, período em que os europeus se aventuraram pelos mares tendo como força motriz o comércio, destacou-se nesse período a bússola e o astrolábio como instrumentos facilitadores da navegação (DANTAS, 2009). Medo, temeridade e quadro repulsivo relacionado ao mar ganharam outra conotação. Pereira, Dantas e Gomes (2016, p.

19) apontam que o “mar já foi razão de medo e pavor e, nas fases iniciais do desfrute do litoral, as idas a esses espaços tinham objetivos exclusivamente medicinais, ocorrendo de modo segregado tanto do ponto de vista de gênero como de classes sociais”.

Foi no final do século XVIII que o desejo das elites europeias e americanas se direcionou ao mar, o litoral denominado de “Território do Vazio” por Corbin (1989) passou a chamar atenção pelas cores, pela calma proporcionada no ir e vir das ondas, nos ventos permeados de iodo que beneficiavam o bem respirar. Foi nesse ambiente que se tratavam as doenças respiratórias como a tuberculose; os banhos de mar favoreciam a circulação sanguínea e a musculatura fortalecia-se por meio do nado. Com tantos benefícios foi no fim do século XIX que crianças, mulheres e homens da aristocracia buscaram as praias

para renovarem as energias. Os hábitos de banho de sol, com exposição da pele, chegaram ao Rio de Janeiro e disseminaram-se rapidamente pelas praias do Brasil, e Fortaleza não foi exceção nesse processo de ocidentalização; vale ressaltar que não se deu tal qual como no ocidente, como enfatiza Linhares (1991).

De acordo com Pereira, Dantas e Gomes (2016, p.13),

No final do século XIX, início do século XX, no cerne do desejo pelo mar, dá-se a implementação pela elite das práticas marítimas modernas no Brasil, cujos desdobramentos vão possibilitar a aproximação gradativa da sociedade local em relação aos espaços litorâneos. Com os banhos de mar, voltados inicialmente para o tratamento terapêutico, a sociedade local se aproxima timidamente dos espaços litorâneos, modificando sua atitude *vis-à-vis* a este elemento líquido. Tal movimento é seguido e potencializado pela vilegiatura marítima e, mais recentemente, pelo turismo litorâneo associado aos banhos de sol.

Iniciou-se, assim, a incorporação das zonas de praia no cotidiano cidadão, inicialmente tinha-se a praia de Iracema (anterior Praia do Peixe), primeira porção do litoral cearense utilizada pelas elites fortalezenses como espaço de lazer. No espaço onde se localiza a Ponte Metálica foram instaladas as primeiras residências de ocupação temporária, assim como os clubes destinados ao lazer à beira-mar. Com a construção do Porto do Mucuripe, mais ao leste da cidade, desencadeou-se forte processo de erosão na faixa de praia, o que culminou na migração das classes abastadas para a praia do Meireles,

retratada na Figura 2, que nos anos de 1940 transformou-se em espaço de vilegiatura.

Figura 2 – Praia do Meireles



Fonte: Fortaleza Nobre, 1940.

Os anos 1920-1930 são marcantes, pois nesse momento, como se observa na foto, a população fortalezense descobriu as práticas marítimas modernas. À medida que estas eclodiram, substanciais mudanças puderam ser notadas na paisagem litorânea de Fortaleza. Perceberam-se dois movimentos característicos no processo de valorização das zonas de praia da capital: o primeiro nos anos 1920-1930 quando se observou a incorporação das zonas de praia como espaço de lazer e veraneio; o segundo ocorreu após a década de 1970, com ampliação das práticas marítimas modernas para além do tecido urbano da capital, destaque para o veraneio (DANTAS, 2011). É

nesse contexto que Madruga (1991, p. 30) aponta que o desejo de imensidão, de lazer e liberdade conduziu os homens em direção aos litorais como turistas, provocando-os o desejo de instalarem-se em cidades marítimas transformadas pelos hábitos e economia cada vez mais litorâneos. O autor denomina esse processo de “litoralização”, que segundo ele é “a corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com as ocupações provocadas pela urbanização, pela industrialização e pelo turismo”. Na figura 3, observa-se o lazer e os banhos de mar realizados na praia de Iracema por volta dos anos 1970.

Figura 3 – Praia de Iracema



Fonte: Arquivo Nirez, 1970.

Vale lembrar que anteriormente, o litoral apresentava-se como espaço de habitação das classes de menor poder aquisitivo, mas transformou-se em espaço de construção das

primeiras casas de segunda residência¹² que desterritorializaram pescadores dos antigos vilarejos situados nas praias de Iracema e Meireles. Essas comunidades de pescadores puderam ser vistas na totalidade do território cearense, por meio delas percebeu-se outra forma de ocupação do espaço litorâneo baseado essencialmente na pesca.

Nesse momento, observavam-se formas diversificadas de apropriação do espaço litorâneo, por um lado notava-se uma elite que se modelava e ampliava-se na capital em busca de lazer, de outro se reivindicava por zonas de trabalho (pescadores) e de habitação (retirantes da seca¹³). Observou-se o movimento das classes abastadas que se direcionaram para sul e oeste da cidade, mais precisamente para os bairros Benfica e Jacarecanga. Outro movimento direcionou-se para leste e norte da capital, neste buscaram-se lugares para veraneio e lazer; construíram-se assim as primeiras chácaras no Meireles e segundas residências na praia de Iracema. Segundo Dantas (2011, p.48), o veraneio em Fortaleza instalou-se por meio da construção de casarões, como exemplo tem-se a do Coronel Porto, que data de 1926 onde hoje se localiza o Estoril, interessante se observar o desprezo que se tinha pelo litoral, ao notar que a arquitetura da cidade dá as costas para o mar. A Figura 4 retrata o ano de 1943, observa-se que a frente do casarão denominado Vila Morena, está voltada para a Rua dos

¹² De acordo com Seabra (1979, p.1), entende-se por segunda residência a habitação cujo uso é eventual, a qual, portanto, não se constitui em suporte da vida cotidiana.

¹³ Lê-se emigrantes pobres do sertão, as dificuldades impostas em morar na cidade que se apresenta para as classes menos abastadas, fazem com que essa população ocupe terrenos de marinha, área anteriormente ocupada por pescadores, observa-se assim crescimento demográfico marcado por quadro de saturação e no final do século XIX eclodem em aglomerados urbanos, as favelas.

Tabajaras, prova latente que na época da construção se ignorava o mar.

Figura 4 – Casarão da Família Porto (Vila Morena)



Fonte: Arquivo Nirez, 1943.

Nesse contexto, edificou-se a capital do sertão que apresentou simbiose entre sertão/litoral que nutriu e alimentou-se por meio de abertura cultural de uma sociedade que descobriu as zonas de praia, mas não perdeu a essência interiorana. As elites que aqui se instalaram foram seduzidas pelas características vindas do ocidente, os espaços litorâneos eram valorizados, primeiramente, por meio dos tratamentos terapêuticos, banhos de mar, caminhadas na praia seguidos do veraneio. Vislumbrou-se intenso relacionamento da sociedade local com a natureza e foi justamente isso que ocasionou o

quadro conflitual, que segundo Dantas (2009, p. 119) apenas atenuou-se com a inserção do turismo litorâneo.

Para Pereira (2014, p. 11) até o século XX, as aglomerações urbanas litorâneas no Brasil eram tidas como áreas sem utilidade para o mercado fundiário e imobiliário, mas com a inserção das segundas residências houve a valorização do solo urbano das áreas onde antes se concentravam simples moradias de pescadores, num primeiro momento esse fenômeno concretizou-se apenas nas cidades-sede nordestinas, num segundo momento o fenômeno incorporou-se em municípios vizinhos. Para Seabra (1979, p. 5),

Esse processo de valorização imprimiu a esse espaço um novo valor de troca como resultante do novo uso que se lhe propunha quando tiveram início essas produções. Jogaram com esse valor de troca os proprietários de terra, as empresas de construção civil e também os proprietários das habitações produzidas.

Para a pesquisadora, a segunda residência além de ser estada temporária para o dono, pode ser alugada, portanto surge sempre como alternativa certa de investimento, tendo os preços reajustados conforme mercado. Atribui-se à terra o preço que vai de acordo com a possível função que pode lhe ser dada, acumulam-se assim exorbitantes taxas de capitalização. Dessa forma, observa-se não apenas em Fortaleza, mas em escala regional a dinamização do mercado de terras como em Ponta Negra, Natal/RN; Boa Viagem, Recife/PE; Praia Vermelha, Salvador/BA; em Fortaleza observa-se esse processo concretizando-se no bairro Meireles (DANTAS, 2015), essas nuances apresentam-se como movimento inicial do morar

permanente na praia. No quadro 1, podem-se observar valores de casas nos locais supracitados.

Quadro 1 – Valor de imóveis

CIDADE	VALOR R\$	M ²	ESPECIFICAÇÕES	VALOR POR M ²
Natal - RN (Ponta Negra)	800.000	400	3 ou 5 quartos	2.000
	2.600.000	500	1 ou 4 suítes 3 vagas	5.200
Recife - PE (Boa Viagem)	1.100.000	209	4 ou 6 quartos	5.263
	1.800.000	360	0 suítes 0 ou 2 vagas	5000
Salvador - BA (Praia Vermelha)	850.000	288	5 quartos	2.951
	1.200.000	380	1 ou 2 suítes 4 ou 6 vagas	4.959
Fortaleza - CE (Meireles)	1.200.000	201-	4 ou 3 quartos	5.970
	990.000	378	1 ou 2 suítes 4 ou 2 vagas	2.619
Aquiraz - CE (Porto das Dunas)	1.200.000	387-	4 quartos	3.101
	600.000	400	3 ou 2 suítes 8 ou 20 vagas	1.500

Fonte: Zap Imóveis – 2015; adaptado por RODRIGUES, F.N.

Perceberam-se do lado leste da metrópole, na praia do Mucuripe, e a oeste, na Barra do Ceará, transformações substanciais das zonas de praia, que se tornaram espaços privilegiados de veraneio, lazer, trabalho e habitação. Aproveitaram-se as condições físico-ambientais que o litoral proporcionou para nele desenvolver hábitos, valores, costumes e práticas diversificadas. Segundo Dantas (2011, p. 56), instalou-se um quadro bem definido nos bairros de Fortaleza, ocupado

por diversos grupos sociais e por atividades marítimas. As praias de Iracema e Meireles foram ocupadas pelas classes abastadas e voltaram-se para habitação e lazer. As praias do Mucuripe e Pirambú foram ocupadas pelos pobres, pescadores, retirantes e apresentaram-se como espaço de moradia e trabalho. E por fim, as praias Formosa e do Mucuripe concentraram atividades industriais e portuárias.

Dessa forma, apoia-se nos dizeres de Pereira (2014, p.10), quando esse constata que “a urbanização vai à praia”, o geógrafo aponta que o processo de urbanização paralela à costa iniciou-se de fato com a valorização do litoral, tendo as bases fundantes na inserção das funções de lazer atreladas ao mar e ao marítimo que passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade urbana, não só nordestina, mas brasileira. A corrida incessante aos ambientes marítimos saturou essas áreas que passaram a ter elevados preços, fazendo com que a terra fosse parcelada em lotes. Iniciou-se também a busca por outros espaços litorâneos e a população teve a necessidade de realizar deslocamentos para além da metrópole de Fortaleza, para que dessa forma “turistificassem” o espaço litorâneo por meio das políticas de turismo difundidas pelo governo cearense por meio do PRODETUR/NE.

Metropolização turística na capital litorânea-marítima

Fortaleza possui área territorial de 314,930 km², com população de 2.452.185 habitantes, tendo densidade demográfica de 7.786,44 (hab./km²), com PIB per capita de R\$ 12,688 (IBGE, 2010), encontrando-se na 174^o posição no ranking das maiores economias metropolitanas do mundo (O POVO, 2015).

Na segunda metade do século XX, se transpôs a fronteira limite de Fortaleza, gradualmente se observava a incorporação

das zonas de praia dos municípios litorâneos vizinhos à metrópole. O veraneio ocupou as praias de Icarai e Cumbuco em Caucaia e Aquiraz (Prainha e Iguape) inicialmente. A frágil infraestrutura desenvolvida para transportar produtos oriundos das comunidades litorâneas foi aproveitada para conectar essas praias à metrópole. O estilo de vida antes característico da cidade, expandiu-se e tornou-se fator determinante nesses espaços que se voltaram para o lazer. Visualizou-se o processo de expansão das zonas de praia para municípios litorâneos por meio da vilegiatura, tendo início nos anos 1960-1970 reforçado pela demanda crescente de usuários oriundos da classe média.

Antes da expansão das práticas marítimas modernas, aconteciam nos municípios litorâneos próximos à capital as práticas de cunho tradicional como a pesca. Ao se romperem os limites fronteiriços da cidade levaram-se consigo o estilo de vida característico das demandas de lazer na metrópole, não se abandonou a cidade, longe disso, ao se valorizar a paisagem litorânea por meio do lazer e da instalação das casas de segunda residência, levaram-se peculiaridades, características e modo de viver das cidades e para isso, necessitou-se de toda infraestrutura urbana e tecnológica.

Os anos 1970 e 1980 simbolizaram bem o movimento de transformação e ampliação das zonas de praia no Ceará, graças ao veraneio. O espaço litorâneo, que antes estava sujeito à antiga lógica de defesa do território abriu-se para a sociedade do consumo, que primava pelo lazer em expansão, porém apenas nos anos 1980 esse processo intensificou-se, pois o Estado começou a intervir para posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional. Destacaram-se a construção de vias que conectam BRs e CEs às praias, assim como obras de modernização da infraestrutura. Iniciaram-se, dessa forma, os primeiros conflitos sociais e ambientais em decorrência do

processo de urbanização litorâneo cearense. Para Montenegro (2012, p. 52), os impactos ambientais, relacionaram-se de forma direta à incapacidade dos poderes públicos em gerir o uso do solo, desestabilizando-se dessa forma os locais onde se instalavam os equipamentos de lazer, promovendo-se assim conflitos e tensões que envolviam questões fundiárias. Nesse sentido, Madruga (1991, p. 2) definiu que “o consumo do litoral pela sociedade tanto é permeado pelos riscos através da falta de planejamento e da degradação ambiental, como pela fantasia da liberdade através das necessidades de lazer”.

Em 1973 houve a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) composta por cinco municípios Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz e Fortaleza, em 2009 esse número foi ampliado para quinze, além dos cinco já citados somaram-se à Região Metropolitana os municípios de Maracanaú, Guaiúba, Eusébio, Itaitinga, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Chorozinho, Pindoretama e Cascavel. A RMF conta com contingente populacional de 3.818.380 (IPECE, 2014)¹⁴, recentemente foram inseridos à RMF os municípios de Trairi, São Luís do Curu, Paraipaba e Paracuru.

Foi por meio de lei complementar 14/73, que a RMF foi criada em conjunto com mais sete, integrando-se às oito primeiras regiões metropolitanas do país: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e São Paulo (SP). As primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil consolidaram-se por meio da lei complementar 14, obedecendo-se à Constituição de 1967.

¹⁴ Recentemente lançou-se projeto de ampliação da RMF pelo Deputado Lula Moraes (PC do B), baseando-se na lei complementar n^o144 de 04/09/14. Incluem-se agora os municípios de Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu, a razão dá-se pela inserção de novas áreas de influência econômica como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp).

Santos (1993, p. 76), ao referir-se às Regiões Metropolitanas aponta que elas,

Têm como pontos comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhes dá o nome – representando uma área bem maior que as demais; b) é objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de Direitos Industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo.

Na constituição de 1988, com a reabertura política passou-se a responsabilidade de criação e organização das regiões metropolitanas do governo federal para os estados, seguindo o § 3º do Artigo 25.1. De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2010), o Brasil possui 35 Regiões Metropolitanas (RMs) e 3 regiões denominadas de RIDES – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

Na década de 1980 foram realizados esforços para se desenvolver a atividade turística e implantar infraestrutura na RMF, as atividades turísticas tiveram relação direta com a urbanização litorânea, principalmente no espaço metropolitano, teve-se nova lógica de ocupação do litoral sob influência das práticas marítimas modernas, destaque para nova modalidade que despontou do morar ocasional, apontada por Souza (2013, p. 125), os condo-hotéis, condo-resorts e resorts. Essa nova forma

habitacional de luxo permeou a consciência da sociedade urbana por meio de propagandas de *marketing* turístico e imobiliário. Os resorts apresentavam-se como produto de caráter metropolitano, que gradativamente acirrava o processo de metropolização que o autor denomina de Metropolização Litorânea, mas que aqui interpretou-se como turística, fenômeno que se difundiu a partir da metrópole. Ampliaram-se as possibilidades no turismo e no mercado imobiliário, obtiveram-se superlucros com aumento da demanda por imóveis de luxo, observou-se assim o crescimento do tecido urbano da RMF.

Segundo Araújo (2012, p. 54), podem-se destacar dois vetores de expansão urbana e de fluxo metropolitano. O primeiro deu-se por meio da industrialização em vários eixos da metrópole, o segundo, o pesquisador enfatiza que se dá por meio da urbanização litorânea. Dessa forma, apoia-se em Dantas (2013) para se analisar o fenômeno da metropolização turística, processo que integra os espaços litorâneos à lógica da metrópole que se apresenta de forma moderna e atraente para o turismo nacional e internacional, decorrente de subsídios para atração de capitais privados que disseminam polos turísticos nas capitais nordestinas, (BERNAL, 2004), e Fortaleza não foge à lógica.

As cidades nordestinas absorvem a valorização litorânea, mediante especulação das zonas de praias, observa-se que as cidades se transformam em pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico. Agora as cidades-sede mantêm domínio sobre os municípios litorâneos do estado. Esses se tornam diretamente dependentes das capitais, sem mediação com outros centros urbanos intermediários (DANTAS, 2009). Observa-se a lógica de dominação que se estende paralela à zona de praia, no caso de Fortaleza influenciada pelo aeroporto internacional Pinto Martins e pelas rotas que integram as zonas de praia à zona de influência direta. Segundo Rocha (2007, p. 85) o aeroporto

apresenta-se com função de território do espetáculo no que diz respeito ao turismo, pois é nele que se movimentam os fluxos de turistas. Por meio de reestruturação, esse território do espetáculo busca gradativamente atender o público internacional, atribuindo-se assim novas funções.

Dessa forma, apresenta-se planejamento territorial baseado no posicionamento das políticas públicas, que modificam o urbano cearense. A construção de estradas que desaguam no litoral são orientadas pelo aeroporto, incorpora-se dessa forma o litoral às zonas de influência de Fortaleza, imprimem-se lógica de dominação paralela. Quebra-se assim a antiga dominação perpendicular, onde se partia do litoral em direção ao sertão, tendo como orientação o porto. Essa lógica partindo do aeroporto apresenta Fortaleza com papel primordial de recepção e distribuição dos fluxos turísticos pelo litoral cearense.

Dantas (2009, p. 117) aponta que se impôs às capitais nordestinas a tarefa de destinação turística, fazendo com que as taxas de urbanização se elevassem nos espaços litorâneos, o que desencadeou acelerado processo de urbanização, dando maior tônica à organização espacial. A urbanização que se concentra paralela ao litoral, deu-se de forma linear, fragmentada e de forma sazonal, deixando-se impressas as marcas na paisagem, no caso da Região Metropolitana de Fortaleza abarcando-se uma extensão de 120 km. Nesse processo, apresentaram-se os primeiros problemas sociais e ambientais, que antes não se vislumbravam na história do estado, como o desmonte de dunas, aterro de lagoas interdunares, retirada de populações tradicionais, poluição marinha e erosão da zona costeira. Esses problemas viam-se apenas na metrópole, com o processo de metropolização turística, estes foram guiados para municípios

limítrofes, que sofrem agora com problemas antes vistos apenas nos grandes centros urbanos.

Quando se fala no processo de metropolização, torna-se necessário entender o conceito, para isso buscou-se apoio em Lencioni (2006). Para a autora a contemporaneidade apresenta uma metrópole com “tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização”. Nela engloba-se nova forma territorial, descrita como “ampliação da metrópole moderna”, oriunda do processo de urbanização e industrialização. A metrópole apresenta-se como produto da metropolização, que para a pesquisadora nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização. Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 74) a respeito do assunto afirmam que,

[...] o processo de metropolização não se define através da cooperação de ações entre os municípios. Estabelece-se, ao contrário, em função da produção de espacialidades engendradas pelos transbordamentos e pelas necessidades gestadas no núcleo central ou pelas demandas que atraem. O lazer no litoral, mesmo não incluído no cerne das ações estratégicas, permaneceu, assim, nos interstícios e propiciou a (re)produção do espaço urbano.

Santos (1993, p. 69) identificou que a partir dos anos 1970, o processo de urbanização no Brasil “alcançou novo patamar” tanto quantitativo como qualitativo. Segundo o autor, a revolução demográfica de 1950, apresentou uma urbanização aglomerada, tendo aumento significativo da população dos núcleos que tinham mais de 20.000 habitantes; em seguida, o geógrafo apontou que a urbanização deu-se de forma concentrada, tendo aumento das cidades de tamanho intermediário, com a cristalização desses dois processos, alcançando-se o estágio de metropolização, aumentando-se

assim a quantidade de cidades milionárias e de cidades médias. Para Lencioni (2006, p. 72), o processo de metropolização corresponde a uma fase avançada da urbanização, que pode ser denominada de pós-urbanização. Nesse processo, imprimiram-se no território características metropolitanas, não importando o tamanho da cidade, a pesquisadora afirma que,

Esse é o caso, por exemplo, de algumas cidades litorâneas reconvertidas pela atividade turística por meio da atuação do grande capital, a exemplo de Cancun, que apesar do porte urbano apresenta características que, até então, eram exclusivas das metrópoles, como a presença de um aeroporto internacional. Ou, o caso de cidades de porte médio que por estarem diretamente relacionadas à economia global apresentam algumas condições gerais de produção e determinados serviços que, anteriormente, só eram encontrados nas metrópoles modernas, o que não deixa de ser novidade.

Nesse contexto, Fortaleza apresentou-se como fruto da urbanização e industrialização ocorrida no século XX, onde se observavam alterações em decorrência do processo de metropolização que renovava as áreas urbanas e ampliava o território, incorporando-se cidades, formando-se novo aglomerado metropolitano que se apresentava como “verdadeiro epicentro de fluxos de capitais” (LENCIONI, 2006). Fortaleza nos dizeres de Paiva (2011) apresenta-se como uma metrópole híbrida, pois as dinâmicas socioespaciais que ocorreram na RMF ampliaram o tecido da cidade por meio da indústria, do setor terciário, habitação/imobiliário e turismo.

Em Fortaleza, o processo de metropolização está ligado de certa forma à industrialização. Montenegro (2012, p. 92) destacou que os limites temporais desses processos não coincidiram, tendo em vista que estamos diante de processos

autônomos, mas tornou-se necessário observá-los para demarcamos a articulação entre industrialização/metropolização, que em seguida encontrou-se com a dinâmica do turismo. Observou-se que após o “sonho” de industrialização, o Nordeste nutriu-se da atividade turística, que emergiu como estratégia mais “racional” para inserir a região no mundo globalizado.

Dessa forma, não se pode negar que inicialmente quem conduzia a dinâmica da metropolização era a “marcha” das indústrias para fora da cidade, mesmo assim, continuou-se pontilhando os arredores da metrópole. De acordo com Montenegro (2012, p. 90-91), o fenômeno da metropolização em Fortaleza emergiu quando a cidade se tornou partícipe do processo de industrialização que acometeu o Brasil na primeira metade do século XX.

Nos anos 1960 intensificaram-se e programaram-se políticas industriais por meio da SUDENE, estendendo-se até os anos 1980; a partir dos anos 1980, a industrialização se descentralizou e concentrou-se nos municípios metropolitanos brasileiros, no Ceará o fenômeno também ocorreu em Sobral, Região do Cariri, Iguatu, Centro-Sul do estado. No final dos anos 1980, o turismo apresentou-se como vetor de importância para o governo do estado, alterou-se a dinâmica metropolitana, superpôs-se uma rede urbana que passou a se estruturar para atender as funções de lazer relacionadas ao turismo de massa, ultrapassando-se os limites da RMF.

Nesse contexto, constituíram-se novas cidades no entorno de uma dominante, no caso Fortaleza, aumentando-se o papel de centro de decisões em decorrência da centralização social e espacial das relações econômicas, políticas e culturais. A metropolização turística apresentou-se como mais um componente para expansão da metrópole Fortaleza, tendo Aquiraz (Porto das Dunas) e Caucaia (Cumbuco) como

principais mediadores do processo, espaços que se voltaram para o imobiliário, lazer e turismo dentro da RMF (SOUZA, 2013).

Perceberam-se dois eixos de expansão da metropolização turística. Tinha-se o primeiro que se direcionava a oeste de Fortaleza, rumo a Caucaia, e outro a leste, direcionando-se à Aquiraz. O turismo enquanto atividade econômica conectou lugares fazendo com que a metrópole se relacionasse com os municípios litorâneos de Aquiraz, Caucaia, Cascavel e São Gonçalo do Amarante, a metropolização turística se convergiu para esses espaços, como se pode observar na figura 5.

Figura 5 – Eixos de Metropolização Turística do Ceará



Fonnte: SETUR e DANTAS, E.W.C, 2015; Elaborado por: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C

Percebe-se no mapa que as rodovias estaduais complementaram e conectaram o espaço metropolitano às zonas de praia. O lado leste liga Fortaleza à Beberibe, conta com a CE-040 (costa do sol nascente), com 126 km de extensão recentemente duplicada, com investimento de R\$ 110 milhões oriundos do Governo do Estado com parceria do MTUR. O litoral oeste conta com a CE – 085 (costa do sol poente – estruturante), com extensão de 160 km, ligando Fortaleza a Paracuru como se pode observar na figura 6.

Figura 6 – Estradas duplicadas no Ceará



Fonte: Jornal O povo, 2012.

Notou-se que a metropolização turística avançou com ajuda da construção e ampliação de vias, caminhando-se de forma paralela ao litoral, direcionando-se aos municípios litorâneos. Ao expandir, a metrópole foi além de seus interstícios territoriais, buscando-se o uso especulativo do solo urbano, processo que também ocorreu dentro da RMF. Notou-se que a Metropolização no Nordeste brasileiro, na maioria dos casos, não significou que fosse uma complementação ou fragmentação das funções entre os lugares, e sim um transbordamento das relações sociais da cidade principal para o entorno, a disseminação da vilegiatura e do turismo exemplificou esse quadro (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

As classes de maior poder aquisitivo concentraram-se nos espaços litorâneos de municípios como Aquiraz e Caucaia que se apresentavam como verdadeiras “ilhas de prosperidade” (SILVA, 2006). Ocorreram dessa forma os primeiros impactos no litoral de municípios que outrora não eram acometidos por tal realidade. No processo de metropolização, não se conduziram apenas infraestrutura, modernização, urbanização, tecnologia, lazer e turismo, mas também impactos ambientais e sociais que antes se concentravam apenas na metrópole. Notou-se que a sociedade se redescobriu e nutriu um imaginário de liberdade e lazer por meio de caminhos que levavam ao mar.

Considerações finais

Conclui-se que no Ceará existiram três movimentos de valorização das zonas de praia: lazer, veraneio e posteriormente o turismo. Na década de 1970, observou-se ampliação das práticas marítimas modernas para além do tecido urbano da capital Fortaleza. Dessa forma, o estado cearense passou a investir em políticas inovadoras voltadas para a atividade

turística como o PRODETURIS, e em seguida veio o PRODETUR I E II, o que fez com que a valorização e olhares recaíssem sobre as zonas de praia. O PRODETURIS e o PRODETUR foram políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças”, agora o turismo é introduzido no estado gradativamente, pois acredita-se que seria uma atividade propulsora da economia.

Os anos 1970 e 1980 simbolizaram bem o movimento de transformação e ampliação das zonas de praia no Ceará, graças ao veraneio. O espaço litorâneo, que antes estava sujeito à antiga lógica de defesa do território abriu-se para a sociedade do consumo, que prima pelo lazer em expansão, porém apenas nos anos 1980 esse processo intensificou-se, pois, o Estado começou a intervir para posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional. Destaque para a construção de vias que conectam BRs e CEs às praias, assim como obras de modernização da infraestrutura.

A construção de estradas que desaguam no litoral foi orientada pelo aeroporto, incorporou-se dessa forma o litoral às zonas de influência de Fortaleza, imprimiu-se lógica de dominação paralela à linha de costa. Quebrou-se, assim, a antiga dominação perpendicular, onde se partia do litoral em direção ao sertão, tendo como orientação o porto. Essa lógica partindo do aeroporto apresentou Fortaleza com papel primordial de recepção e distribuição dos fluxos turísticos pelo litoral cearense.

Fortaleza consolidou-se como uma metrópole híbrida, pois as dinâmicas socioespaciais que ocorreram na RMF ampliaram o tecido da cidade por meio da indústria, do setor terciário, habitação/imobiliário e turismo. A metropolização turística avançou com ajuda da construção e ampliação de vias, caminhou-se de forma paralela ao litoral, em direção aos

municípios litorâneos. Ao expandir, a metrópole foi além de seus interstícios territoriais, percebeu-se que a Metropolização no Nordeste brasileiro, na maioria dos casos, não significou que fosse uma complementação ou fragmentação das funções entre os lugares, e sim um transbordamento das relações sociais da cidade principal para o entorno, a disseminação da vilegiatura e do turismo exemplificou esse processo, o que acabou seduzindo a população a dirigir-se aos espaços litorâneos, ocupando, valorizando e impactando a zona costeira. As zonas de praia gradativamente necessitam de olhares críticos da Geografia e demais ciências, para elaborarem planejamentos urbano-litorâneos que tragam propostas que amenizem o teor de urbanização, “turistificação” e degradação ambiental proporcionada pelas atividades que se concentram nesse espaço.

Referências

ARAÚJO, Enos Feitosa de. As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2012.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. *A Metrópole Emergente: A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições Ufc, 2004. 221 p.

BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas Territoriais de Turismo no Nordeste: o PRODETUR como estratégia acadêmica. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.255-277, fev. 2016.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. *Metrópoles: território, coesão social e governança democrática*: Fortaleza: transformações na ordem urbana. Fortaleza: Letra Capital, 2015. p. 31-76.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.. *Do local ao global*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002. 160 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês G. de. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. *Metrópoles: território, coesão social e governança democrática*: Fortaleza: transformações na ordem urbana. Fortaleza: Letra Capital, 2015. p. 111-141.

, Eustógio Wanderley Correia. *MAR À VISTA*: Estudo da Maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições Ufc, 2011. 103 p.

, Eustógio; COSTA, Maria Clélia Lustosa; SILVA, José Borzacchiello da. *De cidade a Metrópole*: (Trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições Ufc, 2009. 238 p.

, Eustógio Wanderley Correia. A construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. Mercator, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.53-60, jun. 2002.

, Eustógio Wanderley Correia et al. Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de

fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). *Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil Básico Regional 2014: Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2014. 13 p.

LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1992. 364 p.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira*. Fortaleza: Annablume, 2006. p. 65-76.

MADRUGA, Antônio Moacyr. *Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*. 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 1992.

MONTENEGRO JÚNIOR, Ignácio Ribeiro Pessoa. *Uma metrópole em transição: Reestruturação produtiva e a emergência do turismo na RM de Fortaleza - CE*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Arquitetura, Universidade de São Paulo - Usp/universidade Federal do Ceará - Ufc, São Paulo, 2012.

O POVO (Fortaleza). *Duplicação de rodovias terá custo de R\$242 milhões*. 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/02/16/no>>

ticiasjornaleconomia,2785198/duplicacao-de-rodovias-tera-custo-de-r-242-milhoes.shtml>. Acesso em: 16 fev. 2012.

OMT, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Panorama OMT del turismo internacional*. 2014.

PAIVA, Ricardo Alexandre. *A Metrópole Híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2011. 321 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. *Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste*. Fortaleza: Edições Ufc, 2016. 103 p.

RODRIGUES, Frederico do Nascimento. *Turismo e meio ambiente: da inserção dos resorts à (in) sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz - CE*. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20081>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ROCHA, Adriana Marques; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Território do espetáculo para o turismo em fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. *O turismo e a relação sociedade - natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: Ed.uece, 2007. p. 72-93

SOUZA, Eudes André Leopoldo de. *Metropolização litorânea: produção do espaço do lazer e mercado imobiliário*. 2013. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia,

Geografia, Universidade Estadual do Ceará - Uece, Fortaleza, 2013.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 156 p.

SETUR, Secretaria de Turismo do Ceará. *Fluxo de turistas estrangeiros é 21% maior que em 2014*. 2015. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/noticias/fluxo-de-turistas-estrangeiros-e-21-maior-que-em>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *A MURALHA QUE CERCA O MAR: Uma Modalidade de Uso do Solo Urbano*. 1979. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Usp, São Paulo, 1979.

SILVA, José Borzacchiello da et al. *Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 4 46 p.

CAPÍTULO 5

A EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO TERRITÓRIO DE BARREIRINHAS-MA

Flávio Ataíde Júnior

Eustógio Wanderley Correia Dantas

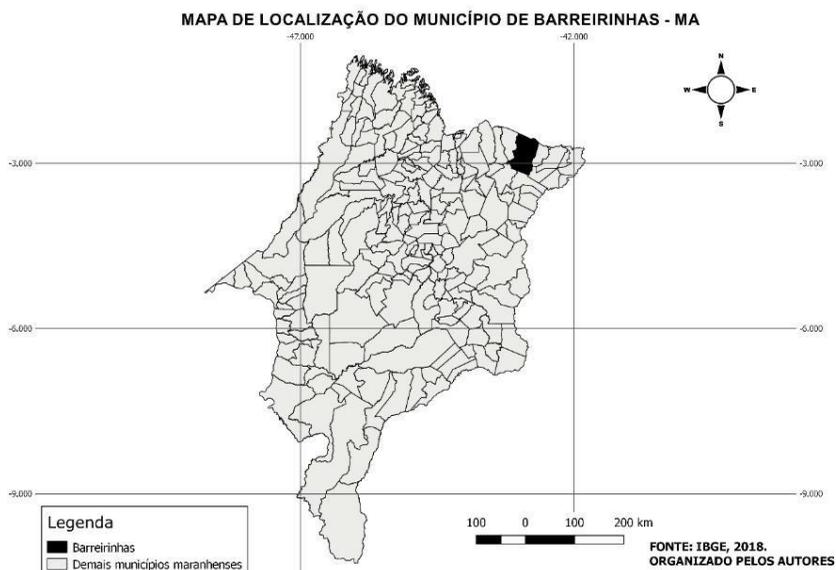
Introdução

O município de Barreirinhas fica localizado no litoral oriental do estado do Maranhão na Microrregião dos Lençóis Maranhenses, sendo considerado, portanto como o portal¹⁵ do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). (Figura 1).

A cidade de Barreirinhas (MA) a partir da década de 1980, passou a viver um crescimento urbano intenso, decorrente da atividade turística e isso trouxe uma série de modificações, no seu território, gerando a necessidade, de se organizar e reorganizar para atender aos anseios desse setor.

¹⁵ O acesso principal ao PNLM ocorre através da BR 402 uma rodovia de ligação que passa na cidade de Barreirinhas e pode ser considerado como o roteiro mais fácil para se chegar até os Lençóis Maranhenses.

Figura 1: Mapa de localização do município de Barreirinhas – MA.



Fonte: IBGE, 2018.

Sobre as dinâmicas territoriais temos a necessidade de incorporar ao debate noções conceituais de território em uma perspectiva contemporânea, que tem os múltiplos poderes associados a esta categoria analítica, sobre esta dimensão Haesbaert (2014), reflete:

Ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que buscamos enfrentar. Assim, quando enfatizamos ou focalizamos

esse espaço através de questões ligadas às relações ou práticas de poder (que é também – e às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto território. (HAESBAERT, 2014, p. 43).

Com relação a este ponto de vista, temos a atividade turística como agente de produção espacial, sobretudo por sua potencialidade de transformações no setor econômico, e, portanto, é também uma agente modeladora de múltiplos territórios e produtoras de diferentes territorialidades em várias nuances e escalas analíticas, sobre a territorialidade vinculada à dimensão econômica, ainda utilizando do pensamento de Haesbaert (2014), que discute:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2014, p. 59).

Ademais, acredita-se que esse artigo pode contribuir para compreendermos as mudanças territoriais processadas em Barreirinhas, no que tange às modificações decorrentes da atividade turística, para esta compreensão é necessário dialogarmos as espacialidade turísticas com as diferentes temporalidades e mostrar o quanto estas foram importantes para a consolidação e estruturação da atividade turística no território barreirinhense.

Neste sentido, na década de 1970 e 1980 os principais acontecimentos para o futuro desenvolvimento do turismo em Barreirinhas, decorrem de pesquisas feitas pela empresa Petrobras e da criação do PNLN, pelo Decreto nº 86.060, de 02

de junho de 1981, que afigura-se como principal atrativo turístico natural do Maranhão.

Já na década de 2000 destaca-se a atuação da gestão pública tanto na esfera estadual quanto municipal, a construção de instrumentos políticos de gestão do território turístico local, como exemplo a criação e efetivação do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Estado do Maranhão ou Plano Maior e em 2007 a criação do Sistema Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo.

A fim de elucidar a importância destes momentos elaborou-se um quadro com a síntese dos principais marcos para a estruturação e consolidação da atividade turística de Barreirinhas (Figura 2). Destaca-se que o quadro apresentado na sequência, não tem o propósito de engessar o processo histórico nas décadas abordadas em uma perspectiva linear, mas, afirmar a importância da análise espaço-tempo, para o entendimento do turismo em uma totalidade de análise.

Figura 2: Linha do Tempo com a evolução da Atividade Turística em Barreirinhas.



Fonte: Organizado pelos autores.

Caminhos metodológicos da pesquisa

Como pressuposto metodológico esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e descritiva a partir de uma análise diacrônica do espaço geográfico, o principal objetivo é compreender o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas (MA), destacando os principais momentos que marcaram a consolidação da atividade no território do município. Para alcançarmos os resultados foram necessários levantamentos secundários junto à secretaria municipal e estadual de turismo em Barreirinhas e no Maranhão respectivamente.

Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Prioriza-se enquanto suporte teórico-metodológico a obra do geógrafo Milton Santos, que discute o espaço pelas categorias do método geográfico: processo, forma, estrutura e função, para Santos, o *Processo* deve ser considerado como um conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, a *Função*, por sua vez, diz respeito às atividades da sociedade redefinidas a cada momento, a *Forma* é definida como o resultado das criações humanas por meio das quais as diversas atividades se realizam e a *Estrutura* refere-se como a sociedade se desenvolve em suas relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

O turismo possui uma capacidade de estruturar, reestruturar, organizar e reorganizar um território, por esta razão, a análise das categorias do método geográfico de Milton Santos (*Processo, Estrutura, Forma e Função*) que são elementos que se interagem e que não podem ser estudados de maneira isolada surge como uma possibilidade de aplicarmos tal teoria a realidade empírica observada na área de estudo.

Santos (1985) identificou que essas categorias definem uma realidade objetiva e que as mesmas estão em constante transformação, sendo, portanto fruto de um produto social onde o *processo* corresponde a um conjunto de ações contínuas da sociedade e seus modos de produção através do tempo, *função* são as atividades ou tarefas desempenhadas por esta sociedade, então conformadas, materializadas através da *forma* e que estão inter-relacionadas de maneira sistêmica em *estruturas*.

A interpretação de uma realidade espacial qualquer ou de sua evolução se torna possível através de uma análise que combine essas quatro categorias analíticas. O espaço geográfico na verdade funciona como uma resposta às alterações que ocorrem na sociedade por meio de sua evolução.

O processo de implantação e as mudanças na estrutura sócio-espacial de Barreirinhas geradas pela atividade turística

O turismo, sem dúvida alguma, deve ser considerado como um elemento fundamental no ordenamento territorial. Nesse artigo, ele é apontado como um agente de transformação espacial e desenvolvimento econômico, pois, essa atividade abrange um conjunto de formas, estruturas, processos e funções que modificaram as características do município de Barreirinhas.

A partir da década de 1970 a Petrobras teve um papel importante na implantação do turismo em Barreirinhas realizando pesquisas a fim de encontrar petróleo e mapear esses pontos para possíveis explorações desse combustível fóssil no município. Para a efetivação dessas pesquisas novas estradas foram construídas e as mesmas serviram para facilitar o acesso de muitos moradores no deslocamento à sede municipal, dessa forma, as distâncias foram encurtadas e o atual território do

PNLM passou a ser conhecido pela maioria dos moradores da cidade.

Sobre esse assunto Ramos (2012) afirma que o município de Barreirinhas ganhou destaque quando a Petrobras ensaiou a prospecção de petróleo na região e começou a abrir trilhas para as pesquisas com a finalidade de detectar gás ou petróleo na região. Nesse momento iniciou-se um período de dinamização da economia local com a construção de estradas vicinais e a introdução de novos equipamentos de transportes terrestres, como o jipe e o caminhão. A entrada da Petrobras, através de sua busca pelo petróleo, foi até as longínquas morrarias, hoje Lençóis Maranhenses, mapeando o território barreirinhense, pois alguns poços, hoje lacrados, estão nas proximidades ou dentro do parque.

Um segundo momento que foi crucial para o desenvolvimento do turismo foi a criação do PNLM em 1981, esse período pode ser apontado como o marco para esse setor no município. Anteriormente as dunas eram conhecidas pelos moradores como morrarias e eram pouco visitadas, e, posteriormente a criação do parque e sua respectiva divulgação no cenário nacional e mundial, os moradores passaram a ter um desejo de conhecer a região dos Grandes Lençóis¹⁶.

Do ponto de vista natural Ab' Saber (2001) descreveu sobre a extensão territorial e riquezas ambientais do PNLM, conforme apresenta a citação abaixo:

[...] trata-se de um campo de dunas da ordem de aproximadamente 1500 km quadrados, completados a

¹⁶ O PNLM pode ser dividido em Grandes Lençóis que são os campos de dunas em maior escala e localizados na margem esquerda do Rio Preguiças e Pequenos Lençóis que ficam na margem direita do rio na divisa entre os municípios de Barreirinhas e Paulino Neves.

leste por dois pequenos lençóis. As dunas regionais se estendem ao longo da costa leste - oeste, por 75 a 80 km, adentrando de 25 a 30 km na mancha central. Em seu corpo total, os Lençóis Maranhenses têm o formato de um pastel alongado com terminações bem marcadas para outros setores e ecossistemas da planície costeira do nordeste maranhense. (AB' SABER, 2001, p. 98).

Segundo Ramos (2008), outro momento que contribuiu para consolidar a cidade de Barreirinhas (MA) como um destino turístico foi à criação da Vaquejada Regional, em 1984, que consiste em uma festa popular da cidade que ocorre anualmente no mês de julho e que, com o passar do tempo, começou a receber os filhos da terra e também os turistas em um evento com atrações culturais bem diversificadas, tais como: shows de forró, apresentações culturais como o Bumba meu Boi que configura-se como uma das principais manifestações culturais do estado do Maranhão, Dança do Vaqueiro, Dança Portuguesa, comidas típicas regionais, entre outras, essa diversidade atrai pessoas das cidades circunvizinhas e da capital São Luís (MA), com isso a cidade de Barreirinhas (MA) conta não somente com atrativos turísticos naturais, mas também possui um potencial turístico cultural.

Outro marco importante na evolução e consolidação do turismo no território barreirinhense partiu do Governo do Estado do Maranhão, que passou a incentivar essa atividade com alguns projetos gerados após o ano 2000, neste ano foi lançado pelo governo maranhense o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Estado do Maranhão ou Plano Maior, que consistia em um plano estratégico com objetivos de orientar, organizar e desenvolver o potencial do turismo do Maranhão.

O plano foi elaborado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e estabelecia cinco polos

indutores que teriam como objetivo o desenvolvimento do turismo em moldes sustentáveis: polo São Luís, polo Lençóis Maranhenses, polo Delta das Américas, polo Chapada das Mesas e polo Floresta dos Guarás.

O Plano Maior do Turismo, que consistia em uma regionalização do território maranhense, sofreu algumas modificações em relação ao seu projeto original e a AECI, dessa vez, definiu o planejamento do turismo no estado do Maranhão em três grandes categorias, que foram classificadas em polos indutores (prioritários), polos de desenvolvimento e polos estratégicos.

Como *polo indutor*, tem-se: o polo São Luís, o polo Parque dos Lençóis e o polo Chapada das Mesas. Como *polo de desenvolvimento*: polo Amazônia Maranhense, polo Cocais e polo Serras. E, *polos estratégicos*: polo Floresta dos Guarás, polo Delta das Américas, polo Munim, polo Lagos e Campos Floridos.

Sobre esse assunto Pereira (2009), afirma que:

Com o “Plano Maior”, o governo do Maranhão estabeleceu a regionalização do estado em cinco polos para o desenvolvimento do turismo, levando em consideração os recursos naturais e socioculturais dos municípios que constitui cada polo de atração, a saber: Polo Floresta dos Guarás (Cururupu, Guimarães, Cedral e Porto Rico – litoral ocidental do Maranhão); Polo dos Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Morros – litoral oriental do Maranhão); Polo Delta das Américas (Tutóia, Paulino Neves e Araióses – divisa com o Estado do Piauí); Polo São Luís (São Luís, Alcântara, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar); Polo Chapada das Mesas (Carolina, Imperatriz e Riachão – região sul do Estado). (PEREIRA, 2009, p. 212).

Essa nova padronização ocorreu por que o potencial de atratividade turística estava concentrado em poucas regiões, dessa forma, percebeu-se que os *polos indutores* possuem maior capacidade de obter rentabilidade num período de curto e médio prazo, além de induzir o desenvolvimento turístico dos demais setores.

Os *polos estratégicos* possuem potencial de rentabilidade a médio e a longo prazo e os *polos de desenvolvimento*, carecem de maiores investimentos para atingirem os mesmos níveis de rentabilidade, dos demais. (Figura 3)

Fonte: Modificado de Bandeira et al (2012)

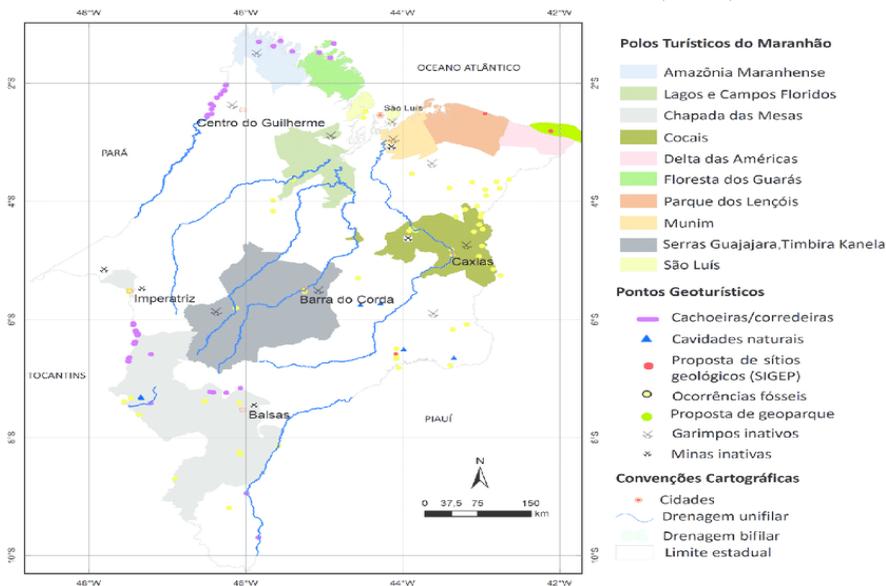


Figura 3: Novos Polos de desenvolvimento

A partir do cenário descrito a AECI desenvolveu o Plano Maior dividido em quatro fases: diagnóstico, definição de

estratégias, elaboração do plano operacional e implantação do plano.

O plano operacional foi dividido em cinco macro programas, que são: macro programa de desenvolvimento, que objetiva promover o crescimento equilibrado do turismo, gerar ofertas compatíveis com a infraestrutura e fomentar o turismo sustentável; macro programa maior qualidade, que possui como objetivo apresentar maior nível de qualidade na prestação de serviços e na infraestrutura básica; macro programa de sensibilização da comunidade, que visa sensibilizar os moradores sobre a importância do turismo e conscientizá-los sobre o seu papel frente aos visitantes; macro programa de marketing, que busca divulgar o potencial turístico do Maranhão junto aos profissionais do setor, turistas, imprensa e investidores e macro programa de comunicação, que envolve todos os outros programas com o objetivo de sensibilizar e conscientizar profissionais, gestores e comunidades que são afetados diretamente ou indiretamente pelo turismo no Maranhão.

O Plano Maior na sua fase de diagnóstico detectou que o município de Barreirinhas (MA) já funcionava como o portal de entrada para o PNLN, contudo, a cidade ainda não contava com a infraestrutura necessária para atender, de forma satisfatória, aos turistas que visitavam o polo dos Lençóis. A principal meta do plano Maior para Barreirinhas (MA) seria, ampliar o número de turistas da Europa com destaque para os franceses, os alemães e os portugueses, além do continente americano, sobretudo a América do Sul, como os chilenos e argentinos e, também o aumentar o potencial de recebimento de turista na escala nacional.

As principais ações previstas pelo Plano Maior no município de Barreirinhas (MA) que merecem destaque, foram: as obras de saneamento básico, a construção do Centro de

Atendimento ao Turista, as melhorias no sistema de energia e telefonia, a urbanização da Avenida Beira Rio, a construção do Aeroporto e a finalização da BR-402.

Dentre os programas desenvolvidos pelo Governo Federal que visam dinamizar a economia regional e aprimorar as potencialidades turísticas no polo dos Lençóis, tem-se como o de maior destaque, a construção da rodovia BR- 402, estrada que encurta a distância entre a capital São Luís e o município de Barreirinhas (MA).

Outro grande impulso para o turismo em Barreirinhas (MA) foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, na sua segunda fase (PRODETUR NE II). Esse programa funcionou com recursos do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o mesmo contemplou o município de Barreirinhas (MA) e sugeriu a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) a fim de garantir que os recursos fossem aplicados com parâmetros e práticas pautadas na sustentabilidade ambiental e com a participação autóctone a fim de propiciar a melhoria da qualidade de vida dos moradores barreirinhense.

As principais ações definidas pelo PRODETUR NE II foram: ampliação do sistema de abastecimento de água; Implantação do sistema de esgotamento sanitário; construção de um aterro sanitário; Atracadouro de Mandacaru; Rodovia entroncamento MA - 225/BR 402 divisa MA-PI (132 km); Terminal hidroviário do rio Preguiças; Avenida Barreirinhas – São Domingos; Divulgação do Plano de Manejo do PNLM; Estudos de capacidade de carga dos principais atrativos; Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental dos Pequenos Lençóis Maranhenses; Centro de informação ao turista; Sinalização turística dos atrativos; Apoio à criação e

regularização de cooperativas; Capacitação dos condutores de lanchas e motoristas do parque e ações educativas sobre o turismo.

No ano de 2007, criou-se a Política Municipal de Turismo, o Sistema Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. A Política Municipal de Turismo foi instituída com os objetivos de planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística em Barreirinhas (MA) a fim de preservar os ecossistemas locais de forma sustentável e o patrimônio histórico e cultural local, além de identificar e otimizar o potencial turístico do município. A Política de Turismo determina que toda atividade ou empreendimento turístico que esteja operando ou venha a operar comercialmente no Município deverá estar cadastrado regularmente na Secretaria Municipal de Turismo.

Foram instituídas, ainda, a taxa municipal de turismo que incide sobre toda pessoa física com 16 anos ou mais, ou jurídica que se hospedar em qualquer meio de hospedagem dentro do município, a taxa de fomento ao turismo, que deverá ser cobrada por cada visitação a atrativos turísticos através de um voucher e, o fundo municipal de turismo, constituído por recursos provenientes de dotações orçamentárias, multas ou infrações a Política Municipal de Turismo, doações, convênios e outras receitas eventuais.

Sobre as mudanças estruturais geradas a partir do turismo pode-se afirmar que ela é um reflexo do rápido crescimento da cidade tanto do ponto de vista urbano, econômico e social. Por essa razão foi desenvolvido no ano de 2011 um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Barreirinhas (PEDTB) com o intuito de se preparar para essa nova realidade vivida pelo município após a criação do PNLM e as medidas e programas instituídos a partir do Plano Maior.

Um dos setores que merece destaque no processo do desenvolvimento do turismo local foi o artesanato. Marques (2012), afirma que os produtos originados do buriti, por exemplo, são muito procurados pelos turistas, como artesanatos *souvenires* e/ou iguarias culinárias. A palha origina uma infinidade de produtos, desde bolsas e bonés a artigos de decoração. Do fruto, a população local produz doces secos e compotas.

Sobre as políticas públicas voltadas para o turismo foi criado em 2007 o Conselho Municipal do Turismo com representantes de órgãos públicos, privados, organizações não governamentais (ONGS) e representantes da comunidade.

A estrutura física e turística da cidade, também teve que se aperfeiçoar para atender a essa nova fase ampliando-se assim, a prestações de serviços, aumento da rede bancária, novos empreendimentos no setor de alimentação e hospedagem.

Apesar dos avanços notados no setor de hospedagem, verifica-se que ainda é necessária a melhoria da estrutura física dos estabelecimentos hoteleiros, bem como a qualificação dos profissionais deste setor. A maior parte dos meios de hospedagem estão localizados no distrito sede, contudo, observa-se que o povoado do Caburé e do Atins, situados na foz do rio Preguiças, devem atrair novos investimentos de infraestrutura turística no futuro.

As transformações na forma e na função socioespacial geradas pela implantação da atividade turística.

A atividade turística e as ações instituídas pelo Plano Maior favoreceram a ampliação dos equipamentos turísticos na cidade. Com o objetivo de melhorar as atividades que dão suporte aos turistas, novas infraestruturas foram geradas e as ações que merecem maior destaque foram: a construção da

Rodovia BR – 402 e do Aeroporto, incentivos aos meios de hospedagens já existentes e também de novos empreendimentos hoteleiros, crescimento da oferta e equipamentos turísticos e melhorias na urbanização.

O processo de urbanização da cidade, gerado pelo turismo, desarticulou as atividades tradicionais ligadas ao setor primário, como a pesca e a agricultura, atraindo os trabalhadores deste setor para serviços informais, ligados ao setor terciário com destaque com o desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo, como guias de turismo, motoristas, tapioqueiras, vendedores de artesanatos, entre outros.

A cidade modificou-se e uma nova realidade fora instalada com a infraestrutura turística, com destaque para os resorts, hotéis, pousadas, marinas e agências de turismo. Como resultante deste processo de supervalorização do espaço urbano, observa-se a especulação imobiliária em diferentes áreas da cidade, que acabou acompanhando a ampliação do perímetro urbano barreirinhense, aumentando os valores do setor imobiliário, desde terrenos, casas residenciais e também de veraneios. Face a este processo, nota-se que parte da população com menor acesso ao capital, acaba se vendo obrigada a habitar áreas mais afastadas do centro principal da cidade e de áreas que apresentam as estruturas turísticas, o que nos faz pensar sobre o direito à cidade que está sendo pensado em Barreirinhas, ou na verdade, a ausência deste no espaço urbano, o que é observado em muitas cidades turísticas brasileiras: a produção de cidades para turistas e não para moradores.

As transformações mais evidentes no espaço urbano podem ser observadas a partir do aumento populacional na área urbana e conseqüente valorização do centro comercial, que apresenta uma variedade de estabelecimentos e de prestadores de serviços, mas, que de modo geral, atendem as demandas

turísticas, o que mostra a importância do turismo para a economia urbana.

As vias de maior destaque para Barreirinhas (MA) são a rua Brasília e a avenida Beira Rio, que cortam o centro de leste a oeste, os logradouros citados apresentam o maior número de estabelecimentos comerciais da cidade, como: hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas de artesanatos, agências bancárias e demais empreendimentos voltados ao setor turístico.

Para Martins (2008), a população autóctone, muitas vezes, perde os espaços públicos de práticas de lazer, que passam a ser ocupados demasiadamente por turistas, causando certas insatisfações nos moradores do Bairro Centro, o que provoca nos mesmos a necessidade de procurar espaços de lazer em áreas mais afastadas do centro e também de turistas.

Um dos pontos de maior atração de turistas dentro da sede do município é a avenida Beira Rio, frequentada por residentes e visitantes, essa avenida oferece opções bem variadas de restaurantes, lanchonetes e agências de turismo. Pode-se afirmar que a avenida também é o local de embarque e desembarque dos turistas para o passeio náutico até o povoado de Atins ou ao Caburé (Figura 4).

Figura 4: Avenida Beira Rio em Barreirinhas.



Fonte: Acervo particular (2018).

A respeito das mudanças processadas na função econômica da cidade, pode-se afirmar que no passado as atividades tradicionais, como a pesca e agricultura, eram muito significativas na economia barreirinhense, e, com o desenvolvimento da atividade turística a cidade adotou essa nova função, sobretudo, provocando uma dinamização na produção do espaço urbano na escala local. Nota-se, que do ponto de vista da geração de emprego e renda, a turistificação no município de Barreirinhas (MA), potencializou o desenvolvimento de novos postos de trabalhos, tantos formais quanto informais. Sobre o papel do turismo na geração de renda e trabalho, Xavier (2002), pontua que:

[...] regiões carentes ou estagnadas são acatadas as atividades turísticas, com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam proporcionar um aumento na geração de renda e empregos [...] (XAVIER, 2002, p. 61).

Em muitos casos, os municípios que assumem uma função turística, possuem uma infraestrutura pública básica precária, com inúmeros problemas na oferta de equipamento públicos urbanos, como ruas não asfaltadas ou sem calçamento, problemas no abastecimento elétrico, ausência de saneamento básico, praças mal conservadas, entre outras mazelas.

Com a consolidação da atividade turística, as cidades sofrem grandes transformações e passam por melhorias para atender à demanda dos visitantes e também dos moradores. Barreirinhas (MA) se encaixa nessa condição, pois, a atual infraestrutura urbana, evoluiu com o advento do turismo e tem-se como destaque a sinalização da cidade, o calçamento de diversas ruas, o aumento da oferta de agências bancárias que anteriormente dependia, exclusivamente do Banco do Brasil (BB), a readequação e reforma da Avenida Beira Rio, a revitalização de praças, pavimentação de ruas e o aumento da oferta de empregos junto ao segmento turístico. Alguns aspectos negativos percebidos pelos moradores também estão associados ao desenvolvimento do turismo na cidade. No sentido de dialogar sobre problemáticas desencadeadas pelo aumento de fluxos turísticos, Masina (2002), esclarece que:

Devido o aumento do fluxo turístico no comércio quando a mercadoria é vendida para turistas, o preço é sempre maior do que o seu verdadeiro valor. Essa regra, que muitas vezes é camuflada, passa a aplicar-se a todos os compradores em uma cidade pequena que se torna turística. Assim, comprar mantimentos e, roupas e divertir-se ficam mais caros também para a população local que, na maioria das vezes, não faz parte dos grupos com alto poder aquisitivo. A população local muitas vezes perde os seus locais de lazer como praças e restaurantes, que passam a ser ocupados pelos turistas,

causando uma periferização da própria população central. As pessoas passam a procurar locais para aproveitamento do tempo de lazer que sejam mais reservados, longe dos turistas. (MASINA, 2002, p. 79).

A respeito dos equipamentos turísticos, a cidade vem se estruturando e provocando o incremento do setor de hospedagem, que se consolidou após a construção da rodovia BR – 402 e das sucessivas campanhas publicitárias, baseando-se no *marketing* turístico dos diferentes atrativos no território dos Lençóis Maranhenses. O potencial turístico da cidade chamou a atenção de empreendedores locais de São Luís e também de outros estados brasileiros.

O serviço de hospedagem em Barreirinhas (MA) encontra-se bastante diversificado, apresentando hotéis, pousadas, resorts, residências de veraneios e flats, a maioria dos grandes e médios empreendimentos, são de investidores externos.

As pousadas mais simples podem ser encontradas nas localidades de Atins e Caburé, sendo administradas por grupos familiares de caráter informal, já as pousadas de médio e grande porte localizam-se na sede. De acordo com o Diagnóstico Turístico de Barreirinhas:

Em Barreirinhas merecem destaque os recentes investimentos em segundas residências ou casas de veraneio realizados pela demanda turística regional de maior poder aquisitivo, principalmente a oriunda de São Luís que mantém propriedades para usufruto nos fins de semana, feriados prolongados e férias. As segundas residências são estabelecidas nas formas de: casas, construídas principalmente às margens do Rio Preguiças; condomínios; chalés e Unidades Habitacionais no Solare Lençóis Flat Residence. (AECI, 2006, p. 156).

Em relação aos valores cobrados pelos meios de hospedagem, eles variam de acordo com a época do ano, sendo considerado como alta estação, os feriados prolongados e os meses de junho, julho, agosto e dezembro, que coincidem com as festas juninas, férias escolares, férias na Europa e fim de ano, que são os momentos de maior fluxo turístico na cidade de Barreirinhas (MA).

Considerações Finais

Nossa proposta foi pensarmos a realidade turística de Barreirinhas em um movimento dialético, demonstrando a força motriz que a estruturação e consolidação da atividade turística provoca nas relações sócio-espaciais e na produção do espaço. A partir da clássica conceituação do geógrafo Milton Santos sobre o método geográfico, que entende a produção e análise do espaço sob a égide do processo, forma, estrutura e função, provocamos neste artigo um diálogo entre o turismo e tais categorias, para compreendermos em uma totalidade a realidade barreirinense sob a lógica do papel do turismo no espaço geográfico.

A proposta de Milton Santos sobre a análise do espaço geográfico deve ser entendida à luz da história concreta e qualquer interpretação do espaço sem as categorias do Método Geográfico seria insuficiente. O ponto de partida para a análise do ordenamento territorial e turístico do município de Barreirinhas (MA) tem que passar pelo *processo*, pois é essa categoria que realiza o movimento e dá dinâmica ao espaço, dessa maneira, percebe-se que a cidade esteve em constantes transformações que inicialmente foram geradas por atividades primárias como a agricultura e a pecuária, isso ainda no século XIX e XX período de ocupação inicial da cidade e de seus primeiros núcleos urbanos, no entanto, foi a partir do século

XXI que o território barreirinhense sofreu intensas mudanças com as ações e programas do Plano Maior como a construção da BR - 402 e de uma infraestrutura melhor na cidade para atender a atividade turística.

Como o *processo* se materializa através das *formas* podem-se notar as mudanças substanciais no território com o surgimento de novas pousadas, hotéis e agências de turismo. Na perspectiva do método Miltoniano de análise do espaço existe um sistema complexo de *estruturas* que mudam, redefinem-se e evoluem através do tempo, diante disso, percebe-se que a cidade de Barreirinhas (MA) possui uma economia com base na atividade comercial e turística e que os habitantes desse município possuem índices socioeconômicos baixos revelando a pobreza que contempla todo o território barreirinhense.

No que diz respeito à *função* pode-se afirmar que o município possui como grande atração às belezas naturais o que o tornam como um dos polos indutores do turismo no Brasil, portanto, a atividade turística se faz presente e corresponde em uma das principais fontes de renda do município de Barreirinhas (MA).

A partir do que foi exposto percebe-se que o turismo no município de Barreirinhas (MA) possuiu três grandes momentos em sua fase de desenvolvimento que foram as atividades de pesquisas da Petrobras, a criação do PNLN e a implementação do Plano Maior de Turismo do Estado do Maranhão. Os desafios de melhorar a infraestrutura da cidade objetivando um melhor desempenho no turismo passou pela construção da rodovia BR 402 e pela construção do novo aeroporto, no entanto, verifica-se que muitos avanços foram alcançados com destaque para a melhoria dos equipamentos urbanos e dos serviços turísticos.

Por outro lado, a cidade ainda carece de maiores investimentos na mão de obra e na própria logística devendo investir mais na divulgação dos seus atrativos e tentando potencializar fontes secundárias como o artesanato e o comércio que juntamente com um turismo planejado e sustentável podem fazer desse destino um dos mais procurados no futuro no Brasil.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metal Livros, 2001.

BARREIRINHAS. Município. *Plano estratégico de desenvolvimento do turismo em Barreirinhas*. Barreirinhas, MA: Prefeitura de Barreirinhas, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LOBATO, Fabiana Mendes (org). *Diagnóstico turístico de Barreirinhas*. Agência Espanhola de Cooperação Internacional. Maranhão: Barreirinhas, 2006.

MARQUES, Andréia Mesquita Santos. *Planejamento urbano e meio-ambiente: análise da dinâmica urbana do município de Barreirinhas – MA*. 113p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar – Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

MARTINS, Érica Mantovani. *Desenvolvimento local e atividade turística em Barreirinhas: cidade portal dos lençóis maranhenses*. 131 p. dissertação. Programa de Pós Graduação

em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008.

MASINA, R. *Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MESQUITA, Danielle; XAVIER Gilca. O Turismo e sua atuação na expansão do espaço urbano: o caso de Porto de Galinhas – Ipojuca – PE. In: *Revista turismo visão e ação*. Vol 15 – nº 2, p. 207 – 215/ maio-agosto. Univali. SC: 2013.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. A encantada ilha dos lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do turismo numa abordagem antropológica”. In: *Revista pós-ciências sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais*, v.6, n12, p.197-228. São Luís: EDUFMA, 2009.

RAMOS, Baial. *História de Barreirinhas: portal dos lençóis maranhenses*. São Luís, 2008.

RAMOS, Carmem Barroso. *A ação do turismo nos lençóis maranhenses: a comunidade de São Domingos entre a tradição e a modernidade*. 112p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional) Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento sócio-espacial e Regional, São Luís, 2012.

SANTOS, Milton – *Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico*. In: Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

XAVIER, H. A incorporação da dimensão do turismo no ensino da geografia. In: PONTUSCHKA, N. M.; OLIVEIRA, A. U de. *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.

CAPÍTULO 6

ACESSIBILIDADE E TURISMO: PLANEJAMENTO EM QUESTÃO

Sirley Conceição Ferreira

Introdução

É decorrente na literatura Acessibilidade e Mobilidade tratados como sinônimos, mas é importante (re) discutir suas definições para que possamos analisar sua dimensão e relação com a cidade e outras atividades econômicas que nesse caso o turismo.

A atividade turística envolve relação dos atores sociais como setor público, privado e agentes de mercado, planejadores e gestores, comunidade local e os próprios trabalhadores na produção (FRATUCCI, 2009). Sendo o território, campo de sua produção e conflitos.

Neste caso, acessibilidade e a mobilidade urbana inerente ao planejamento e turistificação do território por meio das ações públicas e privadas, tem sido um dos desafios dos gestores públicos, planejadores e urbanistas na cidade contemporânea na tentativa de (re) ordenar os ambientes urbanos, criar espaços acessivos e interligados.

Nessa linha de argumentação, a privatização dos ambientes públicos, amplia nosso debate quando se trata do acesso a esses espaços e o “direito a cidade”, no qual podemos dizer que é outro tipo de direito humano, no entanto, “a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (PINHEIRO, 2012, p. 74).

Segundo Araujo (2004, p.3) a mobilidade é “sempre uma extensão de nós e dos nossos modelos de percepção da realidade, assim como dos nossos simbólicos e imaginários, sendo sempre um meio de deslocação”. Sendo assim, a mobilidade é em simultâneo privada e publica.

Nesse contexto, buscamos por meio da pesquisa bibliográfica (dissertações, artigos e revistas) sobre o tema, tratar a questão da acessibilidade, sua relação com a mobilidade, e a interface com o turismo. No primeiro capítulo refletimos a acessibilidade e sua relação com o ambiente urbano tratando da importância das ações políticas de planejamento urbano consistente na organização da cidade.

O segundo tópico consiste (re)-discutir o papel do Plano Diretor na acessibilidade visto como instrumento científico e político, no qual cumpre papel fundamental na orientação dos planejadores e gestores do espaço ambiental urbano atentando-se para as especificidades locais.

Por fim, chamar atenção para o Turismo e sua relação com os espaços turísticos, visto a acessibilidade como mecanismo estratégico na atratividade da cidade, onde deve ser interpretativa e legível, no sentido de que as informações (gráficos visuais, falados e televisados) permitam o estrangeiro orientar-se imediatamente sem dificuldades, inclusive a comunidade local.

Deste modo, de que forma a cidade esta sendo organizada ou (re) ordenada e quais os interesses envolvidos nesse processo, no sentido de adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político (PINHEIRO, 2012), isso interfere na acessibilidade e na mobilidade como o todo, e o turismo pode ser uma peça chave nesse processo.

Desde então, o intuito do trabalho é chamar atenção no sentido de destacar a importância das políticas de planejamento

urbano que devem atuar de forma consistente, na busca de tornar os espaços turísticos acessíveis e que a mobilidade possa ser uma extensão da vida das pessoas.

Acessibilidade e sua relação com o ambiente urbano

É corrente na literatura usarem a acessibilidade e mobilidade como sinônimos, a acessibilidade¹⁷ a princípio entendemos como possibilidade de ter acesso em diversos ambientes sem limitação ou restrição. Também, está relacionada a vários fatores como a dimensão do espaço físico, mobilidade¹⁸ e sua dimensão tempo-espaço, segurança, comunicação, visibilidade, integralidade e outros.

Neste caso, podemos salientar que acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos” (ABNT, 2004, p. 2). E a mobilidade visto, a princípio do deslocamento do indivíduo entre os espaços, mas deste interligados com os modais de transporte de acordo com suas necessidades (AFFONSO, 2012).

No entanto, há uma diferença sutil entre mobilidade e mobilidade urbana. Considerando esses dois parâmetros, o primeiro “corresponde às diferentes respostas dadas por

¹⁷ A Acessibilidade visto como a oportunidade que um indivíduo possui para participar de uma atividade em um dado local, sendo tal potencialidade disponibilizada pelo sistema de transporte e pelo uso do solo, o que permitiria que diferentes tipos de pessoas desenvolvessem suas atividades (JONES, 1981 apud CARDOSO, 2007, p. 19).

¹⁸ A Mobilidade, o primeiro irá depender da performance do sistema de transporte, revelada pela capacidade deste interligar locais espacialmente distintos. Já o segundo depende das características do indivíduo, associadas ao seu grau de inserção perante o sistema de transporte, e das suas necessidades (Jones, 1981 apud CARDOSO, 2007, p. 19).

indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, considerados as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas”, já o segundo “é um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura - vias, calçadas, etc -” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p. 41).

Neste caso, percebe-se que os processos de (re) ordenamento urbano nas cidades brasileiras com os investimentos públicos, mas grande parte advinda do setor privado e do capital estrangeiro, a priori consiste numa tentativa de organização da cidade, (re) dimensionando os espaços ambientais urbanos colocando em questão a acessibilidade e a mobilidade como desafios e perspectivas na cidade contemporânea (CARLOS, 2010).

Isso implica dizer esforços para que a cidade e os atores político de sua organização permitam cada vez mais acesso dos cidadãos aos ambientes públicos e privados, permitindo maior mobilidade urbana, não só a espaços físicos como também desenhar a cidade para que se reduzam os obstáculos materiais, e proporcione e potencie a fruição da “urbanidade” (ALVES, 2006, p. 14).

Mas lembrando que esses obstáculos requerem analisar a dimensão do espaço urbano, a princípio tendo como instrumento analítico do território, o Plano Diretor por ser um instrumento científico e político, no sentido de orientar nas ações de planejamento urbano de forma consistente e participativa.

Embora a acessibilidade seja um fator importante no processo de inclusão das pessoas no acesso nos ambientes sociais urbano, passam quase sempre a construir soluções à posteriori, fora do contexto do planejamento cotidiano, da

mesma forma que os cidadãos com mobilidade reduzida (portadores de deficiência, idosos, crianças e outras), a mobilidade e suas especificidades as ações devem ser tomadas nas primeiras fases de decisões (ALVES, 2006).

A tomada de decisões deve ser democrática e transparente e é fundamental no processo de planejamento urbano, principalmente do plano diretor da cidade, onde deve ser analisar as características analíticas do território e do meio urbano. Para que de forma conjunta e participativa possa criar ações voltadas para desenvolver ambientes acessíveis e integrados, onde as pessoas possam se deslocar e até mesmo visualizar determinados aparatos em seu entorno.

Além da participação de ‘todos’ no processo, melhorar as práticas e os regulamentos voltados para acessibilidade por si só, não garante que todos terão facilidade de acesso nos ambientes sociais. Por isso é necessário “operar uma transformação cultural na abordagem da questão da acessibilidade com tema central da equidade e democracia” (Ibid., 2006, p. 14), inclusive nas políticas públicas de todas as esferas de governo.

Desde então, a acessibilidade como ponto central e para todos deve ser discutida com os técnicos, políticos e principalmente com a sociedade civil, no sentido de promover ações considerando o direito ao acesso como algo importante de todos os indivíduos independente de classe, cor e gênero, mas também considerar as formas de mobilidade e as conexões entre os ambientes sociais e físicos na vida cotidiana das pessoas.

Plano Diretor e Acessibilidade: desafios e perspectivas na cidade contemporânea

Podemos dizer que a dimensão da mobilidade como a capacidade de deslocamento das pessoas entre os espaços e fronteiras aonde quer que se situem também envolve e implica:

A consciência sobre a capacidade de o fazer, daí que seja entendida como peculiar nas sociedades modernas porque estas são tecnológicas e porque estas facilitam o alargamento do leque de possibilidades de mobilidade oferecendo uma panóplia¹⁹ alargada de instrumentos e de objetos cuja principal função é garantir ao sujeito a possibilidade de se manter, em simultâneo, no espaço-tempo privado e no espaço tempo-público (ARAÚJO, 2004, p. 4).

A partir daí entende-se que a dimensão espaço-tempo influencia diretamente tanto na mobilidade quanto na acessibilidade. Onde a mobilidade está no deslocamento das pessoas no diferente micro ou macro escala do espaço geográfico e se torna mais dinâmica com o uso dos meios de transporte ou modais que permitem o indivíduo se mover para outra parte do território em menor tempo e a acessibilidade como fator complementar nesse processo (Ibid., 2004).

O Plano Diretor como instrumento político e científico e umas das modalidades de planeamento urbano e importantes na organização da cidade. Deste modo, acaba, assim, “por se tornar aquele plano que define orientações sobre como deverá ser o plano quando ele vier a ser feito” (VILLAÇA, 1995, p. 243).

Devemos lembrar que o plano diretor também é uma peça social, e que sua legitimação depende se o próprio governo municipal e os atores envolvidos não derem credibilidade ao plano (Ibid., 1995). Mas também exige uma responsabilidade e comprometimento do setor privado e do interesse da comunidade nesse processo.

¹⁹ A palavra **Panóplia** é um termo utilizado como substantivo coletivo de armas, escudos ou bandeiras. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 29 Jul. 2018.

Toda essa relação e as propostas de ações do plano refletem na vida urbana e social das pessoas. Onde o espaço público e social consiste antes de tudo representações das relações de produção e produção das relações (PEACHMAN, 2009), que nesse sentido enquadram-se as relações de poder, nos espaços públicos, mas nos edifícios e nos monumentos.

Embora, a “privatização dos espaços livres de uso coletivo” é um problema que atinge as cidades como todo, como a privatização das ruas, a canalização de percursos que provoca a “desertificação” de áreas públicas e nas periferias urbanas. O processo de “territorialização do espaço” onde usuários privatizam espaços públicos é uma justaposição de espaços privatizados, divididos entre diferentes grupos sociais, tornando assim a acessibilidade limitada e controlada simbolicamente e não no sentido amplo de sua definição (SERPA, 2004, p.32).

Nessa perspectiva o Plano Diretor como instrumento científico e político assume papel importante por meio de ações pré estabelecidas conjuntas na orientação do território e dos espaços ambiental urbano, tendo como desafio tornar a cidade acessível para todos, onde a mobilidade possa ser a extensão da vida das pessoas no acesso aos lugares de seu interesse individual ou coletivo, mas do direito a cidade.

Desde então, mesmo com as limitações dos ambientes públicos e privado, é possível por meio do planejamento urbano e participativo buscar de forma sustentável e adequada organizar o espaço urbano, através de políticas públicas efetivamente interligadas, por outro lado, a ausência de ações políticas efetivas pode afetar a acessibilidade de quaisquer pessoas, inclusive dos portadores de necessidades especiais e deficientes aos locais da cidade (AFFONSO, 2012).

O Turismo como mecanismo estratégico na Acessibilidade

A atividade turística como resultado das ações dos agentes sociais (comunidade local, turista, agente de mercado, setor público, trabalhadores e outros), é atividade que tem o território campo de produção e produção de relações (FRATUCCI, 2009).

Destacamos anteriormente acessibilidade como fator importante na vida social das pessoas visto como fator que influencia no cotidiano da cidade, em locais públicos e privados.

Da mesma forma, a acessibilidade e a mobilidade são dois fatores que se complementam e que não devem ser desconsiderados nas ações de planejamento urbano e turístico.

Todo o processo de (re) ordenamento urbano de uma cidade tende a trazer impactos e novas (re) funcionalização nos ambientes e muitas das vezes transtorno para a própria comunidade que por outro lado ficam limitadas de terem acesso a determinado local ou atrativo turístico.

E a acessibilidade em questão é outra dimensão que no processo de organização do espaço turístico tende a ser agravar devido o gestor não atentar nos projetos urbanos e turísticos as particularidades dos ambientes comprometendo, assim a vida das pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida e a interligação entre os espaços.

A potencialidade do desenvolvimento turístico de uma localidade deve considerar o fator acessibilidade fundamental de todo o processo, onde:

(...) o valor real do seu potencial turístico não se mede apenas pelo número dos recursos que possui, mas também pela sua qualidade. Em geral o potencial turístico depende das acessibilidades, dos recursos em número e qualidade bem como das infra-estruturas e equipamentos (CUNHA, 2009, p. 29).

Nessa linha de argumentação, as barreiras arquitetônicas e urbanísticas “são impedimentos criados pela ação humana encontradas no meio físico que impossibilitam a circulação de indivíduos, marginalizando um grupo significativo pela dificuldade de mobilidade” (CPA, 2002, *apud* VALIN, 2009, p. 9).

Neste caso, para melhor avançarmos na acessibilidade nos ambientes urbanos e turísticos, o primeiro ponto que precisamos considerar é adoção do ‘Desenho Universal’²⁰ na elaboração de projetos turísticos. O segundo ponto é o desenvolvimento de ‘próteses arquitetônicas’, ou seja, obras anexadas às construções existentes com a finalidade de minimizar as dificuldades de acesso ao atrativo turístico, por fim tornando mecanismo de auxílio à mobilidade (VALIN, 2009).

É importante o diálogo e o trabalho conjunto entre gestores da cidade e do turismo para que os atrativos sejam eles históricos ou não possam ser acessíveis para todos, dando atenção especial na inclusão das pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida.

Em se tratando especificamente com relação os bens históricos tombados, as obras anexadas a esses atrativos devem ser planejados com maior atenção possível para que não sejam descaracterizados. Visto as cidades históricas do Brasil como Ouro preto/MG e Paraty/RJ constituídos de bens culturais considerados Patrimônio Histórico Nacional com encantos naturais e arquitetônicos, com suas ruas, casarios e faixadas. A implantação das ‘próteses arquitetônicas’ é possível por meio das ações públicas nos investimentos em projetos culturais e urbanos, na qualificação de profissionais da área junto com o

²⁰ O Desenho Universal consiste em projetar materiais, edificações, ambientes acessíveis para a maioria da população independente de serem pessoas com deficiências ou não (OLIVEIRA, 2013).

setor privado e a participação da comunidade local. Da mesma forma, essas próteses arquitetônicas é uma possibilidade que pode potencializar a atratividade dos atrativos turísticos e maior inclusão dessas pessoas com mobilidade reduzida (MAIA et. al., 2009).

Desde então, os desafios encontrados na gestão dos destinos turísticos com a acessibilidade e mobilidade são os arranjos espaciais que é uma grande preocupação quando se trata dos espaços acessíveis e sua integração com outros meios, no sentido de ampliar a mobilidade das pessoas (SERPA, 2009). Outra emblemática-situação são os planos diretores das cidades que muitos permanecem engavetados, os atores não cumprem o que está estabelecido no plano, e as mudanças de governo e gestão e a descontinuidade dos projetos da gestão anterior dificultando toda a organização da cidade. São situações-problemas que impactam diretamente a dinâmica da vida das pessoas do cotidiano urbano (VILLAÇA, 1995).

Nesse contexto, percebe-se por parte do gestor e planejador urbano a falta de sensibilização de suas ações quando se trata de dar maior atenção e criar espaços acessíveis adequados. E por muita das vezes as ações políticas não são colocadas de forma transparente para a população local, apenas sinalizam por meio de placas a construção de terminada área.

É importante considerar que no Brasil as questões voltadas para acessibilidade se tornam mais engajadas a partir da década de 1980, por força dos movimentos organizados das pessoas com deficiência (VALIN, 2009). Nesse sentido, segundo Magalhães (2003) *apud* Valin (2009, p. 10) destaca também que a Constituição de 1988 definiu dispositivo de acessibilidade nos transportes e nas edificações, sendo acompanhada por algumas leis estaduais e municipais que amparam as pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida.

Logo, ressaltamos que:

(...) com a introdução dos conceitos de Desenho Universal em 1990, houve um esforço para a criação do Comitê Brasileiro de Acessibilidade pela Associação Brasileira Normas Técnicas (ABNT), efetivado no ano de 2000. Isto serviu para promover mais discussões e elaborações de normas técnicas envolvendo o espaço mobiliário e equipamentos, bem como aplicações mais específicas tais como, transporte, comunicações, acessibilidade digital e turismo (VALIN, 2009, p. 10).

O Comitê Brasileiro de Acessibilidade seu âmbito de atuação consiste na normalização no campo de acessibilidade atendendo aos preceitos de desenho universal, estabelecendo requisitos que sejam adotados em edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, meios de transporte, meios de comunicação de qualquer natureza, e seus acessórios, para que possam ser utilizados por pessoas portadoras de deficiência (ABNT, 2017).

A implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística deve atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação e as regras contidas no decreto (PLANALTO 2000).

Considerando algumas leis como a Lei nº 11. 126, de 27 de Junho de 2005 que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Já o Decreto nº. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. O Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004 regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade e

atendimento às pessoas com necessidades especiais (NEVES, 2013).

São leis e decretos que amparam e permitem que as pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida tenham acesso aos espaços públicos e privados sem restrição, que por Lei garante o direito a cidade.

E no turismo essas leis e decretos funcionam da mesma forma, mas é preciso a cidade e seus atrativos turísticos estejam organizados e articulados para que tanto a comunidade local e os turistas possam transitar com maior facilidade sem limitações, com informações adequadas e acessíveis dos atrativos para o próprio turista possa obter as informações que precisa.

Consideramos que a relação entre turismo e acessibilidade consiste na junção que envolve a participação da comunidade local, inclusive com necessidades especiais e mobilidade reduzida, setor público e privado e o próprio turista na atividade. Deste modo, a modalidade de Turismo Social cumpre importante papel social e político na dimensão da acessibilidade e mobilidade como o todo, no qual devemos compreender que é:

uma iniciativa recente que de acordo com o Ministério do Turismo (2006, p. 6) “é a forma de conduzir e praticar a atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade, e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”. O Turismo Social, no contexto das pessoas com deficiência, apresenta-se como uma forma de promover o bem-estar, garantindo a igualdade de direitos e condições, de modo a não impedir, negar, limitar ou condicionar o acesso aos bens, equipamentos, atrativos e serviços turísticos (NEVES, 2013, p. 18).

Nessa linha de argumentação, o segmento turismo social existe mais uma classificação dentro desse segmento que é o

turismo acessível, onde a ideia é incluir a maior parte possível da população - comunidade ou turista – na atividade turística da cidade, principalmente de lazer e turismo cultural - teatro, bibliotecas, exposições, galerias, espaço de memória e outras atividades – (Ibid., 2013).

Da mesma forma, não podemos esquecer que quando se trata da acessibilidade na atividade turística diverso são os fatores imbricados, mas a inclusão social é a essência desse processo, onde os espaços devem ser acessíveis a todos sem distinção de sexo, classe social e cor. E nesse sentido, a acessibilidade e a inclusão caminham lado a lado. Onde,

para haver efetiva inclusão social é primordial a acessibilidade, que significa a possibilidade de utilizar, com segurança e autonomia, os espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (CERIGNONI, 2005, p. 62).

A efetiva inclusão social e a acessibilidade como caminho viáveis no desenvolvimento social das pessoas, a participação do poder público é central nas ações de (re) adaptação da infraestrutura, preparação de profissionais para o atendimento diferenciado, também exigindo do setor privado ações que contribuam no planejamento e gestão da cidade e dos espaços sociais.

É importante que a sociedade esteja envolvida na questão da acessibilidade como fator fundamental na vida social das pessoas, e que própria pessoa com deficiência tenha conhecimento de seus direitos e deveres e passa exigí-los em seus ambientes de acesso.

Para que a cidade turística seja hospitaleira, é importante considerar três fatores: a acessibilidade, a legibilidade e a

identidade que a princípio são dimensões específicas e relevantes para o desenvolvimento da atividade turística e da cidade acessível para todos (GRINOVER, 2006). Neste caso, consideramos que:

(...) a hospitalidade da cidade passa, ainda, pelo ordenamento geral das paisagens urbanas e pela organização dos lugares públicos que englobam tipos e estatutos de espaços muito diferentes, onde alguns correspondem a situações e práticas tradicionais e outros aos centros comerciais, aos vazios urbanos em via de reabilitação, aos estacionamentos etc. (Ibid., 2006, p. 32).

Quando se trata da ‘imagem da cidade’ a relação com a identidade local e o turismo. A acessibilidade e mobilidade no turismo são fatores que no exercício da cultura influenciam no desenvolvimento socioeconômico das comunidades urbanas.

Sendo assim, a acessibilidade e a mobilidade influenciam diretamente na vida social das pessoas e no turismo é ainda maior, pois a imagem da cidade turística ela não depende apenas dos atrativos disponíveis, mas das formas de acesso a esses bens disponíveis, as informações claras, os espaços integrados consistindo da mobilidade sem barreiras ou limitações.

Portanto, isso só é possível através do planejamento participativo dos atores públicos, privados e população local dialogando e articulando a melhor forma de organização da cidade, no qual a democratização e a transparência são elementos essenciais para minimizar as barreiras encontradas por pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida (pessoas esta que pode ser tanto da própria comunidade quanto os turistas).

Considerações finais

Como já vimos anteriormente uma cidade deve ser usufruída por todos e acessibilidade depende também de ações públicas articuladas com o setor privado e transparente da melhor forma possível para a população local. E que o gestor e planejadores devem atentar para as características territoriais que a cidade possui para que possam construir os espaços acessíveis e interligados, minimizando as barreiras encontradas pelas pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida.

E se tratando da legibilidade no turismo junto a acessibilidade, a cidade ela deve ser interpretativa e legível, no sentido de que as informações (gráficos visuais, falados e televisados) permitam o estrangeiro orientar-se imediatamente sem dificuldades, ou seja, “são aquelas cidades que, por isso mesmo, procuram se identificar e ser identificadas” (GRINOVER, 2006, p. 32).

Sendo assim, a legibilidade das informações contidas no espaço urbano tanto para o turista quanto para comunidade local é o que poderia ser chamado também de hospitalidade “informada” e “oferecida”. Nesse contexto, oferecer e receber informação “é um mecanismo de hospitalidade: a noção de dádiva torna-se sinônimo de ‘imagem da cidade’, de ‘identidade’ e de qualidade urbana” (Ibid., 2006, 32).

O turismo como atividade moderna é um dos principais agentes de transformação do espaço ambiental urbano, onde também consiste na relação entre atores públicos, privados, planejadores e gestores, inclusive trabalhadores que cumpre papel fundamental no processo organização da atividade turística (FRATUCCI, 2009).

O espaço acessível deve ser direito de todos tanto a comunidade local quanto turista (s) no acesso aos atrativos turísticos, onde a cidade deve ser entendida em sua diversidade e pluralidade para que a equidade territorial urbana se faça presente onde os espaços turísticos sejam mais acessíveis e a mobilidade em si e urbana dos moradores e turistas possam efetivamente ocorrer sem limitações e barreiras (PEREIRA, 2009).

Desde então, o poder público deve representar e agir em prol do coletivo, buscando investimentos para a melhoria de ambientes limitados, estruturando a cidade conectando os espaços ociosos, ruas vicinais, ambientes urbanos subjetivos, espaço de memória, contribuindo na valorização do destino turístico, no sentido garantir o direito a cidade para as pessoas.

Referências

ARAÚJO, Emília Rodrigues. *A Mobilidade como objeto sociológico*. Disponível em:

<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3913>>.

Acesso em: 05 Jul. 2018

AFFONSO, Leonardo Villares de Almeida. *Direito à cidade, deficiência e políticas públicas: um estudo sobre as condições de acessibilidade na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília*.

133 f. Brasília, Universidade de Brasília, 2012.

ALVES, Mário J. *Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas*. Disponível em:

<http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40108186/8_Industria_e_Ambiente_mob_vs_acess.pdf?>. Acesso em: 10

Jul. 2018

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS – ABNT NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

CARLOS, Claudio Antonio S. Lima. *Una mirada crítica a la zona portuária de Río de Janeiro*. Universidade Nacional de Colombia, Bitacora, Jul – diciembre , 23-54, 2010.

CARDOSO, Leandro. *Transporte público, Acessibilidade urbana e desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

CERIGNONI, Francisco Núncio et. al. *Deficiência: uma questão política?* São Paulo, Paulus, 2005.

CUNHA, Licínio. *Avaliação do potencial turístico*. Cogitur, Journal of Tourism Studies, [S.l.], v.1, n.1, Jan. 2009.
Fratucci, A. *Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo*. *Revista Turismo Em Análise*, 20(3), 391-408, 2009.

MAIA, Cristiane Vieira da C. et. al. *Restauração de Edifício Tombado com Bases nos Preceitos do Desenho Universal. O Caso do Banco de Petrópolis*. Disponível em:<<http://www.nppg.org.br/patorreb/files/artigos/80540.pdf>>. Acesso em: 29 Jul. 2018.

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Cadernos do Programa Brasil Acessível*. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&vie

w=section&layout=blog&id=8&Itemid=66>. Acesso em: 15 Jun. 2018

NEVES, Tonderson R. *Turismo e Acessibilidade: um estudo nos equipamentos turísticos natalenses, aquário Natal e Fortaleza dos Reis Magos com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)*. Monografia (graduação em Turismo), 60 f. – Natal, RN, 2013.

OLIVEIRA, Cassandra Melo. *Evidências de Validade de uma bateria informatizada para avaliação da personalidade adaptada ao desenho universal*. – Florianópolis, Santa Catarina, 2013, 165 p.

PECHMAN, Robert Moses. *Cenas, algumas obs-cenas, da rua*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21 – n. 2, p. 351- 368, Maio/Ago. 2009.

PEREIRA, Sílvia R. *Direito à cidade?* Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall2/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/133.pdf>>. Acesso em: 30 Jul. 2018

PLANALTO. *Disposições preliminares*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 16 Jul. 2018.

PINHEIRO, Jair. *O Direito à Cidade (David Harvey). Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

SERPA, Angelo. *Espaço Público e Acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica*. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, N° 15, pp. 21 37, 2004.

SERPA, Ana Beatriz Borges. *Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro – SP*. 2009. 112 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, 2009.

VALIN, Mariana M. *Uso de softwares livres para o desenvolvimento de SIG Web de acessibilidade a atrativos turísticos: estudo de caso da cidade de Campinas*. Dissertação (Mestrado), 142 p. --Campinas, SP: [s.n.], 2009.

VILLAÇA, Flávio. *Dilemas do Plano Diretor*. In: VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil (no prelo) e Crise do planejamento urbano, na Revista *Perspectiva*, v. 9, n. 2, abr./jun. 1995.

CAPÍTULO 7

AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA COMPARTILHADA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM E ALGUNS IMPACTOS INERENTES AO TURISMO

Daniel de Renzo Barretti

Introdução

O Turismo a cada dia que passa ganha maior notoriedade dentro do *hall* de possibilidades para o desenvolvimento econômico de lugares, regiões e países. Alguns dados estatísticos expressam mais ou menos bem esta realidade, a exemplo dos números que trazem a *World Travel & Tourism Council* (WTTC, 2017), quando diz que o turismo representou 10,2% do PIB global e gerou 292 milhões de empregos no mundo, o que significaria dizer um de cada dez empregos gerados.

Mais ou menos? Sim, eu me explico. As estatísticas relacionadas a atividade turística são em grande parte produzidas e divulgadas por atores com interesse direto na sua promoção e crescimento, a exemplo dos poderes públicos, autarquias e organizações ligadas a este, bem como a exemplo da iniciativa privada mais diretamente relacionada ao *trade turístico*, a saber: redes de hotéis, setor de alimentos e bebidas, e setor de transporte e logística. Soma-se a isso o fato de que estas estatísticas são comumente infladas sob uma lógica teórica e conceitual, pela qual o turismo abarca hoje quase que a totalidade dos fluxos migratórios internos e externos aos países.

“O conceito de turismo atual, empregado na maioria dos casos, não mais se remete a aquela pessoa que

deixa o seu local de residência fixa em busca de lazer e descanso, mas sim abarca praticamente todo o fluxo migratório independente da motivação e desde que temporário” (OMT, 2003).

E qual o interesse em inflar as estatísticas? Em dar destaque e promover o turismo? Por que assistimos agora uma evolução nunca antes vista desta atividade?

Bem, em suma, o turismo ascende como uma possibilidade em meio a uma severa crise do sistema capitalista em nível global. O turismo se torna um mecanismo pelo qual o espaço como mercadoria ganha maior agilidade de produção, valor agregado e liquidez. Em outras palavras, em diversos lugares observa-se a refuncionalização de espaços antes tidos como improdutivos ou decadentes, e que nesta concepção mais ampla do espaço, se tornam também mercadorias as relações sociais e as culturas locais.

“A ênfase no turismo, na produção e no consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros num determinado palco, mostra todos os sinais de ser o remédio predileto para economias urbanas efêmeras [...] é a tentativa de criar uma imagem física e social das cidades adaptada para essa finalidade competitiva” (HARVEY, 2006. p.181/182).

A questão é que se por um lado o uso turístico dos lugares possibilita certo fôlego econômico em diversas escalas, por outro há que se considerar que esta prática não elimina as contradições e impactos inerentes ao desenvolvimento capitalista.

Um dos impactos inerentes associados a valorização e refuncionalização de lugares para o uso turístico é o fomento ao processo de gentrificação ocasionado sobretudo pela

especulação imobiliária e pela inflação dos bens de consumo nestes lugares. Ora, em suma a questão posta é que na contramão da estética e do discurso do melhor usufruto de determinados lugares por determinadas pessoas, uma série de pessoas que antes moravam ou usufruíam destes lugares não mais terão condições de fazê-lo, devendo estas se mudarem para locais cada vez mais distantes.

Deste modo, o dito e pretenso desenvolvimento mascara uma dura realidade, e aprofunda assim a perversa lógica da desigualdade social. Tais fenômenos muitas vezes não estão explícitos, mas podem ser percebidos por um espectador mais atento que saia do ordenamento sócioespacial induzido ao visitante. São apenas alguns exemplos disso, os arredores do balneário do Guarujá no estado de São Paulo, os arredores do luxuoso condomínio da Riviera de São Lourenço no município de Bertioga-SP, os mais de quinhentos *bidonvilles*²¹ nos arredores de Paris, ou até mesmo os recentes protestos de moradores locais em Barcelona na Espanha, que em seu discurso reforçam a intensificação do uso turístico da cidade em detrimento da perda do cotidiano da população local.



²¹ Favelas nos arredores da cidade de Paris na França.

Legenda: Bairro Riviera de São Lourenço, planejado pela Sobloco e bairro da Vista Linda no município de Bertiooga.

David Harvey em um trecho de sua obra *A Produção Capitalista do Espaço*, descreve como a cidade norte americana de Baltimore foi assim submetida ao uso turístico e nos permite melhor refletir sobre a diferença existente entre o discurso midiático e promotor do desenvolvimento para a realidade implícita na paisagem do turista menos atento.

Audaciosamente, apesar do grande desemprego, Baltimore transformou seu ancoradouro abandonado em um imenso playground. Os turistas são sinônimos de compras, suprimento de comidas e bebidas, e transporte. Isso, por sua vez, significa construção, distribuição e manufatura, trazendo mais empregos, novos moradores, mais atividade. O declínio da antiga Baltimore estacou e mudou de sentido. A área do ancoradouro agora está entre as principais atrações turísticas dos Estados Unidos, e o desemprego urbano está diminuindo rapidamente (Sunday Times, 29 de novembro de 1987. In.: HARVEY, 2006).

Para além da aparência de uma área refuncionalizada e valorizada, como é o caso da cidade de Baltimore, que chegou a receber o título de “cidade renascentista” na década de 80, no ano de 1984, um relatório do Congresso considerou a cidade com uma das “mais carentes” dos Estados Unidos (HARVEY, 2006).

A economia compartilhada em meios de hospedagem e os impactos do turismo

Contextualizado o turismo e alguns de seus efeitos negativos, chega-se então ao ponto da correlação destes com a

prática da economia compartilhada em meios de hospedagem, que tem no *Airbnb* o seu maior exemplo prático.

O *Airbnb* é uma plataforma online, fundada no ano de 2008, em São Francisco-CA, e que permite a busca, reserva e conseqüentemente a locação da casa das pessoas. Abrange mais de 500 mil anúncios em mais de 35.000 cidades e 192 países. Desde sua criação em Novembro de 2008 até Junho de 2012, mais de 10 milhões de reservas foram agendadas via *Airbnb*²².

Portanto, o objetivo central do presente artigo é o de promover uma reflexão e instigar a produção de estudos que apontem para a influência que pode ter a economia compartilhada em meios de hospedagem sob alguns dos aspectos positivos e negativos do uso turístico dos lugares, vistos brevemente nos parágrafos anteriores. Desta forma, o que se propõe aqui não é oferecer ao leitor uma resposta para a pergunta problema, mas sim compartilhar algumas hipóteses e observações a fim de contextualizar e dar luz a uma questão ainda tão pouca avaliada por profissionais e pesquisadores da área.

Emprego e Renda

O primeiro ponto a ser observado é o que se refere a um dos principais impactos positivos apregoados aos ventos pelo *trade* e órgãos públicos ligados ao setor: a geração de emprego e renda.

Conforme apresentado na introdução do presente artigo, estima-se que o turismo representou, no ano de 2016, 10,2% do PIB global e gerou 292 milhões de empregos no mundo (WTTC, 2017). No Brasil, ainda segundo a WTTC, o turismo

²² www.airbnb.com. Acesso em Setembro de 2018.

representou 8,5% do PIB, e respondeu por 7,8% do total dos postos de trabalho entre empregos diretos e indiretos.

Faz-se importante explicitar de que o cálculo de empregos diretos e indiretos gerados pelo turismo, possui como uma de suas bases conceituais, as denominadas Atividades Características do Turismo – ACT, dentre as quais sofrem maior influência os setores de meios de hospedagem e de alimentos e bebidas.

As Atividades Econômicas Características do Turismo são definidas como aquelas nas quais as unidades econômicas, as empresas, produzem pelo menos um produto característico do turismo. A classificação de uma atividade econômica como característica do turismo faz-se a partir da identificação, em sua produção principal, de produtos classificados como característicos do turismo, isto é, produtos que são bastante sensíveis ao consumo do visitante (IBGE, 2006).

Existe atualmente uma competição de mercado entre os meios tradicionais de hospedagem e as ditas economias criativas, dentre as quais se encontra o *Airbnb*.

Uma pesquisa feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE no ano de 2016 e publicada em setembro de 2017, aponta que a utilização da plataforma *Airbnb* por turistas em comparação com a utilização de meios de hospedagem tradicionais, gera 1/3 a mais de Valor Bruto da Produção, supera quase que em 50% o valor adicionado gerado, e emprega um contingente de 20 mil trabalhadores a mais em setores diversos de comércio e serviços que sofrem influência direta e indireta pela atividade turística (FIPE, 2017).

Os dados sumários aqui apresentados da pesquisa realizada pela FIPE, possuem importância por duas razões principais: primeiro por ser esta, provavelmente, uma das

poucas e mais recentes pesquisas realizadas e que buscam aferir o impacto econômico gerado pela introdução da economia compartilhada em meios de hospedagem em um mercado tradicionalmente dominado por hotéis, pousadas, resorts e outros meios de hospedagem tradicionais e; em segundo lugar, possui importância para que no presente artigo possamos questionar, refletir e desconstruir os resultados obtidos por esta.

O primeiro aspecto importante a ser desconstruído pela pesquisa realizada pela FIPE se refere ao ano e aos locais de realização da mesma. Ora, o ano de 2016 foi o ano das Olimpíadas no Brasil, evento este de caráter mundial e que possui como palco as principais cidades brasileiras, dentre as quais aquelas em que a pesquisa foi realizada. Tal fato implica em uma demanda turística excepcional em relação a quantidade, bem como em relação ao perfil, ou seja, a demanda de usuários da plataforma *Airbnb* cresce exponencialmente nesse período, bem como, cresce o visitante internacional que, usualmente gasta mais do que o turista doméstico, e que neste período em específico viaja em grupos maiores, favorecendo assim a demanda pela economia compartilhada. Em suma, todos estes fatores vinculados ao ano e aos locais de realização da pesquisa, possuem forte poder de influência nos resultados obtidos.

O segundo aspecto a ser desconstruído na pesquisa da FIPE, diz respeito a subjetividade dos resultados relacionados aos gastos e empregos gerados nos setores movimentados pelo usuário da plataforma digital. A pesquisa, a título de comparação, não apresenta a mesma base de dados para o setor tradicional de meios de hospedagem, demonstrando apenas ao final uma margem percentual comparativa entre a economia compartilhada e o setor tradicional, bem como, de acordo com a metodologia descrita, fica vago e subjetivo o modo pelo qual pode-se aferir a contribuição econômica dos usuários do *Airbnb*

para a geração de emprego e gastos realizados em diversas outras atividades econômicas.

Questionada e relativizada a pesquisa realizada pela FIPE, faz-se necessário pontuar alguns aspectos socioeconômicos negativos e positivos associados a economia compartilhada em meios de hospedagem.

- *Precarização das relações de trabalho*

O Turismo, para além das positivas estatísticas divulgadas em relação a geração de emprego e renda, é um dos setores econômicos no qual se tem uma grande precarização das relações de trabalho. Tal fato se deve, sobretudo, pelo Turismo ser uma atividade econômica extremamente sazonal, o que por sua vez acarreta em: alta rotatividade de emprego e consequente baixa qualificação da mão-de-obra; acúmulo de função e hora extra; baixa remuneração e baixo prestígio econômico e social da maior parte dos postos de trabalho destinados para a população local; alto grau de informalidade.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA, das 1.869.437 ocupações no turismo em 2006, 58,94% se tratam de ocupações informais (IPEA, 2007).

Evidenciada a precariedade das relações de trabalho no Turismo, de modo geral, se observa que o fomento a economia compartilhada nos meios de hospedagem, tende a maximizar este aspecto negativo, uma vez que a economia compartilhada em meios de hospedagem promove o desemprego junto ao setor tradicional, e banaliza e deturpa o problema da informalidade.

Ora, no que se refere a geração de empregos diretos, não é preciso grande esforço para compreender que um empreendimento hoteleiro qualquer requer uma quantidade mínima de funcionários, necessários a operar toda a gama de serviços a que se propõe oferecer um hotel que conta com

determinado número de unidades habitacionais. Em contrapartida, também fica evidente que a economia compartilhada em meios de hospedagem possibilita acomodar famílias inteiras *versus* a empregabilidade de apenas uma pessoa ou família (cônjuge), sendo esta pessoa o proprietário do imóvel locado.

Para o ministro do Turismo, Vinicius Lummertz, “*a hotelaria é um setor altamente beneficiado pela tecnologia, mas que ao invés de substituir empregos por aplicativos, o segmento gera novos postos de trabalho*”²³.

Para além da provável perda de empregos no setor tradicional de hospedagem à medida que se promove as plataformas digitais como o *Airbnb*, vale frisar que os escassos postos de trabalho diretos gerados, que se limitam aos proprietários dos imóveis, não são formais e tampouco regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, o que significa dizer que estes escassos postos de trabalho não contam com direitos básicos trabalhistas a exemplo de férias remuneradas, seguro desemprego, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, etc.

Por fim, para além dos números, convém uma reflexão acerca de quais parcelas da população local estamos falando, quando dos benefícios e malefícios ocasionados pelo fomento da economia compartilhada em meios de hospedagem e no que diz respeito a geração de emprego e renda. Aquele anfitrião do *Airbnb*, que pode agora se valer de uma renda extra ou até mesmo do equivalente total de seus rendimentos mensais, corresponde a uma parcela da população em uma situação socioeconômica relativamente mais confortável, presumindo-se

²³<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11385-%E2%80%9Cgera%C3%A7%C3%A3o-de-empregos-est%C3%A1-no-dna-da-hotelaria%E2%80%9D,-diz-ministro.html>. Acesso em 12/09/2018.

que de saída esta pessoa já possui um imóvel próprio. Em contrapartida, muitos dos que serão desempregados no setor tradicional hoteleiro, não teriam condições de se tornar um anfitrião, bem como não teriam condições de se sujeitar a tantas inseguranças e intermitências socioeconômicas e jurídicas.

*Home sharing provides much needed extra income for middle-class families set back by the Great Recession, seniors living on xed incomes, and growing ranks of part-time and freelance workers*²⁴.

- *Arrecadação tributária*

Quando se fala em riqueza gerada pelo Turismo, não se pode deixar de lado o valor monetário referente aos impostos arrecadados pelas atividades econômicas do turismo. O setor hoteleiro tradicional possui uma carga tributária de quase 40% enquanto que a economia compartilhada em meios de hospedagem, por meio de suas plataformas digitais, praticamente possui 100% de isenção fiscal no Brasil.

Tal fato implica em uma concorrência desleal entre duas atividades econômicas de mesma finalidade, bem como implica em uma menor arrecadação e consequente menor poder de atuação por parte do Estado para o desenvolvimento do Turismo.

De acordo com Manoel Linhares, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis-ABIH,

o artigo 150 da Constituição Federal define que a arrecadação tributária é exigida para empresas e pessoas

²⁴ About Airbnb Advancing home sharing as a solution. <https://www.airbnbitizen.com/about-airbnb-2/> Acesso em 25/09/2018

físicas que praticam a mesma atividade econômica, nesse caso, a venda de pernoites²⁵”.

- *Protagonismo local*

Se de um lado o fomento a utilização da economia compartilhada em meios de hospedagem promove a perda de postos de trabalho no setor hoteleiro tradicional e reforça a precarização das relações de trabalho, por outro lado coloca uma parcela da população local em um papel de maior protagonismo dentro da cadeia produtiva, ainda que em menor escala.

O protagonismo da população local no âmbito da atividade econômica do turismo é o que almejam diversas correntes que pensam o melhor desenvolvimento para este setor, tais como o turismo sustentável ou o Turismo de Base Comunitaria-TBC. Isso significa a população local assumir papel relevante dentro das tomadas de decisão estratégicas para o desenvolvimento do setor, e assumir melhores posições hierárquicas em termos de remuneração e prestígio social dentro da cadeia produtiva do turismo. Em suma, assumir as rédeas do desenvolvimento.

Observar-se que com o advento da economia compartilhada em meios de hospedagem, estes novos postos de trabalho gerados, os anfitriões, possuem uma maior autonomia, bem como uma função social de maior prestígio do que grande parte dos empregos gerados para a população local no mercado tradicional de meios de hospedagem. Este é um fator positivo, mas que não pode ser analisado de maneira isolada, pois conforme já apontado anteriormente a quantidade de postos de trabalho gerados tende a ser menor do que a quantidade de

²⁵ <http://abih.com.br/abih-nacional-se-posiciona-contraria-parceria-firmada-entre-secretaria-de-estado-de-turismo-cultura-e-esporte-de-santa-catarina-sol-com-o-airbnb/>. Acesso em 12/09/2018.

postos de trabalho que deixam de existir no mercado tradicional, além de “instituir” a informalidade e maior precarização das relações de trabalho, sendo que via de regra estes novos trabalhadores, os anfitriões, possuem uma condição socioeconômica que melhor permite que se sujeitem a informalidade, ao contrário da maior parte daqueles que são ou que eram empregados no setor hoteleiro tradicional.



Hospedagem feita, no ano de 2018, em bairro residencial de São Francisco-CA, por meio da plataforma Airbnb.

- **Gentrificação**

Processos de gentrificação neste caso podem ser compreendidos como fluxos migratórios em decorrência de processos inflacionários de bens e serviços, bem como em decorrência da especulação imobiliária em função do uso turístico dos lugares, ou seja, a valorização de determinadas

localidades para alguns em detrimento do valor de uso que estas possuem para a população local.

Se o *Airbnb* possibilita um maior número de visitantes devido as suas possibilidades de tornar mais acessível financeiramente a viagem, este poderia ser um fator de promoção ou fortalecimento daquilo que se intitula como turismo de massa, ou seja, aquele uso turístico praticado pela massa de trabalhadores durante o seu tempo livre, e que ocorre de maneira mais intensa no espaço em um período curto do tempo, prática esta que é hoje tão temida e rejeitada por municípios e municipalidades.

Um crescimento do turismo de massa, representa também um aumento quantitativo de turistas em determinada localidade o que por sua vez pode ocasionar em aspectos inflacionários tanto da terra quanto de bens e serviços.

O valor dos imóveis pode passar a ser regido por uma demanda crescente de turistas interessados na locação destes, ou seja, o valor de locação não mais será balizado com base no valor do imóvel, mas sim o contrário, e desta forma pode-se assistir um processo de especulação imobiliária em áreas antes voltadas essencialmente ao uso residencial.

Processos de gentrificação são, a todo o tempo, promovidos pela valorização e refuncionalização de espaços urbanos em nome do desenvolvimento em diversos setores econômicos que não somente o do turismo. O que se coloca aqui para a reflexão, é que a disseminação da economia compartilhada em meios de hospedagem pode culminar em processos de gentrificação, primeiro, em áreas novas, antes voltadas essencialmente ao uso residencial e, segundo, por uma nova lógica econômica em que não mais o valor do imóvel dita o valor do aluguel, mas ao contrário, a demanda crescente por locação inflaciona o valor do metro quadrado.

- *Espetacularização da cultura local*

Por fim, vale destacar o aspecto cultural associado ao uso turístico dos lugares, bem como a um uso turístico hoje denominado como turismo de experiência ou turismo social. Há muitos que reforçam a tese de que o ato de se hospedar em uma casa residencial, por meio de uma plataforma como o *Airbnb*, é um diferencial no que diz respeito a possibilidade de melhor vivenciar os costumes e cotidiano de determinada localidade. Esta sim pode ser de fato uma experiência benéfica ao turista, porém há que se refletir o quão benéfico pode ser para as comunidades receptoras. A troca de experiências entre comunidades locais e turistas é ambígua e complexa, podendo favorecer a compreensão, o conhecimento, o respeito e a tolerância, mas podendo também, de maneira avassaladora descaracterizar e transformar culturas locais autênticas em meros simulacros.

Ao contrário do que é em grande parte disseminado pela mídia e promovido por órgãos voltados a promoção da atividade, no afã da rentabilidade e de aferir lucro, o turismo forja e deturpa aspectos da cultura local de lugares diversos. A título de exemplo, governos locais juntamente com associações e empresas privadas, criam uma infinidade de caminhos de Compostela na Europa, dentre os quais muitos escapam dos fatos históricos reais desta via sagrada de crença e fé. No Brasil, mais precisamente no litoral norte de Santa Catarina, um grupo de moradores e gestores de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN, com o apoio do governo municipal local, promovem o turismo em cima de uma oca indígena de uma etnia que não habita e jamais habitou aquela região.

Por outro lado, há que se fazer justiça e ressaltar que o uso turístico de lugares, em alguns casos, valoriza e promove positivamente culturas e histórias locais, a exemplo do turismo

na Alemanha realizado a partir do memorial do holocausto em Berlim e através de antigos campos de concentração adaptados à visitação guiada.

Segundo dados fornecidos pela plataforma, nove de cada dez usuários escolhem o *Airbnb* objetivando vivenciar experiências como um morador local, sendo que de outro lado quatro de cada cinco anfitriões ofertam hospedagem na mesma casa onde residem. Esta sinergia entre a oferta e os fatores motivacionais da demanda, atende, em um primeiro momento, os interesses particulares de turistas e de anfitriões, mas será que traz benefícios socioeconômicos de médio e longo prazo para a população local de modo geral na comparação com outros modelos e rumos de desenvolvimento?

*“Nearly 9 of 10 guests choose Airbnb to live a local [...] 4 to 5 hosts share the home in which they live”*²⁶

A questão que se coloca, portanto, ao falar da influência que pode exercer a prática da economia compartilhada em meios de hospedagem nos aspectos negativos e positivos relacionados à culturas locais e usos turísticos, é a delicadeza e tenuidade entre a motivação de estar mais imerso e vivenciar o cotidiano local, e o valor de troca que entra e se estabelece no interior do cotidiano das pessoas frente a esta nova demanda turística.

Considerações finais

A maior atenção dada, ao longo deste artigo, para as possibilidades negativas associadas a prática da economia compartilhada em meios de hospedagem, é proposital e se justifica na medida em que se carece de contrapontos e reflexão

²⁶ About Airbnb Advancing home sharing as a solution. <https://www.airbnb.com/about-airbnb-2/> Acesso em 25/09/2018

crítica acerca deste novo nicho de mercado que cresce dentro da atividade econômica do turismo.

Entretanto, também constata-se ao longo do presente artigo as possibilidades positivas resultantes desta nova prática em hospedagem, propondo-se então para que tenhamos uma análise não maniqueísta acerca do assunto, ou seja, para que possamos reconhecer as possibilidades que possui a economia compartilhada em tornar mais autêntica e satisfatória a experiência de viagem, as possibilidades de diversificação da oferta de serviços e conseqüentemente da demanda e também a possibilidade da geração de emprego e renda. Por outro lado, ao evidenciar e enfatizar as possibilidades da economia compartilhada de intensificar aspectos negativos inerentes ao uso turístico de lugares, o presente artigo visa, acima de tudo, promover uma reflexão crítica e instigar a produção de estudos que possibilitem a maximização de aspectos positivos e a mitigação dos negativos.

Tendo em vista, aos aspectos tanto negativos quanto positivos que podem ser promovidos pelo uso desta nova prática em meios de hospedagem, me parece que um primeiro passo a ser tomado poderia ser a regulamentação da economia compartilhada em meios de hospedagem, pois através desta medida poderíamos assegurar uma concorrência mais leal com o setor tradicional hoteleiro de tal modo a converter a concorrência em complementariedade de serviços, diversificação da oferta e conseqüentemente de diversificação da demanda turística. Desta forma, com a melhor simetria, no que diz respeito, aos direitos e deveres jurídicos, legais e trabalhistas, o principal diferencial de escolha entre as duas possibilidades de hospedagem, salvo a diferenciação natural de preços em função do tipo e qualidade de serviços ofertados, se

daria muito mais em relação a experiência pretendida pelo visitante, do que pela tomada de preço.

Uma vez melhor equacionada a relação de mercado entre o setor tradicional e a economia compartilhada em meios de hospedagem, também seriam minimizados, não resolvidos, os aspectos negativos relacionados a perda de postos de trabalho no setor tradicional da hotelaria, e o fomento da informalidade nos novos postos de trabalho gerados na economia compartilhada. Ou seja, o setor tradicional perde algum mercado de qualquer forma e com isso reduz a quantidade de trabalhadores no setor, mas a geração de emprego e renda é de alguma forma compensada por este novo serviço que diversifica a oferta hoteleira, ainda que o resultado final no que tange ao número de empregados total no setor possa a vir ser negativo.

A regulamentação do setor, também pode ser promotora de estudos e intervenções de planejamento estratégico, que para além do viés do lucro das plataformas digitais de economia compartilhada e dos anfitriões, possam contribuir para a maximização daquilo que mais se espera deste tipo de serviço: uma experiência de viagem mais autêntica. Poder o Estado, com autonomia, gerar estatística e planejar o ordenamento territorial em consonância com a oferta possível de “unidades habitacionais” nos moldes da economia compartilhada pode se tornar uma importante ferramenta para a manutenção e valorização da cultura local e conseqüentemente da experiência do visitante, bem como uma importante ferramenta contra processos especulativos imobiliários inflacionados por uma demanda turística excessiva em determinada localidade.

A partir de um coeficiente mínimo a ser determinado sob a relação entre a população absoluta de cada bairro *versus* o número de ofertas em economia compartilhada de hospedagem, um percentual da carga tributária associada a atividade poderia

ser vinculada a produção de monitoramento sistemático desta atividade, tendo como indicadores, o ticket médio, o perfil do visitante, indicadores qualitativos e quantitativos em relação a oferta, etc. Seria o município o responsável direto por aplicar este recurso.

Pondera-se aqui uma consideração preliminar de que o uso compartilhado em meios de hospedagem, da maneira como esta posto atualmente, beneficia, sobretudo, o turista, pois este tem agora a possibilidade de optar por uma viagem de menor custo e ainda de viver uma experiência mais interessante do ponto de vista de uma relação mais autêntica com o lugar visitado, a partir do momento que pode mais intensamente vivenciar o cotidiano dos moradores locais.

Por outro lado, a economia compartilhada sem qualquer regulamentação e intervenção do Estado, fica à mercê do interesse de uma minoria a lucrar com a atividade em detrimento da possibilidade de fomentar impactos negativos como: o desemprego no setor hoteleiro tradicional; o aumento e a banalização da informalidade e precarização das relações de trabalho no setor; maior pressão sobre equipamentos e serviços públicos em consequência de um possível aumento da demanda turística frente aos preços mais acessíveis a serem praticados com o advento de plataformas como o *Airbnb*; processos de gentrificação em bairros outrora residenciais e que passam a ter os preços de bens e serviços inflacionados por uma crescente exponencial entre oferta e demanda turística por hospedagem.

Assistiríamos, talvez, a concretização de uma relação mais respeitosa e autêntica entre turistas e comunidades locais, bem como um maior protagonismo da população local sobre o uso turístico dos lugares ou; assistiríamos o valor de troca entrar de maneira mais avassaladora naquilo que de mais íntimo ainda se

conservava como valor de uso, o interior do ambiente residencial das famílias e indivíduos.

A ver...

Referências

AIRBNB. *About Airbnb Advancing home sharing as a solution*. Disponível em: <https://www.airbnbcitizen.com/about-airbnb-2/>. Acesso em: 25/09/2018

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS - ABIH. *ABIH Nacional se posiciona contrária à parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina (SOL) com o Airbnb*. Disponível em: <http://abih.com.br/abih-nacional-se-posiciona-contraria-parceria-firmada-entre-secretaria-de-estado-de-turismo-cultura-e-esporte-de-santa-catarina-sol-com-o-airbnb/>. Acesso em: 12/09/2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Geração de empregos está no DNA da hotelaria, diz Ministro*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11385-%E2%80%9Cgera%C3%A7%C3%A3o-de-empregos-est%C3%A1-no-dna-da-hotelaria%E2%80%9D,-diz-ministro.html>. Acesso em: 12/09/2018.

FUNDAÇÃO INSTITUIÇÃO DE PESQUISAS ECONÔMICAS-FIPE. *Análise dos Impactos Socioeconômicos do Airbnb no Brasil*. FIPE, 2017

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Economia do Turismo: análise das*

atividades características do turismo 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Estimativas mensais da ocupação informal no setor turismo para o Brasil, regiões e Estados para o período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006*. Brasília, julho de 2007.

OMT. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. *Global economic impact and issues 2017 world*. WTTC, 2017.

CAPÍTULO 8

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL RELATIVAS AO TURISMO EM PIPA- TIBAU DO SUL/RN

Josemery Alves

Sofia Bento

Márcia Ribeiro

Livia Miranda

Introdução

Nos principais destinos do turismo litorâneo no Rio Grande do Norte, vale mencionar que Natal e Tibau do Sul despontam pela demanda de visitantes. O recorte espacial delimitado para o presente estudo é a praia da Pipa-Tibau do Sul/RN, por considerar que o desenvolvimento do turismo não está condizente com os princípios de sustentabilidade. A escolha do local deve-se também a representatividade turística de Tibau do Sul, notadamente Pipa, perante o cenário estadual, nacional e internacional, sendo reconhecida como uma praia paradisíaca e de belezas exóticas.

No caso proposto, dá-se destaque a proposição de uma autogestão moderada pela comunidade. No entanto, composta por um grupo bastante heterogêneo, envolvendo nativos e forasteiros que compartilham do mesmo espaço e sentem-se pertencentes ao lugar. Foram abordadas questões voltadas às ações coletivas, contribuindo assim, para um desenvolvimento mais próximo dos princípios da sustentabilidade, tendo em vista a necessária fase de reestruturação do destino turístico.

Assim, tem-se como objetivo “compreender as formas de organização social da comunidade da praia da Pipa- Tibau do

Sul/RN, perante a ação coletiva dos recursos de uso comum”. Pautado em tais aspectos, acredita-se que Pipa pode se reinventar no sentido de rejuvenescer diante seu ciclo de vida de destinação turística, buscando ações mais voltadas ao bem-estar da sociedade, preservação das belezas naturais e controle do crescimento desordenado, focado em um equilíbrio mais próximo dos pilares para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, foi possível levantar alguns questionamentos que nortearam a condução da pesquisa: Como a comunidade pode se organizar para conduzir o desenvolvimento do turismo de Pipa de maneira menos impactante? A ação coletiva da comunidade (representada pelas diversas atividades turísticas) poderia ser o caminho para reestruturação do destino turístico?

Governança e autogestão de destinos turísticos

A governança é um aspecto característico da descentralização política no Brasil, visando favorecer a interação entre setor público e sociedade na busca de maior eficiência nas ações. O conceito é mais amplo que governo, pois envolve maior gama de agentes envolvidos, não necessariamente apenas os políticos, como no sistema público. A governança diz respeito à maneira como a gestão e o poder serão atribuídos, envolvendo novas disposições para o planejamento, incluindo os sujeitos sociais, podendo ser representados por associações, comitês e grupos que passaram a ter mais diálogo com o ambiente público.

As transformações são acompanhadas por perspectivas de melhor estruturação dos setores, seja na área pública ou privada, tendo que modificar o modo de agir para se adequar ao contexto social e econômico vigente.

De acordo com Hall (2011), a teoria e a formulação das políticas apresentam uma relação estreita, um elemento

exercendo influência sob o outro. De tal modo, conhecer as bases teóricas e a contextualização da governança torna-se fundamental para o entendimento da teoria. Segundo o autor supracitado, o debate sobre governança está cada vez mais presente nas políticas públicas de turismo e nas questões em torno do planejamento, deste modo, ao tratar da totalidade das concepções teóricas sobre governo, reporta a dois significados: um referente à adaptação do Estado contemporâneo ao ambiente econômico e político, retratando as relações do Estado e dos atores políticos; o segundo entendimento diz respeito ao aspecto conceitual e teórico do Estado na coordenação dos sistemas socioeconômicos, vigorando nesse sentido, as relações de rede e parcerias público-privadas.

A totalidade de regras envolve a capacidade de agir dos atores, bem como, conduzir a responsabilidade pelos atos (NÓBREGA, 2012, p.81). Os processos de governança devem ser previstos como um mecanismo interligado a participação dos diversos atores envolvidos, sendo a política a condutora das ações, mas pautado sobremaneira na visão dos agentes que fazem parte do processo.

Tratando sobre governança, Queiroz e Rastrollo-Horrillo (2015, p.53) dizem que pode ser uma estratégia para o planejamento turístico considerando-a “como um modelo de governo útil para identificar como implementar um exercício efetivo da sustentabilidade nos destinos turísticos.” No atual cenário mundial, pensar em inovações sustentáveis que atrelem planejamento e preservação, torna-se condição primordial para gestão das localidades com potencialidade para desenvolver o turismo. É fato que as ações públicas vinculadas ao turismo tem um peso relevante no processo de fortalecimento e desenvolvimento de destinos turísticos, contribuindo desde a

estruturação, divulgação e comercialização (ALVES e AZEVEDO, 2013).

Contar ainda com a colaboração do mercado e comunidade no planejamento é uma estratégia decisiva ao desenvolvimento e reformulação dos destinos turísticos. Deve-se considerar também que a união de forças irá fomentar e fortalecer os produtos e serviços de maneira geral.

Levando em consideração as características do turista moderno, os gestores precisam estar atentos as novas aspirações e exigências, tendo uma conduta de gestão centrada nos princípios de conservação, preservação e valorização, sejam dos aspectos ambientais, sociais e culturais. Por isso, Cardozo et al. (2016, p.89) defende o “desenvolvimento do turismo a partir do compromisso de organismos públicos, instituições privadas, setores do *trade* e população local de onde se oferece a atividade como uma alternativa econômica e sociocultural.”

Na governança do turismo, a participação dos sujeitos torna-se fundamental, em caso contrário, a implementação das decisões públicas pode culminar em uma aplicação bilateral de técnicas que acabam não surtindo os efeitos esperados. Apesar de ser uma tarefa complexa na visão da administração pública, os gestores devem atentar prioritariamente para ações que considerem o bem comum e as aspirações da população, para em seguida, idealizar a estruturação da localidade como destinação turística (ALVES e AZEVEDO, 2013).

Por isso, Ostrom (2007, p.15181) alerta para o fato de que “infelizmente, a preferência por soluções simples para problemas de governança complexos continua forte.” Arelado a isso, sabe-se que os interesses pessoais e as interferências políticas podem implicar em ineficiência da governança.

Por outro lado, é preciso acreditar que esse é um caminho para a mudança de mentalidade dos atores relacionados ao

desenvolvimento da atividade turística. Pensar no coletivo e estratégias voltadas a sustentabilidade da atividade poderá trazer maiores resultados positivos para gestão dos recursos de uso comum.

Recursos de Uso Comum que tem como sigla original em inglês o termo “*common-pool resource- CPR*” trata-se de algo de acesso livre, de difícil controle pelas características naturais, então, “como consequência do acesso ilimitado, o CPR normalmente sofre elevados níveis de degradação ambiental e uma baixa rentabilidade, o que se denomina problema do CPR.” (CASTILLO e WOODWARD, 2014, p.58).

Blanco (2011) reflete que Ostrom (1990) tratava a produtividade do sistema de recursos como um efeito curvilíneo sobre o processo de autoorganização da comunidade. Pondera ainda que a literatura sobre turismo considera a relação curvilínea para analisar as etapas de desenvolvimento dos destinos turísticos, como exposto por Butler (1980) na apresentação do modelo de ciclo de vida das destinações.

A partir dos princípios de governança de Ostrom (1990) se observa a possibilidade de desenvolver o turismo nas comunidades de forma coletiva e cooperada, com a participação dos indivíduos envolvidos diretamente com a prática turística. Considerando uma gestão e planejamento institucionalizado de modo participativo, proporcionando soluções locais aos conflitos, aumentando a confiança entre os usuários, e propiciando a distribuição dos benefícios do turismo de maneira equilibrada e igualitária para os indivíduos envolvidos nesta prática de ação coletiva (CARDOZO et al., 2016, p.99).

Respaldaado na discussão de vários autores, Blanco (2011, p.41) reflete sobre a superexploração dos recursos de uso

comum para atividade turística, enaltecendo que “à medida que o destino evolui, a demanda por CPR para o turismo aumenta até se tornar suficientemente grande para induzir os agentes a usar excessivamente recursos, gerando resultados claramente subótimos de estagnação da destinação.”

As determinações em torno da autoorganização pode ser um indicativo para promover o turismo, de maneira responsável e integrado, tendo a participação dos usuários interagindo em busca de medidas mais propícias ao desenvolvimento sustentável da atividade. Assim, Wu e Tsai (2016) defendem que as medidas focadas na conservação e regeneração sócio-econômica devem está pautadas, prioritariamente, na capacitação da comunidade, e não vinculadas a anseios relativos ao crescimento do turismo. Isso acaba sendo uma consequência, já que a conscientização da população irá proporcionar caminhos estratégicos na condução do turismo sustentável.

Metodologia

A pesquisa qualitativa permite a utilização de uma série de fontes de dados, podendo explorar o contexto estudado por meio de várias ferramentas de conhecimento.

Deste modo, as técnicas de investigação usadas na pesquisa envolveram: levantamento da amostragem; observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas com moradores (lideranças e empreendedores locais- relacionados com associações/ ONG's e/ou grupos turísticos), visando entender o processo de estruturação dos grupos e como podem se articular de maneira mais planejada com as atividades relacionadas ao turismo.

As visitas *in loco* aconteceram durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa, englobando os anos de 2014 a 2017, possibilitando melhor dimensionamento da investigação e

oportunidade de contato com a realidade local. Destaca-se maior permanência em campo durante os meses de dezembro 2016 a março de 2017, quando foi possível aplicar as técnicas elencadas para coleta de dados primários, tendo como amostragem 20 entrevistados.

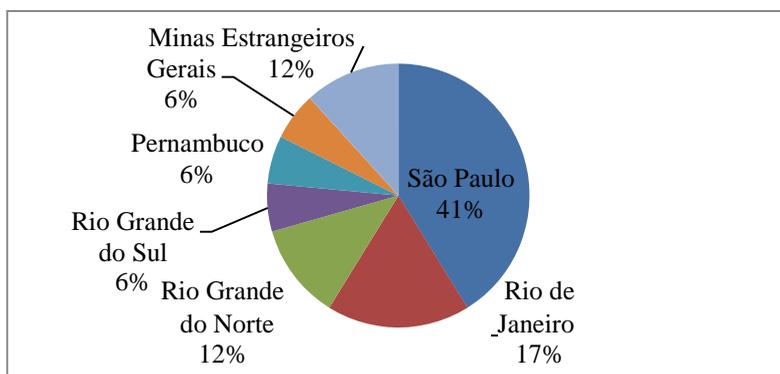
Mantêm-se o anonimato em consonância com as exigências do Comitê de Ética da Pesquisa. Portanto, para os entrevistados, a denominação dá-se pela letra “E”, como prefixo, seguido pela ordem numérica: E1-E20.

Formas de organização social e a atividade turística em Pipa

Junto ao advento do turismo na praia da Pipa, surgem espontaneamente agrupamentos de classes no intuito de fortalecer determinados segmentos e ter uma organização mais estruturada para combater os impactos provenientes do turismo. Associações, núcleos e ONG's são criados e impulsionados, em sua grande maioria, por lideranças, sejam constituídos por nativos e/ou forasteiros. Ao longo da história turística da destinação, percebe-se a influência assídua desses movimentos em luta por causas diversas, no intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade pipense.

Foi possível constatar *in loco* que muitas lideranças e/ou empreendedores envolvidos com associações e ONG's são representados por forasteiros. Isso confirma as informações que muitas pessoas de fora se fixaram em Pipa e se empenharam na tentativa de reverter o cenário de desgaste ambiental/social/cultural provenientes de um turismo predatório. Pode-se destacar que a maioria dos forasteiros investigados tem nacionalidade brasileira, conforme gráfico 1:

Gráfico 1- Naturalidade dos forasteiros



Fonte: Elaboração própria, 2018.

É notório a diversidade geográfica que habita em Pipa. Muitos relatos discorrem sobre a saída da cidade grande em busca de sossego e tranquilidade, mas ao chegar em Pipa acabam querendo atribuir um ritmo semelhante ao que já eram acostumados. Isso pode ser um motivador para os julgamentos dos forasteiros em relação à vida desacelerada que levam os nativos, havendo inclusive, embates quanto a isso.

O fato é que a maioria dos forasteiros investigados na pesquisa, apesar de não terem nascido em Pipa, já vivem na destinação há muitos anos (tabela 1), conseguiram fixar raízes e evidenciam o sentimento de pertencimento ao lugar.

Tabela 1- Anos de moradia em Pipa

Identificação(entrevistados)	Tempo de moradia em Pipa
E1	6 anos
E2	28 anos
E3	8 anos
E4	30 anos
E5	10 anos
E6	17 anos
E8	12 anos
E9	12 anos
E10	19 anos
E11	8 anos
E12	13 anos
E14	15 anos
E15	36 anos
E17	14 anos
E18	18 anos
E19	20 anos
E20	14 anos

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Ao serem questionados sobre os motivos que os fizeram mudar para Pipa, alguns relatos esclarecem os motivos:

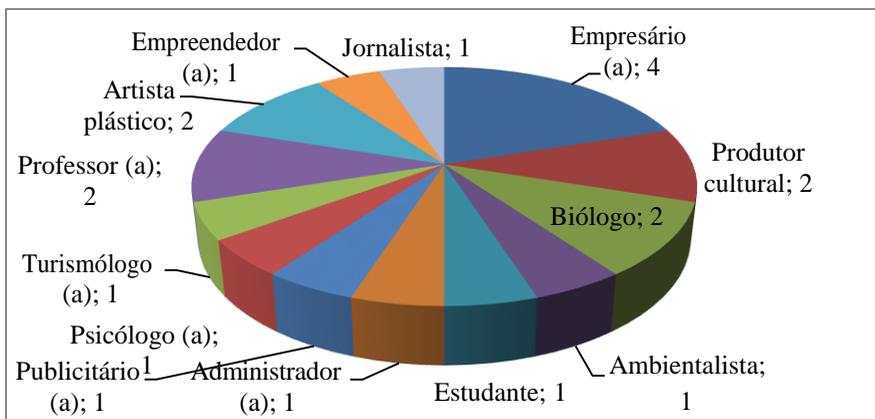
“Eu sempre quis morar em um lugar menor, onde você pudesse interferir, pudesse fazer alguma diferença.”
(Depoimento de E14).

“Substitui a vida atribulada na capital de São Paulo pela tranquilidade e novos horizontes profissionais na praia da Pipa” (Depoimento de E15).

Outro aspecto identificado por E15 é a transição de empresários estrangeiros de diferentes nacionalidades. Ou seja, chegam, passam algum tempo e quando não estão mais lucrando o suficiente, acabam mudando para outros lugares mais atrativos, culminando em uma “onda” passageira. Em virtude dessa porcentagem alta de migração de estrangeiros, as pessoas não sabem se vão ficar e acabam agindo de maneira imediatista, com “desunião”, não pensando no bem coletivo como prioridade.

Em meio a esses imigrantes, encontra-se um número considerável de pessoas que tiveram oportunidade de ter formação superior, apresentam alto nível intelectual e conhecimento de princípios socioambientais, que ao escolherem Pipa como local de moradia, sentem-se inquietos para atuar na preservação e defesa dos recursos naturais e aspectos sociais. Um fato interessante identificado é que muitas das representações são lideradas por pessoas que vieram de outras partes, a grande maioria, com vivência de mundo e capacitação em áreas diversas.

Gráfico 2- Profissão dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2018.

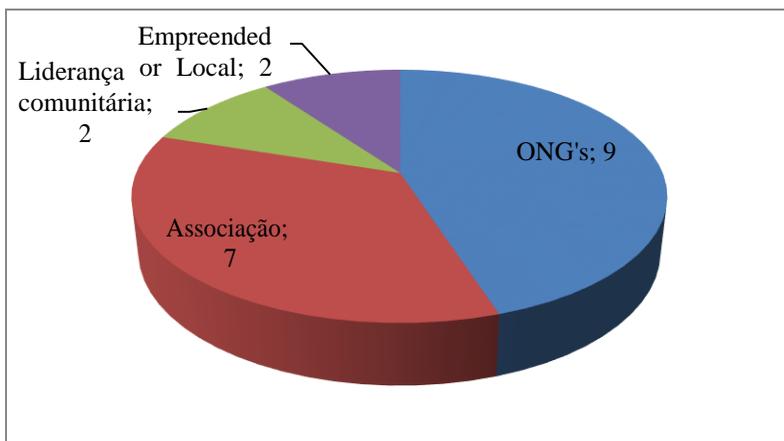
O gráfico demonstra as principais profissões dos investigados, mostrando que a maioria possui ensino superior completo. Conforme constatado em campo, a grande parte das associações e organizações são conduzidas por forasteiros que sinalizam preocupação e interesse em integrar os nativos nas ações gerais.

“Envolver a comunidade local porque tudo bem, a gente é empreendedor e tudo, mas a gente não pode atropelar a população que já viveu aqui.” (Depoimento de E8).

É possível citar as ONG's e associações atuantes no local investigado, combatendo os impactos socioambientais e estruturando determinados segmentos para atuar de maneira mais ordenada diante os desafios da atividade turística. Dessa forma, buscou-se contato direto com essas lideranças para entender o contexto de organização social que se encontra a praia da Pipa. Assim, apresenta-se o quantitativo das ONG's,

associações, lideranças e empreendedores locais que representaram o levantamento de dados:

Gráfico 3- Representação dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2018.

No gráfico, é possível observar que a maioria dos entrevistados pertencem a ONG's ou associações. Os demais se apresentaram como empreendedores locais e lideranças comunitárias. É cabível esclarecer que os moradores entrevistados, independente da representação, tem um histórico de atuação na destinação turística, desempenhando papel importante na comunidade, sendo reconhecidos pelas conquistas ao longo dos anos.

Detectou-se que as lideranças, envolvidas com as associações, ONG's e demais iniciativas locais, mesmo considerados forasteiros, residem na localidade há muitos anos, o que fornecem a essas pessoas o sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo lugar que escolheram para viver.

Durante o período de análise dos dados, constatou-se um forte empenho da comunidade para reativação da associação de moradores, pautados em reivindicações que envolvem o bem-estar e segurança da população local. É válido destacar que em 2000 já houve movimento semelhante, momento em que foi instituído o conselho comunitário.

“A Pipa aqui é um lugar onde as pessoas (os nativos) são muito desconfiadas hoje, já há muito tempo com quem vem de fora né. Então o conselho comunitário era pra eles e para a necessidade da cidade e da população que não tinha nenhuma representação.” (Depoimento de E12).

A pesquisa de campo possibilitou explorar com maior propriedade o destino turístico, conhecendo suas peculiaridades e principais entraves, sendo perceptível a dificuldade de envolver nativos e forasteiros nas mesmas representações, havendo sentimento de desconfiança. Portanto, percebe-se uma distinção nas relações sociais, existindo ainda um distanciamento entre os “locais” e os de “fora”. Chama atenção a dificuldade de interação conjunta dessas pessoas, que apesar de pertencer à mesma comunidade, aparentam atuar como grupo não coeso. Zacarias (2015, p.181-182) faz ponderações nesse sentido, “existindo contextos diferentes de usufruto da experiência turística, é normal que os grupos menos beneficiados (em muitos casos as comunidades residentes) sintam dificuldades em assimilar o desenvolvimento do turismo e a convivência com outros grupos.”

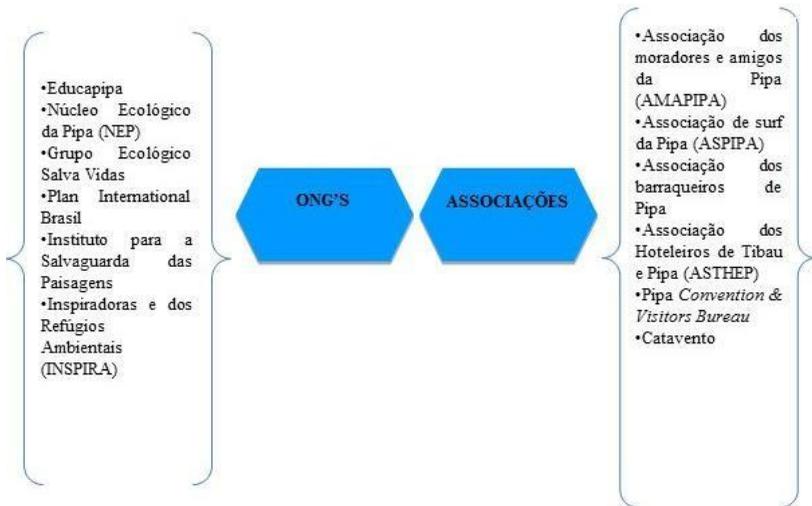
A seguir, serão apresentadas as ONG's e associações atuantes no local investigado, combatendo os impactos socioambientais e estruturando determinados segmentos para

atuar de maneira mais ordenada diante os desafios da atividade turística.

Associações e ONG's atuantes na praia da Pipa

Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar *in loco* as principais representações dispostas no contexto estudado, com destaque para as ONG's e associações com significativa relevância para o destino turístico.

Figura 1- Levantamento das ONG's e associações atuantes na praia da Pipa.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Sabe-se que a atuação de ONG's e associações sempre foi presente no contexto investigado, sendo verificado nos discursos o poder de mobilização e fiscalização dessas entidades, no sentido de preservar o patrimônio natural da praia da Pipa.

Contudo, com a observação *in loco*, percebe-se que fortes lideranças, que já foram muito engajadas e envolvidas com associações e ONG's, passaram por crises de resistência e alguns desistiram de permanecer na luta. A desmotivação foi a principal causa apontada nos relatos dos moradores como justificativa para abandonarem causas que acreditavam.

“É porque a gente também se cansa, sabe! Você luta, luta, luta e nada, mas eu não desisto, eu dou uma esfriadinha.” (Depoimento de E16).

A desarticulação de algumas associações e grupos também se deu pela falta de apoio da própria comunidade local, conforme narrado por alguns entrevistados. A fragilidade, e até rompimento de algumas entidades, pode ser configurado ainda como reflexo do descrédito do setor público em apoiar as propostas e ações dos movimentos, que foram gradativamente induzidos a cessar as lutas, deixando de atuar por julgarem não ter voz ativa diante os interesses dos poderosos.

Isso evidencia que as relações de poder são condutoras para impulsionar conflitos de diferentes magnitudes.

“E pra você ter ideia, eles, quem é de fora, não vou dizer todos, mas chega aqui com autoridade, acham que dinheiro é tudo, quer passar por cima de você...” (Depoimento de E7).

Com o passar dos anos, algumas representações enfraqueceram-se em decorrência da forte influência do setor político e dos seus desmandos, culminando inclusive na desarticulação de ONG's e associações consolidadas. Segundo relatos, houve muitas represarias como é possível constatar nos discursos:

“O núcleo ecológico era, é, e ainda tinha o meu apoio porque o núcleo ecológico veio para juntar, para apoiar todas as pessoas, vinham para a reunião e mostrar como deveria seguir Pipa. Aí foi quando aconteceu o que eu te falei. A influência do capitalismo, as pessoas que não entenderam a posição do núcleo começaram a fazer o efeito contrário. Começaram a pregar que o núcleo ecológico de Pipa veio para prejudicar, para travar o desenvolvimento.” (Depoimento de E13).

A comunidade visivelmente revoltada com o cenário de abandono, criminalidade e destruição do patrimônio natural, por meio do impulso de lideranças, começaram a agir novamente em busca de atitudes mais concretas, não aceitando mais o fato de serem apenas expectadores inertes.

“Eu ainda acredito, eu acredito porque eu busco conhecimento, certo! Foi através dele que eu consegui muita coisa, porque se eu fosse uma pessoa que olhasse desse lado, “ah, os de fora podem, então eu vou fazer isso”, seria ignorante, não, existe a lei, ela tá no papel, tá, mas o direito só é morto para aqueles que morrem.” (Depoimento de E7).

Assim, o ano de 2017 é considerado como um marco importante. Destaca-se o impulso de pessoas que voltaram a confiar que a luta é viável e começam a atuar de maneira mais organizada e estruturada, com a reativação de ONGs e associações enfraquecidas. As novas manifestações são majoritariamente conduzidas por atores jovens que se mostram entusiasmados, além das demais lideranças que nunca desistiram de agir a frente das suas representações. Portanto, o sentimento de desistência e abandono foi convertido em decorrência do ressurgimento e fortalecimento de associações e ONG's, além

da criação de outras entidades, sendo evidenciado, em campo, o empenho de novas lideranças que ascenderam à posição de impulsionadores para reconstituição de grupos que estavam desarticulados.

“Eu acho que estamos indo, porque há 5 anos atrás não tinha tudo isso, ou eu não conhecia porque não estava muito envolvida, comecei a me envolver do ano passado para cá.” (Depoimento de E1).

“Porque a gente também já cansou de bater e bater quem sabe na mesma tecla e às vezes até parecer como chato, entendeu?! Acho que tá na hora desse pessoal mais novo também tomar atitude porque eles são mais responsáveis e são quem mais tão sofrendo isso, que vão sofrer né.” (Depoimento de E10).

Sempre houve um sentimento muito forte de pertencimento e identidade, no sentido de preservar o que consideram como propriedades naturais do lugar, tais como: dunas, falésias, chapadões, vegetação nativa. Talvez por isso, sempre tiveram o hábito de fiscalizar e cuidar com afinco do seu patrimônio, e em decorrência da falta de confiança e ineficácia dos órgãos públicos, em várias situações, já agiram de maneira autônoma, em forma de mutirão, para combater injustiças e salvaguardar os recursos ambientais.

A própria manutenção de uma reserva de vegetação nativa, o atual Santuário ecológico, só se tornou possível devido o pensamento revolucionário e comprometido de um forasteiro que vislumbrou há muitos anos a riqueza ecológica daquele espaço. Desde então, vem atuando assiduamente na conservação e manutenção desse patrimônio para a humanidade, transformando-o em área de preservação ambiental.

“É o seguinte, o pessoal em si nativo, local, que já estão aqui há muitos anos, são leigos, não vou dizer todos, mas o meu povo que eu falo assim, que eu conheço, que é nativo e tudo, eles não tem muito conhecimento, formal. Eles são muito revoltados! com tudo, porque há um paradigma entre quem chegou aqui, o empresário, que não é daqui- que construiu, com o nativo- com o local.” (Depoimento de E7).

É notório que muitos forasteiros chegaram a Pipa vislumbrando oportunidade de negócios, e infelizmente, agiram sem respeito e falta de princípios sociais e ambientais. Isso pode ter deixado resquícios fortes que levaram os nativos, por muito tempo, a apresentar resistência e falta de confiança nesses novos moradores que dividem o mesmo espaço.

O discurso de E12 confirma que já houve tentativas de envolver os nativos junto aos cargos das representações (tesouraria, secretaria, presidência), mas não foi um processo fácil, considerando que mesmo tendo consciência da importância do movimento, eram leigos e não tinham habilidades básicas que permitissem desenvolver o trabalho burocrático, não tinham noção do que era aquilo, por isso, foi tão difícil integrá-los. No entanto, reconhecem que pode haver uma troca e disseminação do conhecimento, já que a maioria dos *outsiders* que estão em Pipa tem grande vivência de mundo, além de serem portadores de habilidades que podem ser compartilhadas.

“A ideia é basicamente essa, mas em todas as áreas, pode ser educação, saúde, arte, esporte, enfim, tudo, porque temos gente qualificada para atuar em todas as áreas, às vezes precisa do lugar e das pessoas. Várias pessoas fariam muita coisa de graça, só precisa ter acesso às pessoas que estão precisando.” (Depoimento de E14).

As ONG's foram inicialmente fundadas em Pipa com o direcionamento de combater irregularidades ambientais e proporcionar ações de cunho social, educacional e cultural para a população. Há destaque significativo para o Núcleo Ecológico da Pipa (NEP), pelo reconhecido desempenho ao longo dos anos, com atuação a frente de causas importantes, sendo responsável por movimentos que lutaram bravamente pela preservação de áreas naturais. O núcleo é atuante desde o ano de 1998, e foi idealizado pensando na sustentabilidade do destino turístico. O NEP sempre foi vigilante em relação às irregularidades que implicavam danos ao meio ambiente, com denúncias ao Ministério Público, IDEMA e IBAMA. Todavia, o grupo sempre foi alvo de ameaças, por combaterem ilegalidades do setor privado, notadamente empresários estrangeiros que ameaçavam a integridade ambiental para construção de grandes projetos turísticos.

“Já não quer mais aparecer, ficou todo mundo com medo, porque vieram especuladores grandes, pessoas grandes, italianos, espanhóis, portugueses, com muito dinheiro e muito ódio, e essas pessoas não brincam né?!” (Depoimento de E20).

O discurso remete ao poder intimidador dos grandes poderosos sobre os membros de ONG's, principalmente de cunho ambiental, pois acabavam sendo tratados como empecilhos para os grandes planos empresariais. Junto ao desbravamento de Pipa, chegou também capital estrangeiro, dispostos a burlar qualquer tipo de lei para impor o modelo de crescimento vinculado à exploração de belezas naturais. Nesse sentido, os ambientalistas foram fundamentais no combate contra os grandes investidores.

A associação educacional comunitária do município de Tibau do Sul- EDUCAPIPA, também tem uma reconhecida atuação. É uma entidade sem fins lucrativos, voltada as questões educacionais e culturais, com apoio a eventos, projetos sociais e esportivos. Ao longo dos 12 anos de fundação, tem representado a população nativa em vários conselhos, envolvimento com ações de capacitação, projetos voltados ao estímulo de práticas esportivas como alternativa para jovens talentos, além dos trabalhos sociais. A EDUCAPIPA estimula os aspectos tradicionais da comunidade, com ações destinadas a fortalecimento da gastronomia como elemento de atração de visitantes e segmentação turística do destino.

Outra ONG investigada é o Grupo Ecológico Salva Vidas, com performance voltada aos aspectos de preservação do meio ambiente e o bioma da Mata Atlântica, sua fauna e flora, defendendo os interesses da comunidade. Tem destaque na atuação junto ao Ministério Público, no sentido de combater injustiças e impedir irregularidades.

A *Plan International* Brasil é uma organização não-governamental voltada a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com combate a exploração de jovens em situação de vulnerabilidade. Em Tibau do Sul, a ONG atua com combate sexual, exploração infantil, capacitações de jovens, mobilização e sensibilização do *trade* turístico para o controle de situações de exploração. É necessário esclarecer que Pipa não tem sido alvo direto de turismo sexual, mas há várias situações adversas que justificam a preocupação da ONG, tais como o assédio de jovens nativos aos turistas, cultivando a esperança de relacionamentos amorosos com estrangeiros que possam proporcionar uma vida melhor.

“O problema daqui eu acho que tá muito mais numa consciência do gringo príncipe encantado, relações de poder bem estabelecidas, homem e mulher, rico ou pobre, gringo e brasileiro, bem específico, aonde os nativos estão sempre no lugar de desprivilegiado. Então acho que é uma questão muito mais de trabalhar auto-estima, empoderamento, conscientização do próprio nativo.” (Depoimento E11).

Há casos de famílias que induzem seus filhos a se relacionarem com estrangeiros na expectativa de obterem lucros financeiros, deixando de lado questões fundamentais que precisam ser trabalhadas no contexto de sociedade. Dessa forma, a *Plan* estabelece um papel importante na destinação turística.

O Instituto para a Salvaguarda das Paisagens Inspiradoras e dos Refúgios Ambientais (INSPIRA) é responsável pela manutenção e preservação de uma importante reserva de Mata Atlântica, o Santuário Ecológico da Pipa. Em decorrência da iniciativa privada de um ativista, esse recorte espacial foi transformado em Reserva Particular, com manutenção e preservação de importantes espécies nativas. O Santuário é aberto à visitação e oferece uma programação diversificada, proporcionando aos moradores e turistas possibilidades de conhecer essa importante reserva natural.

“Aquela área privilegiada ainda resiste ao desenvolvimento desordenado de Pipa porque logo no início do desbravamento do destino o atual proprietário conseguiu adquirir o empreendimento e fez questão de manter o mais intacto possível, com o mínimo de impacto e conservação das características

naturais, mantendo a flora e fauna do lugar.”
(Depoimento de E5).

No contexto em estudo, percebe-se a existência de vários agrupamentos de classe, buscando consolidação por meio de associações para reivindicarem aspirações de cada categoria. Pode-se citar a AMAPIPA, catavento, ASTHEP, *Pipa Convention & Visitors Bureau*, associação de *surf* e dos barraqueiros, sendo todos alvos de investigação na pesquisa.

Dentre as associações, destaca-se o trabalho desempenhado pela AMAPIPA, fundada em 2005 e reativada no ano de 2017, depois de um longo período de desarticulação. A retomada da associação se deu em um momento que a população se voltou aos problemas básicos, tais como insegurança, sendo uma das causas impulsionadoras para o grupo ser reerguido.

“Tem que sanar alguns problemas como de segurança, ajudar, na verdade, porque nossa obrigação é ajudar, isso é um dever do estado e do município, mas como empresários e geradores de emprego temos o dever também de colaborar e como a gente tá unido agora, estamos nos unindo mais, priorizamos a parte da segurança pública.” (Depoimento de E3).

A articulação de resgate da AMAPIPA começou devido à busca por instrumentos de negociação na tentativa de agir contra a insegurança do município, que tem atingido diretamente os estabelecimentos privados. A associação é composta majoritariamente por empresários, no qual se preocupam em estender a vida útil da localidade, fomentar novas ações. No discurso, percebe-se interesse em mudar o perfil do público frequentador de Pipa, já que o turismo de massa tem dominado e

deixado impactos maléficos nas dimensões sociais e ambientais. Em reunião com os membros do AMAPIPA, esse debate foi reestabelecido, demonstrando insatisfação e conflito com o poder público, mas não querem ser inconsequentes na oposição, por isso, a tentativa de junção de forças no intuito de melhorar a qualidade da destinação turística.

“Em Pipa não tem índio, todo mundo só quer ser cacique”, diz um amigo meu. Assim, as associações não tem vida fácil e, geralmente, curta. A comunidade, às vezes, se une para manifestar algum descontento geral (falta de segurança, principalmente), mas são ações esporádicas. Atualmente, alguns empresários reativaram a associação AMAPIPA.” (Depoimento de E9).

Muitos nativos relatam receio em relação aos reais interesses da AMAPIPA, alegando que anteriormente tinha uma atuação focada em aspirações do setor privado em detrimento do bem da comunidade como um todo, mais interessados na busca de representativa para defender causas próprias e do mercado. Talvez por tal convicção, os nativos mostram-se desacreditados para se unirem a associação:

“É isso que eu digo, depende desse caminhar pra mim me associar.” (Depoimento de E4).

“Sobre as associações, diz que as empresas não entendem bem a função, o que é priorizado é a mentalidade pequena dos hoteleiros em busca de coisas menores, que estejam associados aos benefícios próprios.” (Depoimento de E15).

Um dos objetivos discutidos pelos associados é fomentar estratégias para aumentar o número de sócios, e assim, ter

recursos em caixa para as iniciativas planejadas e fortalecimento da AMAPIPA. Para se tornar sólido, é interessante que a associação seja de fato representativa do setor privado e da sociedade, sendo debatido em reunião a possibilidade de parcela dos membros ser preenchida por nativos, trocando mensalidade por mão-de-obra (serviço), sendo um caminho para integrar outras pessoas.

“O mais viável era que todos se unissem além de ter essas associações individuais que se formassem uma só.”
(Depoimento de E13).

Remetendo a preocupação das várias associações trabalharem por interesses próprios, vinculados apenas a uma categoria, quando na verdade, deveriam pensar em algo maior, uma junção de forças para atuação e reivindicação mais generalizada.

A associação de *surf* também tem um notório trabalho social com a população nativa de Pipa, sendo liderados por nativos que se preocupam com as demandas ambientais do entorno. Tal associação, além das causas ambientais, preocupa-se com as questões que atingem os nativos mais humildes, e sempre que possível, idealizam ações focadas no bem-estar da população. É notável o papel do grupo na conservação das praias, com ações de limpeza e proteção de áreas naturais.

Outras associações atuantes no contexto do turismo em Pipa é a dos barraqueiros e dos Hoteleiros de Tibau e Pipa (ASTHEP). A associação dos barraqueiros é constituída por representantes das barracas localizadas na praia do centro. Diante o cenário de informalidade e ocupação desordenada de ambulantes nas praias, o grupo que apresenta legalização de funcionamento das barracas atua no combate às irregularidades e por melhores condições para o serviço prestado aos turistas. Já

a associação dos Hoteleiros de Tibau e Pipa, é uma representação para defender os anseios dos empresários dos meios de hospedagem. O grupo tem atuação em busca de interesses da categoria, unindo forças para proteger direitos da classe.

Ao ser debatido sobre a existência de grupos e associações, alguns entrevistados relatam que as poucas existentes, como *Convention Bureau* e ASTHEP estão enfraquecidas, e muitas associações são criadas em momentos de turbulência, mas não conseguem permanecer ativas. O *Pipa Convention & Visitors Bureau*, por exemplo, trata-se de outra associação privada presente no contexto investigado. Encontra-se ativo desde 2012, porém, com baixa representatividade diante o cenário de eventos locais.

Apesar do exposto, também se verifica *in loco* a criação de cooptações envolvidas com causas mais amplas e interesses coletivos. Diante as inquietações para mudar o cenário disposto, percebe-se a consolidação de outras iniciativas, como a fundação da associação Catavento. Surgiu com o direcionamento de agir em áreas diversas, englobando esporte, cultura, educação, saúde, arte e esporte, pois contam com uma quantidade significativa de colaboradores com habilidades diversas, precisando ter mais acesso as pessoas e suas aspirações imediatas para fornecerem estímulos direcionados. A maioria dos membros da Catavento é composta por forasteiros, e tem foco de atuação voltada para todos os públicos, com especial atenção as demandas dos nativos, no intuito de contribuir com formação e ensinamentos para a comunidade.

“Tem uma associação Catavento que começou agora, tem uma perspectiva que é juntando vários empresários, várias pessoas que tão tentando se unir assim pra dizer: “vamos fazer uma coisa”, mas também não tá sendo feito

que ainda estão “como? O que?” As demandas são tão grande que como é que entra num consenso do que fazer?!” (Depoimento de E11).

De fato, as ONG's e associações da praia da Pipa carregam em seu histórico de atuação muitas conquistas e lutas incessantes pela sustentabilidade da destinação turística. Concomitante, outros projetos também desempenham papel de cunho ambiental, social, cultural e educacional, contribuindo com iniciativas coletivas.

Considerações finais

A identificação dos principais impactos sociais e ambientais que envolvem o destino dão sustentação para compreender a situação atual e auxiliou na reflexão sobre a forma que os bens de uso comum estão sendo utilizados em Pipa, percebendo a necessidade de entender como se dá a organização dos grupos diante a articulação para a atividade turística.

Maior integração dos grupos em busca de uma causa em comum e plano de atuação condizente com a realidade local podem ser alternativas para combater os impactos do turismo, desde que priorize o desenvolvimento endógeno, proporcione condições de manutenção da atividade e prioritariamente, pensem em estratégias que visem o respeito aos limites da natureza. Detectou-se que as formas de organização social evidenciam que a comunidade demonstra capacidade para participar ativamente da reestruturação do destino, com poder de articulação para gestão dos recursos de uso comum.

Por muitos anos, o destino enfrentou desânimo na manutenção de associações, ONG's e grupos ativos em prol da sociedade e dos recursos naturais. Cenário que tem mudado e

adquirido força notável nos últimos meses, podendo ser constatado, principalmente, pela reativação e empenho de ONG's de significativa importância histórica na localidade, tais como o "Núcleo Ecológico de Pipa" e o "EDUCAPIPA", resgate da "AMAPIPA", além da implantação de novas associações como a "Catavento". Outro impasse que precisa ser superado para adoção das medidas propostas, trata-se da atuação conjunta do grupo relativo aos moradores, integrando nativos e forasteiros na mesma base de atuação.

É visível o trabalho insistente voltado aos aspectos sociais, como os projetos da associação do surf, grupo voluntário de resgate ao lazer e educação de crianças e jovens, além dos grupos voltados a preservação do meio ambiente, com destaque para o Santuário Ecológico de Pipa e Projeto TAMAR.

Referências

ALEIXO, Danilo de Oliveira; HOLANDA, Lucyanno Moreira Cardoso de; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. *A governança regional em turismo: uma análise do processo de implantação no município do Conde-PB. Gestão estratégica: inovação colaborativa e competitividade*. In: Congresso Internacional de Administração. Ponta Grossa/PR. 2011.

ALVES, Josemery Araújo; AZEVEDO, Francisco Fransualdo. O poder público e suas ações correlacionadas ao turismo no município de Caicó/RN. *Turismo: Estudos & Práticas* (RTEP/UERN), Mossoró/RN, v. 2, n.1, jan./jun. 2013.

BLANCO, Esther. A social-ecological approach to voluntary environmental initiatives: the case of nature-based tourism. *Policy Sciences*, 44, p.35–52, 2011. DOI 10.1007/s11077-010-9121-3

BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-12, 1980.

CARDOZO, Poliana; FERNANDES, Diogo; SOARES, Joélcio; HOLM, Carla. Cooperación y participación en el proceso de planificación y desarrollo turístico: Un estudio de caso en comunidades étnico-rurales en el estado de Paraná – Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Documentos Especiales, v. 25, pp. 88 – 109, 2016.

CASTILLO, Sergio Colin; WOODWARD Richard T. Propuesta metodológica para medir el potencial de autogobierno. *Análisis Económico*, v. XXIX, n. 70. 2014.

HALL, Michael C. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of sustainable tourism*. v. 19, p.437-457. 2011.

NÓBREGA, Wilker Ricardo Mendonça. *Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará*. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Colletive Action*. New York (The Political Economy of Institutions and Decisions): Cambridge University Press, New York, 1990.

_____. A diagnostic approach for going beyond panaceas. *PNAS*, v. 104, n. 39, p. 15181–15187, 2007.

_____. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, 325, p.419–422, 2009.

QUEIROZ, Françoise; RASTROLLO-HORRILLO, María-Ángeles. El estado del arte engobernanza de destinos turísticos. *Tourism & Management Studies*, Faro, Portugal, v.11, n.2, p.47-55, 2015.

WU, Chia-Chi; TSAI, Huei-Min. Capacity building for tourism development in a nested social-ecological system- a case study of the South Penghu Archipelago Marine National Park, Taiwan. *Ocean & Coastal Management*, 123, p. 66-73, 2016.

ZACARIAS, Daniel Augusta. Turismo em áreas balneares: uma análise da interação entre residentes e visitantes na Praia do Tofo, Moçambique. *Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 15(2), p. 179-191, 2015.

CAPÍTULO 9

¿ES FACTIBLE REPETIR EL MODELO DEL CAMINO DE SANTIAGO EN MÉXICO? LA RUTA CRISTERA Y LA RUTA DEL PEREGRINO

Rogelio Martínez Cárdenas

María del Carmen Mínguez García

Introducción

El turismo es una de las industrias más importantes a nivel global; de acuerdo a los datos publicados para el año 2016 por la Organización Mundial de Turismo generó el 10% del Producto Interno Bruto mundial y uno de cada diez empleos (OMT, 2017). Su importancia social y económica hace que cada vez más espacios apuesten por ella, entendida como motor de desarrollo (Barroso y Flores, 2006). En este proceso el marketing turístico juega un papel esencial y considera que los desplazamientos tienen una motivación multivariada (Ryan 1991) que resulta clave para alcanzar el éxito en la creación, promoción, difusión, gestión y posicionamiento de marcas, productos y destinos turísticos, en un mercado competitivo. Así, en las últimas décadas se produce una lucha por la incorporación en el mercado de los destinos turístico y por la supervivencia que, de acuerdo con la teoría del ciclo de vida, han de adaptarse a las nuevas motivaciones del mercado, mediante la diversificación de su oferta y reforzando la promoción.

Las estrategias de marketing utilizadas por cada país varían en función de los intereses y los mercados meta que se están buscando, siendo frecuente el uso del patrimonio natural y cultural, el paisaje o el clima, (Jang et al. 2007; Wu, Song y

Shen 2017; Herrero-Prieto y Gómez-Vega 2017). Como resultado se forjan macro mercados bajo una marca país y micro mercados, a nivel regional o municipal, en función del potencial de atracción con que se cuente. Así, las marcas turísticas se enfocan a un nicho de consumidores o a una mezcla de ellos, con intereses que pueden llegar a ser muy diversos (Eusébio et al. 2017; Park y Pan 2017; Cho, Bonn y Brymer 2017). Todo esto ha permitido que la oferta turística se incremente y se generen nuevos destinos.

Paralelamente, la tendencia neoliberal de la economía ha incorporado al mercado turístico una serie de elementos que hasta hace poco no se concebían como mercancías (Casani, Rodríguez-Pomeda y Sánchez 2012). Este es el caso de la historia, las fiestas populares, las tradiciones, la gastronomía o la religión (Timothy y Olsen 2006; Cohen 1998, 1984; Wallace 1998; El-Gohary 2017; Hung et al. 2017; Shinde 2017; Alipour, Olya y Forouzan 2017) han creado productos basados en los significados de cada lugar. Los viajes por motivos religiosos han generado una actividad económica de carácter comercial tradicional, pero nunca hasta ahora se había concebido la experiencia de fe como un producto comercializable (Rubens y Jardimino 2006; De Albuquerque Maranhão Filho 2012). En las últimas décadas se han creado numerosos productos turísticos de base religiosa que han aprovechado como sustrato el deseo de participar en experiencias místicas, así como por conocer y disfrutar de los elementos vinculados a la religión. Esta tendencia invita a reflexionar sobre el uso de la religión y de su patrimonio, como elementos clave en la creación de nuevos productos turísticos, con el fin de impulsar las economías locales en espacios marcados por la crisis y la expulsión de población local. Para ello se revisan las rutas turísticas de base religiosa creadas en el Estado de Jalisco, México, reflexionando

sobre los modelos implantados desde la administración con el fin de dinamizar económicamente unos territorios deprimidos y de larga tradición emigratoria.

Turismo religioso segmento de mercado en auge

Actualmente, hablar de turismo religioso es más que referirse a la peregrinación como lo hizo Morinis en su ya clásica tipificación de 1992. Hoy los desplazamientos asociados a la religión, además de ser motivados por la fe, tienen una componente cultural que les permite acercarse al patrimonio material e inmaterial que poseen cada territorio, producto de las religiones que en él se han consolidado. De esta manera han surgido segmentos de turismo religioso claramente diferenciados (Olsen, 2013).

Uno de los países que mejor ha aprovechado sus recursos culturales vinculados a la religión para convertirlos en recursos turísticos ha sido España. De acuerdo con un estudio realizado por la consultora KPMG en 2014, sus bienes religiosos, considerados de interés cultural, generaron 22.620 millones de euros, lo que significó un 2,17% del PIB nacional y 225.300 empleos, siendo el 71% empleos directos (Conferencia Episcopal Española, 2016). En este país, el éxito del turismo religioso se ha basado en un conocimiento del mercado por parte de quienes han diseñado las estrategias para la creación de diversos productos y su comercialización, como sucede con el Camino de Santiago, la Mezquita Catedral de Córdoba o la Semana Santa en Sevilla, entre otros.

La experiencia religiosa deja de ser concebida como algo íntimo y se convierte en una manifestación público-cultural capaz de ser incorporada a los circuitos de comercialización de bienes y productos. Además, es puesta a disposición de consumidores con intereses y motivaciones muy diversas,

generando un mercado muy atractivo por el volumen y la variedad de productos que se ofrecen (festivales, visitas papales, jornadas mundiales, retiros espirituales, museos, etc.). Uno de los más frecuentes son las rutas, muchas de las cuales aprovechan senderos tradicionales de peregrinación y en las que la componente territorial favorece una experiencia más completa y diversificada, al tiempo que posibilita una mejor recuperación del patrimonio (Pistocchi y Zabbini, 2009; Capel, 2005) y del desarrollo económico de una región, evitando la concentración de los beneficios en destinos puntuales (Briedenhann y Wickens, 2004; López et al, 2006; Maak, 2009).

A diferencia de lo que sucede con otros productos turísticos, la comercialización de la ruta tradicional de peregrinación se enfrenta un doble reto: mantener la devoción, evitando su banalización y hacer que sea atractiva para aquellos turistas que carecen de intencionalidad mística.

En oposición al peregrino, cuyo interés primordial es llegar al santuario, meta final de su caminar; el turista recorre la ruta buscando una sensación placera, generando una experiencia gozosa, por lo que no se trata de algo espontáneo sino del resultado del correcto diseño del producto y de la adecuada conjunción de actores que intervienen buscando un mismo objetivo (Navalón, 2014; Pulido, 2006).

Actualmente, se ofertan multitud de rutas turístico-religiosas en el mundo, con un grado de éxito variable, según el número de viajeros, entre las que destacan: Shingon Buddhism (Japón), Croagh Patrick (Irlanda del Norte), el camino de Abraham o Masar Ibrahim (Oriente Medio). La más conocida y estudiada es el Camino de Santiago (Pack 2010; Cànoves y Blanco, 2011; Lois, Santos-Solla y Taboada-de-Zuñiga 2014; Carbone et al. 2016, entre otros), siendo un referente de éxito a nivel internacional, por lo que su modelo ha querido ser

implementado en diferentes espacios dando lugar a la Ruta Francigenia²⁷, creada por el Consejo de Europa en 1994, o la Vía de Francisco²⁸. Como estas dos muestras existen muchos más intentos en diferentes países de reproducir el éxito del Camino de Santiago, este es el caso de las rutas mexicanas analizadas en este texto, pero hasta el día de hoy ninguna lo ha alcanzado, como se verá en este texto. Entonces ¿por qué querer aplicar el modelo de Santiago? y ¿cómo se replica? Comenzando por la segunda pregunta, se observa que existe un denominador común que es que se tratan de rutas de peregrinación, sin ser esto garantía del éxito exportable. La extrapolación del modelo en el que se ofertan servicios parecidos en realidades territoriales y sociales diferentes, muestra que no es un modelo replicable si se limita sólo a la imitación de infraestructura de la ruta. El éxito del Camino de Santiago no ha sido espontáneo y consecuencia tan solo del atractivo de la temática o de la fe de los peregrinos, sino el fruto de una serie de sinergias y estrategias políticas (López, Lois y Fernández 2017; Lois y López 2012; Guzmán et al. 2010).

Respecto a la primera de las preguntas ¿por qué se hace? Parece que la respuesta radica en la necesidad de incrementar la competencia turística a diferentes escalas (internacional, nacional y regional). Esta es consecuencia de que tras la aparición de un segmento de *low cost* y el boom experimentado por el turismo (Valls 2004; Rey, Myro y Galera 2011), se ha generado una presión importante sobre los mercados turísticos tradicionales. Lo que supone el surgimiento de nuevos espacios y obliga a los destinos a ser cada vez más creativos y competitivos en los productos que incorporan en el mercado.

²⁷ <http://www.viefrancigene.org/es/#>

²⁸ <http://www.viadifrancesco.it/es/>

Aun cuando Porter (1990) no estudia el mercado turístico, su modelo ha sido utilizado para explicar esta industria (Fayos-Solá 1994; Zancudo G. y Alvarez 1997). Concretamente, Ritchie y Crouch (2010) desarrollan el primer modelo de competitividad para destinos turísticos, donde afirman que cualquier destino debe poner énfasis en sus ventajas comparativas y competitivas. Las primeras se refieren a todo aquello que puede ser motivo de atracción para los turistas, mientras que las segundas surgen de la eficiencia y eficacia con que se hace uso de todos esos recursos. De esta manera, al pretender repetir el modelo Camino de Santiago, se es consciente que existe una diferencia natural en la dotación de recursos entre ambas rutas (ventajas comparativas); la apuesta está en ser más competitivo en el uso de los recursos y de esta manera generar el interés en el mercado potencial de consumidores que se busca atraer (ventajas competitivas).

Objetivos y metodología

Se parte de la idea de que existe una fuerte competencia entre destinos lo que ha motivado la creación de una nueva oferta turística más diversificada, por lo que los recursos de carácter cultural son utilizados como elementos para crear productos turísticos, que permitan desarrollar destinos y competir entre ellos. Aun cuando el valor patrimonial (natural o creado) es la base del atractivo turístico, el éxito del producto no radica solo en él, sino que depende de la conjunción de actores, productos y servicios que se agregan generando un soporte que permite potenciar la puesta en valor del patrimonio.

Los objetivos de la investigación son: 1. analizar la política de innovación turística mexicana a través del estudio de la Ruta Cristera y la Ruta del Peregrino; 2. examinar los diferentes componentes de las rutas seleccionadas en clave

turística y 3. evaluar las rutas como productos turísticos, a partir de Facebook e Instagram.

Para dar respuesta a estos ítems se ha realizado una investigación que ha requerido del análisis de la documentación ofrecida por las instituciones, como son los anuarios estadísticos publicados por la Secretaría de Turismo de Jalisco creados a partir de las cuentas satélite de Turismo, los proyectos de las rutas y diferentes convocatorias del proyecto PRODERMÁGICO. Se hace una reflexión de los avances con relación al primer estudio sobre turismo religioso de 2008 que realizó la Secretaría de Turismo. Por último, se ha realizado un análisis cuantitativo y cualitativo de las referencias que se hacen a estas rutas en Instagram, mediante la descarga de las imágenes a través de su API. Se ha elegido esta Red Social por ser abierta y por presentar una gran actividad, tanto institucional como entre los usuarios (peregrinos y turistas).

Estrategia de diversificación turística de México

El potencial turístico de México ha hecho que se ubique desde hace varios años entre los principales países receptores de turistas, llegando en 2016 a ocupar la octava posición a nivel mundial, con un total de 35,1 millones de visitantes (OMT, 2017). Según el Instituto Nacional de Estadística el turismo aportó el 8,7% del PIB nacional, lo que le coloca entre las actividades económicas más importantes del país.

Pese a la inexistencia de una política de promoción a largo plazo (Propín y Sánchez, 2003) la intervención del Gobierno en materia de turismo ha resultado esencial, siendo especialmente destacable, dentro de la Política Turística Nacional, el Programa de Desarrollo de Centros Turísticos Integrales llevado a cabo por el Fondo Nacional de Fomento al Turismo (FONATUR). Sus actuaciones, desarrolladas a mediados de los años setenta

del siglo XX, presentaban una doble finalidad: ordenar e impulsar el crecimiento turístico de lugares de tradición turística como Ciudad de México, Guadalajara, Monterrey, Acapulco y Veracruz (De Sicilia, 2000 y Propín y Sánchez, 2003) y crear los llamados “Centros Integralmente Planeados” (CIP). Estos consistían en ciudades turísticas construidas sin una base previa (CEPAL, 2004) que fueron concebidas sobre cinco aspectos: a) generación de empleo vía la actividad turística, b) desarrollo regional mediante un efecto multiplicador en actividades de soporte para el turismo, c) descentralización de la actividad económica al propiciar nuevos espacios generadores de empleo y demandantes de servicios, d) preservación de la soberanía e integridad de áreas del territorio nacional, e) captación de divisas (García Villa 1992). Así, se diseñaron cinco destinos: Cancún, Ixtapa-Zihuatanejo, Bahías de Huatulco, Los Cabos y Loreto, todos ellos ubicados en las costas del Pacífico y del Caribe.

Estos centros vacacionales más Acapulco, Veracruz y Puerto Vallarta han posicionado a México como un referente internacional en segmento de sol y playa, unido al turismo cultural, gracias a las diez ciudades incluidas en la Lista de Patrimonio de la Humanidad de la UNESCO²⁹ y a las más de 180 zonas arqueológicas abiertas al público.

Con la intención de promover el turismo interno, la Secretaría de Turismo creó en 2001 la marca Pueblos Mágicos, para reconocer la peculiaridad de ciertas poblaciones y motivar su conservación. A pesar de las críticas que ha recibido este programa por su ambigüedad conceptual, países como El

²⁹ Ciudad de México (1987), Oaxaca (1987), Puebla (1987), Guanajuato (1988), Morelia (1991), Zacatecas (1993), Querétaro (1996), Campeche (2020) y San Miguel de Allende (2008).

Salvador, Ecuador, Perú, Colombia y Chile han solicitado apoyo a SECTUR para replicar el programa en sus territorios.

A fines de la primera década de este siglo México se enfrentó una crisis turística debida a la recesión económica global y a la problemática interna de seguridad, que generó una imagen poco deseable para el turismo. Esto hizo que retrocediera en el ranking de destinos a nivel mundial, lo que le obligó a replantearse su estrategia acerca de este sector. En este contexto surge el Programa sectorial de turismo 2013-2018 (PROSECTUR) cuya esencia es elevar la competitividad del turismo en México y reconoce que el turismo de sol y playa empieza a mostrar señales de agotamiento, por lo que se volvió una necesidad el desarrollo de nuevos productos turísticos vinculados a la cultura, los negocios, la naturaleza, la salud, el deporte o el lujo (SECTUR, 2013).

Para lograrlo la Secretaria de Turismo (SECTUR) ha lanzado el Programa de Desarrollo Regional Turístico Sustentable y Pueblos Mágicos (PRODERMÁGICO) que tiene por objetivo fortalecer las ventajas competitivas de la oferta turística a través de productos innovadores y diversificados, mediante: a) la mejora de las condiciones de los atractivos y los servicios turísticos, b) el impulso de las rutas, circuitos y corredores turísticos, c) el fomento la colaboración entre instancias públicas y d) el cuidado y preservación del patrimonio cultural y natural, tangible e intangible de los destinos turísticos del país (SECTUR, 2017). Así, en los últimos años se han diseñado 289 rutas de diferentes temáticas, en las que el patrimonio monumental, el gastronómico o el religioso son los elementos clave. Con relación al patrimonio religioso (material e inmaterial) ha surgido la Ruta Religiosa de Aguascalientes, el corredor Basílica de Ciudad de México, la Ruta Cristera y la Ruta del Peregrino en Jalisco, la Ruta

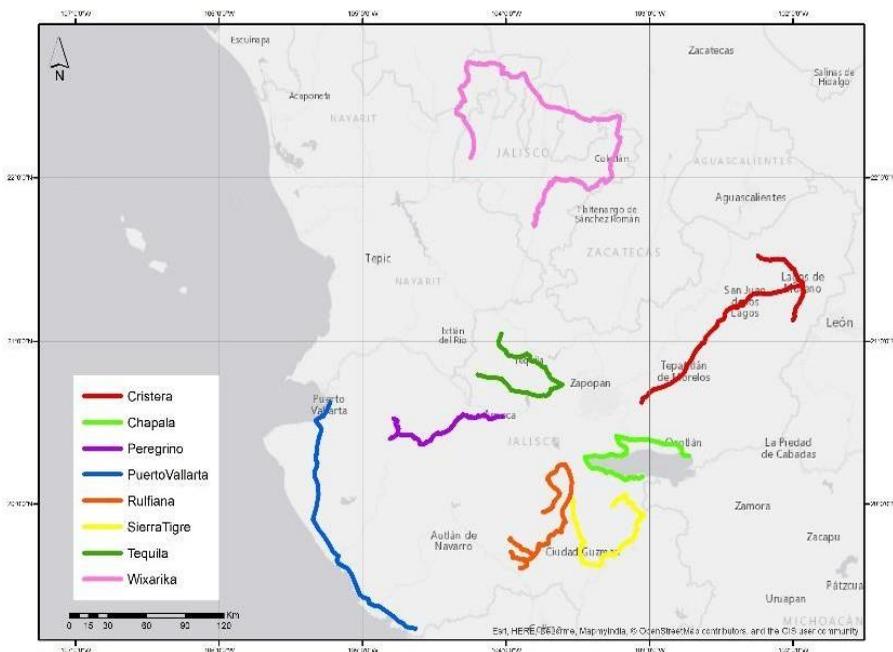
Religiosa de Querétaro o la Ruta de la fe y los milagros en Zacatecas.

Las rutas religiosas nueva apuesta turística en Jalisco

El estado de Jalisco es un importante destino turístico en México y su aportación al PIB turístico nacional solo es superada por la Ciudad de México y Quintana Roo (Rivera Maya). De acuerdo con datos del año 2015, recibió 24.8 millones de visitantes, por lo que el turismo aportó el 8.7% del PIB estatal y generó 284.705 empleos directos (Gobierno del Estado de Jalisco 2016). Entre otras razones, los turistas visitan Jalisco por ser cuna de los iconos asociados a México en el extranjero, como lo son el mariachi (Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad desde 2011), el tequila (Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones de Tequila, Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad desde 2006) y la charrería (Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad desde 2016). Además, su capital, Guadalajara es sede de 15 eventos de prestigio internacional de acuerdo con la Asociación Internacional de Convenciones y Congresos, lo que le coloca en el número 172 a nivel mundial y 38 en América (ICCA Statistics, 2016).

Su clima y riqueza cultural y natural han sido elementos fundamentales en su éxito como destino turístico. Sin embargo, muestra una alta concentración de la oferta en la zona metropolitana de Guadalajara y la ciudad de Puerto Vallarta, con el 72% del total de los cuartos y unidades rentables en el estado y con una importante presencia de hoteles de cuatro estrellas y superiores (38%).

Figura n° 1. Rutas turísticas promovidas por el Gobierno del Estado de Jalisco



Fuente: elaboración propia

Con la intención de distribuir el beneficio económico que genera el turismo en áreas que de manera individual no tienen suficiente potencial, el gobierno regional ha impulsado una política de creación de rutas (Gobierno de Jalisco, 2013). En su mayoría no se trata de rutas naturales o tradicionales, sino que se trata de un “espíritu de mapas de navegación” o guías para que el turista conozca la riqueza paisajística y cultural de la región. Con esa idea surgieron la Ruta del Tequila en el Paisaje Agavero, la Ruta Sierra del Tigre, la Ruta Cristera, la Ruta

Puerto Vallarta- Costalegre, la Ruta Ribera de Chapala, la Ruta del Peregrino, Ruta Rulfiana y la Ruta Wixárica.

Entre ellas destacan dos por su carácter místico, hecho que adquiere relevancia en Jalisco al ser uno de los estados con mayor número de fieles católicos (92%). Aunque ambas son diseñadas de forma institucional parten de bases completamente distintas: la Ruta Cristera es creada a iniciativa del Consejo Regional de Turismo de los Altos de Jalisco para visitar los sitios de nacimiento o martirio de los santos “cristeros” canonizados, mientras que la Ruta del Peregrino es una iniciativa de la Secretaria de Turismo de Jalisco para convertir en turística una ruta natural de peregrinación.

La Ruta Cristera

El año 2000 marca un antes y después en la política nacional y la religión católica mexicana, al llegar por primera vez a la presidencia de la república el Partido Acción Nacional (PAN) de filosofía humanista cristiana. Ese mismo año San Juan Pablo II canoniza a 25 mártires de la “guerra cristera”, conflicto armado (1926-1929) con tintes religiosos surgido a partir de una discrepancia entre el gobierno posrevolucionario y la jerarquía religiosa. En este marco, el Consejo de Turismo de la Región de los Altos, la región más vinculada al imaginario cristero, aprovechando el hecho que en ella vivieron o fueron martirizados varios de los nuevos santos “cristeros” propuso la creación de una ruta temática basada en ese hecho. Con ella se pretendía poner en valor la historia de esta región durante el conflicto armado, simplificando el problema político social que implicó y destacando el hecho de que nueve de los mártires canonizados están asociados a la región de los Altos de Jalisco, caracterizada por ser una de las zonas agroindustriales más

importantes de México y una gran expulsora de migrantes hacía los Estados Unidos (Durand y Arias 2014).

La ruta surgió como una alternativa turística de promoción de la región alteña, ante la concentración de visitantes en el santuario de San Juan de los Lagos y su intención fue diversificar los espacios de visita a través de la difusión de parte de la historia reciente de este territorio. El diseño original no correspondió a una ruta sino a cuatro circuitos distintos no siempre interconectados entre sí, que en conjunto conformaban lo que se denominó “Ruta Cristera”. Se propuso como eje articulador la arquitectura religiosa de la región considerándola como los nodos de la ruta; otro aspecto relevante es que en varios de estos templos ejercieron su labor pastoral los recién nombrados santos por la iglesia católica. Así, las rutas se diseñaron originalmente sobre la base de 24 nodos (San Juan de los Lagos se incluye en los dos) muchos de los cuales no están asociados a los santos mártires cristeros, sino que son incluidos para fomentar el desarrollo turístico esos municipios.

Para el diseño de la ruta se tomó como referencia el Camino de Santiago debido a su éxito como producto turístico y generador de actividad económica local. Con este fin se copian algunos elementos como la señalización y la creación de un Pasaporte Mártires Cristeros, que ha de ser sellado a lo largo del trayecto emulando a la Credencial del Peregrino del Camino de Santiago.

Según el trabajo de campo realizado (encuestas, entrevistas y observación a largo de varios años) se considera que la Ruta Cristera presenta dos problemas básicos vinculados a su gestión. El primero de ellos ha sido la capacidad de involucrar a los agentes y el segundo el de generar motivación entre los viajeros. Así, aunque la ruta en sus orígenes quiso incluir todos los municipios de la región, se ha observado un

gran desinterés por parte de algunos municipios, a lo que hay que añadir la mala conectividad terrestre entre ellos. Esto llevó a modificar el trazado que se corresponde con el del corredor Guadalajara – Lagos de Moreno, ruta surgida en la época de la colonia española, siendo la vía de tránsito natural entre la ciudad de Guadalajara y la Ruta de la Plata que unía la zona de minas con la Ciudad de México. De allí que las poblaciones que se ubican en este camino estén a una distancia de aproximadamente 30 kms. una de otra. En estos años, además, la falta de apoyo recibida a la iniciativa del Consejo de Turismo de la Región de los Altos ha motivado modificaciones respecto a la ruta inicial promocionada por parte de la Secretaría de Turismo del Estado de Jalisco, en 2010. En el Plan de Desarrollo Jalisco 2013-2016 se presenta una nueva con estructura mucho más sencilla que contempla un solo trazado y que incluye nueve poblaciones.

Tabla n° 1. Adaptación de los nodos a la evolución de la Ruta Cristera

Circuito	Nodos Pasaporte Mártires Cristeros	Nodos Ruta Cristera Secretaría de Turismo Jalisco 2010	Nodos Ruta Cristera Plan de Desarrollo Jalisco 2016
Sur	Acatic Arandas Atotonilco el Alto Degollado Jesús María Tepatitlán de Morelos Tototlán San Ignacio Cerro Gordo Zapotlanejo	Acatic Arandas Atotonilco el Alto Tepatitlán de Morelos	Acatic Tepatitlán de Morelos” “Zapotlanejo”
Centro	San Juan de los Lagos Jalostotitlán San Miguel el Alto San Julián Valle de	San Juan de los Lagos Jalostotitlán San Miguel el Alto San Julián	San Juan de los Lagos Jalostotitlán Valle de Guadalupe

	Guadalupe		
Norte	San Juan de los Lagos Encarnación de Díaz Lagos de Moreno Ojuelos Unión de San Antonio San Diego de Alejandría	San Juan de los Lagos Encarnación de Díaz Lagos de Moreno Unión de San Antonio	San Juan de los Lagos Encarnación de Díaz Lagos de Moreno Unión de San Antonio
Oeste	Cuquio Yahualica de González Gallo Mexticacán Teocaltiche Villa Hidalgo	Cuquio Yahualica de González Gallo Mexticacán Teocaltiche Villa Hidalgo	

A ello se une la falta de un ente coordinador de la misma dado que está integrada por tantos municipios como nodos la conforman. Aunque toda la región se enorgullece de sus nexos con el movimiento cristero, el turismo no es un interés prioritario en la política de los ayuntamientos, eminentemente agrícolas, por lo que no se han destinado recursos económicos

para desarrollar una infraestructura que la fortalezca como producto turístico. Los esfuerzos para su consolidación siguen a cargo del Consejo de Turismo de la Región de los Altos integrado por los representantes de turismo de cada municipio cuya labor se ha limitado a instalar señalética a lo largo del trayecto.

Aunque entre 2007 y 2016, la afluencia de viajeros ha crecido en un 14.33% y el número de plazas de alojamiento en un 25%, de acuerdo con sondeos realizados en diferentes años existe un gran desconocimiento de los visitantes acerca de la existencia de la Ruta Cristera, siendo conocida por el 9% de quienes visitan San Juan de los Lagos y por el 18% de quienes llegan hasta Santo Toribio. Los viajeros entrevistados en ambos lugares declaran mayoritariamente viajar a esos lugares con motivos exclusivamente religiosos (97%), lo que demuestra que su imagen está estrechamente vinculada a la devoción. Esto coincide con las imágenes reproducidas en Instagram donde la mayoría hacen referencia a los templos visitados y a grupos de jóvenes peregrinos.

Figuras nº 2 y 3: Imágenes de Instagram asociadas a #rutacristera



De acuerdo con el Director de Turismo de Jalostotitlán, los viajes a la zona de los Altos no son organizados por

operadores turísticos en su mayoría, si bien son particulares quienes por su propia iniciativa promueven viajes en autobuses contratados por ellos mismos, llegando a reportarse 2.000 autobuses en periodos como Semana Santa, Navidad, fin de año, aniversarios del natalicio y muerte del santo, periodos vacacionales y fines de semana largos. Sin embargo, los fines de semana no festivos el promedio oscila en las 300 unidades. Esto ha generado la habilitación de siete estacionamientos con capacidad para 185 autobuses y 250 automóviles en el santuario de Santo Toribio Romo.

La Ruta del Peregrino

Lo que hoy se conoce como Ruta del Peregrino en realidad es un camino centenario que tradicionalmente han recorrido los viajeros para visitar a la Virgen del Rosario, popularmente conocida como Virgen de Talpa por estar ubicado su santuario en la localidad de Talpa de Allende. La estatuilla fue llevada a este sitio por frailes franciscanos que llegan a evangelizar esa región justo después del descubrimiento de algunas vetas minerales en el lugar, lo que propició se autorizara el asentamiento de población de origen español en el sitio. La fama y devoción que la imagen ganó debido a los milagros que se le atribuían, desde 1664, fue creciendo a grado tal que superó la que se le profesaba al santo Santiago patrono de la localidad (Carrillo Dueñas 1962). Durante siglos miles de peregrinos de las zonas aledañas al santuario de Talpa han encaminado sus pasos a visitar a la Virgen por diferentes rutas; sin embargo, la que más transitada inicia en Ameca, población intermedia entre Guadalajara y Talpa de Allende. La ruta que recorren los peregrino comprende un trayecto de aproximadamente 117 kms. que cruza la Sierra Occidental del estado de Jalisco, conformada por un terreno escarpado donde existen desniveles de hasta 700

metros en unos cuantos kilómetros de camino, lo que hace el trayecto complicado por la distancia y pendientes.

Durante la gestión gubernamental 2007-2013 la Secretaría de Turismo de Jalisco toma la decisión de transformar en turística este tramo de la ruta tradicional de peregrinación Ameca-Talpa. Así, se crea el proyecto denominado Ruta del Peregrino, siendo el despacho de arquitectos “Dellekamp arquitectos”, quienes se encargan de elaborar el plan maestro de la ruta. Su propuesta no modifica la trayectoria natural y su aporte consistió en la construcción de varias obras monumentales a lo largo del recorrido con la finalidad de dotar de un patrimonio material que enriqueciera al camino y generase el deseo de ser visitado por un perfil de personas con intereses distintos al peregrino tradicional. Para atraer a turistas culturales, interesados en el patrimonio monumental, se convocó a prestigiosos arquitectos internacionales³⁰ quienes diseñaron obras a las que se intenta dotar de significación religiosa que fueron construidas a lo largo del camino.

Figura n° 4: Folleto de promoción oficial de la Ruta del Peregrino



³⁰ Ai Wei Wei|Fake Design (China), Luis Aldrete (México), Christ&Gantenbein (Suiza), Dellekamp Arquitectos (México), Elemental (Chile), Godoylab (México), HHF (Suiza), Omar Orlaineta (México), Periférica (México), Tatiana Bilbao (México), Taller TOA (México).

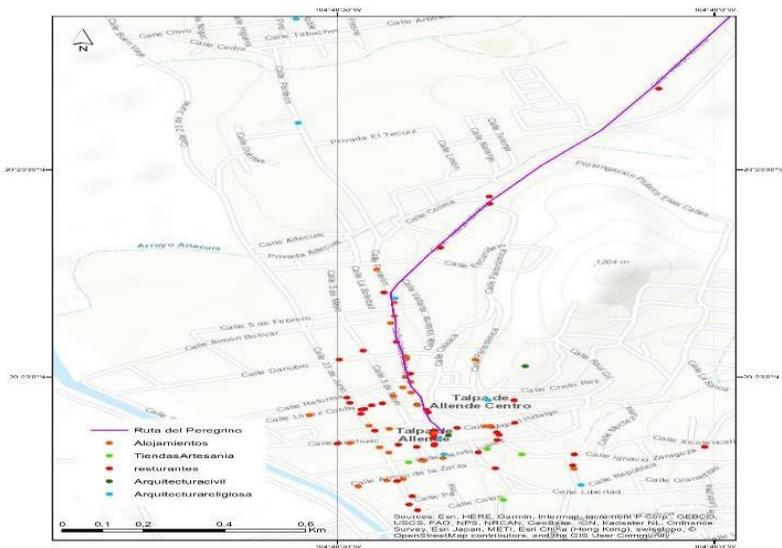
Fuente: <http://www.guiatalpa.com/ruta-del-peregrino.html>

La Secretaría de Turismo de Jalisco, con apoyo de FONATUR, intentó nuevamente reproducir el modelo del Camino de Santiago razón por la que se diseñan una serie de estrategias vinculadas a la señalización, se identifican hitos arquitectónicos en el trayecto y se crea el pasaporte Ruta del Peregrino. Para su desarrollo se plantearon los siguientes objetivos, a cumplir antes de 2030: 1. Incrementar la afluencia turística de 360.000 a más de 375.000 visitantes; 2. Generar inversión pública y privada por \$4 mil millones de pesos (48% privada y 52% pública, en sus tres órdenes de gobierno); 3. Aumentar la oferta de hospedaje de 1,375 a 2,900 cuartos hoteleros de categoría turística; 5. Incrementar la derrama económica, al pasar de \$105 a \$336 millones de pesos anuales; 6. Generar más de 6 mil nuevas oportunidades de empleos en la actividad turística, al pasar de 6 mil a más de 12,500 empleos totales (FONATUR 2011).

Aun cuando fue una iniciativa de la Secretaría de Turismo Jalisco, parte de los problemas de la Ruta del Peregrino es el hecho de que no existen cifras oficiales acerca de cuántas personas la recorren y la motivación para realizarla. Sin embargo, de acuerdo con el secretario de turismo de Jalisco, en la actualidad alcanza aproximadamente un millón de personas en el periodo de Semana Santa (Leyva, 2014), mientras que en 2010 se estimaba medio millón (Pescador Pacheco, 2011), manteniéndose, según los sondeos realizados, una motivación de peregrinación. Por este motivo, se puede afirmar que la inversión de aproximadamente 3.3 millones de euros (González, 2012) en obras arquitectónicas no han logrado despertar el interés de turistas culturales, aunado al hecho de que no se ha desarrollado una infraestructura turística que arrope a la ruta para hacer placentero su recorrido (albergues, hoteles,

restaurantes...) algo que caracteriza al Camino de Santiago, y se concentra toda la oferta al final de la ruta en Talpa de Allende. Este municipio ha visto como, desde 2010, se ha incrementado el número de hoteles y habitaciones; sin embargo, para el año 2014 el secretario de turismo de Jalisco refirió que el promedio de hospedaje anual fue del 18%. Con la intención de aumentar el flujo de turistas esta población, se le ha incluido en la Ruta de Pueblos Mágicos (NTX 2015) al otorgarle esta marca a las localidades de Talpa de Allende y Mascota, ambas integrantes de la Ruta del Peregrino he incluso recibiendo recurso económico por parte del PRODERMAGICO para mejorar la imagen urbana.

Figura n° 5: Distribución de la oferta turística en Talpa de Allende

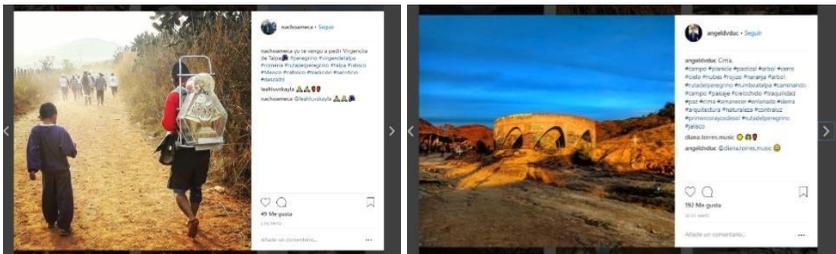


Fuente: elaboración propia

La Ruta del Peregrino cuenta con una página institucional de Facebook, gestionada por una agencia particular de viajes con ese mismo nombre. Su eslogan es “*El Camino de Santiago lo vives en Jalisco con ‘La Ruta del Peregrino’; una de las manifestaciones religiosas más significativas de México, además en el trayecto podrás apreciar diversas obras arquitectónicas que han sido reconocidas mundialmente*”. Esta agencia realizó, durante el 2017, un total de 45 recorridos.

En su muro se pueden ver algunas opiniones de los usuarios que evidencian su experiencia, teniendo un denominador común: la idea de peregrinaje y la devoción a la Virgen, sin hacerse referencia al patrimonio paisajístico ni monumental, ni a la oferta de servicios. Si se analizan las imágenes ofrecidas por las diferentes entradas de Instagram que hay bajo el nombre “ruta del Peregrino” se puede observar mayor diversidad. La mayoría de ellas son paisajes naturales sin gente y peregrinos (cargados con mochilas e imágenes religiosas). Una minoría de las imágenes hace referencia a los monumentos creados y en ocasiones estas muestran cómo les afecta el vandalismo.

Figuras nº 6 y 7: Fotografías de Instagram #rutadelperegrino



Conclusiones

En las últimas décadas el turismo ha tenido un auge a nivel mundial convirtiéndose en una de las industrias más dinámicas, esto ha incrementado la competitividad entre sitios turísticos tradicionales y dado pie al surgimiento de nuevos productos para atender las nuevas demandas de los turistas. Entre ellos destacan los que son capaces de interconectar elementos diversos como la cultura, la historia, la religión, etc., siendo las rutas el mejor de los ejemplos.

Debido a la crisis que sufrió el turismo en México, ante el inminente desgaste de su principal producto el “sol y playa”, se inició una estrategia para incrementar y diversificar sus productos turísticos. Para ello se utilizaron una serie de recursos que anteriormente no habían sido puestos en valor, como son las artesanías, la gastronomía o la religión. En relación a ellos surgen productos turísticos que tienen dos enfoques claramente diferenciados, según se orienten al mercado interno o externo. Hay que destacar que, en los últimos años, se ha dado un gran impulso a la creación de productos cuyo destinatario es la propia población mexicana, con la finalidad de promover el turismo interno que tiene gran potencial. En relación con este interés destacan dos productos: los Pueblos Mágicos y las rutas, llegando a unirse ambos.

Debido a la alta religiosidad del pueblo mexicano, al volumen de santuarios que posee y a la arraigada tradición de peregrinar a ellos, en las dos últimas décadas la religión se ha incorporado cada vez más a la actividad turística. Este fenómeno se hace especialmente visible en el estado de Jalisco, donde se han diseñado dos rutas turístico-religiosas. Ambas presentan proyectos aparentemente bien diseñados, pero de difícil implantación puesto que no se observa buena coordinación entre

los ayuntamientos implicados ni con los empresarios. Tampoco se han desarrollado infraestructura turística de apoyo. Por eso, tras una década sus resultados son pobres considerando la gran inversión realizada, especialmente en la Ruta del Peregrino y no han sido capaces de generar interés en los turistas.

Existen notables diferencias entre ambas, tanto a nivel conceptual, la Ruta Cristera es más político-histórica y la del Peregrino es una ruta natural y de peregrinación tradicional, como técnico, la primera está concebida para realizarse en vehículo y segunda para transitarse a pie.

La incorporación de la religión como motivador turístico ha mostrado ser factible en distintos países, pero requiere del involucramiento de diversos agentes tanto gubernamentales como sociales y religiosos, de forma que puedan desarrollar productos y servicios turísticos de apoyo para tratar de asegurar su éxito. Las dos rutas turístico religiosas de Jalisco son muestra fehaciente de que no es sinónimo de éxito el repetir un modelo ya probado en otro contexto geográfico y social sin una buena gestión que acompañe el proceso de maduración del producto turístico; aunque ambos casos usan el Camino de Santiago como referente, la realidad que enfrentan es muy distinta, lo que ha dado como resultado un producto turístico que en poco puede compararse con el caso español.

Referencias

ALIPOUR, H., OLYA, H.G.T. y FOROUZAN, I., 2017. Environmental Impacts of Mass Religious Tourism: From Residents' Perspectives. *Tourism Analysis* [en línea], vol. 22, no. 2, pp. 167-183. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 1083-5423. DOI 10.3727/108354217X14888192562285. Disponible en:
<http://www.ingentaconnect.com/content/10.3727/108354217X1>

4888192562285.

BARROSO GONZÁLEZ, M. de la O. y FLORES RUIZ, D., 2006. La competitividad internacional de los destinos turísticos: del enfoque macroeconómico al enfoque estratégico. *Cuadernos de Turismo* [en línea], no. 17, pp. 7-24. [Consulta: 27 marzo 2018]. Disponible en: <http://revistas.um.es/turismo/article/view/18311>.

BRIEDENHANN, J WICKENS, E (2004) “Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas — vibrant hope or impossible dream?” *Tourism Management*, 25, 71–79.

CÀNOVES VALIENTE, G. y BLANCO ROMERO, A., 2011. Turismo Religioso En España: ¿La Gallina De Los Huevos De Oro? Una Vieja Tradición, Versus Un Turismo Emergente. *Cuadernos de Turismo* [en línea], vol. 27, no. 27, pp. 115-131. ISSN 1139-7861. Disponible en: <https://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/28002>.

CAPEL SAÉZ, H (2005) “Las rutas culturales como Patrimonio de la Humanidad. El caso de las fortificaciones americanas del pacífico”, *Biblio 3W*, Vol. X, nº 562, 30 de enero de 2005.

CARBONE, F., CORINTO, G., MALEK y ANAHITA, 2016. New Trends of Pilgrimage: Religion and Tourism, Authenticity and Innovation, Development and Intercultural Dialogue: Notes from the Diary of a Pilgrim of Santiago. *AIMS Geosciences* [en línea], vol. 2, no. 2, pp. 152-165. [Consulta: 28 marzo 2018]. DOI 10.3934/geosci.2016.2.152. Disponible en: <http://www.aimspress.com/>.

CARRILLO DUEÑAS, M., 1962. *Historia de Nuestra Señora del Rosario de Talpa* [en línea]. tercera. Talpa de Allende: s.n. [Consulta: 24 enero 2018]. Disponible en: <https://archive.org/details/historiadenuestr00carr>.

CASANI, F., RODRÍGUEZ-POMEDA, J. y SÁNCHEZ, F., 2012. Los nuevos modelos de negocio en la economía creativa: Emociones y redes sociales. *Universia Business Review* [en línea], no. 33, pp. 48-69. [Consulta: 11 abril 2018]. Disponible en: <http://www.redalyc.org/html/433/43323186003/>.

CHAPAPRÍA, V.E., 2000. EL PLANEAMIENTO DE INFRAESTRUCTURAS PARA EL TURISMO NÁUTICO. *Cuadernos de Turismo* [en línea], no. 6, pp. 29-44. [Consulta: 29 marzo 2018]. Disponible en: <http://revistas.um.es/turismo/article/view/22681>.

CHO, M., BONN, M.A. y BRYMER, R.A., 2017. A Constraint-Based Approach to Wine Tourism Market Segmentation. *Journal of Hospitality & Tourism Research* [en línea], vol. 41, no. 4, pp. 415-444. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 1096-3480. DOI 10.1177/1096348014538049. Disponible en: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1096348014538049>.

COHEN, E., 1984. The Sociology of Tourism: Approaches, Issues, and Findings. *Annual Review of Sociology*, vol. 10, pp. 373-392.

COHEN, E., 1998. TOURISM AND RELIGION: A COMPARATIVE PERSPECTIVE. *Pacific Tourism Review* [en línea], vol. 2, no. 1, pp. 1-10. [Consulta: 13 marzo 2018]. Disponible en: <http://www.ingentaconnect.com/contentone/cog/ptr/1998/0000002/00000001/art00001>.

CONFERENCIA EPISCOPAL ESPAÑOLA, 2016. *Impacto socioeconómico de la actividad cultural de la Iglesia | CEE*. [en línea]. [Consulta: 15 marzo 2018]. Disponible en: <http://www.conferenciaepiscopal.es/impacto-socioeconomico-de-la-actividad-cultural-de-la-iglesia/>.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, E.M., 2012. «Marketing de Guerra Santa »: da oferta e atendimento de demandas religiosas à conquista de fiéis-consumidores, *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 10, n. 25, p. 201-232.

DE SICILIA MUÑOZ, R. A. (2000): «El corredor turístico Loreto-Nopoló-Puerto Escondido, Baja California Sur, en el contexto de los centros integralmente planeados» *Cuadernos de Turismo*, núm. 5, págs. 53-68. Universidad de Murcia. Murcia, España.

DURAND, J. y ARIAS, P., 2014. Escenarios locales del colapso migratorio. Indicios desde los Altos de Jalisco. *Papeles de población* [en línea], vol. 20, no. 81, pp. 9-23. [Consulta: 10 abril 2018]. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252014000300007.

EL-GOHARY, H., 2017. *Global Perspectives on Religious Tourism and Pilgrimage*. ISBN 9781522527978.

EUSÉBIO, C., CARNEIRO, M.J., KASTENHOLZ, E., FIGUEIREDO, E. y SOARES DA SILVA, D., 2017. Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal. *Journal of Hospitality and Tourism Management* [en línea], vol. 31, pp. 197-210. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 1447-6770. DOI 10.1016/J.JHTM.2016.12.006. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1447677016301085>.

FAYOS-SOLÁ, E., 1994. Competitividad y Calidad en la Nueva Era del Turismo. *Estudios Turísticos*, no. 123, pp. 5-10.

FONATUR, 2011. FONATUR-ENTREGA FONATUR PROGRAMAS DE DESARROLLO TURÍSTICO PARA EL

ESTADO DE JALISCO. *Comunicado de prensa* [en línea]. [Consulta: 13 abril 2018]. Disponible en: http://www.fonatur.gob.mx/movil/es/comunicacion/index.asp?cve_sec=253.

GARCÍA VILLA, A., 1992. *La planificación de centros turísticos de México* [en línea]. México, D.F.: LIMUSA. [Consulta: 13 marzo 2018]. Disponible en: https://planydest.weebly.com/uploads/9/1/9/4/919433/planif_de_centros_tur_mex.pdf.

GOBIERNO DE JALISCO, 2013. *Plan Estatal de Desarrollo Jalisco 2013-2033*. [en línea]. Guadalajara: [Consulta: 9 marzo 2018]. Disponible en: https://sepaf.jalisco.gob.mx/sites/sepaf.jalisco.gob.mx/files/ped-2013-2033_0.pdf.

GOBIERNO DEL ESTADO DE JALISCO, 2016. *Plan Estatal de Desarrollo Jalisco (ped) 2013-2033*. Guadalajara, Jalisco.

GONZÁLEZ, A.R., 2012. La ruta del peregrino. *Reporte Indigo*. 2012.

GUZMÁN, M.I., LOPEZ, L., LOIS GONZÁLEZ, R.C. y SANTOS, X.M., 2010. The Challenges The First European Cultural Itinerary: the Way of St. James. *Almatourism - Journal of Tourism, Culture and Territorial Development* [en línea], vol. 8, no. 6, pp. 1-19. [Consulta: 27 noviembre 2017]. Disponible en: <https://almatourism.unibo.it/article/view/6034/6488>.

HERRERO-PRIETO, L.C. y GÓMEZ-VEGA, M., 2017. Cultural resources as a factor in cultural tourism attraction. *Tourism Economics* [en línea], vol. 23, no. 2, pp. 260-280. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 1354-8166. DOI 10.1177/1354816616656248. Disponible en: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354816616656248>.

HUNG, K., YANG, X., WASSLER, P., WANG, D., LIN, P. y LIU, Z., 2017. Contesting the Commercialization and Sanctity of Religious Tourism in the Shaolin Monastery, China. *International Journal of Tourism Research* [en línea], vol. 19, no. 2, pp. 145-159. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 10992340. DOI 10.1002/jtr.2093. Disponible en: <http://doi.wiley.com/10.1002/jtr.2093>.

JANG, H., LEE, S., LEE, S.-W. y HONG, S., 2007. Expanding the individual choice-sets model to couples' honeymoon destination selection process. *Tourism Management* [en línea], vol. 28, no. 5, pp. 1299-1314. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 0261-5177. DOI 10.1016/J.TOURMAN.2006.11.008. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517706002184>.

LEYVA, A., 2014. Espera «milagro» Ruta del Peregrino. *Reforma, Economía*. 14 marzo 2014.

LI, H., SONG, H. y LI, L., 2017. A Dynamic Panel Data Analysis of Climate and Tourism Demand. *Journal of Travel Research* [en línea], vol. 56, no. 2, pp. 158-171. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 0047-2875. DOI 10.1177/0047287515626304. Disponible en: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0047287515626304>.

LOIS GONZÁLEZ, R.C. y LÓPEZ, L., 2012. El Camino de Santiago: una aproximación a su carácter polisémico desde la geografía cultural y el turismo. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, vol. 58, no. 3, pp. 459-479.

LOIS GONZÁLEZ, R.C., SANTOS-SOLLA, X.M. y TABOADA-DE-ZUÑIGA, P., 2014. *New Tourism in the 21st Century: Culture, the City, Nature and Spirituality*. Newcastle:

Cambridge Scholars Publishing. ISBN 1-4438-5892-7.

LÓPEZ, L., LOIS, R. C. y FERNÁNDEZ, B.M., 2017. Spiritual tourism on the way of Saint James the current situation. *Tourism Management Perspectives*, vol. 24, pp. 225-234. ISSN 22119736. DOI 10.1016/j.tmp.2017.07.015.

Maak, K. 2009. El Camino a Santiago como posible motor turístico en zonas rurales de escasos recursos: el caso de Brandeburgo. Cuadernos de Turismo núm. 23, pp. 149-171.

MORINIS, A., 1992. *Sacred journeys: The anthropology of pilgrimage*. S.l.: Greenwood Publishing Group. ISBN 0313278792.

NAVALÓN GARCÍA, R., 2014. Diseño y gestión de rutas culturales: de la teoría a la práctica. En: L. RUBIO Y G. PONCE (ed.), *Esenarios imaginarios y gestión de patrimonio*. S.l.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, Universidad de Alicante, pp. 207-217.

NTX, 2015. Jalisco proyecta Ruta de Pueblos Mágicos tras nombramientos. *El Informador* [en línea]. Guadalajara, 4 octubre 2015. [Consulta: 13 abril 2018]. Disponible en: <https://www.informador.mx/Jalisco/Jalisco-proyecta-Ruta-de-Pueblos-Magicos-tras-nombramientos-20151004-0104.html>.

OLSEN, D.H., 2013. A Scalar Comparison of Motivations and Expectations of Experience within the Religious Tourism Market. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage* [en línea], vol. 1, no. 1, pp. 5. [Consulta: 21 noviembre 2017]. ISSN 2009-7379. Disponible en: <https://arrow.dit.ie/ijrtp>.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT), 2017. *Panorama del turismo internacional 2017* [en línea]. S.l.:

Organización Mundial de Turismo,. [Consulta: 29 noviembre 2017]. ISBN 978-92-844-1904-3. Disponible en: <http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419043>.

PACK, S.D., 2010. Revival of the Pilgrimage to Santiago de Compostela: The Politics of Religious, National, and European Patrimony, 1879–1988. *The Journal of Modern History*, vol. 82, no. 2, pp. 335-367. ISSN 0022-2801. DOI 10.1086/651613.

PARK, S.Y. y PAN, B., 2017. Tourism Market Segmentation using Big Data Approach: Where is the Next Non-Stop Destination? [en línea]. *Tourism Travel and Research Association: Advancing Tourism Research Globally*, [Consulta: 12 marzo 2018]. Disponible en: <http://scholarworks.umass.edu/ttra>.

PORTER, M., 1990. The Competitive Advantage of Nations. *Harvard Business Review* [en línea], no. March-April, pp. 73-94. [Consulta: 29 marzo 2018]. Disponible en: <https://hbr.org/1990/03/the-competitive-advantage-of-nations>.

PULIDO FERNÁNDEZ, J.I., 2006. ¿Por qué no funcionan turísticamente algunas itinerarios o rutas culturales? *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, no. 60, pp. 110-113.

REY, B., MYRO, R.L. y GALERA, A., 2011. Effect of low-cost airlines on tourism in Spain. A dynamic panel data model. *Journal of Air Transport Management* [en línea], vol. 17, no. 3, pp. 163-167. [Consulta: 11 abril 2018]. ISSN 0969-6997. DOI 10.1016/J.JAIRTRAMAN.2010.12.004. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0969699710001134>.

RITCHIE, J.R.B. y CROUCH, G., 2010. A model of destination competitiveness/ sustainability: Brazilian perspectives*.

Brazilian Public Administration Review [en línea], vol. 44, no. 5, pp. 1049-1066. [Consulta: 29 marzo 2018]. ISSN 0034-7612. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n5/v44n5a03.pdf>.

RUBENS, J. y JARDILINO, L., 2006. Religion, Marketing and Market: An Adjustment in the Language of Faith. *Empresa, Bogotá (Colombia)*, vol. 5, no. 10, pp. 32-48.

RYAN, C., 1991. The Determinate of Demand for Tourism. *Recreational Tourism: A Social Science Perspective*. Londres: Routledge, pp. 272. ISBN 978-0415054232.

PROPIN, E., SÁNCHEZ-CRISPÍN A. (2003): «La estructura regional del turismo en México». *Ería*, 59. Universidad de Oviedo. Oviedo, España. págs. 386-394.

SECRETARÍA DE TURISMO JALISCO, 2017. *Anuario estadístico 2016*. 2017. Guadalajara, México: Secretaría de Turismo Jalisco.

SECTUR, 2013. Programa sectorial de turismo 2013 - 2018. *Diario Oficial de la Federación* [en línea]. Ciudad de México, 13 diciembre 2013. pp. 1-30. ISSN 1098-6596. Disponible en: <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9781107415324A009>.

SECTUR, 2017. ACUERDO por el que se emiten las Reglas de Operación del Programa de Desarrollo Regional Turístico Sustentable y Pueblos Mágicos (PRODERMAGICO), para el ejercicio fiscal 2018. *Diario Oficial de la Federación* [en línea]. Ciudad de México, 27 diciembre 2017. Disponible en: http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5509139&fecha=27/12/2017.

SHINDE, K.A., 2017. Planning for urbanization in religious tourism destinations: insights from Shirdi, India. *Planning*

Practice & Research [en línea], vol. 32, no. 2, pp. 132-151. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 0269-7459. DOI 10.1080/02697459.2016.1198197. Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02697459.2016.1198197>.

TIMOTHY, D.J. y OLSEN, D.H., 2006. *Tourism, religion and spiritual journeys* [en línea]. S.l.: Routledge. ISBN 9781134257577.

VALLS, J.-F., 2004. Impacto del low cost en los precios hoteleros españoles. *Papers de turisme* [en línea], pp. 81-88. [Consulta: 11 abril 2018]. Disponible en: <http://www.papersdeturisme.gva.es/ojs/index.php/Papers/article/viewFile/462/389>.

WALLACE, T., 1998. Tourism and Religion. *Tourism Culture & Communication* [en línea], vol. 1, no. 2, pp. 153-156. [Consulta: 13 marzo 2018]. Disponible en: http://www.ingentaconnect.com/contentone/cog/tcc/1998/0000001/00000002/art00006?utm_source=TrendMD&utm_medium=cpc&utm_campaign=Tourism_Culture_%2526_Communication_TrendMD_0.

WU, D.C., SONG, H. y SHEN, S., 2017. New developments in tourism and hotel demand modeling and forecasting. *International Journal of Contemporary Hospitality Management* [en línea], vol. 29, no. 1, pp. 507-529. [Consulta: 12 marzo 2018]. ISSN 0959-6119. DOI 10.1108/IJCHM-05-2015-0249. Disponible en: <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/IJCHM-05-2015-0249>.

PISTOCCHI, F, ZABBINI, E. (2009) “Tourism, Religion and Culture: Regional Development through Meaningful Tourism

Experiences”, AlmaTourism, 0

ZANCUDO G., M.T. y ALVAREZ, G., 1997. El negocio de líneas de cruceros y el modelo de estrategias competitivas. *Revista Turismo em Análise* [en línea], vol. 8, no. 2, pp. 59. [Consulta: 29 marzo 2018]. ISSN 1984-4867. DOI 10.11606/issn.1984-4867.v8i2p59-66. Disponible en: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62897>.

CAPÍTULO 10

PERSPECTIVAS PARA UM TURISMO SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO – MIRAPORANGA - UBERLÂNDIA - MG

*Rossvelt José Santos
Mônica Arruda Zuffi*

Introdução

O setor de turismo tornou-se um elemento de ampla importância econômica para novas concepções de trabalho e composição da renda familiar em diversos lugares. De tal modo, segundo Neil & Wearing, ele atrai a atenção dos governos ao oferecer alternativas para geração de empregos e desenvolvimento econômico (2001, p.33).

Como potencial gerador de renda, o setor teve seu reconhecimento por volta do século XIX. Naquela época, sua principal finalidade era oferecer descanso e lazer para os viajantes. Logo, percebeu-se que a atividade contribuía para além do desenvolvimento econômico dos lugares. A partir do desenvolvimento das atividades turísticas, observou-se também que ocorria o reconhecimento da cultura local, proporcionando um maior destaque às produções artesanais locais.

Para compreendermos essa lógica socioespacial que se promove a partir do turismo, é imprescindível considerarmos as necessidades do ser humano. Viajar, contemplar a natureza, as diferentes culturas é parte das necessidades do nosso tempo. Assim, considerar e propor práticas envolvendo o ócio produtivo é parte da lógica do turismo enquanto um conjunto de atividades que produz a sensação de bem-estar e descanso aos visitantes. Nesse contexto, o turismo ao propiciar diversidade de

opções para o consumo do tempo livre, cria um leque de setores que sustentam as diversas formas de usar e se aproveitar o lugar.

Nos lugares onde a natureza não é o principal atrativo, outras opções são acionadas e compõem como formas para acomodarem a leva de visitantes que buscam valorizar, a seu favor os atrativos ofertados no espaço, consumindo o tempo ocioso. Em geral são ofertados aqueles eventos que conseguem propor ao turista realização dos seus desejos e realizar, na medida do possível, diversas interações, sobretudo, com as manifestações da cultura local.

Os turistas interessados nos intercâmbios culturais buscam experimentar, vivenciar, durante o período que estão no lugar, por exemplo, as atrações artísticas, feiras, artesanatos, festas, gastronomia, dentre outras tradições. No Estado brasileiro de Minas Gerais a cultura comparece em diversos lugares como rica e densa de saberes e fazeres. Conhecida mundialmente, a gastronomia mineira revela sabores únicos que só quem experimenta conhece. Dos que passam pelo estado, a cachaça e o queijo mineiro, acondicionam os souvenirs que os turistas fazem questão de levar para casa, expandindo mundialmente algumas das suas referências culturais.

Contudo, para que a atividade turística aconteça considerando a cultura e a natureza é fundamental que haja envolvimento com as territorialidades do lugar. Geralmente abrangem a inclusão da comunidade em uma reconfiguração sócioespacial, cujo objetivo é promover recepção e bem-estar ao turista. Nesse contexto, é cogente considerarmos duas lógicas, a do ócio e a do trabalho, em que há um conflito constante, sobretudo, entre o mundo do turismo e o da produção, *que se deve à oposição entre a lógica da ganância que sustenta o segundo, e a lógica do ócio que é o pilar da primeira e sobre a*

qual se baseiam as atividades turísticas. (ALMEIDA, 2004, p. 3).

Na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro, onde se situa o município de Uberlândia, estudamos seus distritos. Neles observamos um conjunto de práticas sociais que estão lastreadas por antigas tradições e costumes que compõem seus modos de vida. A Festa de Santo Reis, por exemplo, é praticada nas comunidades rurais dos distritos de Tapuirama, Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga.

Em algumas comunidades rurais, como é o caso de Miraporanga, identificamos atrativos turísticos de diversas matizes que podem ser explorados para a geração de renda e trabalho, contribuindo para a formação de práticas de recepção turística nos distritos. Lá, também comparece a gastronomia mineira, sedes de antigas fazendas, trilhas, parques, reservas do bioma cerrado e outros atrativos naturais e culturais.

Em Miraporanga, deparamos com diversos atrativos que podem vir a ser incluídos na atividade turística. Cursos d'água como o Rio Tijuco, cachoeiras, casarões e a Capela histórica dos negros, ex-escravos, como a da Nossa Senhora do Rosário, tombada como patrimônio histórico-cultural de Uberlândia, são patrimônios importantes do lugar.

No distrito destacamos três cachoeiras, a do Panga, que se situa dentro da reserva ecológica da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), a cachoeira do Cabaçal e a da Estiva, além do Rio Tijuco que tem sua bacia estendida à alguns municípios do Triângulo Mineiro, e que se situa aproximadamente a 14 km da área urbana do distrito.

Turismo e Sustentabilidade

Compreendemos que a prática de um turismo sustentável ou mesmo de medidas extremas para desacelerar o uso abusivo

dos recursos naturais provém de uma educação praticada no cotidiano, inclusive, abrangendo a valorização ambiental. Assim, defendemos a educação com seus conteúdos ambientais para além da sala de aula. Poderíamos começar questionando aquilo que se defende como áreas a serem preservadas. Os conceitos que sustentam a preservação remetem a importância ambiental. Contudo, consideramos que a importância ambiental, é relativa e relacional a tudo aquilo que a natureza, em termos de consciência humana, representa hoje no planeta.

A consciência ecológica, por exemplo, no século passado, foi marcada por mudanças de cunhos sociais e ambientais. Várias discussões como as crises ambientais e quais ações deveriam ser tomadas para que se criassem melhores condições ambientais para o planeta se popularizou nos debates ambientalistas. Embora tenhamos atingido positividade nesse processo, contribuindo para que houvesse, enfim, críticas ao modelo de desenvolvimento, por outro lado, também gerou novas oportunidades de reprodução ao capitalismo contemporâneo (SANSOLO, 2009).

Desse processo de aprendizagem e de ensino, precisamos considerar também as possibilidades para o turismo ambiental e sustentável. No Brasil, esse tipo de turismo apresenta um potencial com o qual poucas nações do mundo podem estabelecer paralelo. “Nossas belezas naturais, rios, florestas, mananciais, praias e montanhas são um atrativo sem concorrência neste mundo assustado pelo aquecimento global e pela destruição da natureza”. (BRASIL, 2007, p.5)

Embora o nosso país, nessa questão, apresente vários desencontros especialmente no cumprimento da legislação ambiental, o turismo poderá ser orientado à cultivar a natureza, centrada no que se diz “sustentável”. Contudo, ser sustentável não resolve todos os problemas que hoje o mundo enfrenta,

inclusive na perspectiva de garantir uma melhor distribuição social da renda. Trata-se de uma sociedade “globalizada” e tecnificada, onde o ser humano cultiva suas necessidades voltadas para o consumo, e por isso, é de todo necessário pensar e praticar relações intercedidas pelo equilíbrio entre os usos do espaço e o consumo dele.

Propor uma racionalidade socioeconômica voltada para a valorização dos vínculos do humano com a natureza impõe problematizar um processo de pensamento, inclusive abarcando a razão científica do nosso tempo. É vital acender novas luzes que considerem as possibilidades de mutação das práticas humanas, de noção do mundo considerando as demandas decorrentes de um processo que tende a coisificar o humano, sucumbindo saberes emergido de relações originais pautadas à natureza, principalmente aos seus ciclos, suas dialéticas decorrentes dos processos ligados à vida. Deste modo, é respeitável apreender que o desenvolvimento e a ciência devem ser usados a favor da natureza. Necessitamos considerar que a natureza existe para além das nossas vontades e desejos, que o cuidado ambiental implica em reconhecer a própria natureza.

Pensando o turismo do nosso tempo e espaço e os seus agarres democráticos

O turismo reúne um conjunto mais ou menos articulado de atividades. Elas têm como objetivo o lazer, a diversão, enfatizando a subjetividade e espontaneidade do sentimento de realização do desejo, chegando ao prazer. Por envolver diversos setores da cadeia produtiva, o turismo tem amplo significado econômico e também impacto nos lugares em que ele se apresenta.

O turismo abarca o lugar, o espaço vivido das pessoas que constroem no cotidiano, a partir das razões sociais e ambientais

dos sujeitos, suas identidades, pertencas, valores humanos e seguramente vários sentimentos. Trata-se de espaço de vida. Nele, os moradores, fundaram e continuam estabelecendo seus vínculos, e como é da vida, foram se adaptando ao longo de um existir socioespacial. Sendo assim, faz-se necessário compreender o lugar como sendo,

[...] o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 2007, p. 19).

O lugar envolve o meio ambiente, os valores humanos, uma integridade humana voltada ao sentido da vida e de suas sociabilidades. As relações sociais no lugar laboram de certa forma, como um sistema de valores que tem como prioridade orientar a vida em suas várias dimensões. Assim, é importante verificar que cada lugar tem suas demandas, sua ética e seus valores arraigados nas relações sociais.

No processo de exploração turística, o lugar vivido continua existindo. Ele deve ser visto também como um espaço de pertencimento que demanda preocupações em relação à identidade do sujeito. Assim, nessa atividade, deve-se considerar a vida das pessoas, um conjunto de visões, possivelmente decorrentes de uma rede de significados e sentidos elaborados a partir das experiências cultivadas no espaço/tempo de suas existências.

Quando esses sujeitos se incluem na atividade turística, reconhecendo vantagens, principalmente no que se refere aos seus potenciais de trabalhar com o gerenciamento dos atrativos,

o lugar comparece como possibilidade para que os moradores consigam ter certa autonomia nas atividades turísticas. Claro que essa possibilidade é constantemente negada, pois os grandes investidores são os que decidem a forma, os conteúdos e a lógica de exploração dos atrativos.

Seguindo a lógica de reprodução capitalista, o modelo de desenvolvimento da atividade é conduzido pelos grandes empreendedores. Nos lugares tornados turísticos, compreendemos que boa parte da renda obtida não fica para os sujeitos que vivem no lugar. Geralmente, a comunidade como podemos observar, especialmente nos locais onde há maior expressividade do turismo no Brasil, o litoral, os autóctones não são consideradas nos projetos governamentais.

Segundo Coriolando;

O turismo globalizado voltado para os mega-empresendimentos chegou aos países ditos em desenvolvimento sem levar em consideração as ocupações anteriores, não ofereceu oportunidades e vantagens às comunidades litorâneas, pois não as incluiu em seus projetos, criou em algumas delas, reação negativa ao turismo dito global, que passou a ser visto como ameaça a seu modo de vida. Assim, muitas comunidades, especialmente no Nordeste e Norte do Brasil, as regiões mais injustiçadas socialmente, inventaram uma forma diferente de organizar a atividade, o turismo comunitário em defesa das populações litorâneas e ribeirinhas. Programaram o turismo de base local, que se volta para a oferta de serviços, passeios, entretenimentos associados aos valores dos residentes, priorizando o rústico e não o luxo. Associado as atividades que dizem respeito à sustentabilidade socioespacial, priorizando valores culturais e descobrindo

formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados. E, sobretudo, com uma visão própria de lugar, de lazer e turismo. (CORIOLANDO, 2008. P. 7-8).

Ainda conforme a autora, o turismo comunitário permite que os grupos humanos se organizem de forma associativa, criando formas de controle efetivo dos arranjos das atividades econômicas, integradas à exploração do turismo. Nesse tipo de turismo, as atividades são desenvolvidas pelos próprios moradores do lugar em que a atividade é implantada, tornando-se eles os articuladores e também gestores da cadeia produtiva (CORIOLANDO, 2003).

Em uma sociedade movida pelo lucro, onde o dinheiro representa poder, podemos problematizar se, de fato, a gestão do atrativo turístico é totalmente da comunidade? Se o turismo comunitário age “contribuindo, também, para a melhoria na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos”? Apesar de tudo aquilo que o turismo comunitário teoriza é necessário considerar os diferentes interesses sociais locais, os desencontros, principalmente relacionados às disputas políticas que se estabelecem na vida dos lugares.

Dessa forma, um destino turístico baseado na comunidade deve buscar princípios participativos que facilitem a implementação de lógicas sociais que priorizem, por exemplo, a democratização de acesso às políticas públicas. É vital que a própria comunidade crie formas transparentes de participação dos seus membros em projetos turísticos, gerando amplas oportunidades para as pessoas obterem os aditamentos públicos de forma justa e compatível com a condição de cada interessado.

Nas localidades, especialmente aquelas mais distantes dos centros urbanos, o esclarecimento sobre as políticas públicas relacionadas ao turismo é fundamental. Os acessos aos

benefícios que aquelas políticas oferecem para o desenvolvimento do turismo, também são basilares para a democratização do setor. Além disso, é a partir de participações da população local que o turismo poderá alargar os limites de tolerância ao visitante, assegurando melhoramentos contínuos aos residentes em suas respectivas comunidades.

Reconhecer que as pessoas que vivem no lugar se apresentam dentro de um contexto de tensões, implica em admitir que o turismo depreque atenção e respeito aos modos de vida locais. Que o lugar seja considerado um espaço que abriga uma estrutura social embasada em costumes e tradições. Assim, considerando-se as diferenças, podemos considerar que o turismo é algo que pode ser trabalhado pelas comunidades, como algo benéfico aos grupos sociais que vivem no entorno dos patrimônios natural e cultural, tornados atrativos. Portanto, o turismo requer da comunidade envolvimento dos seus membros com os patrimônios locais.

Na atividade turística comunitária, a evocação e consolidação de gestão democrática, chama a inclusão das pessoas nas iniciativas, decisões e estratégias de ações. O turismo desenvolvido no âmbito comunitário sempre deve ser conduzido em suas ações de forma partilhada e nutrida pela participação dos envolvidos. Destarte o turismo comunitário deve ir além das questões econômicas. Na prática é exigido dos envolvidos dedicação ao lugar vivido.

Planejamento e participação dos moradores locais

O distrito de Miraporanga teve sua formação no início do século XIX. Naquela época o lugar era considerado caminho do gado. Tropeiros e também desbravadores cruzavam o sertão, seguindo a direção dos territórios Goiano e Mato-grossense. Aos poucos, foram descobrindo nos chãos do Triângulo Mineiro,

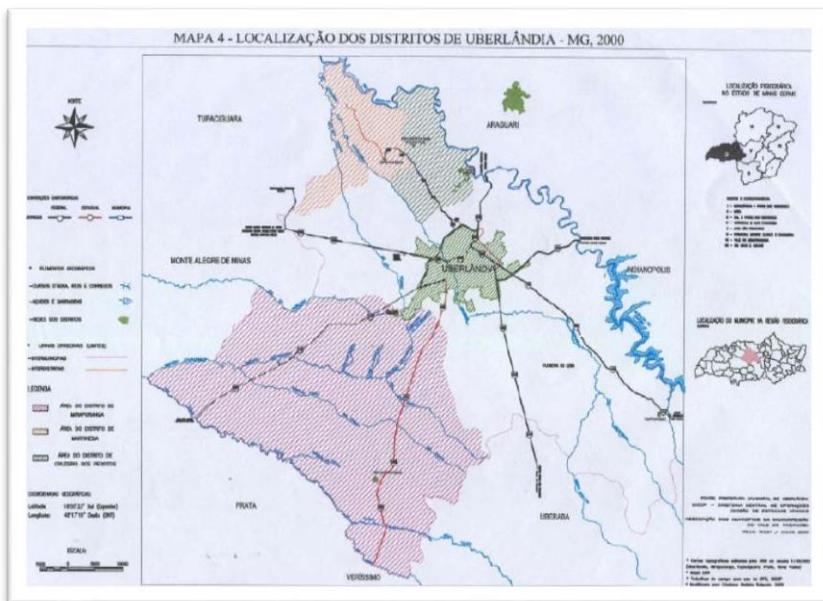
lugares para desenvolverem a vida. Nas beiras dos corpos d'água foram descobrindo as terras de cultura e de meia cultura, desenvolvendo uma pecuária extensiva e agricultura de pequenos roçados. Nesse processo foram se fixando e como resultado criaram colônias de povoamento. Dentre elas cria-se Santa Maria, antigo nome do distrito de Miraporanga, município de Uberlândia-MG.

Como lugar de paragem de viajantes, de trocas de mercadorias e oferta de serviços, o lugar foi se desenvolvendo, alcançando inegável crescimento populacional e ampliação de várias atividades econômicas.

Sobre o passado de Miraporanga, podemos observar que o distrito reuniu em seu território, comerciantes, fazendeiros e uma infraestrutura urbana que oferecia amplas possibilidades e potencialidades para amparar o crescimento e desenvolvimento econômico do lugar. Assim, afora a centralidade política e econômica ocupada por Miraporanga no cenário da época, geograficamente, o distrito ocupava uma localização estratégica, pois se situa no centro do Triângulo Mineiro.

Contudo, a sua decadência deriva de ações de parte da elite Uberlandense. Trata-se de estratégias políticas e econômicas que vão resultar na alteração do traçado original da Estrada de ferro da Alta da Mogiana. Inicialmente o trajeto da estrada foi planejado para incluir o território de Miraporanga. Assim, negado o trajeto original, deu-se o início ao crescimento econômico desta e a estagnação do outro (MONTES, 2006).

Imagem 1: Mapa dos distritos do Município de Uberlândia, MG.



Fonte: CORSI, 2006.

O distrito que antes tinha maior importância que o distrito sede, passa a desenvolver principalmente atividades agropecuárias. Com o desenvolvimento do agronegócio, principalmente a partir dos anos de 1980, inicia-se um processo de reocupação das terras agricultáveis, atraindo investidores e trabalhadores, sobretudo, no cultivo de laranja, soja, milho e também na pecuária moderna.

No entanto, como Miraporanga teve significativa importância econômica para o município, no seu espaço comparece um patrimônio cultural que merece uma reflexão e proposições voltadas para o turismo comunitário. Também se

observa a presença de patrimônios naturais, conforme fotos um e dois, que podem aderir a esse mesmo turismo.

Foto 1: Rio Tijuco, Distrito de Miraporanga

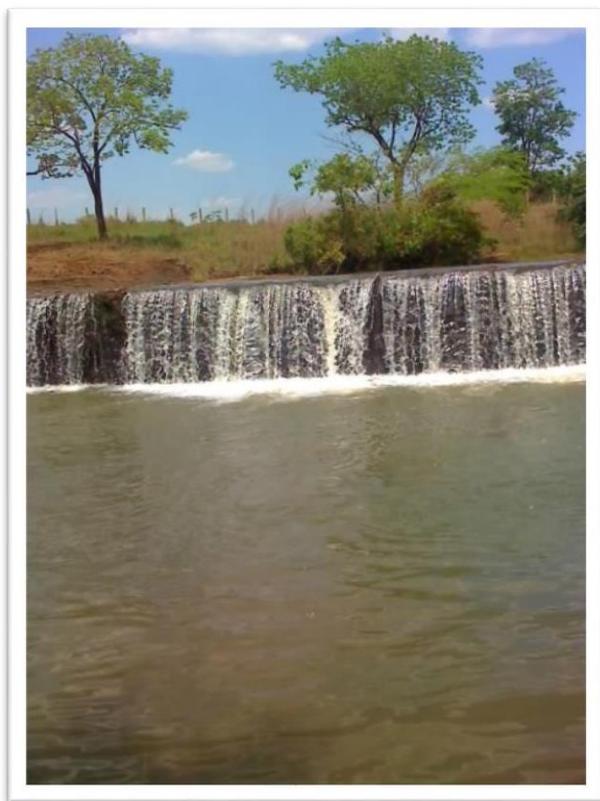


Fonte: ZUFFI, M. A., 2017.

Dessa forma, consideramos em Miraporanga possibilidades de desenvolvimento do turismo comunitário. O lugar Miraporanga como um meio de gerar renda para a população e ao mesmo tempo usar de seus patrimônios para criar atrativos turísticos. A ideia é que eles funcionem como potenciais geradores de renda e trabalho para os membros interessados em incluir o turismo comunitário em suas práticas

sociais. Também compreendemos que a efetivação dos patrimônios como atrativo turístico poderá contribuir com a qualificação profissional, cultural e econômica do lugar, uma vez que o distrito apresenta em seu entorno fazendas, trilhas, lagoas, rios e cachoeiras que podem servir de atrativos para o Ecoturismo.

Foto 2: Cachoeira da Estiva, distrito de Miraporanga



Fonte: ZUFFI, M. A., 2017

É importante ressaltar que, atualmente, o distrito não tem nenhum tipo de estabelecimento hoteleiro, ainda há necessidade de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento do turismo, bem como a restauração e manutenção dos casarões históricos que existem no lugar, conforme foto 3.

Foto 3: Casarão histórico do distrito de Miraporanga



Fonte: ZUFFI, M.A. 2008.

Um fator positivo da atividade turística deriva das políticas de investimento e desenvolvimento, como ações de fortalecimento e fomento dos destinos turísticos. Usar dessas políticas é uma forma das comunidades iniciarem no turismo, contribuindo para promoção do lugar a partir da criação de

trabalho no setor formal e informal, qualificação profissional e de enfrentamento do desafio de manter os seus patrimônios.

Nesse contexto, as estratégias comunitárias, pautadas em decisões democráticas, de inclusão das potencialidades dos atrativos turísticos poderão contribuir com a melhoria da qualidade de vida local, valorização da cultura e preservação do meio ambiente.

Para o distrito, o turismo seria uma forma de promover o acesso a bens e serviços públicos, bem como a integração com outros setores da sociedade. Também se entende que o turismo poderia atuar na formulação de ações que desencadeariam processos de visibilidade do distrito, principalmente em relação aos seus antecedentes históricos e possíveis legados para o entendimento das mutações socioespaciais vivenciadas no lugar.

Entretanto, é importante entender que os investimentos que podem ser arrançados pelo governo para que a atividade turística aconteça, são de grande importância não só para os visitantes, mas para a comunidade, pois são meios necessários para melhoria da qualidade de vida local.

De maneira geral, devemos nos preocupar com relação aos usos do lugar pela atividade turística e também com quem e como será implantado. Destacamos que quando se trata de comunidades locais, onde as pessoas com grande poder aquisitivo, investem e exploram a seu bel favor os atrativos, torna-se fundamental que a organização política dos moradores combata qualquer tipo de exclusão e exclusivismos.

Nesse caminho, destacamos também, a descaracterização cultural e territorial dos sujeitos envolvidos. Ainda observamos ações de apropriação das especificidades do lugar pelos investidores externos e como consequência, a lógica capitalista predominando, subjugando e desrespeitando toda uma vida que nele existe.

Quanto à questão da viabilidade da implantação do turismo em Miraporanga, seria necessário fazer um estudo, inclusive com simulações sobre os tipos de gastos, retornos para os investimentos feitos, e outros aspectos como divulgação e mão-de-obra qualificada na área de turismo. Uma estratégia interessante poderia surgir de parcerias costuradas entre instituições privadas, empresas voltadas para o segmento e setores do sistema S a saber:

Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). (SENADO, 2018)

A participação daquele setor que abriga um conjugado de coordenações corporativas voltadas para o exercício profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, dentre outros, seguramente poderia oferecer expertises para os investimentos em relação aos meios de hospedagem, alimentação e capacitação de possíveis profissionais do turismo. Certamente, contribuiria com um *conjunto de conhecimentos práticos* para que houvesse uma participação efetiva da população, tanto na captação de mão-de-obra quanto na criação dos estabelecimentos.

Embora seja uma tarefa complexa, é necessário pensar no lugar como um espaço de vida. O turismo de base comunitária somente será eficaz se houver participação ativa dos seus moradores, se posicionando e promovendo o respeito às tradições, práticas e costumes. O lugar implica em identidades e pertencimentos. Ele é composto e recomposto de riquezas culturais e sociais. Suas tradições englobam, pois compõem densas experiências decorrentes de conhecimentos de vida, implicados nas relações com o lugar.

Considerações finais

Na condição de ter ou obter conhecimento a respeito das políticas públicas para o turismo, é de suma importância que sejamos pertinentes quanto aos diálogos propostos em relação os usos dos lugares e da participação dos sujeitos envolvidos.

Compreendemos que o lugar tem um papel fundamental na formação dos destinos turísticos, cabendo à comunidade local incorporar em seu projeto político formas de usarem as políticas públicas do seu tempo a favor dos seus projetos de vida.

Assim sendo, a partir das reflexões apresentadas a respeito da situação do distrito de Miraporanga e do turismo de base comunitária, podemos identificar várias possibilidades, manifestadas a partir do lugar. Para os moradores serem propositivos em relação ao turismo cabe a eles a tarefa de se organizarem democraticamente a partir da comunidade. Nessa perspectiva é imprescindível que as ações aconteçam juntando pessoas e primando por coesão política, criando estratégias de desenvolvimento justas e coerentes a sua realidade, possibilitando fortalecimento dos sujeitos na defesa e valorização dos seus patrimônios histórico-culturais e ambientais.

Esse pensamento de sociabilidade comunitária que vem com esse segmento turístico, enfatiza as diversas manifestações culturais e sociais presentes no lugar vivido. Trata-se de considerar os patrimônios culturais e naturais como pertencças, como parte dos lugares vividos por esses sujeitos, de forma ativa e positiva na afirmação de sua territorialidade.

Dessa forma, a abrangência dessas questões para as comunidades deve ser encarada e cultivada como processo e desenvolvidas como práticas voltadas para as suas afirmações como sujeitos locais. Assim, o turismo implica em envolvimento políticos dos moradores, bem como na formação do sujeito cidadão, comprometido com a transformação local.

Portanto, cabe dizer que as orientações turísticas devem fazer parte das políticas públicas locais e estarem centradas na participação democrática. O objetivo deve sempre perseguir a construção participativa, colaborativa e social tanto do conhecimento como da renda obtida com a atividade, propiciando o pensamento crítico e o exercício da cidadania.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. *Desenvolvimento Turístico ou Desenvolvimento Local? Algumas Reflexões*. Publicado originalmente em: Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. 03 a 06 de novembro de 2004. Curitiba – PR. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/214/Almeida_maria_geral_da_desenvolvimento_tur_stico.pdf. Acesso em: março de 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CORIO LANDO, L. N. M. T. *Os limites do desenvolvimento e do turismo*. 2003. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio

Cultural. ISSN 1695- 7121. Disponível em:
<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS040603.pdf>

_____. *O turismo comunitário no nordeste brasileiro*. Publicado originalmente em: Anais do ANPTUR. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG. 2008.

CORSI, Elaine. *Patrimônio cultural arquitetônico e plano diretor em Uberlândia: Uma proposta de revitalização para os distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia*. Uberlândia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

MONTES, Silma Rabelo. *Os Distritos do Município de Uberlândia – MG: Dinâmica Histórica, Territorial e Econômica e sua Relação com a Cidade Sede*. Uberlândia; 2008.

NEIL, John; WEARING, Stephen. *Ecoturismo Impactos Potencialidades e Possibilidades*. Barueri : Manole, 2001

SANSOLO, D. G. *Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil*. In: BARTHOLO, R.; SANDOLO, D. G & BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009. P. 122-141.

SENADO notícias. Sistema S. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em dezembro, 2018.

UBERLÂNDIA. Prefeitura, secretaria municipal de cultura. *Dossiê de Tombamento Uberlândia*. Dossiê de tombamento e laudo do Estado de conservação. Uberlândia, 2007. Disponível em:

http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1561.pdf. Acesso em novembro, 2018.

CAPÍTULO 11

A CAPITAL DO CEARÁ ESPRAIADA NO LITORAL PELO TURISMO E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE HOTÉIS DA PRAIA DE CUMBUÇO

*Luzia Neide Coriolano
Sonale Paiva Cidrão*

Introdução

Este texto tem como objeto de investigação a Metrópole Fortaleza espreada pelo turismo e a responsabilidade socioambiental de hotéis do Cumbuco/Ceará. É a responsabilidade socioambiental como compromisso de empresas hoteleiras frente as cobranças da sociedade, sobretudo para agregar valor à imagem do empreendimento no mercado a partir da contribuição ao desenvolvimento socioambiental, bem-estar e melhoria na qualidade de vida dos colaboradores, famílias e comunidade do núcleo receptor. Proteção ao meio ambiente, segurança e saúde dos colaboradores, respeito aos direitos humanos, ou direitos básicos, assim como, melhoria das relações com empregados, clientes, fornecedores e comunidades com as quais a empresa opera, com transparência na comunicação com os grupos sociais, atitudes que servem de exemplos de responsabilidade socioambiental.

Fortaleza, capital do Ceará, recebe fluxos relevantes de turistas, capitais e mercadorias que se espriam pelo litoral que se estabelece como núcleo receptor de turismo e polarizam a cadeia produtiva do turismo do Estado. Fortaleza liga-se ao Cumbuco pelas práticas de veraneio ou segundas residências e tem o turismo como atividade econômica dinamizadora das

economias locais. É praias mais visitadas por turistas pela proximidade com a capital e por oferecer ambiente propício para o desfrute do lazer, esportes náuticos como o *windsurfe* e *kitesurf*, passeios de jangada, cavalo e de *buggy* em dunas da praia.

A conurbação de Fortaleza Caucaia, a infraestrutura turística da praia para atendimento aos fluxos sistemáticos, os encantos desse litoral, fazem-na favorita do consumo turístico. Cumbuco é núcleo receptor do turismo cearense que se destaca pelos fluxos, pela proximidade da Metrópole e pela significativa oferta de hotéis, *resorts* e empreendimentos turísticos. A área de investigação se insere geograficamente no litoral oeste do estado do Ceará.

As praias cearenses, tropicais, ostentam sol o ano inteiro e possuem balneabilidade, clima tropical amenizado pelos ventos e brisas marinhos que torna o Ceará preferido para o turismo de sol e praia e de aventuras náuticas. A estrutura rodoviária Fortaleza Caucaia atende o acesso a este lugar turístico, com eficiente receptivo transformam a praia de cumbuco em núcleo receptor de turismo, sendo o portão oficial de entrada Fortaleza. O lugar é estruturado com acomodações e restaurações para turistas, variando desde *condohotéis*, *resorts*, hotéis, pousadas, casas de veraneio, barracas de praia, restaurantes e espaços gastronômicos com atendimento especializado à demanda turística.

Fortaleza modernizada mantém vínculos com o sertão e mescla-se com a maritimidade. A atividade turística intensificada desde a década de 1980, quando, o Ceará na liderança de grupo de empresários reordena-se na condução da política cearense e implanta mudanças substantivas. Assim, em quatro décadas, o turismo se consolida como políticas públicas e privadas eficientes e eficazes com trabalhos de *marketing*. A

metamorfose do lugar dá-se com a implementação de infraestrutura urbana, com mudança da imagem do Ceará, que passa a ser lugar do sol e praias paradisíacas. As mudanças governamentais priorizam a indústria e serviços, e dão destaque ao segmento do turismo de sol e praia. O turismo dos planos de governo passa a ser política de desenvolvimento socioeconômico.

Há que se investigar as transformações e formas de uso da praia de Cumbuco e as relações com Fortaleza e de empresas de turismo que atuam nos territórios. O Ceará investe nos segmentos turísticos de sol e praia, negócios, esportivos, aventura, náuticos entre outros. Impactos provocados pelos empreendimentos turísticos sugerem estudos de responsabilidades de gestores de estabelecimentos com ecossistemas naturais e comunidades receptoras do turismo, na articulação com a MetrÓpole.

Fortaleza se relaciona pelo turismo com os municípios do litoral, em instâncias territoriais com políticas distintas, articuladas com mobilizações de fluxos turísticos que chegam aos municípios, em especial ao de Caucaia pelo uso intenso da praia de Cumbuco. A realidade investigada envolve ações de governos, gestores empresariais, residentes e turistas. Embora haja relações conflituosas, por serem atividades competitivas e tensas, também há ações colaborativas e de responsabilidades.

Portanto, o texto tem o objetivo de analisar o turismo e a responsabilidade socioambiental de empreendimentos de hospedagem na praia do Cumbuco.

O caminho metodológico percorrido

A opção é pelo método dialético tendo em vista a apreensão de conflitos e contradições do turismo, nas cidades Fortaleza e Caucaia, pelo turismo. O método ajuda a

compreender impasses nas formas de instalações de empreendimentos, e se faz essa análise evitando dicotomias, entendendo-se a realidade com visão de totalidade. Richardson (1999) explica que a parte central de uma metodologia genuinamente crítica exige lógica dialética que prioriza a totalidade, não faz dicotomia e busca as determinações dos fatos. A realidade estudada é assim, síntese de múltiplas determinações e pesquisa-la exige explicar as determinações.

A revisão de literatura aprofunda estudos teóricos, define teorias e conceitos fundantes que servem de base à análise dos processos que formalizam o objeto de estudo. A pesquisa documental contribui para compreensão da realidade pelos estudos de documentos oficiais e visões de governos e instituições. Documentos relevantes servem de fonte de informações e corroboram a compreensão do objeto. Os oficiais remetem a trabalhos técnicos, relatórios de pesquisa, indicadores turísticos, além de memorandos, e matérias que servem para dirimir dúvidas e provas dos questionamentos sobre a realidade investigada.

A pesquisa de campo realizada em Caucaia, em janeiro de 2017, na Praia do Cumbuco, leva à aquisição de dados que servem de base para a sustentação do que se investiga e aferem dados qualitativos e quantitativos. A observação *in loco* da área estudada anterior e posterior as aplicações das investigações foram necessárias. Utiliza-se técnicas de aplicação de questionários e entrevistas informais com 50 turistas, 6 gestores de empreendimentos de meios de hospedagem, e 55 residentes na comunidade. Os investigados são *stakeholders* nos e dos empreendimentos turísticos. A amostragem se dá por seleção intencional e não probabilística.

A Metrópole Fortaleza que se espraia pelo turismo no litoral

A Metrópole Fortaleza conturbada com Caucaia, é a capital cearense dispersora dos fluxos turísticos. Fortaleza do final do século XX, destaca-se por tornar-se, moderna, espetacularizada e turístificada. Moraes (1999) explica que metrópole é *habitat* humano específico porque expressa maior nível de adensamento populacional existente na terra. É cidade com volume maior de habitantes, lugar de acontecimentos e de vida para alguns, associado à escala geográfica, ou escala metropolitana. Em outra perspectiva, metrópole é *locus* da reprodução econômica e, para tanto, Gras (1974, p.87) comenta:

O aspecto fundamental da metrópole não é a dimensão ou estrutura, mas a força funcional na medida em que concentra comércio de ampla zona, sendo ponto de convergência de produtos comerciais e agrícolas”.

A importância de metrópole pela abordagem de Simmel (1979) mostra-a como sede da economia monetária. Espaço de circulação de mercadorias, trocas comerciais e reprodução social. Sob o ponto de vista do campo da política, metrópole identifica-se com organização estatal relacionada ao dinamismo próprio da cidade, movimentos sociais e urbanos com políticas públicas. Simmel (1979) aprofunda afirmando que a formação de grupos políticos, de parentesco, de associações partidárias e religiosas são parte da metrópole, inerentes ao processo de formação social e afirma que são esses grupos que limitam a participação do indivíduo no desenvolvimento de qualidades próprias e movimentos livres.

As metrópoles têm papel definido como lugares, e são várias nos países, e, as diversas abordagens, mantêm conceitos complementares. A Metrópole Fortaleza possui 314.930km²de

área e 2.452.185 habitantes (IBGE 2015), não é metrópole global, mas regional. Pelas informações da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2006), a faixa litorânea tem extensão de 34,2km de praia banhada pelo Oceano Atlântico, inclusive a orla do Rio Ceará com extensão de 43,4 km. O litoral se bifurca em direções preferenciais no sentido Leste-Oeste, entre Rio Ceará e Porto do Mucuripe, na extensão de 19,4 km (com inclusão de 9,2 km da margem do Rio Ceará, faixa passa a 28,4 km). A direção Noroeste-Sudeste situa-se entre Serviluz e foz do Rio Pacoti, com aproximadamente 15 km.

Contradições urbano-social segue por toda a extensão da Metrópole, e, na orla oeste concentram-se as favelas Moura Brasil e Pirambu que, de acordo com Jucá (2003, p.52), “em 1953 calculava-se em 18.100 o número de habitações do Moura Brasil e Pirambu”. O estudo de Parente (2012), da orla Leste situa-se a praia de Iracema até o Porto do Mucuripe, prevalecem espaços de luxo na região de moradia da classe abastada, sendo vitrine para o turismo. É onde se estabelecem hotéis de bandeiras nacionais e internacionais, condomínios, flats, apartamentos residenciais e ofertas de serviços turísticos em variedade. Enquanto o bairro do Pirambu, ocupado por migrantes vindos do sertão que fugiam de secas, de 1932, para Fortaleza, escalados pelo poder municipal para habitarem nos bairros Arraial Moura Brasil, Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará e Floresta.

Contradições espaciais não impedem a Metrópole Fortaleza de compor cenário de belezas naturais paisagísticas e culturais, atrativos turísticos. As praias acomodam jangadas distantes da orla, para atividade de pesca, de manhã cedo com retorno ao pôr do sol, carregadas de peixes, fato que movimentam a vida dos pescadores que sustentam a família e estabelecem relações comerciais com produtos do mar. A pesca é atividade

que chama atenção de turistas, pertence ao setor primário, realizada artesanalmente mostrando o trabalho e o estilo de vida dos pescadores, no cotidiano.

O espaço urbano de Fortaleza revela-se contraditório, com desigualdades sociais, deficiência na infraestrutura, denunciando negligências de gestores públicos. Contudo, desde a década de 1970, a Metrópole melhora a mobilidade urbana que possibilita maior circulação entre bairros, leva à descoberta de novos espaços, o que resulta na especulação imobiliária. Assim, de acordo com Parente (2012, p.43) abrem-se avenidas “a Castelo Branco (Avenida Leste Oeste), José Bastos, Borges de Melo e Aguanambi que dão à cidade de Fortaleza dinamização urbana”. A orla oeste de Fortaleza, desprestigiada, entra no circuito de reordenamento dos espaços da Metrópole, vira mercadoria e vai sendo cooptada pela especulação e modernidade urbana.

Fortaleza, na região Nordeste, confere posição privilegiada no turismo nacional e projeta-se para o internacional. Embora apresente diversidade de atrativos ao turismo, com predominância do segmento sol e praia, por ser área litorânea tropical, as motivações dos turistas são variadas, e, de acordo com a SETUR (2015), os motivos da demanda pela capital é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1– Demanda turística via Fortaleza, segundo motivação em 2014

Motivação	Turistas total	(%)
1.Passeio	1.435.623	45,7
1.1. Atrativos Naturais	1.246.798	84,2
1.2 Turismo Esporte/Aventura	109.537	7,4
1.3 Compras	60.689	4,1
1.4. Ecoturismo	13.026	0,9
1.5. Outros	50.180	3,4
2. Visita a parentes/Amigos	600.009	19,1
3. Negócios/Trabalho	659.695	21,0
4. Eventos e Congressos	320.423	10,2
5. Outros	125.656	4,0
Total geral	3.262.259	100,0

Fonte: Adaptado de SETUR/CE (2015).

Estudar a Metrópole turística implica o entendimento do conceito de atrativo turístico relacionado à motivação do turista. Fortaleza é, para muitos, reconhecida como capital nacional do humor, manifestação cultural típica do povo cearense. Grandes humoristas nacionais são cearenses. A culinária local, de acordo

com o Ministério do Turismo³¹ (2015), cada vez mais aprimorada e os gastos com alimentação estão entre as principais despesas dos turistas brasileiros em Fortaleza, atrás somente de despesas de transporte.

Na cozinha cearense, misturam-se sabores e elementos indígenas, temperos lusitanos e elementos negro-africanos, menciona Barroso (2000, p.12). O Polo Gastronômico da Varjota tem destaque em Fortaleza, pela oferta de comidas regionais, oficializado pela Lei de nº 9.563, de 28 de dezembro de 2009³². Assim, a Metrópole ostenta espaços culturais e equipamentos turísticos, atrativos culturais, museus, shoppings, centro de eventos e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, atrativo cultural e espaço de lazer.

O turismo é responsável pelas transformações e produção de espaços, principalmente na Metrópole e litoral, sendo que ambientes naturais sofrem impactos quando da implantação de equipamentos turísticos. Espaços do calçadão da Beira-Mar, com a feirinha de artesanato, barracas de Praia da Beira-Mar, além de espaços de hospedagens, hotéis, *resorts* e *flats*, além de prédios residenciais são direcionados ao turismo em todo o litoral. Parte do calçadão da Beira-Mar, representa a feira tendo ao fundo hotéis, prédios residenciais e *flats*.

Com o fenômeno da maritimidade ou invenção de uso do mar, a urbanização chega ao litoral de Fortaleza que se torna lugar turistificado, assim como o litoral. Surgem as segundas

³¹ Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5281-turismo-seleciona-propostas-que-divulgam-a-gastronomia-regional.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

³² Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=174793>. Acesso em 15 de setembro de 2016

residências, lazer e turismo, práticas complementares e a instituição do veraneio marítimo proporciona urbanização das praias e valorização dos espaços litorâneos, fato ocorrido nas praias de Fortaleza, em especial na Praia do Futuro e Praia de Iracema, tornando-as atrativo turístico, difundido pelo *marketing*.

O litoral de Fortaleza possui mais de 30 km de extensão e a Praia do Futuro “possui mais de 6 km de extensão sendo limitada pelo rio Cocó (a Leste) e pelo Porto do Mucuripe (a Oeste)” onde se instalam barracas de praia que representam a produção de espaço com atratividade turística, com destaque dos serviços de gastronomia, lazer e diversão. A praia do Futuro é ocupada com barracas de praia que representam modificações na paisagem natural, mar de grande beleza e receptividade. A praia passa por mudanças para oferecer espaços turísticos a quem busca ambientes naturais de diversão nas praias.

O município de Caucaia e a oferta turística

Caucaia é detentora de praias que se destacam no turismo nacional pelos recursos naturais e espaços de lazer e, das dez praias mais visitadas, duas estão no município de Caucaia, Icaraí e Cumbuco.

A renda per capita média de Caucaia é baixa, inferior a ¼ do salário mínimo (19,73%, em 2010), próximo à linha da extrema pobreza e setores da indústria, em 2012, tiveram arrecadação do Produto Interno Bruto 39,52%, no setor de serviços, 59,59% e no setor da agropecuária, 0,89% (IBGE/2015). Trata-se de município com atributos naturais relevantes, no segmento de sol e praia, além de temperatura e clima agradáveis e ambientes favoráveis à prática de esportes em praias, lagoas e dunas do município.

O litoral de Caucaia insere-se na Região Metropolitana de Fortaleza, em torno de 20 km da Capital. De acordo com a SETUR/CE 2014, Caucaia integra o litoral oeste cearense, e faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza e, para efeito de financiamentos do PRODETUR Nacional/CE (2014), está incluída no Polo do Litoral Leste. No plano de turismo, o Polo Litoral Leste compreende 10 municípios: Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama e Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí. Comumente o acesso à capital e município de Caucaia faz-se pela via Estruturante (BR-020 e BR-085) ou pela Ponte José Martins Rodrigues sobre Rio Ceará, no bairro da Barra do Ceará, inaugurada desde 1997. O deslocamento se dá pela Avenida Leste Oeste e a ponte interliga a faixa litorânea de Fortaleza com o oeste do estado. Caucaia possui área territorial de 1.228.506 Km² e população estimada em 2016, de 358.164, de acordo com IBGE (2016). De acordo com Paula et al. (2013):

O trecho costeiro de Caucaia tem aproximadamente 25 km de extensão, sendo limitado pelo Rio Ceará, a leste, e pelo Porto do Pecém, a oeste, incluindo cinco praias principais: Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco (PAULA et al., 2013, p.3).

A população de Caucaia varia em períodos de férias, com a chegada de turistas e veranistas instalados em distritos e praias. Caucaia, além das praias de Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco, constitui-se pelos distritos³³ de Caucaia, Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba (IPECE, 2006). Destes, são litorâneos distritos de Caucaia (sede), Guararu e Catuana, sendo que os

³³ Perfil básico municipal 2015 - Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

espaços litorâneos de Guararu e Catuana protegidos pelas leis ambientais, por pertencerem às Áreas de Proteção Ambiental – APA e Estação Ecológica (MORAIS, 2010, p.38).

Os municípios de Caucaia e Aquiraz são importantes e estratégicos para o desenvolvimento de atividades de lazer dos fortalezenses. Ao despontar a atividade turística, na década de 1990, as políticas públicas produzem e reproduzem novos espaços e Fortaleza como Região Metropolitana se consolida com a dinâmica de fluxos e de espraiamento dos municípios vizinhos. Caucaia, município vizinho, extensão da Metrôpole, amplia a capacidade de evolução e progresso atraindo fluxos e investimentos para estes lugares.

A praia do Cumbuco e os empreendimentos turísticos

A praia do Cumbuco, em Caucaia, encontra-se em primeiro lugar no *ranking* das pesquisas de preferências do Ceará, praia de maior visitação, conforme SETUR/CE³⁴(2015). Tem dinâmica diferenciada, por conter diversidade de serviços, infraestrutura, equipamentos e espaços naturais, para desfrute da prática de esportes radicais e náuticos. *Wind surf*, *kitesurf* e o próprio *surf*, oferecem passeios de *buggy* sobre dunas.

São elementos para desenvolvimento da oferta turística de Caucaia, constituída pelos elementos que passam a produtos turísticos. Para análise, dizem-se elementos tangíveis, considerada prestação de serviços agregados. Os produtos oferecidos, equipamentos de hotelaria, restaurantes, bares, transportes e lazer, são capazes de atrair turista que dão ao lugar dinâmica especial.

³⁴ Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, Órgão Estadual com o intuito de elevar e estabelecer o favorecimento no turismo regional.

Cumbuco é o principal destaque turístico de Caucaia e se insere na lógica do turismo convencional e de megaempreendimentos o que contribui para instalações de equipamentos turísticos. Os loteamentos alocam construção de grandes hotéis e resorts, o destaque da praia, no circuito nacional, é fator importante ao estabelecimento dos grandes empreendimentos, entre 1970 e 1980, quando espaços não ocupados, vazios urbanos ou terras de reservas são utilizados, expressos como lugares de especulação passíveis de urbanização.

A construção de empreendimentos imobiliários e turísticos é foco de investidores quando da observância do quanto promissora para a atividade é a praia do Cumbuco. Investidores nacionais e internacionais investem no litoral. As mudanças sociais e estruturais, no território do Cumbuco, são resultantes da mudança espacial em São Gonçalo do Amarante, próximo à praia do Cumbuco, onde se aloca o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Executivos do Porto, muitos de outras nacionalidades, estabelecem residências na Praia do Cumbuco, apropriadas ao lazer.

Caucaia, segundo dados do IBGE (2012), comporta o maior número de residências secundárias no estado, perdendo apenas para Fortaleza, entre os anos de 1980 e 2000. Após este período, quando as segundas residências caem em desuso, Aquiraz passa à frente de Caucaia, no segundo lugar, e deixa Caucaia em terceiro. Fatores vários consolidaram a praia do Cumbuco, nos anos 2000 para torna-la núcleo receptor de turismo, tornando-a mais visitada do Ceará, depois de Fortaleza, na Região Metropolitana. Fez-se destino de visitação preferido no circuito, com diversidade de atrações em um só lugar, variedades de segmentos turísticos com o uso do mar.

A praia oferece espaços originais para práticas de esporte náutico e é cenário de competições internacionais de *kitesurf*, esporte seletivo do turista de elite. Encontra-se na cadeia produtiva do turismo os bugueiros que oferecem transporte atrativo por praias e dunas pela Cooperativados Condutores de Veículos para Passeios Turísticos (COOPTUR). De acordo com o portal do Cumbuco (2016), além de esportes náuticos, oferecem-se passeios de *buggy* pelas dunas, passeios de jangada, quadriciclo, a cavalo ou jumento e “skibunda” descida das dunas sobre pequena prancha de madeira, até ao encontro das águas. São passeios oferecidos “com emoção” ou “sem emoção”, com preços predeterminados e motoristas com experiências. (Figura 1)

Figura 1 - Bugres de Cumbuco



Fonte: As pesquisadoras (2016).

Em 2007, a Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE)³⁵ emitiu 22 licenças para construção de empreendimentos em Caucaia, das quais, 18 no litoral, ou seja, 82% de cinco lugares litorâneos. De 14, para complexos

³⁵ Superintendência do Meio Ambiente do Ceará, 2007.

hoteleiros e pousadas, todas na praia do Cumbuco, que concentra 63,3% de licenças de empreendimentos no município para turismo. A busca por espaços para a construção de equipamentos ou instalações, principalmente de complexos hoteleiros/*resorts*, leva investidores de capital internacional, estrangeiros preferirem áreas litorâneas, de forma a se efetuarem negócios e parcerias com o estado e, com Caucaia. Estabelecem-se assim, relações de negócios e vínculos com turismo de negócios, no município de Caucaia.

Cumbuco, praia extrema do litoral de Caucaia e menos ocupada, locus de segunda residência, de acordo com a SETUR (2016), é um dos principais destinos turísticos da região metropolitana de Fortaleza. Nas décadas de 1990 a 2000, a atividade turística do estado se consolida e amplia atividades turísticas. Com a especulação imobiliária latente, o mercado imobiliário vê a praia do Cumbuco como lugar propício à instalação de empreendimentos de porte internacional. Os empreendimentos atraem investimentos na construção de grandes complexos de lazer, caso do Cumbuco Golf Resort (2011)³⁶, instalado na Barra do Rio Cauípe, do grupo Vila Galé Sociedade de Empreendimentos Turísticos S.A. De acordo com a SETUR (2010), a construção contribui para o aumento de fluxos turísticos para a região. O grupo lança o *VG Sun²*, ao lado do Vila Galé Cumbuco, projeto que oferece serviços exclusivos do hotel. Destina-se à turistas, mas abriga primeiras e segundas residências de executivos do porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, nas proximidades do Cumbuco.

Ressalta-se que o Vila Galé³⁷ é o segundo maior grupo hoteleiro de Portugal que, além de investimentos no Ceará,

³⁶ Vila Galé em <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negócios/vila-gale>

³⁷ Grupo Vila Galé: <http://www.vilage.com/pt/hotéis>

possui *resorts* nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, sete empreendimentos entre hotéis, *eco resorts* e *resorts*, conforme informação no site do grupo, o que comprova interesse estrangeiro sobre áreas naturais litorâneas do país, e faz reverberar interesses econômicos acima de interesses socioambientais.

Duro Beach Hotel Restaurante e centro de *Kitesurf*, ideal para quem busca esportes radicais. Empreendimentos como Carmel Cumbuco Resort, possuidor de centro fitness e acomodações luxuosas, frente ao mar, e *Wai Wai Cumbuco EcoResidence*, empreendimento inovador e sustentável da região, contêm *fitness center*, *spa*, restaurantes e luxo para atendimento das necessidades de classe econômica abastada.

O sistema oficial do Ministério do Turismo, CADASTUR (2016), apresenta apenas cinco meios de hospedagem cadastrados: pousada Durobeach, Pousada Brasita, VilaGalé Cumbuco, Bada Hostel, Onna Beach Cumbuco. Conta com barracas de praia, restaurantes e bares para atender a demanda, não somente durante o dia, mas à noite, de forma a atender exigências do público não somente nacional, principalmente estrangeiro.

A Secretaria de Turismo do Ceará SETUR (2016) divulga que o fluxo de estrangeiros, pelo Aeroporto Pinto Martins e terminais do Porto do Pecém e Porto do Mucuripe, cresce em 21% nos meses de janeiro a junho de 2015, em comparação com o mesmo período em 2014. Turistas que desembarcam no aeroporto representam crescimento de 16% e turistas marítimos representam crescimento de 69%. A via aérea, em Fortaleza, tem voos diretos da Argentina, Alemanha, Colômbia, Cabo Verde, Estados Unidos, Itália e Portugal, o que significa 52% de visitantes (SETUR, 2015). Conforme perfil do turista, a maioria

é de europeus, sendo a Itália o principal emissor, com 19%; Portugal, 18,9%; Alemanha 8%, França 7,4%.

A ocupação da praia do Cumbuco se dá em tempos remotos pelos nativos da região que, nos primórdios, vivem da pesca e pequena agricultura, posteriormente pelo deslocamento de pescadores oriundos de Fortaleza. Em 1920, de acordo com Pinho (1981), o pescador deixa a praia de Iracema e se desloca à do Cumbuco, insatisfeito com a vida. Nessa década, dá-se início à ocupação da praia de Iracema pelas famílias abastadas, para construção de casas de veraneio à beira-mar, em que residentes da metrópole se apropriam de novos costumes oriundos da Europa que são práticas de banho de mar com fins terapêuticos (DANTAS, 2002). A apropriação do espaço litorâneo é promovida, inicialmente pela elite, decorrente dos novos hábitos.

Anos depois, em 1950, conforme Dantas (2002), no litoral de Caucaia, praia de Iparana, ocorre a construção do Serviço Social do Comercio – SESC, primeiro empreendimento de veraneio no município, hoje transformado em Colônia Ecológica do Sesc Iparana. Assim, interesses chegam à área que não representam a ocupação para moradia, e sim para lazer. De acordo com Dantas (2009), na década de 1970, veranistas iniciam a construção de segundas residências, em espaços litorâneos que não Fortaleza. Insatisfeitos com o estado das praias da Metrópole pela poluição, se deslocam para praias vizinhas, caso de Icaraí e Cumbuco, em Caucaia, e praia do Iguape, em Aquiraz (DANTAS, 2002).

Lembra-se que práticas marítimas modernas se efetivam pela busca e apropriação de espaços litorâneos, fato que antecede e promove a ocupação turística. Descoberto o litoral para fins terapêuticos, segue lenta modificação de atitude e interesse da sociedade. Inicia-se pela busca de lazer, em

ambientes praianos onde as famílias usufruem do espaço em segundas residências. O passo seguinte é a descoberta do litoral pelos turistas.

No entendimento de Gormsen (1989, p.78), em análise a espaços turísticos mexicano, existem três fases de desenvolvimento de ocupação: a primeira fase realizada pelos pioneiros do lugar que, por caminhos difíceis, conformam-se com alojamentos modestos; a segunda fase, demanda e iniciativa privada, com investimentos nacionais e estrangeiros, empreende-se a construção de hotéis de baixa e média categorias, ao mesmo tempo que se constroem segundas residências; e a terceira fase com investimentos em grandes projetos, com base em iniciativas provenientes do estado.

A ocupação assemelha-se com as do Brasil, uma vez que na primeira fase, o espaço é descoberto e ocupado pelos nativos; na segunda, a descoberta se dá pelos veranistas residentes, na proximidade do lugar, e na terceira fase ocorrem investimentos públicos e privados para aplicabilidade de infraestrutura e empreendimentos hoteleiros, de baixo, médio e grande portes, para atender a turistas nacionais e internacionais.

No Ceará, quando da descoberta da praia do Cumbuco, inicialmente pelos pescadores, depois por especulador, que expropria donos da terra e os transfere para uma vila mais distante e concentrada para os pescadores. Em seguida loteia a terra e vende para construção de segundas residências. A partir da década 1980, iniciam programas de investimento do turismo que dão suporte financeiro e estrutural, quando Caucaia é, desde o início, beneficiada pelos programas de desenvolvimento de turismo do Ceará.

De acordo com Santos (1994, p.44), “lugar é o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes”. A praia do Cumbuco é um lugar onde a atividade turística

viabiliza, com possibilidade de contribuição do desenvolvimento. Diz Tuan (1983, p.4) que “lugar” e “espaço” são termos familiares que indicam experiências comuns. “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor, onde são feitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”. Na concepção de Santos (2005, p.158) “lugar define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. O lugar Cumbuco é parte do litoral com relevante importância, em decorrência da implantação dos programas de manutenção de turistificação no estado. A cultura do Cumbuco, a Vila de Pescadores e modo de vida local vincula ao mar, favorece a identidade da praia. Conforme p. 114). Os lugares históricos que guardam memórias são considerados mais importantes para o turismo (CORIOLANO, 2012).

Rica pelo patrimônio cultural, além da qualidade balneária e paisagística, mantém características, à época da Colônia de Pescadores e construção da Vila de Cumbuco, reformada na década de 1982, no entanto a crescente expansão pela produção de novos espaços de lazer alimenta o fluxo turístico e gera impactos positivos. Quanto à geração de renda e emprego à população local e impactos negativos, quanto à degradação ambiental, imposição de nova identidade aos moradores devido à presença de estrangeiros e outras pessoas de outras regiões, ocorre predisposição à violência, dentre outros problemas.

Sobre o Estado recai o dever de cobrar responsabilidade social³⁸, o que não ocorre, com prejuízo para a população.

³⁸ Para Megginson *et. al* (1998, p.93), responsabilidade social é o dever que a administração tem em estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir caminhos de ação que são fundamentais em termos de valores e objetivos da sociedade.

Fatos, relatos e fotografias de campo registram que a negligência é do poder público e de empreendimentos que não se empenham em ações que, de fato, comprovem o compromisso com o social e também com o ambiental. No entanto, alguns empreendimentos têm visão de desenvolvimento que contribui para melhoria social e ambiental, embora não suficiente.

Pensar responsabilidade social e ambiental exige ética, compromisso com direitos humanos, com o planeta, comportando-se de maneira responsável e com sustentabilidade. Reconhecer insustentabilidade ecológica e limitações da natureza é promover bem-estar do público interno e externo, é aplicar gestão administrativa de desenvolvimento que corrobore com o sucesso da empresa, dos que estão envolvidos e da preservação ou conservação da natureza. De acordo com Ashley (2003, p.6), “responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para melhoria da qualidade de vida da sociedade”. A responsabilidade socioambiental compreende ações que têm como resposta consequências positivas para com a sociedade e a natureza. Declaram Virgínio e Fernandes (2011) que:

A responsabilidade socioambiental inclui dentre outras questões, as relações diretas com a comunidade e funcionários mantendo uma atitude profissional positiva, através da dignidade, honestidade e do respeito mútuo, procurando agir com imparcialidade e objetividade, assim como o comprometimento com a preservação do meio ambiente e o respeito à dignidade humana. (VIRGINIO; FERNANDES, 2011, p.226).

A importância do turismo como veículo de desenvolvimento social e econômico é referendada pela comunidade internacional em numerosas iniciativas. O

patrimônio natural e a biodiversidade são ferramentas estratégicas da atividade turística. O turismo impacta, na comunidade, com a produção de novos espaços, o que representa progresso para alguns, mas, noutra perspectiva, significa degradação por degradar o ambiente. Entretanto produzem-se novas maneiras de sociabilidade, entre o novo e o antigo, mostrando contradições do turismo, na Praia do Cumbuco. O processo de evolução e ocupação desordenada causa preocupação e acarreta mudanças que, no decorrer dos anos, transformam-se em problemas impactantes para a região. Assim declara Luchiari (1998):

O movimento entre o velho e o novo, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer (LUCHIARI, 1998, p.3).

A pesquisa de campo revela contradições e falta de políticas por parte do poder público: cada empreendedor faz ao seu modo. De acordo com Santos (2009), residentes se preocupam em se beneficiar com o que gera o turista do que propriamente com a hospitalidade. Ou seja, o turismo passa a ser necessário, embora a presença incomode, porque o dinheiro faz falta. (SANTOS, 2012, p.127). O processo de urbanização faz-se necessário para consumo do lugar, assim ações de empresários junto com o poder público constroem e reformam espaços que geram novas formas de sociabilização e lazer, entre turistas e residentes. A articulação entre poder público e privado, no sistema capitalista, torna a Praia do Cumbuco mercadoria,

vendida em benefício de turistas, empresários e residentes que conseguem sobreviver do turismo.

A Praia do Cumbuco transforma-se em produto negociável, no mercado que é desigual a partir do momento em que se estabelece que podem pagar mais ou menos pelo usufruto do produto. Existem os que buscam produtos de luxo proeminentes do alto poder aquisitivo, e os que buscam produtos e formas de lazer, de poder aquisitivo inferior. Ou seja, o modelo de produção capitalista cria mercadorias no mercado fatiado, realizando desejos dos que pagam mais por algo maior e menos por algo menor, variando de acordo com o poder aquisitivo.

Propriedade privada é condição de sociedade capitalista. Nessa ordem, os conflitos de classe pelo uso e ocupação do ambiente, geram contradições com império da geração do lucro e impactos que, embora o Estado deva prestar constas à sociedade, acabam por cumprir com os objetivos do capitalismo, não dando atenção ao meio ambiente, conservação ambiental, preservação, nem ao bem-estar da sociedade e pessoas pobres de periferias. São condições que empreendimentos se instalem à beira-mar e em qualquer lugar em que o capital se instala para reprodução. A Praia do Cumbuco é detentora de fluxos turísticos, com urbanização desordenada, aliada à expansão de novos empreendimentos, crescendo a especulação imobiliária.

A responsabilidade social, na área do turismo, remete a decisões e atividades que mitigam impactos da comunidade. Antigos conceitos de hierarquia, administração formal, autoridade, princípios gerais da administração passam a ser criticados e novos conceitos, motivação, liderança, comunicação informal e responsabilidade evidenciados. Revela Chiavenato (1980, p.163) que “a administração científica de Taylor se baseava na concepção de *“homo economicus”* segundo o qual o comportamento humano é motivado exclusivamente pelo lucro,

pelas recompensas salariais e materiais do trabalho”. Tem como precursores Elton Mayo (1880-1949) e Kurt Lewin (1890-1947) e mostra a nova concepção que passam às empresas, fazendo referência não mais ao “homo economicus” e sim ao “homo social”, em que a fonte de motivação não é apenas recompensa salarial e material do trabalho, mas valor de recompensas sociais, simbólicas e não materiais. A teoria discute o contexto da responsabilidade social das organizações e empresas (CHIAVENATO, 1980).

Diz Alves (2003, p.38) que “a origem da ideia de responsabilidade social da empresa remonta ao final do século XIX e início do século XXI”. Em 1899, nos Estados Unidos, publica-se a obra *O Evangelho da Riqueza*, de Andrew Carnegie, que apresenta responsabilidade social interligando a princípios básicos: “caridade e *stewardship*”, o que significa tratar com caridade e zelo, ou custódia, conforme relato de Maximiano (1997). Andrew Carnegie (1835-1910) é fundador da U.S Steel Corporation, empresa fortemente atuante na área da filantropia. Nessa visão, a responsabilidade social tem raízes religiosas em que se destaca a ideia de que os mais afortunados devem assistir os menos afortunados e em que os benefícios econômicos devem contribuir para o atendimento das necessidades da sociedade e não somente de empresas: empresas americanas fazem doações e assistencialismo aos necessitados, em resposta à ideia (ALVES,2003).

Em 1953, nos Estados Unidos da América, edita-se o livro *A Responsabilidade Social do Homem de Negócios*, de autoria de Howard R. Bowen, publicado no Brasil quatro anos depois, em 1957. Dizem Duarte e Dias (1986) que daí iniciam análises mais criteriosas e profundas do conceito de responsabilidade social. É importante dizer que Howard Bowen teve apoio do Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América que ressalta

o caráter religioso, no contexto da sociedade americana. Além de Bowen, Andrew Carnegie, um dos pioneiros do assunto, com a obra “O Evangelho da Riqueza”, faz abordagens de caráter religioso, conforme Maximiano (1997). A responsabilidade leva ao caráter religioso.

No entendimento de Bowen (1953, p.14-16), “a responsabilidade social se refere a obrigações das pessoas de negócios em adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, compatíveis com os fins e valores da sociedade”. Nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de responsabilidade social se difunde nos Estados Unidos, com o crescimento e poder das empresas, conforme mostra Macedo (2016, apud COLTRO, 2004, p.27). Na opinião de “Peter Drucker, é em função de a empresa ser bem-sucedida, no mercado, que cresce a necessidade de ações responsáveis, no sentido de diminuir problemas sociais, tornando a responsabilidade social importante” para que as empresas mantenham sustentabilidade (ASHLEY, 2003, p. 7).

No fim de 1960, o conceito se difunde na Europa, e nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, discute-se o meio ambiente e desenvolvimento, passando pelas responsabilidades. Em 1987 o *Relatório de Brundland*, conhecido relatório *Nosso Futuro Comum*, divulga o conceito de desenvolvimento sustentável. Quando as práticas de responsabilidade socioambiental em meios de hospedagem de Cumbuco passam a ser comum em empreendimentos de economia de água com uso de torneiras com fechamentos automáticos e válvulas com controle de liberação. Observa-se o uso de energia solar, além de uso de lâmpadas de baixo consumo energético, proposta de reutilização de roupas de cama e banho e limpeza da praia. A separação do material para reciclagem é

prática dos empreendimentos pesquisados, mas não comprovadas as falas de gerentes, no sentido de haver reciclagem de resíduos. Empreendimento informa que o descarte de óleo é efetuado de maneira ecológica, sem divulgação, na fase inicial do projeto da ação.

Há incentivo a iniciativa privado com o Instituto Triângulo, juntamente com a prefeitura de Caucaia, ao projeto de juntar óleo de cozinha e descarte de maneira sustentável, conscientizando a população do não descarte de óleo de cozinha na rede de água e esgoto. O projeto propõe a troca do óleo usado que entregue ao caminhão de coleta, recebe, em troca, até duas barras de sabão biodegradável produzido com óleo reciclado. Outro empreendimento, em 2016, fez campanha de ações que atendem crianças carentes, no município de Caucaia-CE. É um projeto de responsabilidade social que propõe “apadrinhamento” de crianças carentes e vincula-se à “Instituição Criança Levante-te” na comunidade próxima ao hotel, na Praia de Iparana.

Trata-se de organização não governamental que acolhe crianças do Conselho Tutelar e da Vara de Infância, do município. O projeto da Instituição oferece reforço escolar, escolinha de futebol, refeições e internamento de pais com dependência química, e outras propostas. As crianças recebem presentes no Natal, com a campanha do resort “Natal Solidário”. Ações de responsabilidade socioambiental dos empreendimentos não fazem parte do interesse de gestores na divulgação, nem mesmo para consumidores e residentes, fato que deve ser revisto e incluído nos objetivos e prioridades dos empreendimentos. A análise de resultados da pesquisa é desenvolvida na praia do Cumbuco, dos meios de hospedagem: Carmel Cumbuco Resort, Hotel Boutique 0031, Hotel Kariri Beach, condomínio Vila Cumbuco e condomínio Royal Beach.

Considerações finais

A implantação de empreendimentos turísticos internacionais acrescenta status ao lugar para torná-lo turístico, mas, retira a originalidade do Cumbuco que tem história pautada na colônia de pescadores e gente do mar. Os empreendimentos não promovem a valorização do patrimônio e a cultura local, zelam pela padronização dos lugares e técnicas homogêneas. Assim, pode-se dizer que Cumbuco ao ser inserido no turismo não é mais o mesmo lugar e o residente perde parte do sentimento de pertença e das raízes. As empresas predominam e não fazem parcerias com as pessoas do lugar. Não deixam claro as pretensões quanto aos objetivos da empresa, quanto à prática de ação de responsabilidade socioambiental.

Daí a dificuldade que sentem em dar respostas aos questionamentos propostos pelas pesquisadoras, se negam a receber pesquisadores. Frente aos problemas decorrentes do uso turístico da praia, os empreendimentos de hospedagem desenvolvem ações praticamente insignificantes em relação ao desenvolvimento do lugar e à valorização das pessoas. O tema responsabilidade socioambiental está mais relacionado a expectativas de licenças e premiações do que efetivamente de mudanças necessárias: desenvolvimento e sustentabilidade.

Conclui-se que muitas empresas ainda que assumam critérios de responsabilidade socioambiental, não concedem aos *stakeholders* a devida importância. Adéquam-se às novas exigências do mercado para aquisição de certificados de excelência, mas decisões tomadas pelos gestores priorizam a geração de lucros, desligando-se muitas vezes da base de responsabilidade social. O modo de produção capitalista prima pela obtenção de capital e lucro e as empresas esquecem atitudes

de preservação e conservação da natureza. A ideia de compartilhamento dos planos e decisões facilita o equilíbrio de interesses da empresa e da comunidade. Os interesses dos proprietários, na geração do lucro, precisam se coadunar com os dos *stakeholders*.

Referências

ALVES, Elvisney Aparecido. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *R. Adm.*, São Paulo, v.38, n.1, p.37-45, jan./mar. 2003.

ASHLEY, Patricia Almeida. (org). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARROSO, Osvald. *Ceará: Uma Cultura Mestiça*. João Pessoa: Grafser, 2000. Disponível em:
<<http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CearaCulturaContextos/Diversificado/Ceara%20-%20Uma%20cultura%20mestica.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BOWEN, Howard Rothmann. *Responsabilidades sociais dos homens de negócio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1953.

CORIOLOANO, Luzia Neide. *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Recife: Ed.: McGraw-HILL do Brasil, 1980.

COLTRO, A. *A ética e a responsabilidade socioambiental corporativa: questões contemporâneas*. São Paulo: Conhecimento & Sabedoria, 2004.

DANTAS, E.W.C. *Mar a vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará. 2002.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. *Responsabilidade Social: a empresa hoje*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1986.

GRAS, N. S. B. El desarrollo de la economía metropolitana en Europa y en América. In: THEODORSON, G. A. *Estudios de ecología humana*. Barcelona: EditorialLabor, 1974, v. 2, p. 321-335.

GORMSEN, Erdman. *El turismo internacional como nuevo frente pioneiro em los países tropicales*. Teoría y praxis del espacio turístico. Xochimilco, 1989, p.78-91.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referências em 1º de julho de 2015*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/nota_metodologica_2015.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016*. Acesso em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 07 jan. 2018.

JUCÁ, Gisafran. *Verso e reverse do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *Asociación Canária de Antropologia*, n.4, 1998. Disponível em:

<<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/ot autores/fortcon.pdf>> Acesso em: 06 jan 2016.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. *Teoria Geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada*. São Paulo: Atlas, 1997.

MEGGINSON, L.C.; MOSLEY, D.C.; PIETRI JUNIOR, P.H. *Administração – conceitos e aplicações*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Institucional*. (2015) Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MORAIS, Lucia de Fátima Sabóia de. *Para onde sopram os ventos do Cumbuco? Impactos do Turismo no litoral de Caucaia, CE*. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia), Universidade Estadual do Estado do Ceará, Fortaleza, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Contribuições para a gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

PARENTE, Karlos Markes Nunes. *Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na Orla Oeste de Fortaleza: Embates políticos e contradições socioespaciais*. 2012. 142f. Dissertação. Mestrado em Geografia – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

PAULA, Davis Pereira de; MORAIS, Jader Onofre de; DIAS, João Manuel Alverinho, FERREIA, Óscar. *A Importância da Praia do Futuro para o desenvolvimento do turismo de sol e praia em Fortaleza, Ceará, Brasil*. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium, Ituiutaba, v.3, n.2, p. 299-316. Dezembro, 2012

PINHO, Elizabeth Magalhães Martins. *A atuação do capital imobiliário em um distrito pequeno cearense*. Monografia (Graduação em Sociologia) –Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (1981).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Projeto Orla*. Fortaleza: SEMAN, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Rafael. Híbridação cultural e turismo. In: GRABURN, Nelson et al (Org.) *Turismo e antropologia: novas abordagens*. Campinas: Papirus, 2009

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. *Indicadores Turísticos 1995/2015*. fevereiro, 2015.

Disponível em:

<<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/indicadores-turismo-1995-2016.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. *INDICADORES TURÍSTICOS 1995/2014*. fevereiro, 2015. Disponível em: <www.ceara.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Gabinete do Governador. Disponível em:

<<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/noticias/1725-o-emprego-recebeu-investimento-de-r-470-milhoes-e-vai-gerar-1200-empregos>>. Acesso em 10 fev. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. *Perfil básico municipal 2015*. Fortaleza: IPECE, 2015. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2015/Caucaia.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SIMMEL, Georg et al. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**, v. 4, p. 11-25, 1979.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

VIRGINIO, D.E. e FERNANDES, L.V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal,

RN. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.11, n.2.
p.220-233, ago.2011.

CAPÍTULO 12

A ATENÇÃO AO TURISTA EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE EM DECORRÊNCIA DE EVENTOS NATURAIS EXTREMOS

*Anderson Pereira Portugal
Rildo Aparecido Costa*

Introdução

O presente trabalho trata de um tema importante, porém pouco trabalhado nos planejamentos públicos do turismo. Quando eventos naturais extremos acontecem, as pessoas expostas aos efeitos da ocorrência se tornam vulneráveis às consequências diretas e indiretas, o que implica ocasionalmente em grandes prejuízos individuais e coletivos.

Até o início do século XXI, os eventos naturais extremos não faziam parte das preocupações dos planejadores do turismo na maior parte dos países do mundo. Com raras exceções, os governantes e empresários não dedicavam esforços e investimentos na orientação dos agentes receptores do turismo quanto aos protocolos de respostas em caso de eventuais terremotos, tsunamis, inundações, deslizamentos, desmoronamentos, tufões, furacões, tornados e outros. Porém, em 26 de dezembro de 2004, um sismo submarino com epicentro na costa de Sumatra, na Indonésia, provocou um tsunami devastador, que impactou a maior parte dos recortes continentais banhados pelo Oceano Índico. Este evento colossal provocou a morte de mais de 230 mil pessoas em 14 diferentes países e causou grande perplexidade global (MARTÍNEZ e MOTA, 2005).

Até os dias atuais não se tem notícias de milhares de pessoas, que foram inicialmente dadas como desaparecidas e posteriormente tiveram seu óbito declarado de ofício pelas autoridades, ainda que seus restos mortais nunca tenham sido encontrados. O governo da Indonésia, nesse caso, declarou a morte de mais de 70 mil pessoas. Segundo os dados divulgados pelos governos dos países mais atingidos, cerca de 3.500 turistas morreram, ou desapareceram e milhares se feriram por ocasião daquele tsunami.

Segundo a Organização Mundial de Turismo, órgão da Organização das Nações Unidas para os setores de turismo, lazer e atividades correlatas:

El tsunami, que ha sido la mayor catástrofe natural de la historia, ha tenido unas repercusiones enormes en el turismo de la región. Después de causar inimaginables escenas de devastación, un total de más de 280.000 muertes y un censo de más de 3.500 turistas muertos o desaparecidos, el tsunami ha dejado un fuerte temor psicológico a visitar la región. Los países que han sufrido las consecuencias más graves en el sector turístico son Sri Lanka –aunque los destinos del interior siguen funcionando con normalidad –, las Maldivas –con cerca de 25% de sus complejos cerrados–, y Tailandia – donde se han visto afectados tres famosos destinos de playa –. Si bien la magnitud de la tragedia humana ha sido ingente, la OMT calcula que el turismo a los destinos afectados no representa sino 1% de las llegadas mundiales. En plena recuperación de la crisis del SRAS, Asia y el Pacífico ha sido la región turística de mayor crecimiento del mundo en 2004. Las perspectivas de la región a medio y largo plazo siguen siendo buenas, ya que ha demostrado repetidamente su resistencia en muchas crisis a lo largo del último decenio. A corto

plazo, necesita asistencia para que regresen los turistas y para ayudar a las pequeñas empresas que dependen del turismo a sobrevivir hasta entonces (OMT, 2005, p. 3).

A partir dessa declaração, constante em um plano de ação da OMT para a área atingida, iniciou-se uma ampla revisão de procedimentos de planejamento para reconstruir a área atingida e, ao mesmo tempo, ampliar a segurança do turismo em áreas costeiras.

O tsunami do Índico impactou de muitas formas o setor de turismo. Como visto, nas áreas atingidas, muitos hotéis, *resorts* e portos foram destruídos e milhares de turistas estrangeiros faleceram e outros tantos ficaram expostos a uma série de problemas decorrentes da devastação causada pelo evento. Surgiu aí uma série de discussões em diferentes universidades e órgãos públicos, sobre o que fazer para minimizar a vulnerabilidade dos turistas (sobretudo estrangeiros), que por estarem em momentos de lazer durante suas viagens, nem sempre sabem reagir de forma correta quando tais catástrofes acontecem.

Antes de 2004, os eventos naturais extremos raramente eram incorporados aos planejamentos locais/regionais do turismo e, quando eram, o faziam de forma fragmentada, sem articulação ou formação de redes de cooperação em pesquisas e elaboração de protocolos. Desde então, uma série de ações vêm sendo empreendidas em diversos países como: Estados Unidos, México (MARTÍNEZ e MOTA, 2005), Costa Rica, Portugal (GONÇALVES, 2012), Guiné Bissau, Cabo Verde (GOVERNO DE CABO VERDE, 2017), Chile (HERRERA, 2012) e outros, para prevenir a exposição desnecessária dos viajantes aos riscos ambientais em áreas susceptíveis a eventos naturais extremos.

No Brasil, entretanto, a questão dos eventos naturais extremos é tradicionalmente considerada pouco relevante para o

planejamento do turismo, tanto que raramente se lê trabalhos sobre o assunto em revistas acadêmicas e eventos científicos do setor. Para a Copa do Mundo de 2010 e para as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, O Brasil elaborou planos de emergência de alta qualidade, mas levando-se em consideração apenas as ameaças de terrorismo e convulsões sociais.

Em outras palavras, o Brasil ainda não elaborou um protocolo adequado para atender os turistas em situações de eventos naturais extremos e isso decorre de um equívoco lamentável: a crença de que o Brasil é um recanto muito seguro do mundo, onde nada de muito relevante poderia ocorrer.

Os estudos mais relevantes do Brasil, referem-se a algumas regiões bem específicas no Sul do país (Zucco, Magalhães e Moretti, 2010; Wachholz e Rudzewicz, 2011; Rocha e Matedí, 2016; e outros). Geralmente os protocolos de ação são os mesmos adotados pela Defesa Civil para o atendimento das comunidades residentes quando atingidas por eventos extremos, tais como: secas prolongadas, enchentes, deslizamentos, desmoronamentos em cavernas e outros. Entretanto, o tema é sério, intrigante e merece ser mais discutido.

Este trabalho tem, então, o propósito de contribuir com as discussões já acumuladas, aportando discussões que possam de alguma maneira ajudar na elaboração de protocolos de atenção aos turistas em situações de eventos naturais extremos.

Objetivamos discutir a complexidade inerente da atenção ao turista, refletindo sobre sua vulnerabilidade e propondo caminhos para minimizar os efeitos negativos dos eventos catastróficos.

Trabalhos dessa natureza são importantes para sensibilizar os gestores públicos sobre o assunto, que impacta diretamente na imagem mercadológica do destino turístico, assim como na

credibilidade do país frente a opinião pública nacional e internacional. Do ponto de vista humano, refletir sobre a temática pode reduzir transtornos, desaparecimentos, óbitos e vulnerabilidades desnecessárias, caso um protocolo consistente seja colocado em ação em situação de eventos naturais extremos.

Para a realização das discussões propostas, buscamos na literatura estudos que tratam do assunto, assim como os conceitos mais relevantes para a discussão do tema. O trabalho traz ainda um conjunto de propostas de intervenção nas ações do Poder Público, além de reflexões críticas a respeito do trabalho já realizado pela Defesa Civil em nosso país.

O dilema dos protocolos falhos.

A pesquisa documental realizada para a elaboração desse ensaio nos revelou que de fato não há no Brasil um protocolo adequado para orientar as ações da Defesa Civil em relação ao turismo (sobretudo internacional), em caso de eventos naturais extremos. Um dos principais documentos disponibilizados pelo Ministério da Defesa foi elaborado pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina.

De acordo com o CEPED/UFSC (Furtado, *et. al.* 2014), a Constituição brasileira de 1988 determinou em seu Art. 5º que é dever do Estado garantir a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Já em seu Art. 21, a Carta Magna estabelece a necessidade de planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações.

São desses comandos constitucionais que nasceu a legislação vigente no Brasil para normatizar as ações da Defesa Civil. Segundo esse mesmo documento, ainda em 1988 a Defesa

Civil começou a ser idealizada como instituição estratégica para redução de riscos de desastres. Ela teria surgido com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC). Desde então, essa organização social foi aprimorada tanto do ponto de vista normativo/legislativo, quanto operacional.

A pesquisa realizada nos repositórios de Teses e Dissertações em Turismo no Brasil revelou que nos Programas de Pós-Graduação em Turismo, assim como nos periódicos dessa área, há um grande silêncio sobre o assunto, mesmo que em outros países, inclusive de língua portuguesa, a questão dos eventos naturais extremos já seja abordada com maior atenção. A produção bibliográfica em língua portuguesa também é escassa.

As políticas públicas, portanto, refletem a atenção aos territórios vulneráveis e estabelecem protocolos para o atendimento à população em caso de grandes calamidades. O que falta é um detalhamento em relação ao turista em virtude dos seguintes fatores

- Os turistas estrangeiros, mesmo que saibam se comunicar em língua portuguesa, podem ter dificuldade em se expressar durante eventos de grande estresse.
- Em calamidades, pode ocorrer a dispersão das famílias, o que exige cuidados especiais com turistas que não falam a língua portuguesa, em especial com crianças, gestantes, portadores de necessidades especiais e idosos.
- Quando ocorre grande destruição patrimonial em hotéis e similares, é comum que turistas percam documentos, dinheiro e cartões de crédito. Sem documentação e sem condições de se comunicar em língua local, o pânico pode acometer o turista e tal fato é um agravante de sua vulnerabilidade.

- Estando vulneráveis, os turistas ficam mais susceptíveis à ação de pessoas mal-intencionadas, que podem explorá-los ou mesmo cometer crimes contra os viajantes.
- Não são somente os moradores das cidades atingidas que são desalojados. Os turistas também podem ser, caso a calamidade se abata sobre casas de temporada e rede hoteleira. Com a possível desarticulação das agências de receptivo turístico, o turista pode se ver desamparado e sem o suporte das empresas que contratou para operacionalizar sua viagem.
- A dificuldade de comunicação em decorrência da diferença de idiomas pode expor o turista portador de doenças pré-existentes a tratamentos inadequados com medicamentos que podem agravar quadros clínicos já instalados.
- Em caso de óbito, os amigos ou familiares podem não conhecer os procedimentos adequados para tramitar a transferência do corpo, pois a legislação brasileira difere bastante de outras legislações quanto a esse tema.
- Em caso de desaparecimento, o atendimento exige ainda mais cuidados, pois em situações pós-traumáticas, os desaparecidos podem não ter condições de se auto-ajudar a reunir-se com seus familiares e amigos.
- A perda das infraestruturas de comunicação e telefonia dificultam o atendimento à população e coloca turistas (brasileiros e estrangeiros) em situação ainda mais vulnerável. Tudo isso se agrava ainda mais quando o turista viaja sozinho.
- As embaixadas não dispõem de dados facilmente acessíveis sobre todos os visitantes estrangeiros presentes em áreas atingidas por eventos naturais

extremos. A situação de desconhecimento se torna ainda mais grave em países que não exigem vistos prévios, de forma que os governos dos países emissivos podem necessitar de tempo para levantar dados de seus cidadãos.

Diante do exposto, emerge a necessidade de inserir esses temas nas estratégias de planejamento público do turismo receptivo. É necessário capacitar as equipes para lidar com essas situações e preparar espaços adequados que sirvam como unidades de acolhimento e referência para estrangeiros.

A comunidade internacional, por meio da Organização Mundial do Turismo, também precisa agir, proporcionando o acesso imediato das embaixadas e consulados aos centros de recepção dos turistas desabrigados. A diplomacia, nesse caso, é peça fundamental e precisa ser integrada aos esforços de socorro, pois a imagem do Brasil pode se desgastar gravemente caso os visitantes não venham a receber um tratamento minimamente adequado em situações de eventos naturais extremos.

Cidades turísticas que recebem grande quantidade de turistas precisam, portanto, definir um local de fácil acesso e de fácil defesa, que sirva de ponto de encontro e de referência para a reunião e proteção de viajantes em caso de eventos naturais extremos. Uma vez reunidos, os visitantes podem ser cadastrados, orientados em sua língua de origem, podem receber atenções médicas, de assistência social, apoio psicológico e suporte institucional de suas embaixadas.

Essa medida, acompanhada de um protocolo claro e eficiente de ação da Defesa Civil, acredita-se, é medida importante para garantir maior segurança social, reduzindo vulnerabilidades humanas e, sendo otimista, salvando vidas. É possível, pelo menos, que um centro de referência para

acolhimento de viajantes estrangeiros exista nas capitais de Estados. Isso já seria suficiente para que os viajantes saibam para onde ir em caso de eventuais catástrofes.

Considerações finais

Com o presente trabalho demonstramos que a atenção aos turistas estrangeiros em situações de eventos naturais extremos é tema recente, que emergiu na virada do século atual após o tsunami que atingiu vários países da bacia Índica. Entretanto, o tema é pouco discutido no Brasil.

Também evidenciamos que os turistas estrangeiros são muito vulneráveis aos impactos das catástrofes naturais por fatores bem específicos, o que exige mais atenção dos planejadores do turismo para com esse público. A Defesa Civil precisaria, nesse caso, estabelecer em parceria com a gestão municipal um local que sirva de abrigo para os estrangeiros, com o suporte necessário para facilitar a ação das embaixadas e agentes do *trade* receptivo.

Tal preocupação não precisa ocorrer em todas as cidades turísticas do Brasil. Seria uma necessidade mais específica de destinos internacionais em território Brasileiro, ou pelo menos nas capitais de Estados da Federação. Se os turistas estrangeiros souberem da existência de espaços de acolhimento dessa natureza, certamente se sentirão mais confortáveis em eleger o Brasil como destinos de suas viagens.

Referências

ALVES, Elvisney Aparecido. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *R. Adm.*, São Paulo, v.38, n.1, p.37-45, jan./mar. 2003.

ASHLEY, Patricia Almeida. (org). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARROSO, Osvald. *Ceará: Uma Cultura Mestiça*. João Pessoa: Grafser, 2000. Disponível em: <<http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CearaCulturaContextos/Diversificado/Ceara%20-%20Uma%20cultura%20mestica.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BOWEN, Howard Rothmann. *Responsabilidades sociais dos homens de negócio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1953.

CORIOLOANO, Luzia Neide. *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Recife: Ed.: McGraw-HILL do Brasil, 1980.

COLTRO, A. *A ética e a responsabilidade socioambiental corporativa: questões contemporâneas*. São Paulo: Conhecimento & Sabedoria, 2004.

DANTAS, E.W.C. *Mar a vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará. 2002.

DANTAS, E.W.C. *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. Fortaleza: EDUFC, 2009.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. *Responsabilidade Social: a empresa hoje*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1986.

GRAS, N. S. B. El desarrollo de la economía metropolitana en Europa y en América. In: THEODORSON, G. A. *Estudios de ecología humana*. Barcelona: EditorialLabor, 1974, v. 2, p. 321-335.

GORMSEN, Erdman. *El turismo internacional como nuevo frente pioneiro em los países tropicales*. Teoría y praxis del espacio turístico. Xochimilco, 1989, p.78-91.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referências em 1º de julho de 2015*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/nota_metodologica_2015.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016*. Acesso em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 07 jan. 2018.

JUCÁ, Gisafran. *Verso e reverse do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. *Associação Canária de Antropologia*, n.4, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/ot autores/fortcon.pdf>> Acesso em: 06 jan 2016.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. *Teoria Geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada*. São Paulo: Atlas, 1997.

MEGGINSON, L.C.; MOSLEY, D.C.; PIETRI JUNIOR, P.H. *Administração – conceitos e aplicações*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Institucional*. (2015) Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MORAIS, Lucia de Fátima Sabóia de. *Para onde sopram os ventos do Cumbuco?* Impactos do Turismo no litoral de Caucaia, CE. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia), Universidade Estadual do Estado do Ceará, Fortaleza, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Contribuições para a gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

PARENTE, Karlos Markes Nunes. *Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na Orla Oeste de Fortaleza: Embates políticos e contradições socioespaciais*. 2012. 142f. Dissertação. Mestrado em Geografia – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

PAULA, Davis Pereira de; MORAIS, Jader Onofre de; DIAS, João Manuel Alverinho, FERREIA, Óscar. *A Importância da Praia do Futuro para o desenvolvimento do turismo de sol e praia em Fortaleza, Ceará, Brasil*. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium, Ituiutaba, v.3, n.2, p. 299-316. Dezembro, 2012

PINHO, Elizabeth Magalhães Martins. *A atuação do capital imobiliário em um distrito pequeno cearense*. Monografia

(Graduação em Sociologia) –Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (1981).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Projeto Orla*. Fortaleza: SEMAN, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Rafael. Híbridação cultural e turismo. In: GRABURN, Nelson et al (Org.). *Turismo e antropologia: novas abordagens*. Campinas: Papirus, 2009

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. *Indicadores Turísticos 1995/2015*. fevereiro, 2015. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/indicadores-turismo-1995-2016.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. *INDICADORES TURÍSTICOS 1995/2014*. fevereiro, 2015. Disponível em: <www.ceara.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Gabinete do Governador. Disponível em: <<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/noticias/1725-o->

empreendimento-recebeu-investimento-de-r-470-milhoes-e-vai-gerar-1200-empregos>. Acesso em 10 fev. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. *Perfil básico municipal 2015*. Fortaleza: IPECE, 2015. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2015/Caucania.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SIMMEL, Georg et al. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**, v. 4, p. 11-25, 1979.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

VIRGINIO, D.E. e FERNANDES, L.V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal, RN. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.11, n.2. p.220-233, ago.2011.

FURTADO, Janaína et. al. *Capacitação básica em Defesa Civil*. 5. ed. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.

GONÇALVES, Vitor Hugo Pereira. A Gestão da Crise e do Desastre: uma análise no sector do Turismo da R. A. Madeira. 2012. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Empresariais, Universidade da Madeira, Região Autónoma da Madeira, 2012.

HERRERA, Manoel González. Reconstrucción y revitalización de destinos turísticos afectados por desastres y situaciones de catástrofes. In: IGLECIAS, Maria Carolina Cassis (org.). *Patrimonio turístico en Iberoamérica: experiencias de investigación, desarrollo e innovación*. Santiago de Chile: IPT/CORFO, 2012. P. 13-18.

MARTÍNEZ, Oscar Frausto; MOTA, Luiz. nuevas oportunidades de cooperación. Turismo, globalización, cambio climático y nuevas tecnologías: el turismo de desastres con base en la experiencia de los tsunamis y los huracanes. Anais do III CCoonnggreessoo CCOODTTURR. Universidad de Quintana Roo, México. 16 a 20 de nov. de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. *Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial*. Brasília : UNESCO/Iphan, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Socorro al sector turístico después del tsunami*: Plan de Acción de Phuket. Madrid: OMT, 2015, document. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/plan_daction_final_sp.pdf. Acessado em 30 de dez. 2018.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. *Estratégia nacional de redução de riscos de desastres em Cabo Verde*. Praia: Governo de Cabo Verde. 2017.

ROCHA, Marcelo Mariano; MATEDI, Marcos Antônio. Turismo e Desastres: o caso das enchentes e deslizamentos na destinação turística Costa Verde e Mar – Santa Catarina (Brasil) *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-23, maio-agosto de 2016. <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/47131>.

_____, PELLIN, Valdinho. Discussões sobre a relação entre desastres e turismo no brasil a partir da multidisciplinaridade. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. sv. sn., sp., Julio de 2017 (47131-193697-1-PB -1),

<http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/03/desastres-turismo-brasil.html>.

VEYRET, Yvette. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

WACHHOLZ, Micaela, RUDZEWICZ, Laura. Influência da catástrofe ambiental na imagem do destino turístico São Lourenço do Sul/RS: perspectiva de agentes locais do turismo. *Anais do II Encontro Simintur Jr*. Universidade de Caxias do Sul, 11 e 12 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/04_influencia_da_catastrufe.pdf.

ZUCCO, Fabricia Durieux, NAGALHÃES, Maria dos Remédios Antunes, MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. Gestão de Riscos e Desastres >aturais no Turismo: um estudo do município de Blumenau/SC. *Turismo em Análise*, v. 21, n. 3, Dez. 2010.
<https://www.researchgate.net/publication/270642626>.



Sobre os organizadores e autores

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portuguesez

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território Sociedade e Turismo? pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Estágio pós-doutoral em Geografia Cultural pela Universidade de Brasília. Trabalha com pesquisas em Geografia Cultural, Geografia do Sagrado e Geografia do Turismo. Também estuda temas como diversidade e direitos humanos; desenvolvimento com base local e comunidades. É professor Associado I do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia, assim como do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal PPGE/UFU. É Presidente do Instituto Ganga Zumba, Seção Minas Gerais desde 2015. Fundador da Sociedade Cultural Asé Tobi Babá Olorigbin (Ituiutaba, MG). Autor/organizador de diversos livros, capítulos de livros e mais de uma centena de artigos científicos publicados em congressos e revistas científicas. Homenageado duas vezes pela Câmara dos Vereadores de Uberlândia por seus esforços em favor da proteção da memória religiosa afro-brasileira no Triângulo Mineiro.

E-mail : portuguez.andersonpereira@gmail.com.

Ricardo Lanzarini

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Pós-doutorado em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). É Mestre em Geografia e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente desenvolve pesquisas sobre o mercado de eventos, hospitalidade, lazer, gênero e sexualidades em destinos turísticos no Brasil e no exterior, sendo membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN) e da Academia

Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil (ABRATUR). É Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Campus Natal) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da UFRN.
E-mail: ricardolanzarini@ccsa.ufrn.br.

Rossvelt José Santos

Geógrafo e Professor Titular do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Orientador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural. Pesquisador da CAPES, CNPq, FAPEMIG e UFU. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão em Assentamentos de Reforma Agrária, Comunidades Rurais, Quilombolas e indígenas envolvendo os Lugares, os territórios, as territorialidades e os vínculos territoriais das populações tradicionais no bioma Cerrado. A agricultura camponesa é estudada a partir das suas resiliências; residualidades e do uso d'água envolvendo disputas territoriais. Atua nas áreas de Geografia Cultural, Geografia Agrária e Ensino de Geografia. É Diretor de documentários originados de projetos de pesquisa e extensão sob sua coordenação.
E-mail: rossvelt.ufu@gmail.com.

SOBRE OS AUTORES

Aguinaldo Cesar Fratucci

Professor Associado do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense - UFF desde setembro de 2006. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo (PPGTUR) da UFF a partir de maio de 2015. Doutor (2008) e Mestre (2000) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Especialista na área de planejamento turístico e gestão de políticas públicas de turismo. Coordenador do Curso de Graduação em Turismo da UFF, entre outubro de 2006 a dezembro de 2009. Líder do Grupo de Pesquisa "Turismo, gestão e territórios". Coordenador do Grupo de Trabalho de Turismo em Áreas Protegidas (GTTAP) da Universidade Federal Fluminense, entre 2006 e 2013. Técnico da Diretoria de Planejamento da Cia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TurisRio, entre 1979 e 2002, onde ocupou diversos cargos gerenciais e participou de diversos projetos e atividades na área de planejamento turístico, com destaque para o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro 2000-2003. Áreas de interesse: turismo, ordenamento territorial do turismo, epistemologia do turismo, gestão de destinos turísticos, políticas públicas de turismo, planejamento turístico, paradigma da complexidade, Rio de Janeiro (estado e cidade).

E-mail: acfratucci@gmail.com.

Daniel de Renzo Barretti

Possui graduação em Turismo pelo Centro Universitário Senac (conclusão em 2001), graduação em Geografia pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo-PUC SP (conclusão em 2016). Tem larga experiência de mais de 10 anos em trabalhos de consultoria relacionados a execução de projetos e diagnósticos socioeconômicos e ambientais, e atuação em projetos de fomento e planejamento do turismo.

E-mail: danielbarretti@hotmail.com.

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Geografia e Planejamento - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (2000). Exerce trabalhos de orientação na Pós-Graduação em Geografia, na qual foi coordenador de 2004 a 2008, e no Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Atuou como Professor Visitante na Université de Paris IV - Sorbonne (Institut de Géographie) (2008) e na Université d'Angers (UFR ESTHUA, Tourisme et Culture) (2018). Indicado Coordenador de Área da Geografia na CAPES para o quadriênio 2014-2017. Eleito sócio efetivo do Instituto do Ceará (Geográfico, Histórico e Antropológico) em 2013. Atuação como editor de periódicos (MERCATOR, 2004/atuais e da Revista da ANPEGE, 2003/2005 e 2010/14) e de Coleção de Livros (da SPRINGER - "The Latin Studies Book Series" e "SpringerBrief in Latin American Studies", 2016/atuais e da UFC - Coleção Estudos Geográficos, 2009/atuais). Compõe a Comissão Editorial dos Cadernos das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ, 2011-atuais) e participa do Conselho Científico de periódicos na área da geografia e afins: Revista Franco-brasileira CONFINS, Revista GOT (Portugal), GEOUSP, Ateliê Geográfico, Vivência (2002-2011), Revista Eletrônica Caminhos da Geografia, Geotextos, etc. Atua na área de Geografia e Estudos multidisciplinares, com ênfase na temática urbana: comércio, emprego informal, maritimidade e urbanização litorânea.

Flávio Ataíde Júnior

Atualmente cursando Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (2003), especialização em Gestão Ambiental e Educação Ambiental pelo Instituto de Ensino São Franciscano (IESF) e Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI). É professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Turismo e

Urbanização, atuando principalmente nos seguintes temas: Vilegiatura, Valorização dos Espaços Litorâneos, Espaço Urbano, Território e População.

E-mail: flavio.ataide@fma.edu.br.

Frederico do Nascimento Rodrigues

Graduado em Gestão de Negócio em Turismo e Hotelaria, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2004-2006). Graduado em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2010-2013), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2014 - 2016), Doutorando em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC; Foi membro do grupo de pesquisa Turismo, Território e Cultura - UECE, foi membro do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo (NETTUR). Atualmente é Integrante do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) - UFC. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Estudo Socioambiental da Zona Costeira, Dinâmica Territorial e Ambiental, Geografia Urbana, do litoral e do turismo; Produção do Espaço Urbano pelo Turismo; Turismo, Trabalho, Renda e Desigualdades Sociais, Metropolização Turística, Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: fredericonettur@gmail.com.

Gilton Sampaio de Souza

Doutor e Mestre em Linguística e graduado em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Pós- Doutorado em Estudos Comparados, Língua Portuguesa e Língua francesa. Professor na área de Linguística da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professor do PPGL/UERN.

E-mail: giltonssouza@gmail.com.

Jocilene Gomes da Cruz

Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (2015), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia (2002), graduação em Ciências Sociais (1997), ambos pela Universidade Federal do Amazonas. Ocupa o cargo de professor Adjunto do quadro permanente de docentes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, atuando na linha de pesquisa: Espaços, Memórias e Configurações Sociais. Desenvolve pesquisas nos temas: Cultura, Patrimônio Cultural e Identidades Coletivas na Amazônia; Povos Indígenas, Patrimônio Cultural e Economia da Cultura; Territorialidade, Processos de territorialização e Turismo em Terras e Comunidades Indígenas. É líder do Grupo de Pesquisa NEICAM: Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica.

E-mail: jgcruz@uea.edu.br.

Josemery Alves

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais-UFCG, Doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa- ISEG/SOCIUS. Mestre em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo- UFRN, Graduada em Turismo- UERN. Professora efetiva do quadro de docentes da UFRN/ Campus Currais Novos, Departamento de Ciências Sociais e Humanas- Curso de Turismo. Pesquisadora do grupo de pesquisa do CNPQ: Gestão, Turismo e Políticas Públicas (UFRN).

E-mail: josemeryalves@hotmail.com.

Juliana Carneiro

Mestre em Turismo pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Turismo/Universidade Federal Fluminense. Especialista em Docência do Ensino Superior. Bacharel em Turismo pela Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. Atualmente é Assistente Editorial da revista acadêmica Caderno Virtual de Turismo e Tutora a Distância do Consórcio CEDERJ

vinculado a UFRRJ. Faz parte do Grupo de pesquisa Turismo, Gestão e Território. Atuou como supervisora e coordenadora de pesquisa no Observatório de Turismo do Rio de Janeiro/UFF. Possui interesse em temas que envolvem Turismo e Geografia, território, multiterritorialidade e turismo, políticas públicas do turismo, planejamento de destinos turísticos.

E-mail: julianacarneiro@id.uff.br.

Lívia Miranda

Arquiteta Urbanista, Ms. em Geografia, Dr^a em Planejamento Urbano e Regional, Prof^a no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, Colaboradora no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA)

Email: liviaibmiranda@gmail.com.

Luana Cristina dos Santos Dias

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Educação, Cultura e Turismo em terras indígenas. É integrante do Grupo de Pesquisa NEICAM: Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica.

E-mail: diasluanacristina@gmail.com.

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2004), e Pós-Doutorado na Universidade Regional de Blumenau - FURB, com estudos em Turismo como atividade de Combate a Pobreza no Brasil e da Promoção do Desenvolvimento na Escala Humana com protagonismo de Comunidades, Economia Solidária e Sustentabilidade. É professora associada da Universidade Estadual do

Ceará, Professora do curso de Geografia do PROPGE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ? CNPq no nível 1D. Vice-diretora Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR/2013-2015. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Território e Turismo - NETTUR. Pesquisadora do Laboratório de Gestão Integrada da Zona Costeira - LAGIZC. Acadêmica-efetiva da Academia Cearense de Turismo/ACTur, em julho de 2018, primeira ocupante da cadeira n° 36 tendo como patrono Patativa do Assaré. Membro do Conselho Estadual do Turismo. Líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura do CNPq. Autora de livros pela Papyrus, Annablume e EdUECE. Realiza pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Turismo, Arranjos Produtivos Locais, Espaços Públicos e Privados do Lazer e Turismo, Desenvolvimento Endógeno e na Escala Humana, Educação a Distância. Ganhou o Prêmio Pesquisador Turístico Destaque 2009, pela Associação Nacional de Pesquisadores de Pós Graduação em Turismo - ANPTUR.
E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com.

Márcia Maria Rios Ribeiro

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (1985), mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (1990) e doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) com um período (sanduíche) na University of East Anglia (Inglaterra). Pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2010-2011). Pós-Doutorado na Griffith University - Australian Rivers Institute - Austrália (2016-2017). É professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental - UFCG (2014-2016). É Editora Associada da Revista Brasileira de Recursos Hídricos (RBRH). Foi Diretora de Comissões Técnicas da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). Atua no tema da gestão de recursos hídricos com ênfase para os seus

aspectos econômicos, sociais, legais e institucionais abordando, entre outros, os instrumentos de gestão, a análise de conflitos, o gerenciamento da demanda de água, a participação pública.

E-mail: mm-ribeiro@uol.com.br.

María del Carmen Mínguez García

Convidada internacional da obra. Doutora em Geografia pela Universidad Complutense de Madrid (2007), *Magister* em Gestão do Patrimônio Cultural (2006), licenciada em Antropologia Social e Cultural (2011), Especialista em Sistemas de Informação Geográfica (2000) e licenciada em Geografia (1999).

E-mail: carmenminguezgarcia@gmail.com.

Michel Jairo Vieira da Silva

Possui Doutorado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017), além de Mestrado (2011) e graduação (2004) na mesma área e universidade, sendo também especialista em Planejamento e Consultoria Turística (FCC - 2009). Atualmente é professor e coordenador do curso de graduação em Turismo da UFRN, ministrando as disciplinas de Agência de Viagem, Consultoria Turística e Sistemas de Transporte. Tem em sua experiência a instrutoria do SENAC - RN, atuando nos cursos de Guia de Turismo Regional, Agente de Viagem e Recepcionista de Hotel, Cozinha (módulos sobre Elaboração de Roteiros Turísticos, Fundamentos do Turismo, Ética e Meio Ambiente, Qualidade e Empreendedorismo), e na consultoria pelo SEBRAE - RN, participando dos programas Turismo Melhor, PQMH, Matriz de Competitividade, como também na roteirização e elaboração de catálogo turísticos do RN. Realiza pesquisas em Turismo e Segregação Socioespacial, Turismo e audiovisual, além de Roteirização e Consultoria Turística.

E-mail: micheljvs@hotmail.com.

Mônica Arruda Zuffi

Possui graduação em Turismo e Hotelaria pelo Centro Universitário do Triângulo (2009) e Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós

Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (2017). Trabalhou como bolsista de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (2011-2014) no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo da Universidade Federal de Uberlândia. Trabalhou como professora de Geografia na Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais. Atua na área de Geografia Cultural, Planejamento e Gestão do Espaço Urbano e Rural, Educação e Metodologia de Pesquisa.

E-mail: moniczuffi@hotmail.com.

Rildo Aparecido Costa

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, (2008). Professor Associado do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia - Campus do Pontal. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal. E-mail: rildoacosta@gmail.com.

Rogelio Martínez Cárdenas

Convidado internacional. Atualmente, o autor trabalha no Departamento de Estudios Organizacionales da Universidade de Guadalajara. Rogelio faz pesquisas em Marketing, Geografia Econômica e Economia do Desenvolvimento. Seu projeto atual é 'Gestión de sitios de turismo'.

E-mail: rmartinez@cualtos.udg.mx.

Sirley Conceição Ferreira

Mestrando pelo Programa de Pós Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro PPGPACS/UFRRJ, Especialista em Turismo Sustentável pelo CEFET/Nova Friburgo- RJ, Graduação Licenciatura em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Guia de Turismo Regional do Estado do Rio de Janeiro pelo Instituto Federal Fluminense IFF/Cabo Frio. É professor do ensino básico de Estudos Turísticos na Rede Municipal de Educação do Município de Saquarema/RJ e Mediador Presencial do Curso Superior de Licenciatura em Turismo da UFRRJ Fundação CECIERJ consórcio

CEDERJ. Atua no grupo de pesquisa NUPAM - Núcleo de Patrimônio, Arquitetura e Memória Fluminense da UFRRJ do Instituto Multidisciplinar/Nova Iguaçu-RJ. Atua na área do Turismo e Patrimônio Cultural, com ênfase na temática urbana: relações socioespaciais, urbanização, território e população, turismo cultural e desenvolvimento sustentável.

E-mail: sirley.ferrconsaqua@hotmail.com.

Sofia Bento

Professora associada (2017) e investigadora no iseg desde 1996, onde leciona disciplinas nas áreas da sociologia da ciência, da psicologia das organizações e do comportamento organizacional. assume coordenação a diversos níveis de ensino: no programa de desenvolvimento pessoal do iseg-boost your talent, no mestrado em economia e gestão da ciência, tecnologia e inovação, e no programa de doutoramento em sociologia económica e das organizações. é membro do conselho científico do instituto superior de economia e gestão (a partir de julho 2018), sendo também conselheira do conselho geral da universidade de lisboa (desde 2017). representa o iseg na esst - european studies of society, science and technology - no âmbito da qual é responsável pela especialização “water management and water uses: public participation, stakeholders’ involvement and the role of science” (a partir de 2012). desenvolve investigação maioritariamente na área da ciência, tecnologia e sociedade. interesses recentes são ambiente e dispositivos de participação, controvérsias científicas e técnicas, instituições científicas, profissionais e conhecimento. publicou vários artigos e capítulos de livros nestes temas. coordenou projetos nacionais e internacionais, e várias equipas em projetos internacionais. neste momento, participa no projeto internacional sobre contaminação de solos na europa, intitulado soiltakecare, e onde coordena a equipa portuguesa.

Email: sofiacoelhobento@gmail.com.

Sonale Paiva Cidrão

Graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará (1993), Especialista em Marketing Político e Comunicação Organizacional pela Universidade Vale do Acaraú, Mestranda em Gestão de Negócios Turísticos na Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é chefe da divisão de contabilidade na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

